

Volume 5, número 1 jan-jul.2024

FRONTERÍA

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS
GRADUAÇÃO EM LITERATURA
COMPARADA DA UNILA



DOSSIÊ

Maternidades: para além da dissidência

DOI: 10.5281/zenodo.14536047

Maternidades: para além da dissidência**Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra**

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1088-4260>

Ao pensar no título para este dossiê, *Maternidades: para além da dissidência*, não imaginava como isso repercutiria na sua concretude. Em 2019, quando comecei a estudar as representações da maternidade na literatura, as discussões se centravam na necessidade da ruptura do modelo da mãe patriarcal, submissa e dedicada, para dar espaço a outras mães e suas experiências maternas. Os estudos dirigiam-se principalmente a textos cuja representação das dissidências maternas orbitava na experiência subjetiva das mulheres: não querer ser mãe, não gostar do filho, viver uma depressão pós-parto. Geralmente narrados em primeira pessoa, muitas vezes por uma protagonista sem nome, havia um certo hermetismo ao se tratar dos sentimentos sem localizá-los em um espaço-tempo definido. Alguns dos artigos deste dossiê, transitam nesse universo, afinal, ele é o cerne e início do debate. No entanto, é interessante observar como outros já se posicionam em lugares diferentes. A interseccionalidade, a importância da raça e da classe para pensar a representação da maternidade, se faz presente em muitas das discussões levantadas neste dossiê. Encontramos representações de mães não brancas e de mães pobres que vivenciam a maternidade de maneira radicalmente diferente da mãe branca e de classe média. A consciência da multiplicidade de maternidades também incrementa a consciência da multiplicidade de dissidências, uma vez que a maternidade é atravessada por muitas outras questões além do gênero.

Abre o dossiê a conversa entre Emanuela Siqueira e Marcela Lanius sobre a tradução do romance *Máquina de leite*, de Szilvia Molnar. No romance, observamos dois mundos que se comunicam: a tradução e a maternidade. Se na narrativa a personagem sem nome vive entre línguas – pela sua condição de estrangeira e pela profissão de tradutora – o tempo narrado também é um tempo-entre, afinal, quem lê é convidado a se sentar no sofá da casa da personagem e acompanhar o seu puerpério. Com perguntas muito bem conduzidas por Emanuela, Marcela conta como foi construir o seu próprio glossário para a tradução, o transitar entre as diferentes línguas que marcam o romance e as escolhas que precisou fazer para que o texto chegasse tão impactante no seu conteúdo e forma quanto o original ao português brasileiro. Na dissidência da

dissidência, a tradutora destaca que Szilvia Molnar compara a maternidade e a tradução como atos de criação solitários. Se ambas as atividades compartilham este imperativo de sua herança patriarcal, Marcela revela que, ao contrário de estar só, pôde contar com uma rede de tradutoras que a acompanhou durante a tradução. Rede que também seria bem-vinda à mãe que protagoniza o romance e a todas as outras mães.

É também do campo da tradução a contribuição feita por Clareana Moreira de Castro Eugênio. A pesquisadora apresenta a tradução de alguns dos capítulos da obra *Manifesto Antimaternalista*, de Vera Iaconelli, para o espanhol. Na apresentação do texto, elenca algumas decisões tradutórias que envolvem, principalmente, o universo da maternidade. No que diz respeito à obra traduzida, há alguns anos a psicanalista Vera Iaconelli vem recebendo atenção nas discussões que mobiliza sobre a maternidade e a psicanálise. Nesse *Manifesto*, Iaconelli lança a pergunta de quem cuidará das gerações futuras. Compreendendo que o materno não deve ser sinônimo de cuidado e que a categoria “mulher” é atravessada por classe e raça, a psicanalista reforça que precisamos reavaliar as nossas crenças em relação à maternidade uma vez que esta noção, e conseqüentemente tudo o que ela convoca, está em colapso.

Entre os artigos em língua espanhola, encontramos o de Amanda Patricia Castañeda e Alejandra Hernández, que coloca em comparação dois romances mexicanos contemporâneos. Concordando com o argumento de Hélène Cixous de que a escrita feminina passa pelo corpo, as pesquisadoras enfatizam que nas obras de Jazmina Barrera e Isabel Zapata evidencia-se uma escrita do eu que relata a experiência do gestar e do parir em textos que misturam a narrativa subjetiva e outras vozes em um tipo de *collage*. E é isso o que exploram na análise: a busca por autoras que compartilham um mesmo espaço-tempo, uma escolha por textos fragmentados e autoficcionais, com uma linguagem poética que convoca a partilha. As duas obras se tornam, então, referências à temática das maternidades dissidentes, uma vez que na projeção do eu pode-se ouvir as vozes de muitas outras mulheres, demonstrando que se há algo que se compartilha na maternidade é a possibilidade de ela ser diversa.

Cristina Gutiérrez apresenta uma contribuição muito significativa para o dossiê ao se debruçar sobre a representação da maternidade dissidente no texto poético, já que a maior parte dos estudos da área se concentra na análise de textos narrativos. Para tanto, seleciona algumas obras da poeta venezuelana Jacqueline Goldberg e examina como a relação materno-filial se constrói ao longo dos versos. A epígrafe escolhida pela autora já enuncia a ambivalência da

experiência materna. Talvez em razão da sua origem judaica, muitos dos versos de Goldberg transitam entre a genealogia e a herança. O que a mãe transmite ao filho é um mundo sem lugar e sem esperança, o que Gutiérrez denominará “herança da desesperança, da desconfiança e da perda”. Nessa relação na qual só a perda parece possível, a experiência da maternidade é associada à morte, representada como a ausência da própria voz quando um filho nasce. Contribuí para essa imagem, a constatação de que o filho não é uma continuidade da mãe, mas alguém que guarda a sua individualidade e o seu próprio mundo, que ainda comporta alguma expectativa. E lemos nos versos de Goldberg: “Su mañana no es la mía. No es pálida. No es efímera”./ Su mañana no cabe en mi reposo”.

Já nas contribuições em língua portuguesa, começamos lendo o estudo de Eduarda Duarte Pena. O aparecimento de mães e filhas e as tensões oriundas desta relação são recorrentes na obra de Elena Ferrante e a pesquisadora se propõe a discutir um dos romances mais incômodos e explícitos da autora sobre esse assunto. Para desenvolver a sua argumentação, Pena inicia suas proposições destacando o papel assumido pela boneca nas obras de Ferrante. Abandonadas por suas mães-meninas, as bonecas representam a relação que será explorada em *A filha perdida* entre mães e filhas “de verdade”. É interessante observar como a não identificação e o incômodo com a maternidade são apresentados como um movimento em cadeia: predestinação e amargura parecem definir as mães. A personagem principal do romance questiona este lugar ao priorizar seus desejos ao cuidado das filhas e sair de casa para se dedicar à vida profissional. Anos depois, em um encontro fortuito com uma mãe e uma filha, a boneca será retomada como metáfora do acerto de contas que a personagem precisa fazer consigo mesma.

Junto com Emilli Prestes Silva, pude conhecer um pouco mais da obra de Júlia Lopes de Almeida e tensionar a leitura que se tem feito da autora nos nossos dias. Merecidamente recuperada depois de anos de esquecimento, Júlia é considerada hoje como uma das precursoras do feminismo no Brasil. Ao analisar o romance *A família Medeiros* e relacioná-lo à obra ensaística da autora, nos propusemos a averiguar de que modo a mulher e a maternidade aparecem representadas nesses dois gêneros. Se nos ensaios encontramos uma mulher muito acorde à sua época, defendendo o casamento, a maternidade e o papel decisivo da mãe para a construção do futuro da nação, no romance observamos como por meio da construção de diferentes personagens femininas a autora vai abrindo espaço para o questionamento do determinismo da

vida das mulheres. Como em uma espécie de linha do tempo, observamos uma geração de mulheres, desde a figura da mãe abnegada e dona de casa até a jovem que pode escolher com quem vai se casar.

Aprofundando as discussões sobre Júlia Lopes de Almeida e apresentando outra reflexão muito relevante sobre a maternidade a partir de uma perspectiva interseccional, Claudia Daniele Blum Santana se detém na análise do conto “Os porcos”. Na contextualização histórica e literária que faz da autora, inscrevendo-a no Naturalismo, evidencia o seu lugar de fala de antemão: uma mulher branca, de posição privilegiada, que escreve para os seus e acredita em um determinismo de ordem biológica e social. Assim, o elogio à maternidade cabe apenas àquelas que figuram nesse contexto. São as mães brancas que criarão bons homens para o futuro da nação. Às demais, como é o caso da mestiça que desponta no conto, tal experiência é negada, pois a sua descendência perpetuaria a impureza, os vícios e a barbárie.

O artigo “As tensões críticas da obra teórica e literária de Conceição Evaristo: o caso de Aramides Florença”, de Diego Ravarotto da Costa, contribui para dar visibilidade à maternidade negra na literatura brasileira. Colocando em diálogo os textos literários e não literários de Evaristo, problematiza a presença da maternidade em suas obras. Para isso, o autor percorre brevemente as ondas do feminismo sublinhando a ausência da mulher negra em suas discussões e, como consequência, a sua não representação como mãe na literatura. Na análise de “Aramides Florença”, observa de que modo o conto representa, ao mesmo tempo, um novo olhar para a mãe negra e a manutenção da estrutura machista e patriarcal da sociedade brasileira. Se, por um lado, a mãe negra agora pode se dedicar ao cuidado do filho de sangue – e não ao do filho de leite –, esse filho homem disputará o seu corpo com o pai, lembrando-nos que o corpo feminino é ainda controlado socialmente.

Consuelo Gouvêa de Faria nos convida a conhecer mais sobre a representação da figura materna nas Antilhas. Pontuando a diferença dos termos maternidade e maternagem, o primeiro relacionado à condição biológica e o segundo ao cuidado, revela como os dois se articulam no imaginário social e literário das Antilhas. Ao explorar a figura das mães nos textos literários que analisa, a autora observa como se reproduz na ficção escrita por homens o estereótipo da mulher abnegada, reconhecida pela dedicação e pelo cuidado dos filhos, imersa em uma sociedade patriarcal na qual o casamento e a maternidade legitimam o seu lugar. O imaginário da mulher como base da família e responsável pela perpetuação da linhagem – presente até mesmo no uso do termo *poteau-*

mitan, espécie de pilar ou sustentáculo – pode ser rompido na escrita de autoras mulheres que problematizam o lugar-comum da maternidade antilhana.

Em diálogo com outras representações artísticas, notadamente a partir do cinema, Natielle Oliveira Sousa e Victor Pereira Sousa analisam a figura da mãe no filme *Que horas ela volta?* Para apoiar a discussão que fazem da obra, os autores inicialmente se apropriam de alguns referenciais teóricos como a conceitualização de estereótipo e de enunciado. Ao discutir a figura materna, traçam um percurso histórico destacando como foi se construindo o estereótipo da mãe como dona de casa zelosa. Na análise do filme propriamente dita, lançam luz à relação da mãe e filha e à tensão advinda do não cumprimento do estereótipo materno. A mãe que deixa de cuidar da filha para poder provê-la, projeta seu afeto no filho cuja mãe é ausente mesmo estando fisicamente presente. Essa dinâmica da transferência do afeto materno é, inevitavelmente interseccional, como já discutido em dois outros estudos deste dossiê. Como a mãe negra precisa abandonar o seu filho para cuidar de outra criança, a mãe pobre também se vê na mesma condição.

Ainda no diálogo com outras linguagens, Luz Mariana Blet nos apresenta um ensaio visual de mães que são estudantes. Contribuição fundamental para a discussão da invisibilidade materna e do(s) seu(s) filhos no contexto acadêmico, Blet parte da própria experiência de voltar à sala de aula sendo mãe e percebe a falta de acolhimento e de políticas de permanência para as mães nas universidades. O ensaio elenca o registro de nove mães conciliando o momento de estudo e do cuidado dos filhos. Vale destacar que as fotografias são acompanhadas de alguns comentários das mulheres retratadas que, se por um lado apontam para o que compartilham, como a falta de um espaço pleno no ambiente universitário, também mostram os diferentes contextos e maternidades experimentados na vida de cada uma delas.

E o dossiê se encerra com a resenha que Leticia Pilger da Silva faz de *Roedores. Cuerpo de embarazada sin embrión*, de Paula Bonet. Trata-se de uma leitura entre palavras e imagens sobre as perdas gestacionais da autora. Dessa forma, o não silenciamento do aborto não desejado é o modo que Bonet encontra para atribuir existência ao que geralmente permanece oculto. Com a obra dividida em dois volumes, no primeiro (*Cuerpo de embarazada sin embriones*) é possível ler uma forma de diário, que reúne textos diversos e páginas em branco que, na leitura de Leticia, apontam para o universo do dito/não dito, bem como aquilo que poderia ter sido/escrito e não foi. *Roedores* é uma espécie de livro infantil ilustrado, um bestiário sobre diferentes tipos de roedores. A escolha pelos

ratos não é enunciada pela autora, mas em determinado momento da primeira parte do livro, refere-se ao embrião como *la ratona*. Além da criatura que se alimenta das sobras, que vive à margem, a imagem do rato é também daquele que sempre precisa escapar, cuja vida está em constante perigo e que pode não permanecer, algo que compartilha com seus filhos que não puderam vir ao mundo.

Como escrevi no começo da apresentação, cada uma das pesquisas apresentadas aqui lança um novo olhar sobre a representação das maternidades. Agradeço, assim, a cada um dos pesquisadores e pesquisadoras que contribuíram para a materialização deste dossiê. E se ao final da leitura dos artigos você conseguir dizer para si mesmo que “mãe não é uma só”, nós teremos alcançado o nosso objetivo.

Traduzindo as metamorfoses de narradora-mãe-tradutora: Marcela Lanius e a *Máquina de leite*, de Szilvia Molnar

Translating the metamorphoses of narrator-mother-translator: Marcela Lanius and Nursery, by Szilvia Molnar

Emanuela Siqueira

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6810-412X>

Resumo: *Máquina de leite* é um romance escrito, em inglês, por Szilvia Molnar, e traduzido ao português brasileiro por Marcela Lanius. O texto, narrado em primeira pessoa por uma protagonista sem nome, é um cuidadoso projeto de escrita entre a autora e sua personagem tradutora, esta última em vias de se tornar mãe pela linguagem. Marcado pelo tom muitas vezes grotesco da metamorfose corporal do pós-parto, o romance exige de quem traduz a articulação de si, e da língua de chegada, a fim de fazer o projeto de tradução ecoar em experiências brutais e afetivas da maternidade. Nesta entrevista, Marcela Lanius conta sobre o seu projeto de tradução que procurou entender, traduzir e recriar as estranhezas do texto de partida.

Palavras-chave: Szilvia Molnar; estudos feministas da tradução; maternidade.

Abstract: *The Nursery* is a novel written in English by Szilvia Molnar and translated into Brazilian Portuguese by Marcela Lanius. The text, narrated in the first person by a nameless protagonist, is a careful writing project between the author and her translator character, the latter on the verge of becoming a mother through language. Marked by the often grotesque tone of the bodily metamorphosis of the postpartum period, the novel requires the translator to articulate herself and the target language in order to make the translation project resonate with the brutal and affective experiences of motherhood. In this interview, Marcela Lanius discusses her translation project, which sought to understand, translate, and recreate the strangeness of the source text.

Keywords: Szilvia Molnar; feminist translation studies; motherhood.

Marcela Lanius é tradutora, revisora e pesquisadora. Doutora em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio, com toda formação na mesma instituição, sempre pesquisando nos estudos da tradução e em diálogo com os estudos feministas. Traduziu para o português brasileiro o romance *Máquina de leite* (*The Nursery*, em inglês), da escritora e profissional de direitos de publicação de obras internacionais, Szilvia Molnar, publicado no Brasil em abril de 2024, pela editora Todavia.

Máquina de leite é um romance narrado em primeira pessoa, que apresenta um relato visceral de uma mulher tentando entender as metamorfoses do seu corpo entre a gravidez e o pós-parto. A

tradutora, sem nome, é casada com John e acaba de parir Button, sua bebê. Há também a presença de Miffo, uma espécie de duplo monstruoso da narradora, que surge em momentos específicos da maternagem. Em vias de construir essa experiência metamórfica pela via da linguagem, a romancista se alia com a protagonista tradutora para narrar essa experiência em um projeto de escrita bastante minucioso, que propõe vários deslocamentos a quem traduz. É justamente na tradução que o projeto de escrita funciona “em línguas”, fortalecendo a recepção e a mediação da obra enquanto narrativa que toca em experiências múltiplas, apesar de surgir de um relato localizado:

Eu era tradutora, mas agora sou uma máquina de leite. Ambos são empregos solitários e não sou lá uma pessoa extrovertida, então, traduzir é algo que combina comigo. Não me importo de estar à sombra. Há um prazer meio masturbatório em produzir um livro que possa ser lido e aproveitado por outras pessoas, sem precisar lidar com a pressão de criar o texto. Ainda que eu tenha vontade de criar algo só meu. E, se o trabalho de uma mãe é em grande parte um trabalho que não é visto, traduzir talvez seja muito mais maternal do que eu achava (Molnar, 2024, p.82).

Na tradução de Marcela Lanius é possível perceber a articulação da tradutora com o texto de partida em vários momentos. Um dos principais é como a escrita desliza em português brasileiro, não só por trazer a visceralidade do ritmo da escrita de Molnar – assim como sua tensão com a própria protagonista, que narra –, mas também com o trabalho, sempre árduo, de “passear”, como a tradutora chama, pelas línguas da escritora que nasceu em Budapeste, cresceu na Suécia e mora nos Estados Unidos. Um dos trechos, destacado por Marcela Lanius na entrevista, aponta o jogo de cintura que a tradutora teve que operar na língua materna da protagonista e na língua de chegada da tradutora brasileira, fazendo as frases soarem muito bem sem parecem domesticadas:

Para, você tá me deixando com fome respondo, tentando recuperar meu celular. Nós esperneamos e gargalhamos e caçoamos e fazemos cócegas até eu ficar sem ar. Eu me separo daqueles braços tão cheios de amor e, ainda rindo, vou até a geladeira. John começa a mexer no próprio celular e vai tagarelando, meio que para si mesmo, listando todas as coisas que ainda precisamos fazer antes de a bebê chegar. Temos tempo e também não temos mais tempo algum. A aflição dele é uma graça. Eu ainda estou pensando majoritariamente em comida – o corpo manda, o corpo faz. Em sueco, *kropp*: uma bolota redonda e comprimida, um bando, um bucho, uma bolsa jugal, o papo de uma ave. O corpo é, em essência, um esôfago dilatado. Comida pode ser armazenada aqui dentro. Leite, produzido. Uma secreção celular reveste o corpo e alimenta pintinhos que acabaram de nascer (Molnar, 2024, p.176, grifos nossos).

As questões de maternidade e tradução se entrelaçam durante todo o livro, pois a protagonista faz questão que corpo, língua e escrita sejam norteadores para narrar a experiência brutal que está vivendo. Para a narradora é importante entender onde mãe e tradutora transitam juntas, fazendo que quem leia tenha a experiência destas articulações sem necessariamente ser uma pessoa que viveu, ou vai viver, a maternidade. Lanius também desmistifica que tradução é um ato solitário – assim como a maternidade não deveria ser –, e apresenta alguns casos em que chegou a resoluções ouvindo outras mães ou, ainda, dialogando com outras tradutoras.

A canadense Anne Carson, enquanto tradutora da peça *Antígona*, de Sófocles, diz que ela tomou como tarefa da tradutora não deixar a protagonista sem os seus gritos. Para você, qual a tarefa da tradutora de *Máquina de leite*?

A tarefa primordial, talvez, foi entender que não havia só uma tarefa envolvida – pois eu precisava entender, traduzir e recriar (e, por isso mesmo, manter) estranhezas múltiplas que se dão em níveis diferentes dentro do texto.

A primeira delas era a estranheza do corpo da narradora-mãe-tradutora: os pontos que pinicam, os seios que gotejam, a consciência afetada pela privação do sono. A segunda, a estranheza do estilo, pois a prosa do inglês reflete a elaboração em palavras de uma tradutora que habita línguas e culturas diferentes. Para além das divagações em latim e das palavras em sueco, há um transitar entre construções e expressões que são tipicamente estadunidenses e outras que carregam um sotaque; um desconforto de alguém que adotou uma língua para viver, mas ainda assim pede arrego àquela primeira língua da infância. Por fim, a terceira tarefa era encontrar os espaços certos para introduzir o português brasileiro dentro desse jogo.

A certa altura, a protagonista abre uma das entradas do livro dizendo “Vivo na ranhura entre duas palavras” e arremata, na página seguinte, “Um chute vindo da barriga me faz pensar sobre as escolhas de uma mãe. A mãe tem um idioma? Ela pode cultivar uma língua-mãe só dela? Ou só passá-la adiante... E a agência? Como se manifesta?”. *Máquina de leite* é um romance que articula a captura de cenas e situações pouco, ou nada, descritas na literatura, principalmente em relação à maternidade. Além disso, a protagonista se apresenta como uma tradutora, tentando dar conta desse projeto de tradução que é parir, cuidar de um bebê, ser esposa e pessoa vivendo no mundo. Como você, tradutora, construiu o seu próprio projeto

de tradução ao buscar não apenas resolver a narrativa crua, cheia de fluídos e cenas metamórficas, mas também lidando com um glossário peculiar de outra tradutora se construindo como personagem de um romance?

A própria Szilvia Molnar declarou, em uma entrevista, que posicionar a narradora enquanto tradutora foi algo estratégico porque de certa forma amplia a solidão e o isolamento da personagem: ela não tem família (assim como também não tem nome), tem poucas amigas e não convive com muitas pessoas a não ser o marido, o vizinho e a filha recém-nascida – três existências que demandam, da narradora, performances específicas e distintas.

De fato, um dos grandes clichês da tradução é que pessoas que traduzem trabalham, em grande parte, sozinhas, dentro de uma configuração em que estão presentes apenas elas próprias e a ranhura entre palavras vindas de dois idiomas. A minha ranhura foi tentar navegar pelas inúmeras metáforas, imagens, termos e formas de narrar que remetiam à água, uma vez que esta existe e aparece de várias maneiras dentro do romance. Enfiada no meio das correntezas, dos pingos que escorriam, do fluxo, dos rios, do banho e da inundação, precisei também criar um glossário para termos que não são apenas próprios da maternidade, mas que são específicos para a lida com recém-nascidos: os apetrechos, aparelhos, termos e processos neonatais.

Eu fazia anotações no caderno e no arquivo da tradução: “voltar aqui -- será que é só um paninho?”; “charutinho é o termo mais usado, ou será que é carioquês?”. Mas, diferente da narradora-tradutora, tive a sorte de poder contar com amigas tradutoras e amigas tradutoras que também eram mães; foram elas que me ajudaram a desvendar se em um determinado trecho a palavra certa seria “pega” em vez de “mamar”, ou se mais ali na frente o leite regurgitado pela bebê seria um “queijinho”. O glossário da tradução carrega, portanto, ecos de outras tradutoras e de suas próprias feitura.

Ainda sobre língua materna e o interesse, manifesto em várias entrevistas, da autora em criar uma história que se relacionasse com pessoas de todo lugar: as línguas presentes em *Máquina de leite* soam muito bem em português brasileiro, e suas variedades, na sua tradução. Pensando que Szilvia Molnar nasceu em Budapeste, cresceu na Suécia e vive nos Estados Unidos, escrevendo majoritariamente em inglês, como foi essa pesquisa? Destacaria, especialmente, alguma resolução?

Os passeios pelas línguas são passagens pelas quais tenho um apreço especial, tanto como leitora quanto como pesquisadora da tradução e, claro, como tradutora. Acredito que eles desempenham uma função primordial dentro da narrativa, pois é dentro deles que

a “fusão” entre a narradora-tradutora e a narradora-mãe começa a acontecer de forma mais concreta.

Boa parte do livro, afinal, é sobre esse embate entre uma mulher que era uma tradutora, mas que agora se vê mãe; um embate entre um corpo que antes percorria o mundo, mas que agora está suturado e cheio de vazamentos. Mas é nesses espaços que a ranhura possibilita a fusão. É dentro deles que temos um vislumbre do que é habitar a ranhura entre as palavras, uma vez que as associações, os saltos, as conexões à primeira vista desconexas entre palavras e imagens ajudam a narradora a costurar a tradutora que ela era (e continuará a ser) com a mãe que ela acabou de se tornar.

Como tradutora, tive a sorte de poder contar com a presença de muitas palavras em latim nesses trechos, o que me ajudou muito porque o português brasileiro tem raízes latinas. No entanto, passei muito tempo abraçada aos dicionários da língua para tentar achar algum sinônimo que funcionasse melhor para a frase ou a imagem construída em português. Em outros casos, precisei desbravar os idiomas que a narradora movimentava dentro da sua singularidade, como o sueco, e trabalhar com algumas migalhas que poderiam aparecer em português.

Foi o que aconteceu com as imagens que aparecem ligadas ao termo *kropp*, do sueco, na página 176. O xis da questão era manter não só a imagem de algo redondo, mas também de algo que armazenasse alimentos e que ainda mantivesse a aliteração em “b”.

Máquina de leite é narrado em primeira pessoa, a protagonista tradutora, mas também existe a presença de Miffo, esse alter ego metamórfico de uma espécie de mãe monstruosa. Como você, enquanto tradutora, observa esses mecanismos de linguagem que fazem do livro um romance e não somente um relato sobre a experiência da gravidez e do pós-parto?

A presença de Miffo é tão importante para a narrativa quanto a presença da própria narradora. Primeiro, tem o fato de que esse alter ego metamórfico tem um nome, enquanto a narradora não tem; além disso, também não podemos esquecer o fato de que esse nome está fortemente atrelado à infância da narradora e à perda da própria mãe. A cereja do bolo é que Miffo é uma palavra do universo sueco da narradora – sendo que o sueco é também sua língua de trabalho enquanto tradutora.

A presença dessa personagem, portanto, me parece um mecanismo importante de construção narrativa, uma vez que não só nos coloca frente a frente com a questão do “o que há num nome” (esta questão, tão cara a algumas vertentes dos Estudos da Tradução) mas também destaca algo que está ausente em muito do que se

consagrou como de praxe nas escritas sobre a maternidade: o fato de que há, por parte da mulher, uma identidade inteira em constante construção antes, durante e depois do nascimento da criança. Miffo não é uma vilã e tampouco precisa ser derrotada: ela é uma contraparte da narradora sem nome, da narradora tradutora e da narradora mãe, e possivelmente continuará existindo dentro de e com todas elas.

A tradutora argentina Laura Wittner, em *Viver e Traduzir*, diz que “Traduzir é ficar colada nas costas de alguém”. Essa proximidade é mediada pela linguagem e depois, simplesmente, deixamos esse alguém partir, não sem algum tipo de relação e coisas que ficam. Ao estilo da protagonista de *Máquina de leite*, como você traduz, em uma única nota, essa experiência de viver e traduzir o livro?

Penso em dois adjetivos: incessante e estranho. Nessa ordem mesmo. Primeiro, é incessante porque, como a própria Laura Witter e também a Kate Briggs dizem, ninguém lê um livro com os mesmos olhos da pessoa que vai traduzi-lo. E a leitura, claro, afeta a tradução. Ao longo dos meses em que traduzi o livro, eu perambulava pelas farmácias procurando produtos de recém-nascidos para ver quais eram os termos usados nos rótulos; rascunhava possíveis aliterações, rimas e jogos de palavras para usar no livro; lia em voz alta um parágrafo ou outro para experimentar o gosto daquelas palavras; perguntava para mim mesma: será que é mais comum a gente dizer isso ou aquilo? Ou aquilo outro?

O trabalho incessante faz a gente duvidar até do adjetivo que parece mais imediato. Faz a gente ler e reler, anotar, editar, mudar aquela ordem na frase para ver se assim a leitura não vai ficar melhor. E aí, depois de passar tanto tempo colada nas costas da autora, de sonhar e pensar e repensar o livro, ele vai embora. Vira um estranho; circula no mundo sem mim, apesar de ter vivido por tanto tempo no meu computador. Mesmo assim, consigo me reconhecer naquelas palavras que são (e não são, mas talvez por isso mesmo são) minhas; naquele sotaque de português do Brasil que agora habita o livro.

Referências

MOLNAR, Szilvia. **Máquina de leite**. Tradução: Marcela Lanius. São Paulo: Todavia, 2024. Título original: *The Nursery*.

Manifiesto Antimaternalista de Vera Iaconelli, una traducción al español

Clareana Moreira de Castro Eugênio

Universidade Federal de Santa Catarina

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9052-3417>

La traducción de parte del libro *Manifiesto Antimaternalista* (2023), de Vera Iaconelli, al español tiene como objetivo principal presentar el texto al público hispanohablante, especialmente al latinoamericano, que puede identificarse debido a los procesos coloniales semejantes a los ocurridos en Brasil. Al igual que la autora, creo que los temas de investigación que elegimos a menudo tienen raíces en razones que desconocemos. Aquí presento, traducidos al español, la introducción *Sobre cuidar de las nuevas generaciones* y los tres primeros textos del capítulo *Maternalismo, Orígenes, Y la maternidad, ¿qué es? y ¿Mujeres? ¿Cuáles mujeres?*. Vera Iaconelli, nacida en marzo de 1965, es psicoanalista, maestra y doctora por la Universidad de São Paulo (USP). Fundadora y directora del Instituto Gerar de Psicanálise, es columnista y autora de libros como *El malestar en la maternidad* (2015) y *Criar hijos en el siglo XXI* (2019). Su trabajo se centra en la constitución de la parentalidad, abordando temas como gestación, adopción, familia, género y costumbres. En *Manifiesto Antimaternalista* (2023), publicado por la editorial Zahar, Iaconelli incorpora contribuciones de los estudios de género, las relaciones raciales, el pensamiento decolonial y las reflexiones sobre los impactos del neoliberalismo en la construcción de las subjetividades.

George Steiner (1998) decía que traducir es descifrar y escuchar el significado, comprender lo que puede querer un texto como lo de Vera es mi objetivo principal para poder compartir sus significados con quien lo lea. Las dificultades estructurales y semánticas de la traducción son inherentes al lenguaje humano.¹ En este proceso, surgieron algunos desafíos específicos. Primero, el término "enjeitada" sugiere una solución informal para la adopción de un niño no deseado, sin seguir el proceso legal. En español, "rechazada" sería una opción porque conlleva un sentido de rechazo presente en el original refiriéndose a una solución remediada. Otra expresión importante fue la adopción "à brasileira" como aparece en el original que podría a primera vista ser traducida por "a la brasileña". Sin embargo, esa es una expresión muy conectada a la gastronomía y a la estética, lo que podría causar un

¹ Steiner, George. *After Babel: Aspects of Language and Translation*. Oxford University Press, 1998.

ruido en el texto de llegada. Por lo tanto, elegí “en lo oscurito” como expresión popular en varios países de lengua hispánica que implica algo hecho fuera de la ley. Otro desafío fue la palabra “criança”, que en español es siempre “niño” o “niña”. Una alternativa sería “bebé”, como en el relato de adopción de la abuela, que era un bebé en esa época. Sin embargo, laconelli hace distinción entre las categorías bebé, niño y joven. Opté, entonces, por mantener “niño” para preservar la fluidez de la lectura, ya que el término no causa extrañeza en español y en otros momentos por niñez o infancia. Estas son las observaciones más relevantes. Aclaro que todas las notas presentadas son del texto de partida y las referencias son de la traducción. ¡Qué disfruten la lectura!

Sobre cuidar de las nuevas generaciones

La pregunta que todas las comunidades humanas están condenadas a responder, y la hacen cada una a su manera, es cómo hacerse cargo de las próximas generaciones. La nuestra no parece haber logrado buenos resultados para hacerlo, dado el estado de vulnerabilidad en el que se encuentran los niños entre nosotros. Las disputas sobre la responsabilidad del cuidado de las próximas generaciones son disputas políticas y constituyen lo que llamo aquí políticas de la reproducción.

La insistencia en un modelo anacrónico de cuidado, basado en la total responsabilización de las mujeres², es fuente de innumerables sufrimientos y enfermedades que observamos en la clínica, reiterando la amenaza a nuestro futuro. Aunque el cuidado de las próximas generaciones es un tema relacionado con muchos campos del saber - política, economía, historia, sociología -, me propuse reflexionar aquí sobre la mentalidad presente en el discurso maternalista reproducido por el psicoanálisis. Para explicar el surgimiento y el sentido del discurso maternalista dentro del psicoanálisis, tendremos que recorrer un pequeño trayecto a lo largo de los capítulos de este libro. En este momento, sin embargo, diría que el maternalismo es el discurso a través del cual la sociedad justifica y reitera el lugar de las mujeres - reducidas a la función de madres y trabajadoras domésticas no remuneradas - en el ejercicio de tareas imprescindibles para la consolidación y mantenimiento del capitalismo, como la reproducción social.

El psicoanálisis es contemporáneo de este discurso hegemónico sobre el cuidado de la prole que surgió a principios del siglo XX. Más de un siglo después, es urgente señalar los puntos en los que el maternalismo y el psicoanálisis se retroalimentan, apostando a que la teoría creada por Sigmund Freud aún es capaz de enfrentar

² La categoría "mujer" será problematizada a lo largo del texto

la forma ideológica y misógina de interpretar los roles de padres y madres con respecto a los hijos. Veamos.

Maternalismo Orígenes

Mi madre fue entregada en adopción en el hospital donde nació. Salió de allí en los brazos de mis abuelos. Un médico, consciente de que la pareja no podía tener hijos, les avisó que había un recién nacido disponible para adopción. Mi madre solo descubrió que era adoptada a los seis años, al escuchar inadvertidamente la conversación de los adultos. Nunca se supo el paradero de los padres biológicos de mi madre. No se sabe si era una pareja o una mujer sola. Sin embargo, cuenta la leyenda que ella sería fruto de un embarazo gemelar y que la pareja, "extranjera", se habría quedado solo con el niño.

La adopción "en lo oscurito"³ y el secreto que se le impuso, cuando fue revelada, trajeron el significativo "arreglada" al seno familiar, marcando para siempre el lugar de mi madre. A partir de ahí, la hija mayor de mis abuelos - ellos concibieron a mi tío poco después - comenzó a vivir estigmatizada por la mancha moral resultante de la revelación de su origen.

Las adopciones hechas en secreto requieren arreglos y disimulaciones que producen sufrimiento. Si para algunos estratos de la sociedad, entregar un hijo para ser cuidado por otras personas - familiares o vecinos - puede considerarse una práctica frecuente y legítima, para otros puede ser motivo de vergüenza y humillación. Mientras algunas familias aceptan a la *madre que dio a luz* (genitora), la *madre de leche* (que amamantó) y la *madre de crianza* (que se ocupó de los cuidados) e integran a agregados que llegan a ser tratados como hijos biológicos, la familia de mi abuela, como muchas de su generación, estaba totalmente capturada por el discurso hegemónico en el cual "madre solo hay una". En este discurso, la única filiación aceptable es la del hijo biológico común al matrimonio heterosexual. Fuera de esa lógica, quedan los rechazados, los bastardos envueltos en secretos familiares. En el amplio espectro de las condiciones socioeconómicas, el mismo guion admite variadas interpretaciones y desenlaces.

Sobre la mujer o la pareja que entregó a mi madre en la maternidad, entonces, nada se sabe, en un gesto de ocultamiento que incluye a los empleados de la institución y a los familiares cercanos. La desconsideración hacia los progenitores se revela como un camino sin retorno, impidiendo que el eventual deseo de tener alguna proximidad o información sobre el paradero del niño pueda encontrar un lugar a donde dirigirse.

³ Se trata de una adopción que no sigue las formalidades de la ley y que, por lo tanto, está sujeta a sanciones en el ámbito civil y penal.

Con la llegada del bebé-regalo, fue cuestión de tiempo para que la mudanza de casa borrara los rastros de su origen, preservando el secreto. En una eventual capitulación de la madre que gestó, cuyas condiciones adversas pueden inferirse por la forma improvisada en que se entregó a su recién nacida, ella no tendría cómo recuperar a la niña, o ni siquiera tener noticias de ella. Mi madre, por su parte, solo puede imaginar quiénes habrían sido ese hombre y esa mujer a través de los rasgos que observó en su propio cuerpo a lo largo de su vida.

Mi madre me contó que era adoptada cuando yo tenía trece años, porque sospeché de una inconsistencia genética entre ella y sus padres: sus ojos verdes no tenían precedentes en la familia. Me contó sobre la adopción como quien confiesa algo y teme represalias. ¿Desconsideraría yo a mis abuelos? ¿Miraría a mi madre con reservas? ¿La despreciaría? Ella tenía cincuenta años en esa época, pero fue solo a los ochenta, treinta años después de esa conversación, que la escuché comentar frente a conocidos que había sido adoptada. Ocho décadas pasaron entre la niña "rechazada" y aquella mujer que podía decir sin miedo que había tenido una "madre que la dio a luz" y una "madre que la crió", aunque no usara esas palabras. Ella jamás se refirió a la madre biológica, solo al hecho de haber sido entregada en adopción: "Fui entregada en adopción en la maternidad". Desde su perspectiva, su única madre era la abuela que conocí.

Comienzo con esta historia particular porque entiendo que no perseguimos temas de investigación: son ellos los que nos persiguen y, desde el inconsciente, nos hacen soñar y producir. En mi caso, el secreto sobre la adopción "en lo oscuro" de mi madre, la pérdida prematura de dos hermanos y el nacimiento de mis hijas son el trasfondo de un deseo de saber sobre los orígenes y sobre la finitud que no muestra señales de disminuir. Tampoco es irrelevante que este trasfondo se dé en una familia de clase media alta y blanca, en una gran metrópoli, en un país de mayoría no blanca sin representatividad política, revelando el lugar de donde parte mi discurso, aunque con la pretensión de ir más allá.

Hay muchas formas de abordar un objeto de estudio y cada una fracasa a su manera, hecho que el psicoanálisis tiene por principio mantener en el horizonte de sus investigaciones. Y de esto trata el concepto de castración inmortalizado por Freud. Lejos de referirse a la pérdida de una parte de nuestro cuerpo, como quedó consagrado en el imaginario social, la castración se refiere al reconocimiento de nuestros límites. De ella se deriva que nos posicionemos éticamente, sin usarlos como excusa para la inercia. Es tanto la condición como el límite para la realización de algo.

Jacques Lacan da un paso más allá en la formulación de Freud y señala que no hay lenguaje que abarque completamente la experiencia humana, la cual siempre se nos escapará. Por lo tanto, la castración es dada por el propio lenguaje, que deja fuera un resto inasimilable. Seguimos intentando abarcar ese resto, que no cesa de esquivarnos, al cual Lacan llama objeto *a*. Este opera como una promesa de satisfacción última y definitiva que, por ser del orden de lo imposible, nos mantiene produciendo más y más. Al estar condenados a satisfacciones parciales, la falta permanece como el motor que causa el deseo, pues sin ella no hay nada que desear. Estamos obligados, entonces, a seguir intentando decir lo indecible. Y es esto lo que me mueve - y conmueve - hacia la investigación sobre la maternidad: la necesidad de avanzar en la comprensión de las relaciones entre los géneros, entre maternidad/paternidad y la experiencia de gestación/parto, dentro de nuestra época, en diálogo con las cuestiones interseccionales, desde una clave de interpretación psicoanalítica. Meta ambiciosa, que no tengo la pretensión de agotar.

Saber cómo se producen y cómo se reproducen los discursos que hacen sufrir es uno de los objetivos centrales del psicoanálisis. Nos constituimos, enfermamos y curamos a través del lenguaje y su eterno intento de abarcar una existencia que lo excede. Para ello, es importante reconocer en qué trama se organiza la tarea reproductiva en nuestra sociedad y cómo esta hace más o menos aceptables nuestros diferentes orígenes.

La teoría que Freud presentó al mundo a finales del siglo XIX ha sido trabajada a la luz de los desafíos que nos presentan los siglos XX y XXI. Se equivoca quien piensa que el psicoanálisis se resume al espacio caricaturesco de un consultorio, una silla y un diván, imagen reveladora del aburguesamiento con el que se ha asociado. Tenemos al menos dos fuentes que demuestran lo contrario: la historia del movimiento psicoanalítico rescatada recientemente por investigadores⁴ y la preocupación perenne de Freud por las cuestiones sociales, presente en sus textos más célebres.⁵

Elizabeth Ann Danto revela que, después de la Primera Guerra Mundial, el inventor del psicoanálisis dio un giro político, instando a sus colaboradores a adoptar una postura crítica y comprometida con lo social. El tratamiento de los soldados psicológicamente traumatizados por los horrores de la guerra, considerados cobardes en ese momento, la preocupación por el aumento masivo de

⁴ E. A. Danto, *Las clínicas públicas de Freud: Psicoanálisis y justicia social*.

⁵ Entre los más célebres: S. Freud, *Cultura, sociedad, religión: El malestar en la cultura y otros escritos*; Moisés y la religión monoteísta, en: *ESB*, v. 23; Tótem y tabú, en: *ESB*, v. 13.

enfermedades en la sociedad y la alarmante pobreza llevaron a la búsqueda de un psicoanálisis accesible para todos los necesitados. Se crearon clínicas públicas, promovidas por mecenas, mientras se aspiraba a la integración del tratamiento psicoanalítico en el servicio público.

El ascenso del nazismo hizo que judíos y personas vinculadas al psicoanálisis tuviesen que huir a otros países y continentes. Freud, de origen judío, escapó gracias a los esfuerzos de la princesa Marie Bonaparte y se exilió en Londres en 1938, donde murió al año siguiente de cáncer de laringe. De sus cinco hermanas, cuatro murieron en campos de concentración.

Los psicoanalistas tuvieron que adaptarse a las expectativas de los lugares que los acogían, creando nuevos enfoques para el psicoanálisis. El tono social de las clínicas públicas no encontró el mismo atractivo y respaldo en suelo estadounidense, debido al malestar con discursos que hacían referencia a prácticas de inspiración socialista. La necesidad de sobrevivir en un país extranjero partiendo desde cero impidió la continuidad de los tratamientos no remunerados en escalas más ambiciosas. El carácter revolucionario del psicoanálisis fue reducido al ámbito de la clínica privada, y las aspiraciones de los psicoanalistas pioneros/as fueron adaptadas a lo que las nuevas condiciones exigían. La estabilidad financiera y el reconocimiento social de una clínica privada exitosa terminaron por reducir las aspiraciones más revolucionarias. Pero este oscuro capítulo de persecución antisemita a psicoanalistas y a sus colaboradores, así como las aspiraciones libertarias de la práctica psicoanalítica, no borraron la vocación social de los textos y actos primordiales del psicoanálisis, y hoy una nueva generación se muestra cada vez más comprometida en rescatar la radicalidad de Freud.

En América Latina, la teoría freudiana llegó ya marcada por la lógica de la clínica privada y con un acento colonial indiscutible, y necesitó décadas para empezar a ser leída desde una perspectiva más crítica, que tomara en cuenta las condiciones de vida del latinoamericano. Fue traída por una élite blanca que tenía la pretensión de aplicarla aquí con la misma frecuencia y honorarios europeos, y que tomaba los conceptos como verdades universales. Vale recordar el caso de Virginia Bicudo, la primera psicoanalista sin formación médica en Brasil, primera analizante de América Latina, una mujer negra, cuya biografía revela un evidente espíritu pionero, pero que necesitó hacer su análisis en Londres para ser reconocida por sus pares de aquí.⁶

⁶ Ver V. L. Bicudo, *Atitudes raciais de negros e mulatos em São Paulo*; J. D. Gomes, *Os segredos de Virginia: Estudo de atitudes raciais em São Paulo* (1945-1955).

Por la crítica social, pero también por la concientización racial, el psicoanálisis brasileño de los años 1960 y 1970 estuvo marcado por el intento de algunos grupos de descolonizarlo, mientras que otros se alineaban vergonzosamente con la dictadura militar⁷. La búsqueda de un discurso atravesado por las condiciones y sufrimientos propios de nuestra realidad encontró en Lélia Gonzalez, M. D. Magno, Hélio Pellegrino, Maria Rita Kehl, Betty Milan, Jurandir Freire Costa y Joel Birman, entre otros exponentes, una lectura crítica del psicoanálisis brasileño.

En las últimas décadas, la teoría psicoanalítica ha sido interpelada por los estudios de género y las relaciones raciales, por la investigación decolonial y por una reflexión más profunda sobre los efectos del neoliberalismo en la construcción de las subjetividades.⁸ No es sin tensión que la teoría que alguna vez fue considerada la más revolucionaria de su época hoy se deja criticar por otros saberes⁹. La crisis que puede surgir de este enfrentamiento es absolutamente necesaria, ya que lo que alguna vez se consideró transgresor tiende a ser asimilado por el status quo. Si el psicoanálisis quiere seguir siendo fiel a su carácter innovador, debe dialogar con otras teorías de manera horizontal.

En Brasil, los psicoanalistas han trabajado en la intersección de estos saberes, con contribuciones de gran relevancia que nos sitúan a la vanguardia de muchas discusiones a nivel internacional. La entrada de un contingente considerable de jóvenes negros en la educación superior, resultado de políticas de acción afirmativa, está cambiando la cara de quiénes pueden ser analizados y quiénes pueden estudiar la teoría psicoanalítica y convertirse en psicoanalistas en Brasil. Esta renovación enfrenta muchos obstáculos al ir en contra de las expectativas sociales en nuestro país, donde la educación superior, y todos los demás accesos a la movilidad social, son enormemente dificultados para personas negras, pardas e indígenas. La búsqueda de diálogo con otras áreas del conocimiento se muestra importante, sobre todo cuando pensamos en la lectura psicoanalítica de la maternidad, aún marcada hoy por el discurso *maternalista*. Mantengamos en mente que la subjetividad no se da fuera de la época y la cultura, sino que es su efecto y su causa.

⁷ R. A. Lima, *A psicoanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): História, clínica e política*.

⁸ V. Safatle, N. da Silva Jr. y C. Dunker (Eds.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*.

⁹ Un ejemplo contundente es la crítica de Paul B. Preciado sobre el lugar del sujeto LGBTQIAPN+ dentro del psicoanálisis, ver P. B. Preciado, *Yo soy el monstruo que os habla: Informe para una academia de psicoanalistas*.

Incluso si el psicoanálisis no fuera mi campo de estudio y área de actuación, sería imposible hablar sobre maternidad sin sumergirme en la teoría que más revolucionó su comprensión y que también fue responsable de muchos mitos relacionados con ella.

Y la maternidad, ¿qué es?

"Maternidad" es un término curioso por la multiplicidad de sentidos que conjuga y por las paradojas que crea. Puede significar la relación de parentesco con los hijos, pero también el hospital donde se suele parir. "Madre" es un significante que abarca a la mujer que dio a luz, a la mujer responsable del hijo sin haberlo parido, a la mujer que es responsable legalmente pero que no se ocupa del hijo. "Maternal" puede ser el adjetivo para describir una cierta cualidad de cuidado brindado por la madre, pero también por el padre, por quien cuida, ¡por el/la psicoanalista!

El término "madre" se liga al mito de que la progenitora es el tipo preferencial de madre, aquella que tendría dotes naturales para la función. En este caso, se dice desde los tiempos del Imperio, que "*¡Madre solo hay una!*", para distinguirla de la nodriza, la niñera o la cuidadora, que eran las encargadas del cuidado de hecho.¹⁰

Aparentemente, en todos lados, y por lo tanto en ninguno con mucha claridad, el término revela nuestra dificultad para entender, al final, qué sería una madre y cuál es la diferencia entre la función materna y la de los/las demás cuidadores/as de las infancias. Al intentar enumerar estas diferencias, vemos que prevalece la convención social, sin haber nada intrínsecamente natural bajo este significante.

Al tocar en la cuestión central sobre nuestro origen, que siempre nos escapa, el significante "madre" da lugar a innumerables pistas falsas. Al no poder responder al "*¿De dónde venimos?*" ni al "*¿Hacia dónde vamos?*", tenemos la palabra "madre" como un velo para lo incognoscible.

"Madre" es un término que puede migrar con el género, conforme el sujeto se reconozca como hombre o mujer. Frecuentemente, los hombres transgénero¹¹ se autodenominan padre y las mujeres

¹⁰ M. Del Priore, *Ao sul do corpo: Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*, p.16; R. Segato, *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos: Y una antropología por demanda*, p.217.

¹¹ Se usa el término transgénero para referirse a personas que no se sienten identificadas con el sexo que les fue asignado al nacer. Cisgénero, por otro lado, es la persona cuya identidad de género corresponde a la que le fue atribuida según sus características anatómicas y fisiológicas al nacer. Incluye a las personas nacidas con ovarios/útero/vagina, convencionalmente denominadas "mujeres", que se identifican como mujeres, y a las nacidas con pene/testículos, que se identifican como hombres. Veremos que en algunas etnias tradicionales hay relatos de casos en los cuales la infertilidad, la menopausia o la elección personal

transgénero se autodenominan madre, pero no siempre. Como nos muestra Patrícia Porchat¹², este es un indicio importante del trabajo simbólico involucrado en la denominación de padre/madre, que va más allá de los atributos biológicos, los roles sociales e incluso del género. Las parejas homosexuales también encuentran formas propias de nombrarse, diferenciando entre dos padres o dos madres.¹³

Cuando Margaret Mead describió el cuidado cariñoso y ostensivo que los padres del pueblo Arapesh, de Nueva Guinea, dedicaban a sus hijos recién nacidos, utilizó la palabra "materno" para calificarlo¹⁴. Al mismo tiempo que revela un mundo en el cual padre/madre desempeñan la misma función para el recién nacido - con la excepción de la tarea de amamantar -, la antropóloga no imaginaba que esos puedan ser cuidados paternos. Desde su perspectiva europea del siglo XIX - en ese y en otros aspectos nada distante de la actual -, lo materno se traduce por una calidad de cuidado asociada al género femenino, incluso cuando es realizado por un hombre.¹⁵

Hoy en día son cada vez más frecuentes los padres que se dedican a los hijos de una forma hasta entonces considerada femenina. Aún son pocos en comparación con el comportamiento hegemónico, pero revelan un cambio de mentalidad creciente. ¿Tendremos que calificarlos como padres maternales o pueden recibir mérito propio? ¿Guardaremos "cuidados maternos" como adjetivo? Si lo hacemos, ¿en nombre de qué sería? ¿Cuál es la relación de esto con el hecho de que, en la reproducción, la mujer cisgénero y el hombre transgénero se ocupan de la gestación, el parto y la lactancia? ¿Sería la biología el factor determinante? Si es así, ¿cómo calificar la relación de padres/madres adoptivos o de mujeres transgénero con sus hijos? ¿Sería una competencia intrínsecamente femenina, incluso cuando la mujer no concibe? ¿Cómo pueden los abuelos, otros parientes y también cuidadores/as en instituciones criar a los niños sin ser considerados madres/padres de hecho?

permitieron que sujetos nacidos con útero fueran asimilados al grupo de los hombres y se convirtieran en padres, por ejemplo.

¹² Sobre el tema, ver P. Porchat, "*Mãe-e-pai: uma parentalidade não-binária*".

¹³ Usaré la transgeneridad masculina como paradigma que rompe la idea hegemónica de paternidad y maternidad en la medida en que estos ideales son fuertemente tributarios de la interpretación biologicista de la maternidad. Los cruces ideológicos ligados a la orientación sexual serán señalados como formas heteronormativas o, de manera más general e inclusiva, como violencia contra sujetos dentro del espectro LGBTQIAPN+.

¹⁴ M. Mead, *Sexo y temperamento*, p. 64.

¹⁵ Uso "recién nacido", "retoño" y "nascituro" porque no siempre se trata de un hijo.

Padre y madre aún son considerados la dupla de oro, entendida muchas veces como compuesta de elementos cuya falta comprometería el psiquismo infantil. Pero ahí están las madres solteras y las parejas lésbicas y gays con hijos para demostrar que la realidad es mucho más rica y prometedora de lo que la cartilla heteronormativa pretende hacer creer.

En los casos de disputas de custodia, corresponde a psicólogas, jueces, abogados, consejeros tutelares, asistentes sociales y demás involucrados reconocer cuál es el imaginario de parentalidad y familia que les sirve de guía en las decisiones que toman y que afectan miles de vidas todos los días. En nuestra función de psicoanalistas, somos testigos de cómo estas decisiones afectan también, profundamente, a los profesionales que lidian con el futuro de familias y niños. Reconocer las fantasías inconscientes que mueven decisiones sobre custodia y cuidados es una de las cuestiones fundamentales a ser consideradas en la interpretación de estas disputas.

Para entender mejor los conflictos de nuestras políticas de reproducción, propongo recorrer un camino que va de la *reproducción de cuerpos a la reproducción de sujetos*¹⁶, consciente de que se trata de una división cuya barrera es tenue y movable. La reproducción del cuerpo está ligada, por un lado, a la materialidad reproductiva, es decir, al proceso a partir del cual se obtiene el producto de la concepción: una estructura anatómico-fisiológica de la especie humana, a la cual llamaré *organismo*¹⁷. Por otro lado, si esas estructuras serán elevadas - o no - a la categoría de *cuerpo*, tal como se entiende en el psicoanálisis, dependerá de su reconocimiento a partir de las coordenadas simbólicas, y no de su existencia material. Es lo simbólico lo que determina, con base en el reconocimiento de una cierta imagen nombrada como tal, lo que es cuerpo, lo que es potencialmente un cuerpo y lo que es desecho.

¹⁶ V. Iaconelli, "*Reprodução de corpos e sujeitos: A questão perinatal*".

¹⁷ Usaré el término "organismo" en su sentido usual, para referirme a la reproducción de la estructura anatómico-fisiológica. El psicoanalista Christian Dunker, sin embargo, al sugerir el concepto de corporeidad, propone la palabra "organismo" para referirse al carácter imaginario del cuerpo, ligado a la constitución del Yo. Opté por no seguir sus pasos aquí para hacer el texto más inteligible para lectores ajenos al campo del psicoanálisis. A los interesados en la concepción de Dunker, recomiendo encarecidamente: C. Dunker, "Corporeidad en psicoanálisis: Cuerpo, carne y organismo".

No siempre la concepción desemboca en la reproducción de un sujeto¹⁸. No siempre un sujeto llega a constituirse, pues no basta con tener la materialidad del organismo. La constitución subjetiva implica la producción de otro cuerpo, que se basa en el *cuerpo erógeno*. La cuestión del psicoanálisis es justamente cómo de un organismo puede emerger un cuerpo. Y la respuesta pasa por el cuerpo de quien cuida¹⁹, cuya subjetividad ya está constituida.

Este proceso solo es posible si se le ofrece una cierta calidad de relación muy específica desde los primeros momentos. Suponer que habría un trayecto automático o simple, como ocurre con otros mamíferos que apenas nacen ya adquieren autonomía y comportamiento propio de su especie, es ignorar lo que es la naturaleza humana.

Por parte de los padres, el error recurrente es suponer que la experiencia de la gestación, el parto, el puerperio o la lactancia sería capaz por sí sola de convertir a alguien en madre o padre. Si no hay relación de causa y efecto entre la experiencia de la reproducción y la constitución subjetiva en el bebé, tampoco estará garantizada la asunción subjetiva del parentesco por el simple nacimiento del bebé. Inseminar y dar a luz nunca han hecho de nadie padre o madre, y los bancos de semen y los vientres de alquiler o solidarios²⁰ están ahí para ejemplificarlo.

La biologización y naturalización del tema impiden que veamos con claridad cuál es la relación entre procreación y asunción de maternidad/paternidad. Pero, si la reproducción no garantiza el tipo de lazo ni la tarea de criar, no se debe ignorar la complejidad de la experiencia reproductiva y sus efectos en la subjetividad y en los lazos sociales. La experiencia de gestar, dar a luz y amamantar no debe confundirse con cualquier garantía ni con una determinada calidad de cuidado. Tampoco se pueden descuidar los efectos del

¹⁸ Los temas de la reproducción de sujetos, de la parentalidad y de la constitución del sujeto serán abarcados en la tercera parte del presente libro, "Reproducción de sujetos".

¹⁹ Uso "quien cuida" o "cuidador/a" para englobar a padres, madres, demás parientes, personas responsables de la niña o el niño sin grado de parentesco, profesionales en instituciones que se encargan de ellos. Usaré "padre" y "madre" solo en las situaciones en las cuales, dentro de este abanico de posibilidades de cuidadores, se trate de una relación de filiación.

²⁰ En Brasil, el término correcto es "vientre solidario", ya que, según la resolución n. 2294/2021 del Consejo Federal de Medicina (CFM), "la cesión temporal del útero no podrá tener carácter lucrativo o comercial". Sin embargo, no existe todavía una ley sobre esto en Brasil, solo resoluciones del CFM y una disposición del Consejo Nacional de Justicia (CNJ).

ciclo gravídico-puerperal. Es necesario separarlos de falsas expectativas que llevan a equívocos y sufrimiento.

Si la progenitora suele ser considerada el "estándar dorado" en el cuidado de la prole, obviamente no se trata de cualquier mujer, pues se le atribuye a cierta clase de progenitoras el tope de la jerarquía de quienes cuidan a un niño. Seamos más exactos: se trata de la mujer cisgénero, heterosexual, casada, blanca, con recursos financieros y adulta²¹. Este estándar, al ser utilizado como norma, reproduce el ideario hegemónico y opresor responsable de la patologización de otras configuraciones parentales y de otras personas, y de la reproducción de desigualdades sociales.

Así, infantes bajo la responsabilidad de padres, madres que no dieron a luz, otros parientes o profesionales estarían social y psíquicamente condenados por no recibir los cuidados de la maternidad estándar de oro. En esta lógica, los hijos de otra realidad, que no cumplen con este imaginario racista, clasista, familista y misógino, podrían, por ejemplo, ser "salvados" por adoptantes de una mejor clase social, en una práctica de circulación de niños que tiene dimensiones globales.

Pero si, como se ha dicho, la biología no garantiza los lazos parentales, tampoco puede ser descartada de antemano. La ausencia de derechos reproductivos –fruto de la miseria, del anacronismo y del descuido del Estado– llega a reducir a madres y padres socialmente vulnerables a simples progenitores. Se trata de una violencia institucionalizada que retira sistemáticamente a los niños de padres y madres pobres que ni siquiera tienen la oportunidad de asumir la descendencia.

La investigadora Claudia Fonseca, estudiando algunas poblaciones pobres del sur de Brasil, ha señalado cómo, en las capas populares, los significantes "madre que crio", "madre que amamantó" y "madre que parió" no se confunden, pudiendo ser los tres reconocidos. Ella ilustra este hecho a través de varios casos sobre los cuales ha escrito²². En uno de ellos, Fonseca conoce a la niña Claudiane, a quien le pide que relate cuántas madres tiene. La niña responde con desenvoltura y aire de satisfacción: "Tres: la madre de leche, la madre de crianza y la madre que me ganó. Tenía tres días, vine aquí [a la casa de una vecina], y me fui solo a los cinco años²³". Otro caso

²¹ Clase, género y raza son marcadores fundamentales para pensar en el valor atribuido a quien puede o no ser madre en nuestra sociedad. Con la mención a "adulta" me refiero al contrapunto con la parentalidad en la adolescencia, hoy condenada, pero en algunas épocas y lugares altamente deseada.

²² C. Fonseca, *"Mãe é uma só?: Reflexões em torno de alguns casos brasileiros"*.

²³ Ver Ciranda, cirandinha, dirigido por Claudia Fonseca (Brasil, 1994, 27 min.). Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=L-KOST2Hxp6o>.

se refiere a un joven que llega al vecindario preguntando por una señora llamada María, madre de muchos hijos. Quien le responde dónde vive la señora es una de sus hijas, que solo después se entera de que el joven es un hermano criado lejos. El joven es inmediatamente asimilado como hermano, la sangre²⁴ común funcionando como eje agregador fundamental de estos sujetos que comienzan a reconocer el parentesco, incluso sin haber sido criados junto²⁵s. Fonseca aboga por el reconocimiento de los diferentes discursos sobre la maternidad, más allá del modelo hegemónico impuesto por las capas más acomodadas²⁶.

El tratamiento opuesto se da cuando, dependiendo del lugar desde donde observamos a estas madres, la progenitora sin recursos financieros puede ser vista como mera reproductora de organismos, a ser descartada tan pronto como el niño es adoptado por una familia en mejores condiciones sociales. La progenitora de las clases más acomodadas, sin embargo, suele ser vista como madre indiscutible, ya que encarna el modelo hegemónico de la maternidad. Es el discurso de las clases más altas el que descalifica a la progenitora que entrega al hijo para que otra familia lo cuide, al mismo tiempo que invisibiliza la omnipresencia de las niñeras que cuidan de su descendencia.

La maternidad reproduce el lugar social en el que encontramos madres de primera clase y de segunda. Como ya denunciaba Jacques Donzelot, correspondería a la sociedad y al Estado apoyar a las primeras en su "función supuestamente sagrada", mientras vigila las "limitaciones y cohibe los vicios" atribuidos a las segundas.²⁷

Ante una realidad en la cual hombres y mujeres disputan el espacio público, las mujeres continúan acumulando cuidados domésticos y la jefatura de los hogares, se popularizan nuevas formas reproductivas y se reconocen configuraciones familiares no hegemónicas, es imprescindible que reflexionemos sobre lo que entendemos por maternidad y paternidad hoy. El colapso del modelo ideal de maternidad heredado del siglo XVIII y recrudescido a principios del siglo XX es perceptible. Su fracaso se hace notar en el padecimiento de los hijos, en la precarización de los cuidados de

²⁴ Término usado por una de las entrevistadas para explicar el reconocimiento del parentesco.

²⁵ C. Fonseca, "Da circulação de crianças à adoção internacional: Questões de pertencimento e posse".

²⁶ C. Fonseca, Caminos de adopción.

²⁷ J. Donzelot, La policía de las familias.

las infancias²⁸ y en la pérdida del derecho a la descendencia en las poblaciones más pobres.

La infancia sería el período en el cual la sociedad en su conjunto y los padres en particular tienen la misión de presentar el mundo paulatinamente al niño, identificando y respetando sus límites físicos y psíquicos. La idea de infancia como la conocemos hoy fue creada con la modernidad para preparar mejor a los pequeños para las nuevas exigencias sociales de la familia burguesa²⁹. Está claro que no todos los niños se benefician de la protección y la preparación que se preconizan para este período de la vida³⁰, como podemos notar por el asombroso número de niños que trabajan, se casan o guerrean³¹, contraviniendo el ideal de infancia surgido en el siglo XVIII. Además, la idea hegemónica de infancia responde a una preparación para el modelo burgués de familia y sociedad, un modelo que no contempla la experiencia de numerosos niños en otras culturas, cuyas aspiraciones son distintas de las del modelo capitalista. La psicoanalista Ilana Katz, en "Infancias: Una cuestión para el psicoanálisis", señala el carácter colonizador del uso del término "infancia" cuando supone homogeneidad de intenciones, métodos y experiencias para los niños alrededor del mundo. De ahí la importancia de su propuesta de usar el plural, "infancias", denunciando el origen ideológico del paradigma original.

Vivimos un punto de inflexión en el cual la maternidad idealizada, que no corresponde a las necesidades y posibilidades de madres e hijos, desemboca en una generación desatendida. Para la cuestión perenne sobre el cuidado de las próximas generaciones, nuestra sociedad responde con un modelo anacrónico basado en la entera responsabilización de las mujeres - respuesta que ya era insostenible en el pasado y que ahora tiende al colapso.

¿Mujeres? ¿Cuáles mujeres?

La parentalidad está atravesada por las condiciones sociales de padres y madres. Esta importante diferenciación debe acompañar todas las cuestiones relativas a las mujeres aquí mencionadas. Como

²⁸ Sobre la corrosión de la conyugalidad, ver: C. Dunker, "*Economia libidinal da parentalidade*"; sobre la precarización de los cuidados, ver: I. Katz, "Infancias: Una cuestión para el psicoanálisis".

²⁹ P. Ariès, *História social da criança e da família*.

³⁰ N. Postman, *La desaparición de la niñez*.

³¹ Según el último informe de Unicef, uno de cada diez niños en el mundo trabaja. Ver: International Labour Organization y Unicef, *Child Labour: Global Estimates 2020, Trends and the Road Forward*; Plan International Brasil, *Levantando el velo: Estudio sobre el matrimonio infantil en Brasil*. Según la ONU, en 2013 había alrededor de 300 mil niños soldados en 86 países.

nos advierten el transfeminismo y el feminismo negro³², la categoría "mujer" está atravesada por clase, raza, género, lo que nos impide pensarla como un grupo homogéneo. En un país de desigualdades abismales como Brasil, esto significa que tendremos mujeres viviendo en condiciones diametralmente opuestas: desde las que sobreviven en vertederos hasta las que viajan en helicóptero. No se puede eliminar de la ecuación de la parentalidad las condiciones materiales y la exposición moral a las que están sometidos los que viven al margen de la sociedad, ni tampoco las distorsiones en la transmisión parental que crea el lujo.

La pobreza es un factor importante de vulnerabilidad de la parentalidad, que la hace inviable en muchos casos. Tenemos, por ejemplo, las entregas para adopción debido a la pobreza, en contra del deseo de los padres. En el momento de la concepción, debemos recordar también que las personas pobres no tienen acceso a métodos de tratamiento de infertilidad, y no solo debido a los costos. Aunque Brasil ofrece tratamiento de inseminación artificial gratuito a través del Sistema Único de Salud (SUS), el derecho a la descendencia se vuelve cada vez más inalcanzable por la imposibilidad de sostener a la prole.

Según Fonseca, en los barrios populares que estudió, los "niños son el alma del lugar, y la idea de postergar e incluso evitar la llegada de un hijo es inconcebible³³". Es importante recordar, sin embargo, la diferencia de estatus entre bebé, niño y joven, cuyo lugar en la comunidad puede migrar fácilmente de dádiva a estorbo. La precariedad socioeconómica, la violencia dentro de las familias y la falta de perspectivas que empujan a muchos jóvenes hacia el crimen también son una parte significativa de este estrato social. Además, la violencia estatal que diariamente mata a jóvenes no nos permite romantizar la parentalidad en las periferias.³⁴ Aun así, postergar la maternidad por la carrera profesional o para disfrutar la vida no parece tener sentido en estos grupos, donde las oportunidades y aspiraciones son otras y la comunidad tiende a absorber a quienes llegan, incluso fuera de la familia de origen. No podemos generalizar las aspiraciones de una clase social como si fuera una masa indiferenciada, pero buscamos reconocer cuáles son los discursos considerados prevalentes en determinados grupos.

³² E. Koyama, "The Transfeminist Manifesto"; J. G. de Jesus; H. Alves, "Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais"; A. Davis, *Mujeres, raza y clase*; L. Gonzalez, *Por um feminismo afro-latino-americano*; b. hooks, *¿Acaso no soy yo una mujer?: Mujeres negras y feminismo*.

³³ C. Fonseca, *Caminos de adopción*.

³⁴ Agradezco a la psicoanalista Bárbara Cristina Souza Barbosa por su interlocución sobre temas relacionados con la interseccionalidad y la parentalidad. Sus contribuciones inestimables atraviesan todo este texto.

Abogar por el derecho a la descendencia de los marginados por la miseria desvela cuánto la parentalidad se convierte en un lujo al que no todos pueden acceder, un lujo de carácter privado y de entera responsabilidad de quien lo tiene. Por regla general, la sociedad solo aparece a la hora de denunciar la precariedad a la que están sometidas las infancias, ignorando las condiciones en las que ella misma mantiene a los padres.

En los barrios acomodados, donde la privacidad está garantizada, el Estado no decide quién puede y quién no puede mantener a sus hijos. La violencia doméstica, la drogadicción y la negligencia solo se detectan cuando el caso es tan grave que llega a las noticias. En las periferias, la vigilancia ostentosa lleva a muchas pérdidas de custodia por motivos fútiles y arbitrarios, resultado del prejuicio y la descalificación.

En cuanto al proceso de racialización, la fundación del país se dio con la esclavización de pueblos originarios, seguida de la esclavización de africanos secuestrados. Fue a través del mestizaje forzado entre los invasores europeos y las mujeres indígenas y africanas de múltiples etnias que se formó el pueblo brasileño, un proceso violento e inhumano que ha pasado a la historia como un mestizaje pacífico y un ejemplo de democracia racial, una flagrante ideología al servicio tanto del grotesco olvido de la historia como de la perpetuación de las desigualdades raciales. La masacre de negros e indígenas, que continúa ocurriendo, y la forma inconsecuente en que se realizó la abolición de la esclavitud en Brasil, sin indemnización ni planificación, perpetuaron desigualdades centenarias. No hubo un plan de integración de los ex-esclavizados a la sociedad, ni protección de las comunidades indígenas. No hubo reparación histórica y, pasados más de 130 años, todavía vemos resistencia a políticas afirmativas como las cuotas raciales. Un largo proceso que se refleja de muchas formas en el lugar de la mujer negra e indígena en la sociedad, así como en la trama de la maternidad en sus familias.

El tema es relevante para los estudios de la parentalidad, ya que, desde el comienzo de la formación del pueblo brasileño, esta población ha tenido su papel fundamental en el sostenimiento de la familia blanca invisibilizado. La economía reproductiva se refiere a las actividades relacionadas con el mantenimiento de la vida, las tareas domésticas y el cuidado de hijos, maridos y ancianos. Se distingue de la economía productiva, que es remunerada y reconocida como trabajo. Esto ocurre dentro de la lógica capitalista de la división sexual del trabajo, en la cual el dinero pasa a determinar lo que es verdaderamente trabajo y lo que se invisibiliza como tal. El cuidado de los niños, que quedaba a cargo de las amas de leche y otras sirvientas esclavizadas, se trata como si nunca

hubiera existido. Las niñeras de hoy, que dejan a sus hijos para cuidar a los hijos de otras familias o ni siquiera tienen familia por trabajar fuera en dedicación integral, son una herencia directa de nuestro pasado colonial.

No se puede ignorar que la maternidad se da de formas muy distintas para mujeres blancas y negras/indígenas, y que las últimas se han convertido en parte de la construcción de las familias blancas. Pero no seamos ingenuos: a menos que abogemos que el cuidado de los hijos es un asunto estrictamente femenino, lo cual justamente busco denunciar aquí, debemos reconocer que lo que ocurre entre estas mujeres de diferentes razas y clases sociales no se restringe a ellas. Por lo tanto, no es la mujer blanca la que tiene una niñera, sino la *familia blanca* (padre, abuelos, tíos, hermanos), cuya responsabilidad con los pequeños se ha resuelto con la contratación de los servicios de una niñera.

Aunque todas las mujeres sufren opresiones de género, también existe una jerarquía entre mujeres negras y blancas, que deja a la mujer negra en una condición mucho peor. En su obra *¿Acaso no soy yo una mujer?*, bell hooks expone que la mujer negra esclavizada que estuviera embarazada sufría, al contrario de lo que se podría esperar, una violencia mayor que la perpetrada contra hombres y mujeres negros que no estaban en gestación. Esto ejemplificaba el lugar de la maternidad en la lógica racista, que impedía la identificación de las madres blancas con las madres negras y dejaba claro que la maternidad de la mujer negra era considerada abyecta, sirviendo solo para la reproducción de sujetos que ya nacían esclavizados. La psicoanalista Bárbara Cristina Souza Barbosa hace una interesante provocación parafraseando la célebre intervención de Sojourner Truth³⁵ al transformar la emblemática frase de la abolicionista negra y activista por los derechos femeninos en "¿Acaso no soy una madre?".

³⁵ En un discurso improvisado, pronunciado en la *Women's Rights Convention* [Convención por el Derecho de las Mujeres], en Estados Unidos, en 1851, Sojourner Truth dijo: "Esos hombres allí dicen que las mujeres necesitan ayuda para subir a los carruajes, y que deben ser llevadas al cruzar zanjas, y que merecen el mejor lugar donde quiera que estén. ¡Nadie jamás me ayudó a subir a los carruajes, ni a saltar sobre charcos de lodo, y nunca me ofrecieron un mejor lugar en ninguna parte! ¿Y no soy una mujer? ¡Mirenme! ¡Miren mis brazos! He arado y plantado, y recogido la cosecha en los graneros, y ningún hombre podría estar delante de mí. ¿Y no soy una mujer? Podría trabajar tanto y comer tanto como cualquier hombre - si tuviera la oportunidad de hacerlo - ¡y soportar el látigo también! ¿Y no soy una mujer? He dado a luz a trece hijos y vi a la mayoría de ellos ser vendidos a la esclavitud, y cuando clamé con mi dolor de madre, ¡nadie sino Jesús me escuchó! ¿Y no soy una mujer?". (traducción de Osmundo Pinho para el portugués)

Los hombres negros esclavizados, por su parte, evitaban defender a estas mujeres para no ser castigados, lo que terminaba por dejarlas aún más aisladas. La insistencia en desagregar a la familia negra era una táctica política para dificultar que los esclavizados se unieran y se rebelaran. La historia está llena de insurrecciones y actos heroicos de los ultrajados por la esclavización³⁶, pero incluso estos hechos son invisibilizados por la narrativa de la supuesta cordialidad del brasileño y del mestizaje pacífico.

Tenemos en la literatura infantil de Monteiro Lobato el caso ejemplar y paradójico de Tía Nastácia, merecedora tanto de afecto como de absoluto desprecio. Ella permanece como ciudadana de segunda clase al servicio de niños ricos y blancos, que la aman pero son convenientemente incapaces de reconocer la violencia que le imponen. Es tía, "como si fuera de la familia", en la oscuridad de una relación laboral no nombrada, más afín a los trabajos análogos a la esclavitud que pueblan la realidad posabolición. Desprecio, odio y violencia caminan de la mano con afecto y cuidado, perpetuando la mentalidad en la cual se hunde nuestro racismo estructural.

La categoría "mujer" también está en discusión a partir de los estudios queer, en los cuales la construcción social y psíquica de los géneros pasó a ser cuestionada. Así, tenemos por ejemplo hombres y mujeres transgénero o no binarios exigiendo su lugar de reconocimiento en el universo parental y llevando las categorías a ser repensadas para además de la anatomo-fisiología. Parejas lesbianas y gays con hijos tratando de una configuración familiar en que hay dos madres o dos padres promueven una reflexión acerca del modelo padre-madre-hijo, instándonos a rever las falsas expectativas sobre lo que sería necesario para la consecución de la tarea parental.

Así, los marcadores sociales, de raza y de género nos obligan a reflexionar sobre la parentalidad teniendo en cuenta la interseccionalidad, término que nació en el seno del movimiento feminista antirracista en un artículo de 1989 de Kimberlé Crenshaw, denunciando la superposición de formas de opresión.³⁷ Al pensar en la interconexión entre estas categorías, los estudios de la interseccionalidad posteriormente denunciaron también el cruce de claves discriminatorias como el capacitismo y el edadismo, entre otros. Es decir, se trata de discutir los marcadores ideológicos que sirven de sustrato para diferentes formas de violencia.

³⁶ J.J. Reis y F. dos S. Gomes (Eds.), *Revoltas escravas no Brasil*.

³⁷ K. Crenshaw, "Desmarginalizar la intersección de raza y sexo: Una crítica feminista negra de la doctrina antidiscriminación, la teoría feminista y la política antirracista".

La pregunta que persiste es: ¿cómo cuidar de las nuevas generaciones sin recurrir a políticas anacrónicas? ¿Cómo escapar de soluciones moralizantes, que aspiran a volver a meter el genio en la botella, es decir, mantener a la mujer como única responsable de los niños? Para enfrentar esta problemática, que nos afecta directa y diferentemente a todos, tengamos hijos o no, busqué desentrañar algunos hilos del ovillo de ideologías y errores ligados al tema. Entre ellos, específicamente, los hilos que pertenecen al psicoanálisis.

El discurso maternalista persiste en teorías e interpretaciones psicoanalíticas que atribuyen a la mujer poderes inigualables en el cuidado de la prole, fuertemente apoyados en la heteronormatividad, afectados por las condiciones raciales y de clase, y fomentados por la idealización del ciclo gravídico-puerperal. Para revisar esta posición, es necesario observar lo que ocurre allí donde se reproducen organismos, tratando de entender qué puede causar este evento en gestantes, parturientas y puérperas/os.³⁸

Con esto, busco distinguir entre las condiciones necesarias para la constitución subjetiva del bebé y los cuidados con los niños, por un lado, y la experiencia de gestar y dar a luz, por otro. La apuesta es que reevaluar nuestras creencias sobre la maternidad es el primer paso, y el requisito previo, para encontrar soluciones sostenibles para las infancias y para la lucha de las mujeres. Al fin y al cabo, esta es una cuestión que nos concierne a todos y de cuya respuesta depende nuestro futuro como sociedad. Entre la necesidad de cuidar a las infancias y la posibilidad de que las mujeres asuman solas esta responsabilidad existe un abismo que llamo "maternidad en colapso". Aunque es aterrador, se sabe que, para que lo nuevo surja, lo viejo debe derrumbarse.

Pero antes necesitamos detenernos en el camino que desemboca en lo que estamos llamando discurso maternalista y que, como dijimos, es contemporáneo de la creación de la psicoanálisis.

Referencias

DICCIONARIO DE LA LENGUA DE LA REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Disponible en: <https://dle.rae.es>. Acceso en: 01 jun. 2024.

DICIONÁRIO LINGUEE <https://www.linguee.com.br/>. Acceso em 01 de jun.2024

IACONELLI, Vera. *Manifiesto Antimaternalista: Psicanálise e políticas da reprodução*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

³⁸ En este grupo se incluyen hombres transexuales y personas no binarias que han dado a luz.

STEINER, George. ***After Babel: Aspects of Language and Translation***. Oxford University Press, 1998.

Maternidades rebeldes, una lectura paralela de *In vitro*, de Isabel Zapata y *Linea nigra*, de Jazmina Barrera

Rebellious Motherhoods: A Parallel Reading of In vitro by Isabel Zapata and Linea nigra by Jazmina Barrera

Amanda Patricia Castañeda Merizalde

Universidad Iberoamericana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8085-6284>

Alejandra Hernández Ojendi

Candidata a maestra en Letras Modernas, Universidad Iberoamericana

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4843-4543>

Resumen: Esta propuesta parte de la crítica que se produce desde la literatura hacia la maternidad que vista desde una perspectiva unívoca y uniforme en la lógica heteropatriarcal indiscutiblemente implica la realización plena y natural; proponemos en cambio, a partir de la lectura de dos obras de autoras mexicanas contemporáneas, *In vitro* (2021), de Isabel Zapata, y *Linea nigra* (2020), de Jazmina Barrera, la posibilidad de leer, desde cánones subvertidos, respecto al lado B de las maternidades, como posibilidades y construcciones culturales multiformes, heterogéneas y plurales. En estos textos las voces narrativas relatan sus propias experiencias y las de sus conocidas y cercanas sobre las implicaciones de las maternidades, encontramos voces que advierten que no escriben, producen ni crean en soledad sino acompañadas de otras voces, lecturas y perspectivas. Las lecturas develan aspectos como los horrores de la violencia obstétrica, la falta de información, los cambios que se generan en los cuerpos, el deseo y el temor respecto a la maternidad. Se trata de obras que irrumpen en el canon pues hablan sobre lo privado e íntimo desde lógicas feministas que cuestionan aquello de lo que no se habla con frecuencia al narrar las maternidades: la incertidumbre, los temores, la pérdida de independencia y autonomía, la posibilidad de ser madres rebeldes, transgresoras, falibles e imperfectas y además se trata de textos en los que las narradoras se describen como creadoras en doble vía: por un lado gestaron una vida y por otra gestan textos. Desde esta lógica las proponemos como maternidades *nómades*, a partir de las ideas de la filósofa feminista Rosi Braidotti.

Palabras clave: Linea nigra, In vitro, maternidades rebeldes, feminismos.

Abstract: This proposal is based on the criticism that is produced from literature towards motherhood which, seen from a univocal and uniform perspective in the heteropatriarchal logic, unquestionably the full and

natural realization; we propose instead, from the reading of two works by contemporary Mexican authors, *In vitro* (2021), by Isabel Zapata, and *Linea nigra* (2020), by Jazmina Barrera, the possibility of reading, from subverted canons, regarding the B-side of maternities, as multiform, heterogeneous and plural possibilities and cultural constructions. In these texts the narrative voices narrate their own experiences and those of their acquaintances and close ones about the implications of motherhood. We find voices that warn that they do not write, produce or create in solitude but accompanied by other voices, readings and perspectives. The readings reveal aspects such as the horrors of obstetric violence, the lack of information, the changes generated in bodies, desire and fear regarding motherhood. These are works that break into the canon because they talk about the private and intimate from feminist logics that question what is not often talked about when narrating maternity: uncertainty, fears, loss of independence and autonomy, the possibility of being rebellious, transgressive, fallible and imperfect mothers, and also texts in which the narrative voices are described as creators in two ways: on the one hand, as creators, and on the other hand, as creators

Keywords: *Linea nigra*, *In vitro*, rebellious motherhood, feminisms

La propuesta de este artículo parte de la crítica que se produce desde la literatura mexicana contemporánea escrita por mujeres hacia la maternidad, que por décadas, en la lógica heteropatriarcal, ha sido entendida desde una perspectiva unívoca y uniforme, donde el rol materno es pensado como inherente a ser mujer e implica indiscutiblemente, desde dicha perspectiva, la realización plena y natural. Para el desarrollo del análisis partimos de dos obras de reciente publicación en México: *In vitro*, de Isabel Zapata (2021), y *Línea nigra* (2020), de Jazmina Barrera. Se trata de dos obras que desde la fragmentariedad relatan lo que llamamos el lado B de la maternidad, formado por aquellas experiencias, sensaciones, violencias y cambios que se suelen omitir en los relatos sobre la maternidad. Conectamos esto además con la crítica a la dicotomía público/privado que vincula lo femenino con lo íntimo y privado y también con la idea de que la producción de estos textos rompe con el canon literario excluyente que durante décadas ha marginado cierto tipo de textos y ciertas autorías. Para las mujeres, escribir ha constituido históricamente un acto de desacato: el desafío a una restricción más o menos velada. Si bien no se trata de una prohibición absoluta (RUSS, 2018, 25), la maternidad, en sociedades como la nuestra, donde esta configura la feminidad hegemónica, es quizá la mayor expectativa. La escritura, por tanto, debido a la

dedicación, tiempo y energía que exige, ha sido vista en sociedades patriarcales como una amenaza contra ese mandato. En los textos que proponemos en este análisis, escritos en prosa poética, lo privado e íntimo se convierte en público, las voces narrativas nos llevan de lo individual a lo colectivo, pues parten de la premisa de que escriben con otras y para otras. Además, las narradoras de las dos obras se describen como creadoras en doble vía: por un lado, gestaron una vida y por otro gestan textos. Esta idea de escribir en compañía y de crear y gestar y crear y criar es también fundamental en las dos obras y da cuenta de las complejidades que representan las maternidades.

Maternidades, textualidades y voces plurales

A continuación, haremos el recuento de las características que comparten las obras, pues además de tratarse de narradoras mexicanas contemporáneas, ambas han elegido la textualidad fragmentaria con características autoficcionales para retratar sus experiencias sobre la maternidad. Pero los textos también comparten el uso del lenguaje poético para reflexionar sobre los cambios corporales, los temores y la escritura como creación inserta en el período de gestación, pues las narradoras escriben mientras matenan, con lo cual en los textos problematizan acerca de las textualidades fragmentarias producidas durante momentos en los que sienten que le roban minutos a la crianza. Página tras página encontramos fragmentos de textos escritos en un celular e ideas sueltas que luego conformarán otro texto y que las narradoras van juntando lentamente mientras están embarazadas y posteriormente al cuidado de sus bebés. Pero los textos también comparten la característica de hablar desde otras voces de mujeres, amigas, madres, autoras y teóricas que han reflexionado antes sobre el tema de las maternidades, de manera que hay una pluralidad de voces, un dialogismo que acompaña las narraciones y que nos sitúa en la lectura de un texto que tiene más de una voz y por lo tanto en la idea de las maternidades en plural, no en singular.

Estos textos que remiten al relato personal son herederos de la tradición de muchas autoras y pensadoras de los feminismos, que además son citadas, en el caso de *Linea nigra* sobre todo, donde nos encontramos con nombres como los Adrienne Rich, Kate Millet o bell hooks, que retomaron aquellos temas entendidos como privados e íntimos y los fijaron como públicos. Pero en las obras también encontramos referidas voces e imágenes de otras

mujeres que han reflexionado sobre la maternidad desde sus propias experiencias, encontramos por ejemplo referencias de Rosario Castellanos, Mary Shelley, Margaret Atwood, Tina Modotti o Frida Kahlo.

Es importante ir hacia atrás y tomar en cuenta que el cuidado de lxs hijxs empezó a recaer de manera exclusiva en la figura de la madre hacia el siglo XIX, durante el proceso de industrialización, en el que se instauró en Occidente una división tajante entre el espacio público y el privado, lo que confinó a las mujeres al primero y a los hombres al segundo, de modo que surgió lo que Adrienne Rich llama "maternidad exclusiva y total" (Rich, 2019, 91). En ese contexto, los textos aquí analizados representan un desafío a la soledad del ejercicio de la maternidad aislada, pues evidencian el acompañamiento de otras mujeres, madres y no madres y las voces narrativas se interesan por relatar un conjunto heterogéneo de maternidades diversas que comparten información respecto al embarazo, el parto y la lactancia, así como relatos sobre aspectos relativos a la violencia obstétrica y los diversos temores que se generan junto con la maternidad.

La propuesta de estas dos autoras mexicanas se centra en la idea de repensar las maternidades como construcciones multiformes y diversas y sus textos buscan además acompañar otros procesos de maternidad y a otras lectoras; por lo tanto, la idea de autoría se expande gracias a esas otras voces que acompañan las voces de las narradoras, de manera que se trata de textos dialógicos, enriquecidos con la inserción de citas y alusiones a otras voces y otros textos.

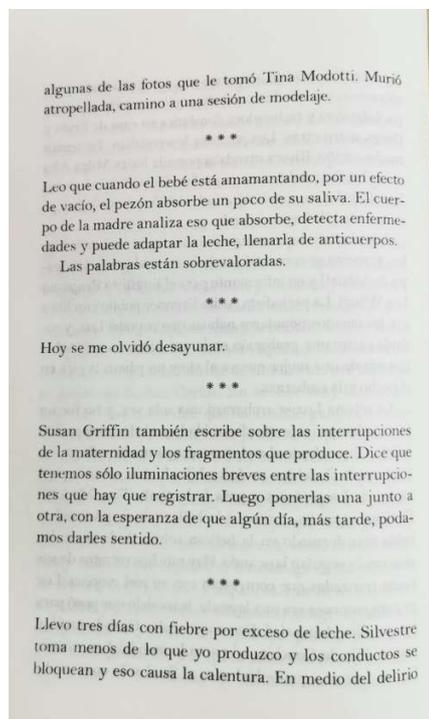
En *In vitro* (Isabel Zapata) y *Linea nigra* (Jazmina Barrera) nos encontramos ante la posibilidad de repensar las maternidades desde cánones subvertidos, pues la atención no se centra en la idea de la maternidad marcada desde la heteronorma, desde la cual se piensa que las mujeres se realizan únicamente mediante la maternidad, que además ha sido entendida de manera absolutamente limitada, pues como anota Adrienne Rich "La maternidad institucionalizada exige de las mujeres un 'instinto' maternal en vez de inteligencia, generosidad en lugar de una realización propia de la personalidad, y la relación con los demás en lugar de la creación del yo." (Rich, 2019, 88-89). Los textos propuestos, por el contrario, se concentran en el lado B, en lo que las voces narrativas experimentan en la intimidad, pero de lo que no se habla necesariamente en voz alta. Hemos abordado por tanto los textos pensando en las maternidades como experiencias

diversas que “forman parte de la cotidianidad, pero también del entramado estructural” (Romero Guzmán, Tapia Tovar y Meza Márquez, 2020, p. 151) social, cultural, político y económico. Nuestra intención tiene que ver con la representación de las obras que nos permiten mirar más allá de lo singular y evidenciar de este modo cierto tipo de violencias que se suelen pasar por alto y normalizar en el proceso de gestación y que las narradoras abordan en sus textos, así como explorar más allá del modelo hegemónico de maternidad que nos constriñe a la idea de la maternidad ideal pensada necesariamente como biológica, heterosexual, conyugal y biparental (Bogino, 2020, p.14), de modo que se dejan de lado otras posibilidades de las que las obras dan cuenta, por ejemplo de las llamadas no maternidades y de la ética del cuidado, que va más allá de la maternidad biológica.

Nos referiremos en adelante a estas madres/narradoras/personajes como sujetos *nómades* y también a las obras como como textos *nómades*, siguiendo lo anotado por Rosi Braidotti en el libro *Sujetos nómades*: “Lo que define el estado nómade es la subversión de las convenciones establecidas, no el acto literal de viajar” (Braidotti, 2000, p. 31), pues “[...] los desplazamientos *nómades* designan un estilo creativo de transformación; una metáfora performativa que permite que surjan encuentros y fuentes de interacción de experiencias y conocimientos insospechados que, de otro modo, difícilmente tendrían lugar” (p.32). Son pues estas maternidades *nómades* también subversivas, ya que se trata de mujeres que tienen una conciencia de género a partir de la cual “rechazan las normas impuestas y realizan cambios desde su entorno próximo” (Romero Guzmán, Tapia Tovar y Meza Márquez, 2020, 155), lo cual se explicita a lo largo de los textos. Las obras, además de cuestionar el hecho de que este tipo de temas hayan sido silenciados y ocultados por tratarse de temas entendidos como íntimos y privados, sacan a relucir el silencio y la violencia obstétrica que se han normalizado sobre los cuerpos de las mujeres.

La lógica de los textos, su estructura fragmentaria, se debe a que las narradoras pueden escribir en los momentos que les quedan luego de ejercer las labores de cuidado; lo cual revela las condiciones de producción y creación a las que están sujetas las personas que ejercen dichas maternidades y/o labores de

cuidado, tal como se puede ver en la imagen de una página de *Linea nigra*:



Jazmina Barrera, *Linea nigra* (p. 90)

Para Braidotti el nomadismo está ligado a la escritura, pero con aquella que colinda en los límites de la no pertenencia, en las líneas de fuga de la escritura misma (Braidotti, 2000, p. 48). Encontramos en las obras estas características de fragmentariedad, así como en la incomodidad e inconformidad de las voces narrativas y en la búsqueda de nuevas representaciones de las maternidades que se proponen en los textos. Al tratarse de textualidades fragmentarias, las narraciones proponen categorías de disidencia respecto a la maternidad y la escritura; lo estético se establece entonces como síntoma de lo que viven las narradoras, de la crisis identitaria que atraviesan, que es leída también como una experiencia *nómada*. De este modo, los textos también dan cuenta de lo fragmentario no solo en cuanto a la estructura textual sino también y sobre todo respecto al tiempo que quienes maternan tienen para crear textos, para escribir, para trabajar, para ser individuos. Los textos literarios desafían la soledad de la maternidad exclusiva y total y retratan el ejercicio de maternidades acompañadas. Como dice Esther Vivas

en el libro *Mamá desobediente. Una mirada feminista a la maternidad*:

La crianza, es verdad, implica la pérdida de un cierto grado de libertad, tanto para las mujeres como para cualquier persona que críe, pero el problema se produce cuando dicha pérdida de libertad se ve agravada, institucionalizada e instrumentalizada con el objetivo de subordinar a las mujeres. El problema no es la maternidad, sino un sistema socioeconómico que da la espalda a la crianza y al cuidado, que niega que somos seres interdependientes (Vivas, 2021, p. 120-121).

Estas narraciones nómades, fragmentarias, en donde encontramos poca claridad respecto al género textual, se desplazan de ida y vuelta entre la ficción, la crónica y el ensayo literario. Estamos entonces ante textos que están repensando las maternidades, repensando las maneras de narrarlas, refundando estilos y trastocando las ideas de lo público y lo privado, de lo individual y lo colectivo.

A continuación, nos concentraremos en las características de cada una de las obras a partir de la revisión de algunos fragmentos, esto se cruza con la idea de lo *nómade* como lugar de pensamiento: “[...] la conciencia nómade es un imperativo epistemológico y político para el pensamiento crítico [...]” (Braidotti, 2000, p. 26); pero también retomamos la idea de lo *nómade* para referirnos a los modos de maternar en las obras analizadas y también al género textual y a la forma. Se trata de textos incómodos, tanto por su estructura como también por los temas que abarcan y por la idea de repensar continuamente respecto a las maternidades como plurales, capaces de desplazarse y transformarse, todo lo contrario a la idea de pensar en un tipo de maternidad como una idea fija: “La escritura nómade, en cambio, anhela el desierto, las zonas de silencio que se extienden entre las cacofonías oficiales, en un flirteo con una no pertenencia y una condición de extranjería radicales” (Braidotti, 2000, p. 48). Lo *nómade* por lo tanto también se relaciona con la elección del género textual, con los desplazamientos de las voces y con la idea de textos que no caben en una sola etiqueta, que por lo tanto son textos incómodos, a los que no es posible fijar o etiquetar.

Escrituras y maternidades fragmentarias

Escribir y criar es una verdadera hazaña para una persona que además necesita sueldo.

Lina Meruane

In vitro, texto fragmentario compuesto de retazos narrados con lenguaje poético, da cuenta del proceso de fertilización de la narradora. Esta obra de Isabel Zapata se construye a partir de la premisa de la voz narrativa de que sostiene que si bien se concentra en pasajes sobre su proceso, esta no deja de ser una obra de ficción, en la que se dejan ver anécdotas y fragmentos, experiencias de otras mujeres, por lo que se trata de un texto que se construye desde más de una experiencia. Hay, como dice ella, otras mujeres que recorren los pasillos del texto. Zapata sostiene la narración en una premisa inicial: "Quiero decirlo todo y saberlo todo y escucharlo todo, romper con el pacto de silencio que mantiene en el aislamiento los temas dolorosos relacionados con la maternidad" (Zapata, 2021, p. 14) y esa advertencia fue la que nos trajo hasta aquí, porque nos internamos en el mundo de las maternidades, a las que para fines de esta interpretación llamamos rebeldes y *nómades*, ya que tal como se advirtió líneas arriba, encontramos que la intención de los textos consiste en romper con el silencio que impedía narrar ese lado B de la maternidad, aquello que no son solo momentos felices e idílicos, sino que sobre todo implican una ruptura, otra relación con el cuerpo, pero también tiene que ver con pensar dónde empieza y dónde termina la maternidad y sobre todo retomamos la idea de desmontar la representación de la maternidad a partir de las ideas de fertilidad y virtud (Rosero Andrade, 2019, p. 6) desde donde se la ha pensado por tanto tiempo. En el pensamiento contemporáneo de estas escrituras, en cambio, hay una intención desmitificadora de las ideas de la maternidad heteropatriarcal, en donde ha primado la mirada masculina y desde donde:

Al nacer, la mujer tiene ya la marca histórica del género en su situación particular. La sociedad está organizada para estos fines con el objeto de lograr una sexualidad específica destinada a recrear formas específicas de procreación y de erotismo, así como relaciones de poder caracterizadas por la asimetría, la desigualdad y la opresión genérica patriarcal (Lagarde, 2005, p. 48).

Nuevos posicionamientos, que han surgido a partir de ideas de pensadoras del siglo XX y XXI como Simone de Beauvoir, Adrienne Rich, Silvia Federicci o Lina Meruane nos permiten comprender la perspectiva que se concentra en "la mirada hacia lo íntimo como acto político reivindicando el valor del acto

cotidiano" (Rosero Andrade, 2019, p. 8), tal como ocurre en las obras aquí analizadas.

En el caso de *In vitro*, el lenguaje científico que emplea la narradora al hablar del proceso de fertilización al que fue sometida abunda y nos remite a la crónica; sin embargo, la narración no deja de ser poética ni personal. Al describir el proceso de la transferencia embrionaria, las especificaciones del procedimiento, y todo lo que ocultan los términos médicos la voz narrativa señala: "La palabra procedimiento no dice nada de la vejiga a reventar, del espejo vaginal en forma de revólver, de las inyecciones de progesterona que me dibujan un atlas de moretones en las nalgas ni del endometrio que batalla para alcanzar los ocho milímetros ideales de grosor" (Zapata, 2021, p. 20). La narradora se pregunta sobre la maternidad y sus aristas, y sobre aquello que se da por sentado:

Escribí preparar a mi organismo, pero quise decir engañarlo. La progesterona hace que mi cuerpo crea que estoy embarazada desde el día uno, cuando los óvulos son inseminados en un laboratorio, hasta el día cinco, cuando se hace la transferencia. Muchos de los tratamientos ginecológicos, desde los anticonceptivos hasta la reproducción asistida, son eso: "obligar al cuerpo a hacer lo que por sí mismo no haría. Intervenirlo" (Zapata, 2021, p. 37).

Pero no nos encontramos solamente con la descripción de procedimientos médicos, se trata de un relato personal, tan personal que sentimos que estamos, tal como la narradora advierte al inicio del texto, espiando en su vida privada, leyendo fragmentos íntimos, escuchando hablar a una amiga. La voz narrativa incluso dirige ciertos fragmentos textuales al embrión y el relato es a la vez un diario, el repaso de procedimientos médicos y al mismo tiempo una manera de recordar a la madre, parte del duelo:

Depositamos en tu fantasma las esperanzas y creencias que tenemos sobre ti antes de que existas y sin saber siquiera si vas a existir. Sé que es tramposo escribir usándote como destinatario. Un engaño del peor tipo, un recurso fácil como cuando murió mi madre y yo me quedaba dormida haciéndole reclamos en voz alta. Eso persiste del duelo: el miedo a olvidar su voz.

Tú no tienes voz todavía, pero a veces puedo escucharla (Zapata, 2021, p. 28).

Y así como la narradora comparte los temores y descubrimientos sobre aquello relacionado con el procedimiento *in vitro*, también somos parte de lo que implicó tener muy poca información, o su falta, respecto a las razones por las cuales debió acudir a ese procedimiento, y sobre todo en relación con la poca pericia médica al no brindar información suficiente:

Poco después de volver de ese viaje cumplí quince años y mi madre me llevó con el doctor V, quien me diagnosticó ovario poliquístico y me recetó anticonceptivos para contrarrestar los síntomas. Durante el tiempo que fue mi ginecólogo, ese hombre de gazné y pelo blanco no repensó su tratamiento ni se molestó en explicarme que los quistes no eran más que folículos -potenciales óvulos, potenciales hijos- y no las bolas de mugre que yo me imaginaba que tenía por dentro. Tampoco mencionó que la pastilla rosa que me tomaría cada noche a partir de entonces y durante dieciocho años era para que mi cuerpo no ovulara, ni que cuando quisiera embarazarme tendría que darle a mi sistema reproductivo la orden contraria. La violencia de ese volantazo provocaría que me costara trabajo reconocerme en el espejo (Zapata, 2021, p. 47-48).

La negligencia médica ocupa parte de este libro, y no solo la previa al proceso de parto, sino también la que tiene que ver con el proceso de revisión prenatal. Acompañamos los episodios de violencia obstétrica y desinformación a lo largo del texto y así descubrimos junto a la narradora que su pareja también tenía problemas reproductivos, que fueron obviados por el médico inicial, lo que nos lleva a la problemática que hay cuando se encuentran problemas para gestar, pues se sigue pensando en el cuerpo de las mujeres como el lugar del fallo, del problema, de la esterilidad.

Por otro lado, en *Linea nigra* la voz narrativa relata su experiencia y temores en torno a la maternidad, la sensación de duplicidad y la conciencia de que no estará sola de nuevo. La voz narrativa compara este proceso lleno de cambios con un terremoto, pues las bases que lo sostienen todo se sacuden para dar paso a nuevos comienzos que ocurren a partir de demoliciones. Y tal como mencionamos páginas atrás, en este texto también se revela el entramado de esas otras voces y experiencias que acompañan los descubrimientos sobre el embarazo, la maternidad, el parto y la lactancia.

Las referencias a la maternidad a partir de pensar en su propia madre y en las experiencias de otras mujeres le permiten a la

narradora estar acompañada a lo largo de este proceso, en el que también nos encontramos con la necesidad de hablar sobre aquello que no se cuenta, sobre los temores e incomodidades. La narradora relata, por ejemplo, su experiencia al dejar las pastillas anticonceptivas:

Había leído en todos lados que, después de un periodo largo tomando pastillas anticonceptivas, al cuerpo le toma alrededor de un año ajustarse. Las dejé de tomar pensando que me iba a embarazar al menos un año después. Ese año estaba en el plan, en el orden de las cosas. Me embaracé un mes después de dejar las pastillas (Barrera, 2020, p. 16).

Durante el camino de vuelta a casa, en medio de la sorpresa, la emoción y el desconcierto pensé de pronto: nunca más voy a estar sola. No de verdad. Sentí terror y alegría (Barrera, 2020, p. 11).

Se conjuntan en esta narración las reflexiones sobre la sorpresa de un embarazo que tomó menos tiempo del esperado y el temor ante la maternidad, que implica no volver a ser individuo de la misma manera. Los cambios corporales, el malestar, los temores se vuelven el hilo conductor de varios fragmentos de este libro, así como los recuerdos sobre la madre de la narradora y la creación artística. Pero quizás una de las características recurrentes de este texto sea que la narradora vuelve constantemente sobre lecturas y reflexiones de otras voces en torno al embarazo:

También estoy leyendo *Los argonautas*, de Maggie Nelson. Hoy leí esa parte donde dice que nadie habla lo suficiente de lo oscuro que puede ser el embarazo. Ella no tuvo un embarazo fácil: sentía mucho miedo y sufrió varios accidentes. Estuvo cerca de morir. Yo tampoco imaginaba que el embarazo tuviera momentos tan difíciles. Mi madre y mis amigas sólo me habían hablado de una transformación maravillosa, de lo increíble que fue el parto... (Barrera, 2020, p. 12-13).

La narradora se encarga de describir el malestar de los primeros meses, el miedo y el dolor de no ser la misma y nos encontramos entonces con esa otra cara de la maternidad, la que se distancia de "la dulce espera" y con esta idea de duplicidad que la acompaña:

El embarazo no es una enfermedad, dicen y subrayan los libros y los artículos. Pero tengo que admitir que hasta el momento estar embarazada se parece mucho a estar enferma. Tengo dolores extraños, sensaciones raras. Como soy medio hipocondriaca es peor. Estoy muy

consciente de todo lo distinto en mi cuerpo y lo asocio al dolor (Barrera, 2020, p. 29).

Erandi dice que estar embarazada, al menos al principio, es como la peor cruda de tu vida. Sí. Es exactamente eso (Barrera, 2020, p. 31).

Pero además la narradora incluye reflexiones importantes sobre la necesidad de desear pasar por un tránsito como este por voluntad propia, lo cual posiciona su voz de manera crítica ante la opción del embarazo y el aborto:

Tengo sueño todo el tiempo, me siento como anestesiada, como si estuviera aquí sin estarlo. Quizá porque una porción de mí está construyendo a alguien más, o porque una porción de mí es, en este momento, alguien más. Es todo muy confuso, pero lo que quería escribir es esto: el embarazo es una historia de Doppelgänger.” (Barrera, 2020, p. 18)

Nunca antes, como ahora, había estado tan a favor de despenalizar el aborto. Esta transformación tan brutal del cuerpo sólo debe suceder si la mujer está dispuesta, si lo desea fervorosamente. Nadie, nadie que no quiera pasar por esto debería estar obligada a hacerlo (Barrera, 2020, p. 25).

Se trata también en este caso de una narración *nómada* en la que la voz narrativa convive con la necesidad de replantear su propia identidad en el proceso de creación y crianza. Se conjuntan sus perspectivas ante las nuevas realidades a las que la maternidad la enfrenta, llena de nuevas rutinas y cambios y simultáneamente debe convivir con la idea de una doble gestación, la de su bebé y la de su escritura. En esta obra se hace evidente la ambivalencia que siente la voz narrativa respecto a la crianza y la escritura: “Escribir cuando duerme. Leer mientras come. Leer libros delgados, que pueda sostener con una sola mano. Escribir a partir de notas que hago en el celular mientras lo tengo en brazos.” (Barrera, 2020, p. 97). El poco tiempo que se tiene para escribir es quizás el mayor problema:

Quiero escribir sobre Silvestre y los libros. Tengo quince minutos para escribir sobre Silvestre y los libros, porque mi madre vino a cuidarle, pero cuando llegó a Silvestre le dio hambre, y luego yo tuve que ir al baño, y ahora mi madre se tiene que ir. Voy a tratar de contarle muy rápido (Barrera, 2020, p. 108).

La escasez de tiempo demanda una escritura rápida, veloz, por lo que la labor de cuidado marca el ritmo de la escritura, que es por lo tanto corta, fragmentaria. La creación de textos y la creación de un ser durante la gestación y el tiempo efímero en los momentos del cuidado se entrelazan en las reflexiones insertas en las narraciones, en ambos casos se trata de narradoras que gestan doblemente, pues reflexionan en sus textos sobre la maternidad mientras están atravesando por esos cambios y enfrentando esos temores y en ambos casos la escritura es un leit motiv y una encrucijada: "Las madres escritoras, dice Ursula K. Le Guin, son casi un tema tabú. Se les dice que no deben intentar ser madres y a la vez escritoras, porque tanto los niños como los libros sufrirán, porque no se puede, porque es antinatural" (cit. en Barrera, 2020, p.130). Y es contra esas ideas que estos textos plurales se sublevan, para repensar a partir del fragmento en otras maneras de narrar y reconciliar de este modo las ideas de maternidad y escritura.

Conclusiones

En estos textos en los que las voces narrativas relatan sus propias experiencias respecto a la maternidad a partir de sus lecturas y de las experiencias de sus madres, amigas y mujeres cercanas nos encontramos con aproximaciones a maternidades a las que hemos llamado, a partir de Braidotti, *nómades*. Encontramos voces narrativas que advierten que no escriben, producen ni crean en soledad sino acompañadas de otras voces, lecturas y perspectivas. Se trata de obras que irrumpen en el canon con textos que hablan sobre lo privado e íntimo desde lógicas feministas que cuestionan aquello de lo que no se habla con frecuencia al narrar las maternidades: la incertidumbre, los temores, la pérdida de independencia y autonomía, la posibilidad de ser madres rebeldes, transgresoras, falibles e imperfectas, son maternidades *nómades* representadas en textos *nómades*.

Este análisis partió del reconocimiento de la diversidad en la maternidad y destaca la importancia de una lectura crítica de la maternidad desde la literatura mexicana contemporánea escrita por mujeres. Estas obras desafían la visión tradicional de la maternidad como un papel unívoco y natural, exponiendo sus aspectos más complejos y a menudo ignorados. Tanto Zapata como Barrera emplean la autoficción y el lenguaje poético para explorar los aspectos fragmentarios y multifacéticos de la maternidad. Rompen con el canon literario excluyente al dar voz a

experiencias consideradas tabú y al cuestionar la dicotomía entre lo público y lo privado.

Estas obras se presentan como narrativas *nómades*, desplazándose entre la ficción, la crónica y el ensayo literario. Enfrentan el lado B de las maternidades, con relatos sobre las violencias obstétricas que experimentan, así como respecto a la desinformación médica, dando de este modo visibilidad a experiencias individuales que reflejan dinámicas estructurales de género y poder. De esta forma, planteamos que la escritura se convierte en un acto de resistencia para estas narradoras, quienes a través de sus textos reflexionan sobre la gestación, tanto de sus obras como de sus hijos. Además, estas voces se posicionan críticamente ante la presión social que limita la capacidad de las mujeres para ser madres y escritoras al mismo tiempo. Las obras de Zapata y Barrera invitan a repensar las maternidades como construcciones diversas y complejas, abogando por una mayor empatía y comprensión hacia las experiencias individuales de la maternidad. Además, instan a la despenalización del aborto y a la autonomía reproductiva de las mujeres como una forma de respetar su derecho a decidir sobre sus propios cuerpos y vidas. Además de los elementos ya mencionados, es importante destacar cómo las obras *In vitro* y *Linea nigra* desafían las concepciones tradicionales de la maternidad al presentarla como una experiencia compleja y multifacética, revelan algo que antes se escondía en la intimidad y lo llevan del ámbito privado al público. Ambas autoras exploran los aspectos físicos, emocionales y sociales de la maternidad, abordando temas como la fertilidad, el embarazo, el parto, la crianza y el duelo de manera franca y sin filtros.

En *In vitro*, Zapata utiliza un lenguaje poético y fragmentario para describir el proceso de fertilización al que se somete la narradora, quien reflexiona sobre los desafíos físicos y emocionales que enfrenta. A través de una narrativa *nómada* la autora cuestiona las normas sociales y los estereotipos de género asociados con la maternidad, revelando así las presiones y expectativas que enfrentan las mujeres en su viaje hacia la maternidad. Por otro lado, *Linea nigra*, de Jazmina Barrera, es un relato íntimo y reflexivo sobre el embarazo y la maternidad, donde la autora comparte sus propias experiencias y pensamientos sobre el tema. Barrera aborda temas como la ansiedad, el miedo y la incertidumbre que acompañan al proceso de gestación, así como la complejidad de la identidad materna y la relación madre-hijo/a.

A través de una combinación de narrativa personal y reflexión teórica, la autora invita al lector a cuestionar las narrativas convencionales sobre la maternidad y a considerar nuevas formas de entender esta experiencia universal.

En ambos textos, se destaca la importancia de dar voz a las experiencias de las mujeres y de desafiar las narrativas dominantes sobre la maternidad. Tanto Zapata como Barrera reivindican el derecho de las mujeres a contar sus propias historias y a definir su identidad fuera de los estereotipos de género. Sus obras ofrecen una visión alternativa y subversiva de la maternidad, que celebra la diversidad de experiencias y desafía las expectativas culturales y sociales impuestas a las mujeres. Además, es relevante explorar cómo estas obras se insertan en un contexto literario más amplio y cómo contribuyen al diálogo feminista sobre la maternidad en la literatura contemporánea. Ambas autoras se suman a una tradición literaria feminista que cuestiona las representaciones tradicionales de la maternidad y busca ampliar el espectro de voces y experiencias en la narrativa contemporánea.

Para concluir insistimos en que en estos textos se rompe con la mirada idealizada de la maternidad y a partir de ellos se propone una reconstrucción de los imaginarios desde posibilidades más amplias y heterogéneas en donde tienen cabida el dolor y el temor, donde las narradoras no están dispuestas a guardar silencio. Se trata de obras que ofrecen una mirada provocativa y reflexiva sobre la maternidad, desafiando las normas y estereotipos de género y celebrando la diversidad de experiencias de las mujeres.

Bibliografía

BARRERA, Jazmina. *Linea nigra*. Almadía, 2020.

BRAIDOTTI, Rosi. *Sujetos nómades. Corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Paidós, 2000.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. UNAM, 2005.

ROMERO GUZMÁN, María Lizet; TAPIA TOVAR, Evangelina y MEZA MÁRQUEZ, Consuelo. "Abanico de maternidades. Un estado del arte desde los aportes feministas". *Debate fem.* 2020,

vol. 59, pp. 143-165.
<https://doi.org/10.22201/cieg.2594066xe.2020.59.07>

ROSERO ANDRADE, Glenda. *Contra los hijos: apología de la desmitificación materna en la contemporaneidad*. Centro Universitario Internacional de Barcelona. Universitat de Barcelona, 2019.

RUSS, Joanna. *Cómo acabar con la escritura de las mujeres*. Dos Bigotes, 2018.

ZAPATA, Isabel. *In vitro*. Almadía, 2021.

“Te engendraré príncipe y desierto”, la maternidad en la poesía de Jacqueline Goldberg

“Te engendraré príncipe y desierto”, a maternidade na poesia de Jacqueline Goldberg

Cristina Dayana Gutiérrez Leal

Universidad Federal de Integración Latinoamericana

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4025-3320>

Resumen: La maternidad ha sido estudiada desde muchas áreas de conocimiento y en las últimas décadas, producto de la emergencia del feminismo como movimiento político y sus consecuencias epistemológicas, ha sido revisitada, llegando a conclusiones provisionarias como que en tanto institución que sustenta la sociedad occidental, la maternidad está atravesada por narrativas propias del sistema patriarcal, susceptibles de cuestionamientos. Considerando que los discursos hegemónicos, en tanto discursos de poder, tienden a excluir lo que podría desafiarlos y a ocultar las áreas donde se producen rupturas y fisuras, surge la pregunta de dónde y cómo encontrar un contradiscurso sobre lo materno. En este trabajo me propongo responder esta interrogante al analizar el tema de lo materno en la obra poética de Jacqueline Goldberg (1964), intentando comprobar la hipótesis fundamental de que su poesía pone en escena una maternidad a contrapelo, que devela la ambivalencia de ser madre, dejando al descubierto formas contrahegemónicas de nombrar esta experiencia. Los libros seleccionados como corpus literario de este breve artículo son *Luba* (1988), *Máscaras de familia* (1991), *El orden de las ramas* (2003) y *Verbos predadores* (2007). En el transcurso de las reflexiones surgidas a partir de los poemas citados, se convocarán algunas premisas teóricas de autores como Gina Saraceni, Sigmund Freud, Deleuze y Guattari, Adrienne Rich, Jacques Derrida, entre otros, para auxiliar el análisis literario.

Palabras clave: maternidad, poesía, Jacqueline Goldberg.

Resumo: A maternidade tem sido estudada a partir de muitas áreas do conhecimento e, nas últimas décadas, como resultado do surgimento do feminismo como movimento político e suas consequências epistemológicas, ela tem sido revisitada, chegando-se a conclusões provisórias como a de que, como instituição que sustenta a sociedade ocidental, a maternidade é atravessada por narrativas do sistema patriarcal, passíveis de questionamento. Considerando que os discursos hegemônicos, como discursos de poder, tendem a excluir o que poderia desafiarlos e a ocultar as áreas onde ocorrem rupturas e fissuras, surge a questão de onde e como encontrar um contra-discurso sobre a maternidade. Neste artigo, proponho responder a essa pergunta analisando o tema do materno na obra poética de Jacqueline Goldberg (1964), tentando testar a

hipótese fundamental de que sua poesia encena uma maternidade na contramão, que revela a ambivalência de ser mãe, expondo formas contra-hegemônicas de nomear essa experiência. Os livros selecionados como corpus literário deste breve artigo são *Luba* (1988), *Máscaras de família* (1991), *El orden de las ramas* (2003) e *Verbos predadores* (2007). No decorrer das reflexões oriundas dos poemas citados, algumas premissas teóricas de autores como Gina Saraceni, Sigmund Freud, Deleuze e Guattari, Adrienne Rich, Jacques Derrida, entre outros, serão acionadas para auxiliar a análise literária.

Palavras-chave: maternidade, poesia, Jacqueline Goldberg.

embarazo

De *embarazar*.

1. m. Impedimento, dificultad, obstáculo.

2. m. Estado en que se halla la mujer gestante.

DRAE

Diccionario de la Real Academia Española

Lo materno ha funcionado como uno de los discursos fundamentales que cimientan la sociedad occidental. Como consecuencia, las mujeres, históricamente, se han sometido a dictámenes y prácticas políticas rígidas, sin permitir desviaciones, excepciones o perspectivas alternativas. A menudo, el cuerpo femenino se configura como un espacio de control y regulación tanto de las emociones como de las relaciones de parentesco. La concepción de la maternidad está ampliamente influenciada por modelos y arquetipos preestablecidos, que pueden considerarse como protocolos naturalizados de la experiencia (Isava, 2021). Estos protocolos, aunque percibidos como naturales, responden en realidad a construcciones socioculturales hegemónicas que imponen patrones, limitando la identidad femenina a un ideal que necesariamente incluye la maternidad. Con la emergencia de los movimientos feministas, la experiencia de procrear, dar a luz y materner ha sido revisitada y cuestionada. Esto ha hecho evidente la necesidad de desarrollar nuevos enfoques epistemológicos, políticos y estéticos para pensar la maternidad.

Considerando que los discursos hegemónicos, en tanto discursos de poder, tienden a excluir lo que podría desafiarlos y a ocultar las áreas donde se producen rupturas y fisuras, surge la pregunta de dónde y cómo encontrar un contradiscurso sobre lo materno. Pienso junto a Florencia Garramuño sobre cierta noción de experiencia que es siempre mediada por el lenguaje, tal como se plantea en su libro *La*

experiencia opaca (2011). Esta idea permite entender la literatura como un espacio para maternidades alternativas, ofreciendo una visión que está en las antípodas de lo convencional y que problematiza las normas establecidas. En este sentido, el escritor Evando Nascimento, en *Clarice Lispector: una literatura pensante* (2012), desarrolla la idea de una escritura que ayuda "a pensar o impensado na história da literatura" (Nascimento, 2012, p.24), lo cual sirve de insumo teórico en un intento de reconocer proyectos estéticos cuya realización pone en cuestión las subjetividades individuales y colectivas establecidas, sirviendo de plataforma para nuevos filtros de relacionarse con la realidad, sobre todo en su vertiente política. Tales filtros demandan la apertura de los archivos de las grandes narrativas que sustentaron la modernidad en Occidente. En los últimos años, los estudios que registran las posibles maternidades contrahegemónicas en la literatura se han enfocado en la narrativa; por tanto, en este trabajo pretendo arrojar luz sobre este tema en la poesía, específicamente en la venezolana.

Como resultado de la revisión bibliográfica sobre poesía escrita por mujeres en los siglos XX y XXI sobre el tema de la maternidad en Venezuela, nos encontramos con diversas escritoras (María Auxiliadora Álvarez, Maritza Jiménez, Miyó Vestrini, entre otras) que han abordado la figura materna desde la incomodidad y el desajuste. En este estudio, daré prioridad al análisis de la maternidad específicamente en la obra poética de Jacqueline Goldberg (1964), poeta y editora venezolana de origen judío, que resuena como una de las voces más importantes de la literatura venezolana contemporánea; es autora de más de treinta libros sobre todo de poesía, pero también cuenta con narrativa, ensayo, testimonio y literatura infantil. Parte de su producción está compilada en antologías digitales e impresas, tales como *El libro de lo salvado* (2020), *Ruido de clavículas* (2019), *Una sal donde estoy de pie* (2011) y *Verbos predadores* (2007). Autora de las novelas *Destrucción, ten piedad* (2021) y *Las horas claras* (2013) y de las obras autobiográficas *Ochenta días en Iowa* (2021) y *El cuarto de los temblores* (2018). También publicó libros infantiles, entre los cuales está *Pitchipoï* (2019) que resultó ganador del Premio Fundación Cuatro Gatos 2020 y del Premio Los Mejores Libros 2020, otorgado por el Banco del Libro en Venezuela.

Así, me propongo analizar, a través de un recorrido parcial de su obra, cómo su propuesta de escritura quiebra ciertas convenciones existentes en torno al hecho materno mediante

la puesta en escena de protocolos alternativos de la experiencia. Es decir, nuevas estructuras de comprensión de los espacios en los que la experiencia parece enunciarse de forma inédita, extraña y diferente (Isava, 2021), y que muestran otras formas de ser madre. Los libros seleccionados como corpus literario de este breve artículo son *Luba* (1988), *Máscaras de familia* (1991), *El orden de las ramas* (2003) y *Verbos predadores* (2007). En el transcurso de las reflexiones surgidas a partir de los poemas citados, se convocarán algunas premisas teóricas de autores como Gina Saraceni, Sigmund Freud, Deleuze y Guattari, Adrienne Rich, Jacques Derrida, entre otros, para auxiliar el análisis literario.

“Sombra, muerte, hijo al fin”: la maternidad como pérdida

Es *Luba* (1988/2007) el primer momento de la poesía de Goldberg donde aparece la maternidad y se introduce atravesada precisamente por la noción de herencia. El hecho hereditario funda una consciencia de genealogía que, a pesar de las dificultades que implica asumir un legado, da cuenta de los modos de pertenencia e identidad: “habría que pensar la vida a partir de la herencia, y no a la inversa” (Derrida, 2003, p. 6), afirma Jacques Derrida en *Escoger la herencia* (2003). Entonces, la experiencia materna en tanto parte de un proceso genealógico que configura las estirpes y los linajes, debe ser necesariamente analizada a través de los legados que se transmiten y que son pieza importante en la tradición misma en torno a la maternidad.

El primer poema de *Luba* enuncia: “Tomo su herencia/ de edades en quiebra/ los oficios tristes del abandono/ sus muertos” (Goldberg, 2007, 343). Acá la maternidad no se nombra directamente, sino de manera lateral, casi secreta. Es un mensaje sugerente que anuncia esos “tristes oficios del abandono”, que no serán asumidos en los próximos libros de Goldberg como una herencia naturalmente recibida, sino una forma de aceptar un vientre encinta. Recibir una herencia simbólica, según Gina Saraceni, “exige hacerse cargo de lo que en ella hace ruido: esa zona defectuosa donde el patrimonio se resiste a la inversión y pide ser intervenido e interferido” (Saraceni, 2012, p. 13). El yo poético de *Luba*, la nieta, es quien enfrenta esa zona opaca de la herencia para escudriñar la carga en la memoria de sus antepasados y extrae de ella lo que suena mal, el quiebre, el abandono, los muertos; es decir, esos espacios donde la estirpe muestra sus deslaves. Entonces, en este poemario se muestran los primeros eslabones de cierta poética de la genealogía que, en este caso,

consiste en representar a la abuela-madre fundadora de una estirpe cargada de diásporas. Una madre venida desde el otro lado del Atlántico para empezar otra vida y que instituye una familia signada por la ruptura, la pérdida de pertenencia lingüística y geográfica, el duelo. En estos textos, Luba, la abuela judía, es la figura matriarcal que, lejos de garantizar la fábula de abnegación y sacrificios, deja caer sobre la genealogía todo su escozor.

Ahora bien, los legados que se reciben, asumen y/o subvierten a través de *Luba*, son transmitidos por el yo poético-madre al hijo por venir en el libro *Máscaras de familia* (1991/2007) en el que se pueden leer versos como: "heredarás mi soledad" (Goldberg, 2007, p. 266) "Te guardaré/ mis ropajes de infancia/ el olor a muerto/ de aquella felicidad" (Goldberg, 2007, p. 279). En estos poemas la madre, que había heredado "los oficios tristes del abandono", engendra un heredero triste, con un patrimonio deficitario: "te engendraré príncipe y desierto/ señor de poderosas tristezas" (Goldberg, 2007, p. 268), heredero de las mismas faltas asumidas en *Luba*. Esta herencia se torna desvalida en el momento en que la madre declara al futuro hijo una verdad extrema, que problematiza las convenciones existentes sobre la maternidad como promesa de continuidad de una estirpe.

En el mundo que la madre promete al hijo no hay esperanza: "Mis costras quiebran tu futuro" (Goldberg, 2007, p. 268): "Serás desamparo/ golpe sostenido/ entre las piernas/ (...) olor a fango" (Goldberg, 2007, p.280); "Podría sentenciarte/ a charco eterno" (Goldberg, 2007, p. 292). Estas sentencias hacen pensar en un hijo a quien le vendría bien no nacer, no enfrentarse con la vida a medias, con lo terrible, y sobre todo para evitar el encuentro con la madre que espera su nacimiento como una condena, que le advierte "el mundo/ hijo mío/no espera/ lleva su propia muerte/ acorralada" (Goldberg, 2007, p. 281).

Máscaras de familia representa la expresión poética de una suposición, la llegada de un hijo, un quiebre y un cambio inminente. La voz poética se imagina como madre antes de serlo, sin embargo, a diferencia de las convenciones existentes sobre la felicidad y el deseo de quienes están por dar a luz, aquí se presenta una mirada sospechosa sobre el "alumbramiento" y sus consecuencias, debido a cómo compromete la libertad del individuo y afecta su cuerpo: "Vendrás/ a clavarme/ tu sangre mía/ a someterme" (Goldberg, 2007, p. 269). La tragedia se vislumbra desde la genealogía. La sangre de su hijo, su propia sangre, es precisamente la

molestia, lo que penetra. La madre se ve amenazada por su propia sangre: la expone a la pérdida de algo que solo la escritura puede compensar. Es la escritura como una posible vía para dejar de ser madre o serlo de una manera diferente. Entonces, esta manera de aguardar la llegada del hijo por nacer altera el curso de lo conocido, de la habitual plenitud que una mujer embarazada "debería" sentir. La madre emprende un viaje lleno de dolores y angustias que persisten a lo largo del poema. Lo que prevalece es la crítica y el descontento. El texto no refleja la esperanza y el fervor emocional de las madres por sus hijos; en su lugar, muestra las preocupaciones, las tristezas y la inquietud. No hay dolor que se alivie y disminuya con el nacimiento del bebé, sino que su llegada confirma que su presencia en la vida cotidiana de la madre genera ansiedad, reproche y lamentación. No hay ninguna semejanza con lo que comúnmente se asocia con una madre esperando a su hijo.

Estos primeros descubrimientos de una maternidad a contrapelo tal vez podrían leerse a la luz de lo que Freud llamó lo "ominoso" es decir, "lo que debía haber quedado oculto, secreto, pero que se ha manifestado." (Freud, 1919, p. 4), lo extraño, lo infamiliar, pues se trata de una forma de experimentar la maternidad desde sus zonas grises, de poner en escena la subjetividad compleja que resulta del embarazo y que, en el juzgado de una sociedad conservadora serían adejtivadas como negativas y perversas.

En Goldberg, la voz que asume el rol de madre utiliza la poesía como herramienta para desafiar este estado, mostrando cómo el poema se convierte en una forma de cuestionar las normas culturales y las convenciones que dictan el comportamiento maternal, retratándolo como un enfrentamiento: "Tu lengua/ será mortaja/ iré quemándome en ella" (Goldberg, 2007, 270); "No insinúo derrotas/ no te culpo de amargar/ mis prisas de amante" (Goldberg, 2007, p. 296). El riesgo es asumir la afectividad desde una trinchera separada, desrostrificada (Deleuze; Guattari, 1997), indescriptible. El sentimiento materno convencional, aquel arraigado en el mundo interpretado que culpa a la madre ante cualquier "desorden" o anomalía en el hijo, se ve desbordado en una poesía que busca desenterrar lo que permanece oculto en la experiencia. Esta otra faceta de la maternidad desafía el orden impuesto por la biopolítica en la vida de los individuos, que busca controlar su afectividad y emociones para asegurar la regulación social. La representación de la madre como un monstruo que propone Goldberg se relaciona, en cierto

sentido, con la noción de lo monstruoso que Georges Canguilhem sostiene en "La monstruosidad y lo monstruoso": "La existencia de monstruos cuestiona la capacidad de la vida para enseñarnos el orden" (Canguilhem, 1962, p. 33).

A diferencia de la larga tradición poética latinoamericana que propone una versión sublime de la maternidad, Goldberg la plantea como una experiencia de la pérdida:

Querré perderme
cuando gimas en mi carne

querré llamarte
sombra
muerte

hijo al fin
(Goldberg, 2007, p. 282)

La muerte es inherente al hijo engendrado, el cuerpo materno no es leído según el lugar común de "dar vida", sino que funciona transversalmente como recinto de oscuridad; al igual que la lengua cuando busca nombrarlo y solo encuentra un hijo "sombra/muerte" y entonces ensombrece sus códigos. La poética de la maternidad deriva entonces hacia sus zonas más inexpresables, siniestras y ocultas. En Goldberg, el monstruo está en la madre.

El hecho de ver al hijo como una experiencia relacionada con la muerte nos lleva a reflexionar sobre las ideas que las teorías feministas han planteado sobre la maternidad. Según Lorena Saletti Cuesta en su estudio "Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidad" (2008), se argumenta que el concepto de "instinto materno", que es cuestionado en la poesía de Goldberg, es una construcción cultural y social generada por el sistema patriarcal, que ha creado un discurso para controlar y validar el "amor materno". Simone de Beauvoir fue una de las primeras pensadoras en proponer la deconstrucción del concepto de maternidad, ya que lo veía como una forma de anular el cuerpo femenino. Por lo tanto, estas primeras interpretaciones feministas de la maternidad surgen como una resistencia y rechazo a la dominación patriarcal, que relega a la mujer al papel de reproductora.

Ser madre es pues visto como una forma de subordinación que hace de la mujer un ente subalterno valorado apenas a través del acto reproductivo para el cual, supuestamente, está culturalmente asignada. En Goldberg, la promesa idílica que

implica el embarazo es destituida y muestra, al contrario, la lesión íntima que a veces puede significar ser madre:

Tu madre
será mujer muy sola
de esas que leen
y gritan
para no morir

Andará por la casa
palpándose
aprendiendo poco a poco
que su cuerpo
no resistirá más goces
que sus senos deberán hincharse
a la hora del descanso

que se acabó la vida
(Goldberg, 2007, 294)

La contingencia cotidiana y la casa -espacio asociado al hogar como nido, como amparo del proyecto familiar, a las máscaras de familia- se convierten en escenario de una catástrofe para la mujer que al dar vida a otro ser, pierde la suya. En palabras de Hanni Ossott se trata de un "ejercitarse en la decepción" (2008, p. 831), de una vida que se sustrae a sí misma, que es déficit y muestra un devenir muerte que la palabra poética declara: "que acabó la vida". Esta maternidad asociada a la muerte una vez más revoca la intención de pensarla en comunión con la idea de trascendencia humana, continuación de la vida, posteridad asegurada. Al contrario, en la poesía de Jacqueline Goldberg el vientre materno deviene muerte.

En el poema anterior, la rutina diaria de la madre no se presenta como una glorificación de la lactancia. Más bien, se trata de un registro de los momentos en los que la mujer enfrenta los límites de su propio cuerpo y reconoce que su única salvación radica en la palabra, la cual se convierte en su única excusa "para no morir". Por lo tanto, el orden establecido, esa manera convencional de entender la realidad, también es desafiado por lo que Bataille, en su obra *La literatura y el mal* (1957), describe como "una voluntad decidida de romper con el mundo, para abarcar más plenamente la vida y descubrir en la creación artística lo que la realidad rechaza" (2000, p. 39). En *Máscaras de familia*, aquello que el orden trata de mantener oculto es llevado del ámbito íntimo y privado al ámbito colectivo y público mediante la

poesía, y se expone ante el lector, lo cual desestabiliza las convenciones establecidas en torno a la maternidad.

La poesía es el lugar de la resistencia a la forma común de ser madre. Un modo de intervenir los modos consensuados de la experiencia y proponer otros. En *Máscaras de familia*, Goldberg “desenmascara” tales modos para descubrir y mostrar el lado oscuro de esas instituciones normativas de la vida y del deseo que son el soporte de la vida social. En este sentido, pensándolo con Jacques Ranciére en *Sobre políticas estéticas* (2005), la poesía también es una política en tanto produce desacuerdos sobre la división de lo sensible y deja en evidencia distintas formas de asumir la maternidad y los lazos de familia.

Vemos entonces que es *Máscaras de familia* (1991/2007) el libro más elocuente respecto a la experiencia materna como un estado de carencia, angustia e insatisfacción. Harry Almela observa de este libro que: “Ya desde el título asistimos a la desacralización de la maternidad, a la puesta en duda de esa instancia como realización del ideal femenino” (Almela, p. 2007, 427). Se manifiestan más explícitamente los síntomas de una postura descolocada respecto del rol maternal y se anuncia la excentricidad con que éste es abordado.

“La laboriosidad materna”: esa maternidad en curso

Después de *Máscaras de familia*, las escenas de maternidad siguen apareciendo en la obra de Goldberg mediante otros modos y registros. En *El Orden de las ramas* (2003), poemario escrito en forma de diálogos, la puesta en escena de una maternidad estridente aparece:

- Constató el deterioro. No hay lugar que retribuya la lágrima. Aquí quiere decir aquí. No umbral ni retorcida salida
- Por eso los nombres mal puestos, los alegatos contra la templanza, el párpado llovido. Por eso mi garganta curtida de hijos (Goldberg, 2007, p. 115)

Lo que se afirma en el poema es la certeza del dolor, no hay salida sino constatación de lo “real” en su dimensión más definitiva: la maternidad como amenaza para la voz poética. La garganta, lugar de las cuerdas vocales, está curtida de hijos. Los hijos curten el lugar donde la voz nace. Donde la poesía se gesta. Por primera vez aparece la figura del hijo dicha en plural, es decir, que la madre no sufre a un hijo sino a los hijos, y son precisamente ellos los síntomas de su malestar y sus lágrimas. Una vez más la descendencia en Goldberg está relacionada al

defecto y la infelicidad. La experiencia de ser madre no retribuye “el deterioro”, al contrario, lo produce.

En otro poema, se enuncia directamente la idea de la maternidad como fatiga, esfuerzo: “Me asquea el ruido de la laboriosidad materna” (Goldberg, 2007, p.123). La madre “escucha” su maternidad. La forma de “resonar” que tiene la maternidad en este poema apunta hacia zonas donde la experiencia hace “ruido”, es ilegible: chilla, desentona. En Goldberg, la “laboriosidad materna” no es virtud de mujer ágil y productiva, de “buena madre”, sino asco y rechazo de repetidas rutinas. La imagen de esta maternidad abre el sentido hacia significaciones inéditas fuera de orden de la significación “naturalizada” que encuentran asidero en la palabra poética.

De vuelta a las teorías feministas acerca de la maternidad, nos encontramos con las postulaciones de Adrienne Rich quien rescata “la importancia de la ambivalencia en la experiencia de la maternidad, ambivalencia hacia hijo e hija que generan en la mujer sentimientos encontrados y opuestos” (Rich, 2008, p. 178). La madre de *El orden de las ramas* podría pensarse a través de esta premisa en tanto pone en escena los sentimientos “opuestos” que la maternidad produce, en el sujeto poético desenmascarando el discurso hegemónico de “amor de madre” que no permite la intromisión de emociones contrarias que arriesguen el “instinto maternal”; y que tilda de “malas madres” a todas aquellas que no siguen el protocolo esperado por la sociedad.

Ese “ruido” materno llega hasta *Verbos predadores* (2007), donde alcanza la madurez de un lenguaje que deslustra de la brevedad y se vuelve casi narrativo como queriendo recrear las escenas donde el hijo hace presencia. Aparece como aquello que produce en la madre la necesidad de una explicación sobre la falta, sobre lo que en la vida falta:

El hijo regresará de un viaje por las marismas del sur.
Debo decirle que su tortuga ha muerto

Juro que cambié a diario el agua,
ofrecí lechuga y relumbrones de mis horas de fiebre.

Incluso hablé al solitario reptil
sobre la incapacidad humana de aferrarse a los equinoccios.

Produje olas en su mínima ensenada,
zambullí guijarros y soldados de plástico,
para que no extrañara el alboroto de las tres de la tarde.

Vano intento: la tortuga amaneció azotada.

Tardé pensando su dilución
-en mi infancia sepulté pájaros y perros,
aún me duele pisar su ausencia.

Cómo explicar al hijo recién venido de los caudales
que la muerte es un músculo ejercido sin utensilios.

En secreto agradezco que el animal haya claudicado,
no sirvo para guardián de otro porvenir.
Nunca soporté su quietud, su albedrío mentiroso,
su coraje para durar
en la oscura artillería doméstica (Goldberg, 2007, p. 36).

Se habla del hijo en una distante tercera persona; no es el "hijo mío" de *Máscaras de familia*. Esta vez el lenguaje trasciende lo personal para nombrar al hijo convertido en la metonimia de un proceso donde la madre es toda responsabilidades y se hace imperiosa la necesidad de abastecerse de respuestas: "Cómo explicar al hijo que ni en casa/ estamos a salvo del clamor vengativo del cielo" (Goldberg, 2007, p.35); "Cómo explicar al hijo recién venido de los caudales/ que la muerte es un músculo ejercido sin utensilios" (Goldberg, 2007, p.36). A diferencia de los poemarios anteriores, aquí no aparece la madre amenazada por el hijo en su condición de mujer y poeta, sino que ésta reconoce la imposibilidad de entregar a su hijo otra herencia diferente a la de la desesperanza, desconfianza y la pérdida.

En este poema el hijo no es la anulación de la vida sino el lugar donde se manifiesta la impotencia de la madre al otorgarle un credo con el que pueda enfrentar la vida. La única herencia es la que no puede "explicar", no puede reparar el daño que la vida causa. La muerte es presentada ante el hijo como un axioma universal que contamina todo, una realidad a la que debe enfrentarse y para la cual la madre intenta prepararlo ahora con un dejo de nostalgia y paciencia obligada.

En el poema "Jardín botánico" se describe una escena familiar donde la madre es el cristal por donde el hijo observa el mundo:

Muestro al hijo semillas hincadas en el musgo.
Señalo una palmera,
la flor que renacerá en sesenta años.
Él pregunta por las ramas del árbol invisible,
persigue dinosaurios,

remienda el carruaje de un fantasma.

Sigo los pretilos de mi angustia.

“Mira las aves de rapiña,
No tan lejos de la belleza”, digo.

“Mira la quietud de los troncos,
Manos condescendientes”, digo.

Demasiados ángulos para un mismo blindaje.

Sentencio “he ahí un jabillo, una bromelia”.
Nombre también destrozos, para no engañar.

El hijo entiende, crepita en otro rubor.
Su mañana no es la mía. No es pálida. No es efímera.
Su mañana no cabe en mi reposo

Lo conduzco para comparar nuestros océanos
Ser tiempo viudo, idéntica admiración.
(Ibíd, p. 37)

El tono con que es enunciado el poema da cuenta de una madre habitada por el desencuentro con los mandamientos de la cultura. Esta escena transcurre en un espacio natural, de ocio y esparcimiento, propicio para una escena de enseñanza y aprendizaje: el jardín botánico. Aquí una madre le explica al hijo la nomenclatura de la naturaleza, él pregunta y ella le aclara sus dudas, además señala y le da nombre a los árboles que su hijo ve quizás por primera vez. Lo ayuda con su mirada, lo atraviesa a través de ella, le hace ver lo que ella ve: nombra los destrozos. Acude a imágenes de aves de rapiña, de las más monstruosas del reino animal, para nombrar la terrible belleza del mal y su inexorable existencia. Al final del poema la escena se vuelve más dolorosa cuando la voz poética-madre admite que: “Su mañana no es la mía. No es pálida. No es efímera/ Su mañana no cabe en mi reposo” (Goldberg, 2007, p.37). Madre e hijo conviven, comparten lugares físicos; pero los espacios donde el ser se siente “en casa”, ahí donde las filiaciones y apegos son posibles, están llenos de desigualdad. El reposo, el descanso, la paz de la madre no están cerca de la inocencia e ingenuidad de la mirada del hijo que no ve ni presente la ruina, la fisura que atraviesa todas las cosas y que ella le señala. Este poema muestra otro modo de ser madre respecto de las formas analizadas hasta ahora. Lo que aparece aquí es una disposición menos ominosa ante la inmanente presencia del

hijo. En este sentido, considero necesario revisar una de las premisas teóricas contemporáneas más sólidas con respecto a la maternidad. Me refiero a las ideas de Julia Kristeva, quien además de sus concepciones acerca del carácter semiótico de la maternidad, afirma que “las madres pueden ser genios, no sólo del amor, del tacto, de la abnegación, de la resistencia (...) sino también de una cierta manera de vivir la vida del espíritu” (Kristeva, 2000, p. 14).

Según esta perspectiva, la maternidad podría ser vista como una forma particular de sensibilidad - “La madre es una claridad anterior” (Goldberg, 2007, p. 38)- no como negación del instinto materno convencional, sino como una posible construcción de tal instinto ligado también a una experiencia espiritual que acerca la mujer-madre a un conocimiento diferente de la realidad y las emociones, a un modo de estar en el mundo que produce experiencias no siempre explicables a través de las convenciones del orden del discurso.

Sin embargo, ante estas escenas del poemario donde la maternidad aparece como una enseñanza sin credo, una explicación sin ejemplos, al final del libro vuelve a aparecer el defecto, el ruido que esta experiencia causa en el yo poético: “La maternidad ha ensalivado unas pocas horas. / De ahí que me vigile (...) / en asqueante estado de desgracia” (Goldberg, 2007, p. 61). Ya no se habla del rechazo de la maternidad, la operación es a la inversa al ser ésta quien acecha, vigila a la madre, ahí, en ese espacio de la vida donde, según Gabriel Giorgi, “viene a exceder los límites del sujeto individual, a arrancarlo del campo de la experiencia, (...) a tensar violentamente su lenguaje” (Giorgi, 2007, p. 9).

Entonces, ahí donde los límites de la vida se “exceden”, el lenguaje se tensa. Nos preguntamos, nuevamente con Giorgi, “¿las palabras frente a la singularidad son el vehículo de su emergencia, su línea de constitución”? (Giorgi, 2007, p. 24). Sospecho que ese “otro modo” de sentir la maternidad, un modo desestabilizador de las políticas de lo mismo encuentra casa, precisamente en la lengua poética. En Goldberg, la maternidad está ligada a la escritura, la escritura como otro modo de tener hijos y de ser madre, y también de dejar de serlo. En el último poema de uno de sus más recientes libros, *Postales negras*, se lee esta sentencia: “Más hijos no habrá (...)/ Si acaso el fin de la escritura” (Goldberg, 2011, p. 85). Rancière advierte que “la obra da testimonio del mundo no reconciliado” (Rancière, 2005, p. 30). La obra de Jacqueline Goldberg habla desde ese “mundo no reconciliado” donde la maternidad es una experiencia vivida y escrita a

contracorriente de los protocolos naturalizados existentes en la sociedad, que se pone en evidencia a través del lenguaje poético.

Hago énfasis en que esta maternidad excéntrica encuentra lugar en la palabra y se sirve de distintas formas estéticas para deconstruir la figura de “buena madre” (virgen María, madre abnegada, tierna, que no se queja, que no reprocha, que obedece), para descolocar el sentido a través de madres Medea que ya no pueden ser vistas bajo el estigma de “malas madres”, pues si la maternidad es una experiencia inherente a la vida, también puede consistir en un malestar que compromete el cuerpo y la mente, el afecto y el deseo. Quizás esta poesía quiere subvertir las opiniones consensuadas y hacer visible, ahí donde el poder dictamina protocolos, una sensibilidad materna asumida sin máscaras ni medias tintas. Y es que “La poesía es el lugar donde los límites se abren, donde la lengua se excede y se confunde para mostrar “la parte maldita” del ser” (Saraceni, 2012, p. 136).

Para poder enunciar estas otras sensibilidades es necesario entonces “pensar con la pluma”, lo cual “implica una manera alternativa de pensar, un otro del pensamiento” (Isava, 2012:8): eso que la literatura asume en su culpa, en su renovación estética, en los instrumentos que le da al ser para (re)interpretar el mundo. Así, la obra de Goldberg nombra la maternidad desde una posición excéntrica, en los bordes de la regulación y el orden, pues inaugura y consolida en la poesía venezolana una forma inédita y políticamente provocadora de concebir el hecho materno.

Referencias bibliográficas

ÁLVAREZ, María Auxiliadora. *Ca(z)a/Cuerpo*. Caracas: Fundarte, 1993.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

GARRAMUÑO, Florencia. *La experiencia opaca. Literatura y desencanto*. Buenos Aires: F.C.E, 2011.

GOLBERG, Jacqueline. *Verbos Predadores*. Poesía reunida 2006/1986. Caracas: Equinoccio, 2007.

_____. *Postales negras*. San Fernando de Apure: Sociedad de los amigos del santo sepulcro, 2011.

ISAVA, Luis Miguel. *De las prolongaciones de lo humano: reflexiones en torno a la experiencia y sus inherentes protocolos*. Valencia: Pre-texto, 2021.

KRISTEVA, Julia. *El genio femenino*. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2000.

_____. *Sol negro, melancolía y depresión*. Caracas: Monte Ávila Editores, 1997.

MIRANDA, Julio. *Poesía en el espejo*. Estudio y antología de la nueva lírica femenina venezolana (1970-1994). Caracas: Fundarte, 1995.

NASCIMENTO, Evandro. *Clarice Lispector: uma literatura pensante*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SARACENI, Gina. *Casa de pisar duro*. Caracas: Sociedad de Amigos de la Cultura Urbana, 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil mesetas. Capitalismo y esquizofrenia*. Valencia: Pre-textos, 1997.

DERRIDA, Jacques. *Los espectros de Marx*. Madrid: Editorial Trotta, 1998.

_____ (2003) Escoger su herencia. Diálogo con Elisabeth Roudinesco. In: *Y mañana qué...* Buenos Aires: F.C.E, 2004.

FREUD, Sigmund. *Lo siniestro*. Librodot, 1919. Versión digital. Disponible en: <https://www.ucm.es/data/cont/docs/119-2014-02-23-Freud.LoSiniestro.pdf>. Consultado en: enero, 2024.

SALETTI, Lorena (2008) *Propuestas teóricas feministas en relación al concepto de maternidad*. Clepsydra. Revista de Estudios de Género y Teoría Feminista Núm. 7 Pág. 169-184, wnero 2008, Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/metricas/documentos/ARTREV/2884595>. Consultado en: enero, 2024.

OSSOTT, Hanny. *Obras Completas*. Caracas: Bid&Co Editores, 2008.

TARDUCCI, Mónica. *Maternidades del siglo XXI*. Buena Madre. Deborah Daich. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2008.

SARACENI, Gina *Escribir hacia atrás. Herencia, lengua y memoria*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo Editora, 2008.

_____. *La soberanía del defecto. Legado y pertenencia en la literatura latinoamericana contemporánea*. Caracas: Editorial Equinoccio, 2012.

A(s) filha(s) perdida(s) nas amarras da maternidade, de Elena Ferrante

The lost daughter(s) in the ties of motherhood, by Elena Ferrante

Eduarda Duarte Pena

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3411-3316>

Resumo: O presente trabalho fornece uma análise do romance *A filha perdida* (2016), de Elena Ferrante, explorando a narradora Leda e sua relação com a maternidade. Enquanto passa as férias de julho no litoral do sul da Itália, ela revive seu “papel de mãe” ao observar a relação afetuosa entre Nina e sua filha Elena, que parece provocar tanto inveja quanto admiração na personagem. Leda, que em algum momento da vida percebeu-se como parte de uma longa linhagem de mulheres que sacrificaram suas próprias ambições pela maternidade, entrou para a lista de “abandonadoras”, ou seja, de mulheres que já abandonaram seus filhos. Mesmo tendo voltado para casa e retomado o cuidado das filhas, depois de anos, Leda ainda é assombrada por esse passado. Diante disso, pretendemos discutir a pressão social sobre as mulheres para se conformarem com o ideal da maternidade, utilizando como base a obra *Manifesto antimaternalista* (2023), de Vera Iaconelli, que questiona a natureza do “instinto materno” como uma construção cultural. Além disso, também iremos abordar a ideia de “mães desnaturadas”, aquelas que não se encaixam no estereótipo da boa mãe, enfrentando estigma e julgamento social, baseando-nos em *As abandonadoras* (2024), de Begoña Gómez Urzaiz.

Palavras-chave: Maternidade; Literatura de autoria feminina; Elena Ferrante.

Abstract: This study aims to analyze the novel *The lost daughter* (2016) by Elena Ferrante, exploring the narrator Leda and her relationship with motherhood. While spending her July vacation on the southern coast of Italy, she relives her “role as a mother” by observing the affectionate relationship between Nina and her daughter Elena, which seems to provoke both envy and admiration in her. Leda, who at some point in her life realized she was part of a long lineage of women who sacrificed their own ambitions for motherhood, joined the ranks of the “abandoners”, women who have abandoned their children. Even though she returned home and resumed caring for her daughters after years, Leda is still haunted by this past. In light of this, we intend to discuss the social pressure on women to conform to the ideal of motherhood, using as a basis the work *Antimaternalist manifesto* (2023) by Vera Iaconelli, which questions the nature of the “maternal instinct” as a cultural construct. Additionally, we will also address the idea of “unnatural mothers,” those who do not fit the stereotype of the good mother, facing stigma and social judgment, based on *The abandoners* (2024) by Begoña Gómez Urzaiz.

Keywords: Motherhood; Literature by female authors; Elena Ferrante.

[...] *uma mãe não é nada além de uma filha que brinca.*

Elena Ferrante

Ao anunciar que sairia da casa de minha mãe, aos 25 anos, fui logo questionada por ela: como você pode me abandonar assim? Quem é que vai me ajudar a cuidar dos seus irmãos? Meu pai, ausente em nosso lar, não foi colocado na cena quando o assunto era os cuidados de seus próprios filhos. As perguntas de minha mãe ecoaram em minha mente por dias, senti uma culpa enorme. Me senti como uma mãe que estaria abandonando os filhos, mesmo não sendo, de fato, a genitora daquelas crianças. Não culpo minha mãe por pensar que, como sua filha mais velha e única mulher, caberia a mim o cuidado de meus irmãos, e não ao pai deles. Sempre foi assim para mim, sempre foi assim para ela, que também cuidou de seu irmão por grande parte da vida, e sempre foi assim para a minha avó, que, aos nove anos de idade, diante da morte de sua mãe, precisou criar sete irmãos.

Minha avó, minha mãe e eu estamos presas em um modelo anacrônico de cuidado, que, como bem coloca Vera Iaconelli em seu *Manifesto antimaternalista* (2023), baseia-se na inteira responsabilização da mulher pelos cuidados com o outro - seja com os filhos, irmãos, pais ou avós. Afinal, infelizmente vivemos em uma sociedade capitalista, e, como bem coloca Silvia Federici em *Mulheres e caça às bruxas* (2019), o cuidado e a reprodução são estruturantes no capitalismo desde sua origem, e foram essenciais para sua consolidação. Embora o trabalho de cuidado sempre tenha sido destinado à mulher, no feudalismo ele ainda era coletivo, de modo que a organização das atividades se dava de forma mais justa, talvez equânime. O que muda com a entrada do sistema capitalista é que "os homens, graças a seus salários, conquistaram o poder de supervisionar o trabalho doméstico não remunerado das mulheres, de usar as mulheres como serviçais e de punir sua recusa a esse trabalho" (Federici, 2019, ebook). Nesse cenário, a mulher fica vulnerável e acaba sucumbindo ao modelo de feminilidade imposto a ela, subserviente e fadada ao cuidado do homem, da casa e dos filhos.

Em suma, mulheres são treinadas para cuidar, e isso está refletido até mesmo nos brinquedos que são histórica e culturalmente destinados às meninas. A boneca, por exemplo, faz com que reproduzam, de forma inconsciente, os atos e atitudes que caracterizam as mulheres como cuidadoras. Mais do que isso, por trás da brincadeira com a boneca, existe um preparo para a

maternidade. Essa relação pode ser explicada por Walter Benjamin, em *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2009), quando diz que “as crianças não constituem nenhuma comunidade isolada, mas antes fazem parte do povo e da classe a que pertencem”. Logo, seus brinquedos se tornam “um mudo diálogo de sinais entre a criança e o povo” (Benjamin, 2009, p. 94). Diante da imposição do cuidado e da maternidade às mulheres desde a infância, a boneca se torna uma ponte para o diálogo entre as meninas e as pretensões de uma sociedade capitalista e patriarcal. Elena Ferrante é uma autora conhecida por inserir bonecas em suas narrativas para enfatizar que elas “não são apenas a miniaturização do ser filha. As bonecas nos sintetizam como mulheres, em todos os papéis que o patriarcado nos atribuiu” (Ferrante, 2017, *ebook*). Em *A amiga genial* (2023), primeiro volume de sua famosa Série Napolitana, temos Nu e Tina, bonecas que marcam a amizade genial de Lila e Lenu. Na obra, elas são descritas como uma cópia fiel de suas donas. Lenu, a narradora da tetralogia, acreditava que as bonecas não eram felizes, já que, assim como ela e Lila, viviam em um dos bairros mais pobres e violentos de Nápoles – “os terrores que saboreávamos todos os dias eram os mesmos dos delas” (Ferrante, 2023, p. 23). Quando as meninas jogam as bonecas pela janela de um subsolo (ato que, aos olhos da sociedade, apenas uma “mãe ruim” poderia cometer), e, ao tentar recuperá-las, não as encontram, logo supõem que dom Achille, um contrabandista e agiota, as havia roubado. Nesse caso, Lila e Lenu acreditam que, assim como elas, as bonecas Nu e Tina também não seriam capazes de escapar da violência desse homem, que pode ser compreendido como uma espécie de metonímia na relação autoritária que tende a se constituir entre os homens e as mulheres.

Já em *Uma noite na praia* (2016a), conto infantil de Ferrante ilustrado por Mara Cerri, a boneca Celina narra a história sobre a vez em que sua “mãe”, Mati, uma menina de cinco anos, a esqueceu na praia ao se distrair com o gato que acabara de ganhar. Segundo Celina, Mati repetia com ela os cuidados que recebia de sua mãe: “Mati sempre me diz: ‘Se você ficar resfriada, vai ter febre’. Repete exatamente o que a mãe diz para ela. Porque Mati e eu também somos mãe e filha” (Ferrante, 2016a, *ebook*). Por isso, considerou impossível que Mati a tivesse esquecido e acreditou ser apenas uma brincadeira que sua “mamãe” havia inventado para lhe assustar. Daí em diante, a boneca Celina passa a noite inteira na praia, com medo dos perigos e, principalmente, de ter sido abandonada.

Apesar de se tratar de uma narrativa destinada ao público infantil, um leitor mais maduro e familiarizado com as obras de Ferrante não consegue deixar de enxergar, em *Uma noite na praia*, os problemas da performatividade de gênero, que induzem Mati, ainda criança, a

se comportar como uma mãe para sua boneca. Afinal, esse livro foi lançado em 2007, um ano após o lançamento de *A filha perdida* (2016b), que também tem o desaparecimento de uma boneca como eixo central e apresenta fortes reflexões sobre a ideologia do mito do amor materno universal. Nessa narrativa, a menininha Elena também vai perder sua boneca, Nani, na praia. Da mesma forma que Lila e Lenu, personagens da tetralogia napolitana, sentem-se mal por jogar as bonecas pela janela do subsolo e, por isso, tentam resgatá-las, Mati e Elena também se desesperam ao perceber que haviam esquecido suas bonecas na praia. Como mães das filhas-bonecas, não poderiam sentir outra coisa a não ser a culpa por tamanho descuido, já que ser mãe, segundo Begoña Gómez Urzaiz, “é um acúmulo de culpas que vão se sobrepondo sem medo de entrar em contradição entre si” (Urzaiz, 2024, *ebook*). Este é um trecho de seu livro *As abandonadoras* (2024), no qual reflete sobre como a sociedade considera antinatural uma mãe que abandona os filhos. Porém, Urzaiz evidencia que

[...] isso não é certo, pois a natureza está cheia de mães ruins e de mães que desaparecem. As focas abandonam suas crias. Os cucos deixam os ovos nos ninhos de outros pássaros e fogem voando – enganam, assim, as outras mães para que criem seus filhotes. Existem centenas de espécies animais para as quais é normal ou habitual comer os próprios filhotes (Urzaiz, 2024, *ebook*).

Isso também não pode ser visto como certo se levarmos em conta que “não há quase nenhum ambiente que considere o abandono de um pai comparável ao abandono de uma mãe. Dos pais pode-se esperar que sumam; das mães, não”. A autora completa sua reflexão dizendo que “as mães humanas também vão embora, às vezes. Aconteceu em todas as épocas e acontece hoje também, com todo tipo de motivação” (Urzaiz, 2024, *ebook*). Como vimos, é o que acontece nas obras de Ferrante: temos algumas mães abandonadoras. Digo algumas pois, além de Lila, Lenu, Mati e Elena, em *A filha perdida*, também há Leda, a narradora da história, que é a abandonadora que mais nos interessa aqui.

Leda é uma mulher de quase 50 anos, que vive em Florença e é professora universitária e mãe de duas filhas adultas, Bianca e Marta, que agora vivem no Canadá com o pai, Gianni, de quem é divorciada. Sem as filhas por perto, nossa narradora parecia viver um momento tranquilo, de pura liberdade: “pela primeira vez em quase vinte e cinco anos, não senti mais aquela ansiedade por ter que tomar conta delas” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Seu único compromisso em relação às filhas era ligar uma vez por dia para saber como estavam, e isso a fazia se sentir “milagrosamente desvinculada”, como se um peso tivesse sido tirado de seus ombros.

A ausência de Bianca e Marta fez com que Leda mudasse, até mesmo, seu comportamento, humor e aparência física: trabalhava sem se preocupar com os horários e necessidades delas, dormia à tarde, almoçava fora, estava menos irritada e mais generosa, e recuperara o corpo magro da juventude.

Essa sensação de bem-estar a incentiva a tirar férias no litoral do sul da Itália. Porém, já na metade do caminho para a praia, Leda é atacada pela ansiedade, como se já soubesse que sua paz seria abalada. Quando chega no pequeno apartamento onde ficaria hospedada, Leda se depara com uma grande bandeja de frutas que reluziam na mesa da sala, pega uma poltrona e a leva para o terraço, onde se senta e começa a pensar em como, durante anos, suas férias foram desgastadas por suas filhas. Cansada de pensar nelas, toma um banho e decide comer. Porém, ao se voltar à bandeja de frutas, descobre que “por baixo da bela aparência, figos, peras, ameixas, pêssegos e uvas estavam velhos ou podres” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Quando as frutas aparentemente belas se revelam podres, a narrativa dá indícios do que está por vir: a exposição de uma maternidade real, nada romantizada.

Na praia, Leda se depara com Nina e Elena, mãe e filha que tinham entre si uma relação muito zelosa. Algo nesse relacionamento causa admiração e incômodo na narradora, que passa a observar as duas como se estivesse assistindo a um espetáculo do qual nunca havia feito parte. De repente, toda a dor que a maternidade lhe causara, direta ou indiretamente, a arrebatava. Primeiro, a maternidade que a assombra é a de sua própria mãe: ao escutar o dialeto de Nina, que assim como ela, fazia parte de uma família napolitana, lembra-se de sua mãe. Porém, ao contrário da jovem mãe que via na praia, que “apresentava uma cadência dialetal agradável”, sua mãe era uma mulher raivosa, que com ela e suas irmãs “gritava intoxicada pela infelicidade: não aguento mais vocês, não aguento mais” (Ferrante, 2016b, *ebook*).

Nina, “já bonita por natureza, distinguia-se com aquele seu jeito de ser mãe; parecia não querer nada mais além da menina” (Ferrante, 2016b, *ebook*), e, por isso, Leda sentia inveja. Sua mãe, em seus acessos de raiva, dizia que iria embora, demonstrando que não a queria. Então, todos os dias a menina acordava tremendo de medo, com receio de ser abandonada. Apesar de sua mãe não a abandonar de fato, Leda sempre sentiu sua rejeição com muita intensidade:

Lembrava, até bem demais, como na idade de Marta eu estava convencida de que minha mãe, ao me fazer, se afastara de mim, como quando temos um impulso de rejeição e afastamos o prato com um gesto. Eu suspeitava de que ela tivesse começado a fugir de mim quando eu ainda estava em seu ventre, embora na minha infância todos me dissessem que eu me parecia com ela (Ferrante, 2016b, *ebook*).

Portanto, Leda viu em Nina a mãe que nunca teve: uma mulher dócil, que emanava o desejo de estar próxima à filha. Mas viu também a mãe que pensava nunca ter sido. Ao assistir Nina e Elena brincando, tão amorosamente, Leda sente ainda mais inveja do instinto maternal de Nina, o qual acreditava não possuir, pelo fato de ter abandonado, mesmo que brevemente, suas filhas. Portanto, a maternidade que a assombra em seguida é a sua e, a partir disso, seu fluxo de pensamento alterna entre se culpar e tentar justificar suas atitudes enquanto mãe.

Leda diz que, quando teve suas filhas, todas as esperanças que tinha na juventude foram destruídas: “era como se eu estivesse caindo para trás na direção da minha mãe, da minha avó, da cadeia de mulheres mudas ou zangadas da qual eu derivava” (Ferrante, 2016, *ebook*). A figura da mulher zangada é bastante recorrente na obra de Ferrante. No geral, são mulheres esgotadas, que tiveram sua liberdade esmagada pelo matrimônio e pela maternidade. Em *Dias de abandono*, por exemplo, a narradora Olga, após ser abandonada por seu marido, transforma-se em uma dessas mulheres zangadas. Nesse momento amargo de sua vida, ela se lembra de uma mulher com a qual conviveu durante a infância e que se transformou em uma “pobre coitada” (“*poverella*”) quando o marido a deixou. Como analiso em “O lado opaco e obscuro da maternidade: considerações sobre *Dias de abandono* (2016c), de Elena Ferrante”, junto com Bruna Fontes Ferraz:

[...] ao ser abandonada pelo marido, cai no esquecimento, privada de tudo que, acreditava, motivasse sua vida, como se ser a esposa de alguém fosse sua única função: quando perde esse epíteto, deixa de se reconhecer como mulher. Perde, assim, até mesmo o nome, passando a ser reconhecida por todos como “a pobre coitada” (“*poverella*”), que chorava, gritava e sofria pela ausência de um homem (Ferraz; Pena, 2022, p. 80).

Olga e a “*poverella*”, Leda e sua mãe, assim como outras personagens raivosas de Ferrante sofrem uma série de abandonos. Aqui, não falo apenas do abandono causado pelo marido, como no caso das primeiras, mas do abandono de si mesma, que é o mais doloroso. Por mais que haja, nessas mulheres, o desejo por outras coisas além do casamento e da maternidade, elas acabam renunciando a esse desejo, renunciando ao seu próprio “eu” para dar conta das cobranças sociais que ali estão envolvidas. Todas essas mulheres são filhas perdidas, que um dia tiveram sonhos e ambições próprias. Portanto, com apenas 23 anos de idade, Leda abandona a si mesma para ser mãe:

Oportunidades perdidas. As ambições ainda eram ardentes e alimentadas pelo corpo jovem, por uma fantasia que somava um projeto a outro, mas eu sentia que meu anseio criativo era castrado cada vez mais pela realidade das obrigações da universidade e pela necessidade de explorar as oportunidades de uma possível carreira. Eu me sentia reclusa dentro da minha própria cabeça, sem a possibilidade de me pôr à prova, e estava frustrada (Ferrante, 2016b, *ebook*).

Em um momento da narrativa, ela se lembra de uma tarde de inverno, quando tentava escrever um ensaio que, há meses, não conseguia terminar. Marta, a mais nova, brincava embaixo da mesa onde a mãe estudava, e Bianca, a primogênita, estava sentada do seu lado, “fingia ler e escrever imitando meus gestos, minhas caretas” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Leda não sabe o que aconteceu, mas, de repente, sua orelha foi atingida por um tapa. Então, ela é atravessada por uma raiva avassaladora. Estava em seu limite, sentia-se consumida pelas filhas – “nunca tinha tempo para mim. Eu me sentia sufocada; naquela época, parecia que estava traindo a mim mesma” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Por isso, acabou atingindo as bochechas de Bianca com um tapa, ao qual a menina reagiu tentando atingi-la novamente, levando Leda a bater nela de novo, dessa vez com mais força.

Bianca chora desesperadamente, ao passo que a mãe pede para que ela saia do ambiente, pois precisava trabalhar. Diante da resistência da filha, a segura pelo braço e a arrasta, fechando-a em outro cômodo. Ao bater a porta, com raiva, seu vidro se quebra, assustando a menina e a própria Leda: “esforço-me para nunca pensar naquele momento, em Marta puxando minha saia, em Bianca no corredor me fitando através do vidro quebrado: pensar nisso me faz suar frio, tira meu fôlego” (Ferrante, 2016b, *ebook*). A raiva passou e foi substituída pela culpa. Imediatamente, Leda se esqueceu que as meninas estavam consumindo o pequeno tempo que ela podia dedicar a sua pesquisa e ao seu trabalho.

No entanto, enquanto para ela tornou-se difícil seguir com a vida profissional após o nascimento das filhas, a de seu marido continuou intacta: “qualquer outra brincadeira havia acabado para mim. O pai corria mundo afora, uma oportunidade atrás da outra” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Na tentativa de voltar para a brincadeira, ainda jovem, abandona a casa e suas duas filhas aos cuidados de Gianni. Segundo Leda, fez isso por estar muito cansada, e diz para Nina: “às vezes, precisamos fugir para não morrer” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Tudo começou quando seu professor a convidou para ir a um congresso internacional sobre E. M. Forster. Leda se organizou perfeitamente para passar quatro dias ausente, deixando comida pronta na geladeira e suas amigas à disposição para ajudarem a cuidar de Bianca e Marta, que estava um pouco resfriada.

Lá, conheceu Hardy, um estudioso muito admirado, de uma universidade prestigiosa. Enquanto o professor apresentava seu trabalho, Leda o ouviu pronunciar seu nome e sobrenome uma, duas, três vezes. Então, se encheu de orgulho, ligou para o marido imediatamente e lhe contou o que havia acontecido, mas, sem ao menos parabenizá-la ou comemorar sua conquista, foi logo anunciando que Marta estava com catapora. Gianni fechava os olhos para a mulher que Leda era, concentrando-se apenas na Leda esposa e mãe. Entretanto, a notícia da doença da filha não a abalou: “o que era uma catapora, pensei, Bianca também tivera, vai passar. Eu estava cheia de mim mesma. Eu, eu, eu: isso é o que sou, isso é o que sei fazer, isso é o que *devo* fazer” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Além do reconhecimento acadêmico, nessa viagem, Leda também ganha um novo amor – se apaixona por Hardy. Seu corpo, que antes estava fervendo, logo se esfria quando volta para casa e é recebida com uma repreensão do marido por ter ligado apenas duas vezes em quatro dias, enquanto Marta estava doente. Em sinal de provocação, entra em “uma fase de frenética e dolorosa atividade” (Ferrante, 2016b, *ebook*), e começa a passar dez horas por dia na universidade, escrevendo novos artigos para publicação. Também escrevia longas cartas para Hardy, telefonava, sentia que não poderia mais viver sem ele. Leda diz que, “nesse meio tempo, aconteceu uma coisa atrás da outra, como se fosse a confirmação daquilo que eu sempre havia esperado” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Seu talento em ascensão e seu romance proibido a levaram a fazer várias viagens, deixando Gianni furioso:

Meu marido ficou alarmado, o que estava acontecendo? Protestou dizendo que não conseguia dar conta do trabalho e das meninas ao mesmo tempo. Respondi que ia deixá-lo. Ele não entendeu, pensou que eu tinha depressão, procurou soluções, ligou para a minha mãe, gritou que eu devia pensar nas meninas. Expliquei que não podia mais viver com ele, eu precisava entender quem eu era, quais eram as minhas verdadeiras possibilidades e outras frases assim. Eu não podia lhe dizer aos berros que já sabia tudo sobre mim mesma, que estava com mil ideias novas, estudando, amando outros homens, apaixonando-me por qualquer um que dissesse que eu era talentosa, inteligente, que me ajudasse a me testar. Ele se acalmou. Por algum tempo, tentou ser compreensivo, depois achou que eu estava mentindo, ficou com raiva, partiu para insultos. Até que, a certa altura, gritou faça o que quiser, vá embora (Ferrante, 2016b, *ebook*).

Vemos, nas atitudes do marido, mais uma prova de que ele enxergava Leda apenas como esposa e mãe de suas filhas. Diante de qualquer desejo que ela pudesse ter fora do casamento e da maternidade, preferia acreditar que ela estava com depressão, que estava fora de si. E, apesar de ter se alarmado, não acreditava que

Leda pudesse realmente ir embora sem as meninas: “mas eu as deixei com ele, fui embora por dois meses, nunca telefonei. Foi ele que ficou me caçando à distância, me atormentando. Quando voltei, foi só para empacotar de vez meus livros e anotações” (Ferrante, 2016b, *ebook*).

Leda não viu e nem ouviu mais suas filhas por três anos, que foi quando decidiu voltar. Em uma conversa, Nina a pergunta se não sentiu tristeza ao abandonar Bianca e Marta, e ela diz que não, mas que sentia um peso, uma dor no estômago sempre que ouvia uma criança chamar a mãe – “eu estava como alguém que conquista a própria existência e sente um monte de coisas ao mesmo tempo, entre elas uma ausência insuportável” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Então, Nina questiona o motivo de sua volta, e Leda responde:

- Porque percebi que eu não era capaz de criar nada meu que pudesse realmente estar à altura delas.

De repente, ela abriu um sorriso de satisfação.

- Então você voltou por amor às suas filhas?

- Não, voltei pelo mesmo motivo que me fez ir embora: por amor a mim mesma.

Seu rosto se fechou novamente.

- O que isso quer dizer?

- Que me senti mais inútil e desesperada sem elas do que com elas (Ferrante, 2016b, *ebook*).

A resposta de Leda soa egoísta para Nina. Em primeiro lugar: que tipo de mãe abandona seus filhos? E por que voltaria senão por arrependimento e amor a eles? Seu instinto materno não falou mais alto? De acordo com Iaconelli, “o instinto materno é uma criação pseudocientífica do século XVIII” (Iaconelli, 2023, *ebook*). A autora diz que, apesar do amor pelos filhos sempre ter existido, “a moralização e a ideologia associadas a esse afeto foram meticulosamente construídas, fazendo supor que ele não seria contingencial – como todo amor –, mas garantido pela natureza feminina” (Iaconelli, 2023, *ebook*). E o que se espera de uma boa e naturalizada mãe? Para a autora, é o sacrifício, a abnegação e a culpa:

Em seu livro *Read My Desire*, a filósofa e psicanalista Joan Copjec faz uma interessante aproximação entre a defesa maciça da amamentação pela genitora e o surgimento, na literatura gótica, de sua mais proeminente figura: o vampiro. *A mulher deveria se sacrificar para garantir o aleitamento do filho, e a imagem de um ser que suga a vida alheia não poderia ser mais eloquente do tipo de dedicação que se espera dela nesse momento. Mais do que aleitar, a demanda era por renunciar a qualquer aspiração para além do âmbito familiar* (Iaconelli, 2023, *ebook*, grifo nosso).

Leda vai embora por amor a si mesma e volta também pensando em si. Em sua maternidade não há sacrifício, abnegação e nem culpa, os três pilares que sustentam uma boa mãe. Aos olhos da sociedade, uma mãe que não coloca os filhos em primeiro lugar, que não os ama acima de tudo e não abdica sua vida para cuidar deles, é uma mãe desnaturada:

A mulher que não apresentasse o comportamento esperado de uma mãe seria considerada triste, louca ou má, ou, segundo o jargão médico, deprimida, psicótica ou perversa. Seriam todas mães *desnaturadas*, ou seja, incapazes de cumprir com sua natureza materna (Iaconelli, 2023, *ebook*).

Leda nunca seria capaz de se livrar do estigma de mãe ruim. Por isso, ao ver Nina e Elena na praia, ficava incomodada. Suspeitava que Nina estivesse “encenando o papel de mãe jovem e bela não por amor à filha, mas para nós, a multidão da praia, todos nós, mulheres e homens, jovens e idosos” (Ferrante, 2016b, *ebook*). A maternidade que via em sua frente não lhe parecia real, pois não condizia com a que conhecia. No teatro entre mãe e filha havia ainda uma participação especial, a de Nani, boneca de Elena. Nina ensinava a filha a cuidar da boneca, mostrando como devia dar-lhe banho, vesti-la e amamentá-la. Essa brincadeira irritava Leda, talvez porque Elena estivesse repetindo, com Nani, os atos que dela esperavam, e era sua própria mãe que estava impondo a ela esse padrão.

Enquanto Nina atuava como uma mãe exemplar e Elena reproduzia suas atitudes ao brincar com a boneca, elas estariam fomentando o mito do amor materno universal, discurso que a sociedade patriarcal lhes fez acreditar ser verdadeiro, e ao qual Leda ainda estava presa. Diante disso, o (aparentemente) belo relacionamento entre Nina e Elena se torna um lembrete de sua suposta falha em cumprir com a “natureza materna”. É possível que seja esse o motivo que, um dia, na praia, a leva a roubar a boneca de Elena. Ao suscitar o desespero da menina e, em consequência, o da mãe, Leda rompe a serenidade daquela relação: “por que eu a pegara? Ela vigiava o amor de Nina e Elena, o vínculo das duas, a paixão recíproca. Era a testemunha resplandecente de uma maternidade serena” (Ferrante, 2016b, *ebook*). Com esse ato, queria que Nina sentisse o que ela sempre sentiu enquanto mãe - o esgotamento, o esmagamento da maternidade.

Se, de fato, Leda desejava complexificar essa relação, ela conseguiu: após perder Nani, Elena chora por dias e chega a ter febre. Em uma tentativa de acalmar a menina, Nina decide ir até uma loja de brinquedos para comprar outra boneca. Atitude falha, pois Elena não aceita um novo brinquedo e continua a gritar, chorar e

espernear. Então, Leda – que estava na loja para comprar roupinhas novas para a boneca roubada – testemunha um momento nada sereno entre mãe e filha:

Nina permaneceu por um instante em uma posição incômoda, inclinada para a frente, com as mãos em volta dos quadris da filha, puxando-a para desgrudá-la do seu corpo, mas também para se esquivar dos chutes. Senti que ela estava oscilando entre a paciência e a intolerância, a compreensão e a vontade de cair em prantos. Onde estava o idílio que eu havia presenciado na praia? (Ferrante, 2016b, *ebook*).

A narradora parece gostar da cena que presencia, bem diferente daquelas a que assistia na praia, e continua torcendo para que Nina perdesse, de vez, a paciência com Elena. Queria que a mãe gritasse com a filha, desse um tapa nela, assim como fazia com Bianca e Marta; queria que Nina tivesse “se revelado em público uma mãe não afetuosa, nada como a mãe da igreja ou das revistas” (Ferrante, 2016b, *ebook*); queria, por fim, que Nina abandonasse Elena, assim como fez com Bianca e Marta.

Todo esse movimento de Leda pode parecer cruel aos olhos do leitor. Embora, com o furto da boneca, ela desperte o sofrimento de Nina e de Elena, não era simplesmente isso que ela almejava. O que Leda queria era poder se identificar com Nina, compartilhar com ela sua experiência em busca de entendimento e consolo: “eu queria falar sobre aquelas mesmas coisas apenas com Nina, em uma situação diferente, com cuidado, para ser entendida” (Ferrante, 2016b, *ebook*). No fundo, Nina e Elena apenas lembravam Leda de que ela ainda é uma filha perdida nas amarras da maternidade. Mesmo lutando contra, nunca conseguiu se libertar delas, afinal, antes de ser mãe, ela foi inserida nesse embaraço por sua própria mãe, que foi inserida por sua avó, que foi inserida por sua bisavó, e assim por diante.

A filha perdida, de Elena Ferrante, é um lembrete de que, assim como Leda, todas as mulheres são filhas perdidas, tentando sair desse ciclo doloroso da maternidade que parece não ter fim. Diante disso, podemos supor, também, que Leda tenha roubado a boneca de Elena para tentar impedir que a menina entrasse de vez nesse jogo que é ser mãe; um jogo que, como aponta Urzaiz, só se ganha perdendo: “e fica claro que a essência da maternidade aceitável é a renúncia” (Urzaiz, 2024, *ebook*). Leda resiste em renunciar a si mesma quando abandona as filhas, e, ao retornar, mantém-se firme na decisão de colocar-se em primeiro lugar. Por esse motivo, Leda ainda é (e sempre) será assombrada por sua maternidade.

Referências

BENJAMIN, Walter. Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação. Tradução, apresentação e notas de Marcus Vinícius Mazzar; posfácio de Flávio Di Giorgi. 2 ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2009.

FEDERICI, Silvia. Mulheres e a caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais. Tradução de Heci Regina Candiani. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERRANTE, Elena. A amiga genial: infância adolescência. Tradução de Maurício Santana Dias. 2 ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2023.

FERRANTE, Elena. A filha perdida. 1ª ed. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016b.

FERRANTE, Elena. Dias de abandono. Trad. Francesca Cricelli. 1 ed. São Paulo: Biblioteca Azul, 2016c.

FERRANTE, Elena. Frantumaglia: os caminhos de uma escritora. 1ª ed. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017.

FERRANTE, Elena. Uma noite na praia. 1ª ed. Tradução de Marcello Lino. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016a.

FERRAZ, Bruna Fontes; PENA, Eduarda Duarte. "O lado opaco e obscuro da maternidade: considerações sobre Dias de abandono, de Elena Ferrante". In: MOREIRA, Maria Elisa Rodrigues; MACHADO, Allied Ribeiro (orgs.). Releituras do feminino na ficção contemporânea. Belo Horizonte, MG: Tradição Planalto, 2022. p. 79-92.

IACONELLI, Vera. Manifesto antimaternalista. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2023.

URZAIZ, Begoña Gómez. As abandonadoras: histórias sobre maternidade, criação e culpa. 1ª ed. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz S.A., 2024.

As diferentes representações da mulher e da maternidade em *A Família Medeiros*, de Júlia Lopes de Almeida

Las diferentes representaciones de la mujer y la maternidad en A Família Medeiros, de Júlia Lopes de Almeida

Emilli Prestes Silva

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-1663-6239>

Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1088-4260>

Resumo: Um dos principais objetivos da crítica literária feminista tem sido fazer o resgate da produção literária e intelectual de escritoras que tiveram as suas contribuições apagadas historicamente. É por meio desse movimento que a obra de Júlia Lopes de Almeida, escritora carioca de grande relevância para o cenário literário brasileiro no final do século XIX e início do século XX, tornou-se novamente objeto de leituras e pesquisas, principalmente no que cabe à representação das mulheres, do papel social feminino e da maternidade. A escritora apresenta em sua obra literária e jornalística reflexões importantes para a discussão do papel da mulher na sociedade e na constituição familiar de sua época. Especialmente nas obras literárias, a mulher ganha destaque, tanto pela maior quantidade e complexidade de personagens femininas, quanto pela importância que assumem na construção dos enredos. Em uma literatura majoritariamente escrita por homens, Júlia Lopes de Almeida se destaca por questionar, ainda que de modo sutil, as relações estabelecidas entre os gêneros e as imposições feitas à mulher na sociedade patriarcal de sua época. Para ilustrar como as questões anteriormente expostas se materializam na escrita da autora, analisaremos o seu romance *A família Medeiros*, publicado em 1893, apontando paralelos com suas obras não ficcionais *Maternidade* (1925) e *O livro das Donas e Donzelas* (1906). Para isso, nos apoiaremos teoricamente nas discussões feitas a partir da sociologia e da psicologia, em obras de autoras como Vivas (2021) e Badinter (1985), que discutem a história e a compreensão da maternidade nas diferentes épocas e sociedades.

Palavras-chave: Literatura escrita por mulheres, feminismo, patriarcado, maternidade, *A família Medeiros*.

Resumen: Uno de los principales objetivos de la crítica literaria feminista ha sido revalorar la producción literaria e intelectual de escritoras cuyas contribuciones han sido históricamente borradas. Es a través de este movimiento que la obra de Júlia Lopes de Almeida, escritora carioca de gran importancia en el panorama literario brasileño de finales del siglo XIX y principios del XX, ha vuelto a ser objeto de lectura e investigación,

especialmente en lo que se refiere a la representación de la mujer, el papel social femenino y la maternidad. En su obra literaria y periodística, la escritora presenta importantes reflexiones para la discusión del papel de la mujer en la sociedad y en la constitución familiar de su época. En las obras literarias, en particular, se hace hincapié en las mujeres, tanto por el mayor número y complejidad de los personajes femeninos como por la importancia que asumen en la construcción de las tramas. En una literatura mayoritariamente escrita por hombres, Júlia Lopes de Almeida se destaca por cuestionar, aunque de forma sutil, las relaciones establecidas entre los géneros y las imposiciones hechas a las mujeres en la sociedad patriarcal de su época. Para ilustrar cómo estas cuestiones se materializan en la escritura de la autora, analizaremos su novela *A família Medeiros*, publicada en 1893, señalando paralelismos con sus obras de no ficción *Maternidade* (1925) y *O livro das Donas e Donzelas* (1906). Para ello, nos basaremos en discusiones teóricas de la sociología y la psicología, en obras de autoras como Vivas (2021) y Badinter (1985), que discuten la historia y la comprensión de la maternidad en diferentes épocas y sociedades.

Palabras clave: Literatura escrita por mujeres, feminismo, patriarcado, maternidad, *A família Medeiros*.

Historicamente, no advento do surgimento das sociedades capitalistas, o papel social da mulher foi sendo relegado à esfera privada, voltado à manutenção e ao cuidado do lar e da prole. Ainda hoje, mesmo com as conquistas feministas em direção à emancipação feminina, a sociedade continua impondo - com uma nova vestimenta - à mulher esse lugar, pois, apesar de ter saído de casa e ocupar o mercado de trabalho, o discurso que delega a ela a responsabilidade pelo ambiente familiar ainda se mantém presente e forte. Esther Vivas, na obra *Mamãe Desobediente* (Vivas, 2021), aponta que o cuidado imposto ao feminino está relacionado à "maternalização da mulher", sendo esta o resultado "de naturalizar a função materna; individualizar as tarefas de cuidado; deixar a criação somente nas mãos das mães; e moralizar as práticas que lhes eram próprias".

Se voltarmos o olhar para o século XIX e começo do século XX, observaremos que esse era o discurso dominante. Até mesmo as mulheres que ocupavam lugares de privilégio, mulheres brancas de classe média ou alta, tinham seu destino socialmente definido. A mulher nascia e era criada para se portar como a complementação do masculino, obedecendo e servindo inicialmente ao seu pai e posteriormente ao seu marido, as figuras de absoluto poder. O espaço do feminino era, portanto, delimitado ao espaço da casa, e todas as preocupações da mulher deveriam, nessa organização, ser voltadas ao ambiente doméstico. Consequentemente, a educação feminina, nesse período, era simplificada, já que lhe bastavam alguns conhecimentos práticos para bem conduzir a sua casa e se

comportar na sociedade. Raras foram, nesta época, as mulheres que se aprofundaram em algum tipo de estudo e as que o fizeram geralmente pertenciam às classes mais altas da sociedade.

Nesses casos, conforme apontado por Cunha e Silva (2010), a educação feminina geralmente acontecia na própria casa, pois era delegada às mulheres da família e às preceptoras, em regra estrangeiras, contratadas para ensinar dentro do espaço doméstico. De acordo com os autores, a partir da década de 1850, com o crescimento urbano e criação de escolas particulares destinadas à educação feminina, o ensino das mulheres burguesas foi progressivamente migrando para esses espaços. Com o tempo, as escolas secundárias femininas tornaram-se lugar de grande prestígio, mas ainda assim a educação das mulheres permaneceu por muito tempo distinta da educação masculina, visto que, na maioria dessas instituições o ensino manteve-se delimitado ao necessário à formação da mulher segundo as expectativas sociais da época.

Embora trate do cenário francês, Elisabeth Badinter apresenta na obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (Badinter, 1985) uma observação que se adequa perfeitamente ao cenário brasileiro, ao refletir a condição da educação feminina até a metade do século XIX:

Para melhor avaliar o caminho percorrido por algumas dessas mulheres, é preciso lembrar que toda educação propriamente intelectual lhes era proibida. Na escola, em casa ou no convento, evitava-se desenvolver esses espíritos. E mesmo se houve, aqui e ali, pequenas modificações de programa, o conteúdo do ensino das meninas foi de uma mediocridade espantosa até a primeira metade do século XIX, pois a finalidade era sempre a mesma: fazer delas esposas crentes, donas-de-casa eficientes (Badinter, 1985, p. 76).

Júlia Lopes de Almeida, autora cuja parte da obra analisamos no presente artigo, foi uma exceção à regra para a educação feminina da época. Filha de pais intelectuais, o médico e professor Valentim José Silveira Lopes e a pianista Adelina Lopes, foi incentivada a explorar conhecimentos que habitualmente as mulheres, até mesmo as das classes mais altas, não exploravam. Nascida em 1862, a autora esteve desde os primeiros anos de vida exposta à literatura e à arte, sendo motivada pelos seus pais e pela sua irmã mais velha, Adelina, à leitura e à escrita. Conforme crescia, Júlia pôde frequentar espaços de profusão artística, e assim, entrar em contato com as obras e os debates intelectuais que elas suscitavam.

Devido à sua formação intelectual, Júlia Lopes de Almeida conseguiu adentrar, ainda muito jovem, em um espaço então dominado por homens, o meio jornalístico-literário. Sua inserção

nesse âmbito se deu pela participação no jornal *A Gazeta de Campinas*, aos 17 anos, e, desde então, ao longo de sua vida, a autora não deixou de contribuir com os jornais brasileiros, seu maior espaço de publicação, visto que diversos de seus romances foram publicados inicialmente como folhetins. Entretanto, como outras escritoras que chegaram a contribuir com os jornais da época, a participação de Júlia foi inicialmente delegada a comentários sobre assuntos considerados pertencentes ao universo feminino. A autora, entretanto, não se conformou com o espaço que ocupava, e de maneira astuciosa, foi aos poucos usando suas crônicas para fazer outros tipos de reflexão, entre elas o questionamento sobre a autonomia feminina, a contestação do papel ocupado pela mulher na sociedade e o direito das mulheres à educação.

Júlia inicia então a defesa de um ponto de vista divergente, ainda que de modo moderado, das ideias sobre o papel social da mulher na sociedade de sua época. Como discutiremos de maneira mais detida adiante, se nos seus escritos não ficcionais não há tanto espaço para a ruptura com o modelo social vigente, seus romances podem apresentar de maneira mais abrangente o ser mulher em suas personagens que escapam dos estereótipos e se apresentam muito mais complexas do que as escritas pelos escritores homens da época. Em uma antecipação do que diria Cixous, muitos anos mais tarde: “em literatura já existe o que ainda não existe na realidade” (2022, p.33).

Foi por sua conduta pioneira, de dar visibilidade às mulheres e aos problemas sociais brasileiros desde diferentes perspectivas, que Júlia Lopes de Almeida passou a ser celebrada nos últimos anos como uma autora precursora do feminismo no Brasil. No entanto, como também exploraremos com mais detalhe, vale observar como nos seus escritos ensaísticos e jornalísticos a autora dialoga muito mais com os modelos sociais vigentes do que com os ideais feministas que começavam a se fazer presentes. Júlia publicou mais de um guia de comportamento para as mulheres da época, como *O Livro das noivas* (1896) e *O Livro das donas e donzelas* (1906), nos quais defendia uma posição mais conservadora do que a observada nas personagens femininas de suas obras ficcionais. O comportamento distinto em cada um dos gêneros discursivos se dá, a nosso ver, pela maior liberdade de expressão permitida pelo gênero ficcional, por tratar-se do gênero da “imaginação”, ao contrário das crônicas e guias que deveriam ter um maior compromisso com o “real”, isto é, a sociedade da época.

Pensando nessas duas facetas apresentadas por Júlia Lopes de Almeida, uma mais conservadora e a outra mais combativa, nos propomos a apresentar a representação de algumas das personagens femininas escritas pela autora em uma de suas obras

ficcionais. Por meio de *A família Medeiros*, romance de teor abolicionista publicado inicialmente como folhetim em 1891, no jornal *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, buscaremos aproximar a construção das personagens com algumas das opiniões apresentadas pela autora nas suas obras não ficcionais *Maternidade* (1925), tratado que reflete o papel das mães na criação dos filhos homens e a construção do futuro da sociedade, e *O livro das donas e donzelas*, guia de comportamento para mulheres da burguesia brasileira formado por textos coletados de suas contribuições jornalísticas que dissertam sobre diversos âmbitos da sociedade e o comportamento esperado das mulheres nessas situações. Ao tratar das mulheres, dedicamos uma atenção especial para a relação que estabelecem com a maternidade, uma vez que a completude do feminino se via no gerar e cuidar dos filhos.

No romance, somos apresentados a uma família de organização tradicional, comandada pelo patriarca Comendador Medeiros, um fazendeiro e proprietário de escravos que se porta de maneira violenta e autoritária, sem permitir que qualquer outra pessoa, sequer da sua família, interfira nas suas decisões. A relação inicial de todas as personagens com este homem, representação máxima do patriarcado, é de submissão às suas vontades, expondo uma estrutura de rigidez e violenta dominação do feminino pelo masculino. Seu ideal de sociedade é aquele que herdou de seu pai, e que busca conservar um modelo patriarcal, no qual o destino de todos está nas mãos do chefe da família. No trecho destacado a seguir, verificamos o desejo da manutenção dessa estrutura:

Ah! Os chefes de família de há vinte anos ainda, quanto mais felizes eram! Dirigiam à sua vontade o barco para a direita, para a esquerda, para a frente ou para a retaguarda, sem que partisse de dentro uma observação, um dito, um queixume ou uma súplica! (Almeida, 2021, p.173)

A personagem representa, portanto, uma estrutura social anterior, que, no romance, é ameaçada pelos novos valores e ideais que então se impõem, associados principalmente às personagens mais jovens. Esse embate se apresenta especialmente na figura do patriarca e de seu único filho homem, Otávio, que retorna de um longo período de formação na Europa com uma outra visão sobre as questões sociais, quebrando assim a expectativa do pai de ter um sucessor réplica de si mesmo. Após a chegada de Otávio, as tensões se constroem pelo contraste entre as opiniões e desejos do patriarca e dos jovens que o rodeiam, especialmente seu filho e sua sobrinha, Eva. Se destaca na trama o embate relacionado à escravidão, no qual o Comendador se posiciona de maneira

contrária à libertação dos escravos e à abolição da escravatura, e os jovens, de maneira abolicionista.

O enredo apresenta, por um lado, a tradicional burguesia brasileira da época: o patriarca dono das terras e do poder sobre bens e pessoas; o filho, educado no exterior e representante da modernidade; as figuras femininas subjugadas ao masculino; as relações de negócio estabelecidas por meio do casamento arranjado das mulheres da família, entre outros. Por outro lado, também apresenta uma ruptura desse padrão, especialmente representada na figura de Eva, personagem feminina que transgride as normas vigentes para as mulheres da época.

Dentre as personagens apresentadas com maior ênfase na obra, destacamos para análise neste artigo a mãe de Otávio e esposa do Comendador Medeiros; Nicota, filha do casal; Eva, sobrinha do Comendador Medeiros e paixão de Otávio; Mamã Joana, ama de leite de Otávio e a Senhorita Gruber, preceptora das jovens. Todas essas mulheres ocupam posições diferentes na organização familiar e social e parece haver um movimento de maior ou menor pertencimento à estrutura patriarcal, reproduzida por algumas e abandonada por outras.

Começando por ordem de antiguidade e aderência ao modelo patriarcal, a mãe de Otávio, referenciada sempre desse modo na obra, sem ao menos possuir um nome próprio, representa um exemplo de submissão e cuidado, modelo da mulher e da mãe idealizada pela sociedade de então, que conforme apontado por Tourinho (2006, *apud* Farias, 2021), tem no cuidado com o lar sua única possibilidade de realização pessoal. Submissa às vontades de seu esposo, suporta calada todas as suas decisões e acessos de violência, protegendo-o das críticas externas por meio de desculpas inventadas para seu temperamento, como apresentado logo no primeiro ímpeto de fúria do Comendador na obra: "Rachou com a mulher, que se submetia paciente à descarga da sua cólera. "Aquilo é enxaqueca", dizia a mulher placidamente, "logo está bom"" (Almeida, 2021, p.46). Essa passagem ilustra a posição que a mulher ocupa na estrutura familiar. É ela que acolhe a fúria do marido, e que concilia o temperamento dele frente à família. Para o próprio marido, sua submissão pode ser comparada à domesticação de um animal, em uma relação que se estabelece a partir do medo e não da admiração: "A mulher tinha por ele um respeito muito próximo do medo; havia na sua obediência alguma coisa que lhe fazia lembrar o animal domesticado diante do seu domador" (Almeida, 2021, p.173). Sua participação familiar, portanto, se resume à manutenção do espaço doméstico. Todas as suas aparições são voltadas à governança da casa, e aparentemente, está conformada com essa posição: "A sua opinião nunca fora ouvida nem pedida em

assuntos de outra importância. Era a governante da casa e isso bastava-lhe” (Almeida, 2021, p.70). Como essa é a sua única participação na constituição familiar e social, é representada como uma mulher em constante trabalho, mas não qualquer trabalho. Na sua posição de mulher burguesa, passa seus dias fiscalizando o trabalho das suas escravas e, posteriormente, empregadas, isto é, supervisionando o trabalho realizado por outras mulheres.

No século XIX, a maternidade estava investida de um valor de sacrifício naturalizado pelo suposto “instinto materno”. Segundo Badinter (1985), embora a maternidade estivesse já anteriormente relacionada ao feminino, o fortalecimento dessa relação se deu a partir do final do século XVIII, com intuito de organização econômica da sociedade que buscava o confinamento das mulheres no espaço privado, trabalhando de forma não remunerada para a formação dos indivíduos:

É no último terço do século XVIII que se opera uma espécie de revolução das mentalidades. A imagem da mãe, de seu papel e de sua importância, modifica-se radicalmente, ainda que, na prática, os comportamentos tardassem a se alterar. Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 103).

A construção de uma relação intrínseca entre maternidade e feminino se faz de maneira bem-sucedida, e se constrói com ela um modelo de maternidade abnegada, no qual a mãe deixa de possuir desejos e objetivos próprios, todos os seus passos devem estar relacionados ao cuidado do lar, do seu marido e, especialmente, de sua prole. Conforme destacado por Vivas (2021): “A mãe está a serviço dos filhos, em primeiro lugar, e do marido, em segundo.”

A mãe de *A família Medeiros* apresenta-se, portanto, conectada à tradição da mãe ideal. Tão bem desempenha o papel de mãe que não possui um nome, a posição ocupada na organização familiar é suficiente para a definição da personagem. Sua existência se delimita ao cuidado do lar e da prole, “a mulher é agora a responsável pela felicidade - ou infelicidade - de outros sujeitos; toda a sua existência será resumida ao sentir-se necessária, para as demandas que atende, dentro de sua casa” (Farias, 2021, p.34). Para cúmulo da adequação ao modelo materno, a personagem é elevada ao nível da santidade pelo filho: “[...] via o rosto sereno da mãe banhado de suavidade como a fisionomia das santas dos altares.” (Almeida, 2021, p.34), indicando mais uma vez a inserção da personagem ao modelo de maternidade então estabelecido, no

qual “a mãe é agora usualmente comparada a uma santa e se criará o hábito de pensar que toda boa mãe é uma “santa mulher”” (Badinter, 1985, p.160).

A construção dessa personagem tão próxima ao ideal de maternidade dialoga com a produção não ficcional da autora, especialmente com a obra *Maternidade*, texto de cunho pacifista que explicita a relação da autora com a maternidade. Na obra, Júlia demonstra estar conectada ao ideal do amor materno instintivo, abnegado e sacrificial, capaz de tudo suportar pelo bem do filho. Publicada após a Primeira Guerra Mundial, apresenta um discurso comum à época, no qual a figura materna adquire importância fundamental para a ideia de futuro, por meio da educação que dá aos seus filhos. Porém, logo ao início das suas proposições, já é possível observar que a importância da mulher advém da criação do filho homem: “Nove meses de angústia, nove meses nauseativos, mal dormidos, mal vividos, de corpo pesado, alma cheia de apreensões aterradoras, e eis que em ondas de sangue e dor nasce um menino, linda promessa de um futuro risonho” (Almeida, 1925, p.19-20). A citação elucida alguns pontos importantes da sua visão sobre a maternidade. Além da figura da mãe sacrificada, são nove meses vividos em sofrimento, pelo mal-estar físico e psicológico, compensados pelo nascimento da criança, verifica-se um ideal de maternidade marcado pela anulação da individualidade da mulher frente à maternidade: “... há alguém que não dorme, que não sonha, que não se deixa penetrar por pensamentos criadores” (Almeida, 1925, p. 18). A essa mulher, é dado apenas o direito da criação dos filhos, para que assim sua existência tenha algum valor: “[...] é no filho que a mãe se renova e continua” (Almeida, 1925, p. 42), resumidamente, a realização da mulher depende do fato de ser mãe e bem criar seus filhos.

Percebe-se também no texto, a noção da maternidade enquanto instinto feminino. “Mal começa a falar, a abrir os olhos com inteligência para a observação das coisas e já a menina acalenta nos braços a sua boneca, aconchegando-a ao peito, como para a aleitar” (Almeida, 1925, p. 107). Para a autora, as funções de cuidado relacionada à maternidade são naturais à mulher, como visto na citação anterior, e por isso, suas ações de cuidado não são valorizadas como seriam se fossem realizadas por um homem, como podemos observar no trecho a seguir:

É por isso mais raro e mais comovedor ver-se no meio da multidão um mancebo a defender uma velhinha do que ver-se uma mulher ainda moça a defender uma criança. Por quê? Porque se presume que esta mulher represente um papel de que a própria beleza a torne orgulhosa, e que lhe é imposto pela natureza impulsiva e aquele cumpre uma ação

deliberada pela delicadeza piedosa do seu raciocínio e da sua consciência (Almeida, 1925, p. 43-44).

O “instinto materno” justifica as ações de cuidado do feminino, destituindo-as de valor. A mãe de *A família Medeiros*, é um exemplo do cuidado da organização familiar, mas se afasta do ideal de maternidade observado na obra não ficcional da autora por não se relacionar de maneira tão contundente com o ideal do amor incondicional pelos filhos. Se para a autora, os filhos são a relação de maior importância para uma mãe, “[...] Aquela para quem, desde que nasceram, eles [os filhos] resumiram sempre - tudo!” (Almeida, 1925, p.55), a mãe de Otávio desvincula-se do ideal de maternidade por estar submetida mais ao marido do que aos filhos. Embora possua características desse modelo de maternidade, como a abstenção de seus próprios desejos, a subserviência à família e a restrição ao espaço doméstico, a personagem não demonstra estar ligada à prole de modo especialmente instintivo e sentimental, capaz de romper qualquer barreira pelo seu bem.

Esse ideal de amor instintivo e absoluto é expresso na obra especialmente por meio da figura de Mamã Joana, ama de leite de Otávio. Embora não seja a mãe biológica, a personagem apresenta pelo “filho branco”, criança que amamentou e cuidou em sua primeira infância, um amor maior ainda do que o sentido pelos filhos biológicos, que rompe barreiras físicas e a tudo perdoa, inclusive o esquecimento por parte do filho amado. Isso se demonstra no momento de reencontro entre as personagens. Otávio, pertencendo à família escravista, apesar de aparentar nutrir pela ama de leite um sentimento de carinho, a tem em segundo plano, sendo lembrado por uma terceira personagem, Eva, da obrigação moral que teria em ir visitar a ama de leite em seu retorno. É nítido que para ele a personagem não ocupa a mesma posição de sua família biológica, chegando a surpreender a reação da ama no momento do reencontro:

Era daquela velhinha parálitica das pernas, imprestável, atirada como um caco velho para um canto imundo, que saía a maior manifestação de júbilo pelo regresso de Otávio. Todos os outros o haviam recebido com um sorriso apenas; ela acolhia-o com lágrimas! (Almeida, 2021, p.37-38).

O trecho exposto apresenta também a abnegação da personagem frente a Otávio. Ainda que tenha sido relegada a uma posição de sofrimento, esquecida pela família após anos de servidão, não demonstra ressentimento ou mágoa, ao contrário, recebe o filho pródigo com lágrimas de júbilo. Mamã Joana perdoa o

esquecimento, pois a lembrança, ainda que tardia, representa a sua realização como mãe.

A maternidade de abnegação e sofrimento encontra na personagem sua maior representação em um dos momentos cruciais da obra. Em meio ao levante dos escravos da fazenda, Otávio é baleado. Com o filho gravemente ferido, a mãe biológica chora e sofre, mas mantém a resignação que a acompanha em outros momentos “e à cabeceira do doente a mãe, resignada, suspirava de vez em quando em uma tristeza calma” (Almeida, 2021, p.106). Na primeira troca de ataduras, não consegue suportar os lamentos de dor do filho e retira-se - “logo ao desligar das ataduras, ao primeiro ai do doente, a mãe, quase desfalecida, confessou a sua incompetência e retirou-se com as mãos nos olhos” (Almeida, 2021, p.107). Embora as passagens possam demonstrar o sofrimento materno ao ver o filho naquele estado, é em Mamã Joana que ele se manifesta de modo mais extremo, quando exige um lugar ao lado do filho, sob cenas de dor física e emocional. A mãe negra, aleijada, se arrasta até o jovem, sem se importar com o próprio sofrimento. Somente então - força do amor - o filho demonstra sinal de vida. A cena é simbólica: tudo pode a força do amor materno:

a parálitica não desanimou e conseguiu arrastar-se até o quarto de seu adorado Otávio, rasgando a saia sob os joelhos, quebrando as unhas nas tábuas, magoando os ossos e ensanguentado as carnes. [...] depois, um sorriso pousou-lhe nos lábios engelhados, fulgurou-lhe o olhar e soltou um grito de júbilo, um grito cheio de vida, cheio de amor, todo alma, vibrante de sentimento, grito de triunfo, grito de mãe apaixonada ao ver tornar a si o filho idolatrado. - Meu filho vive! Vive! (Almeida, 2021, p. 100 - 102).

O instinto do amor materno é representado na obra pela figura de uma mulher que não possui laços sanguíneos com o filho, demonstrando que a maternidade pode se fazer desde outros lugares que não exclusivamente o biológico. Essa ideia é reforçada pela relação distinta da personagem Mamã Joana, com os filhos de sangue e o filho branco, Otávio. A personagem, afastada de seus filhos biológicos pela escravidão, cultiva no filho branco o ideal do amor materno, por sabê-lo livre dos sofrimentos a que seus filhos biológicos estavam destinados.

Pouco antes da cena acima citada, em que vê Otávio inconsciente, a narrativa apresenta o momento em que Mamã Joana tem conhecimento da captura do filho biológico, Jacinto, escravo participante do levante, e da aparente morte de Otávio. Mamã Joana imediatamente pede auxílio para que a levem até os filhos, e nos dois casos, recebe a negativa aos seus apelos de aproximação.

Entretanto, sua reação às proibições difere quando se trata de Jacinto e de Otávio. No primeiro caso, a mãe sofre à distância a possibilidade do encontro com o filho biológico, respeitando a proibição, no segundo, quando Joaquina, a companheira que a carregava, é proibida de se aproximar, a mãe negra não desiste, e se arrasta até o filho branco: “No terreiro viram, logo ao chegar, o Jacinto amarrado a um companheiro. A mãe quis aproximar-se dele, mas não lhe permitiram; ela ficou então de longe a acenar-lhe, chorando, enquanto ele partia na miserável turma para a fazenda do Antunes” (Almeida, 2021, p.101). Para além dessa passagem, a obra apresenta também o momento posterior à recuperação de Otávio, quando Jacinto foge da fazenda sem levar Mamã Joana, demonstrando mais explicitamente predileção de Joana pelo filho branco:

O filho branco, que tanto orgulho lhe tinha dado sempre, adoçou-lhe o passamento. A falta do Jacinto, seu próprio filho, nascido das suas entranhas, foi bem compensada. Nem um relance de vista, à procura dele! Esqueceu-o como se lhe tivesse adivinhado o abandono! Otávio era o seu deus, Otávio era o seu amor! Desde pequeno, fora Jacinto o preterido, o filho preto que rolasse nu, esfomeado e sujo, contanto que o filho branco gozasse a fartura do bom leite, a maciez da cambraia e o aroma da limpeza!! (Almeida, 2021. p.212).

A narração apresenta, partindo desse momento de encontro entre a Mamã Joana e Otávio, uma explicação para o comportamento distinto da mãe negra entre aos filhos biológicos e o filho branco. Indicando essa distinção como fruto do sofrimento da escravidão, mas, ainda assim, realizando um julgamento moral pela decorrente perda da relação de maternidade entre mães e filhos escravos, uma vez que este vínculo, mas que instinto é construção:

Por mais extraordinário que o caso pareça, o certo é que era assim. A doçura do amor materno, amor tanto mais cheio de sacrifícios quanto mais intenso, não lhes vibrava na alma o sentimento, ou era abafado pela voz do orgulho! É de crer, porém, que o principal motivo dessa anomalia fosse a miséria da sua condição! (Almeida, 2021, p. 212).

Conceição Evaristo, no ensaio “Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira” (2015), refletindo sobre a representação da maternidade negra, aponta que é frequente a construção de personagens negras que “cuidam dos filhos dos brancos em detrimento dos seus” (Evaristo, 2015, p.53). A autora destaca a deturpação da imagem da mulher e da mãe negra na literatura, considerando a importância dos laços de parentesco e a posição de destaque ocupada pela figura materna na comunidade

negra: “Mães reais e/ou simbólicas, como as das Casas de Axé, foram e são elas, muitas vezes sozinhas, as grandes responsáveis não só pela subsistência do grupo, assim como pela manutenção da memória cultural no interior do mesmo” (Evaristo, 2015, p.54). Podemos observar na construção da personagem Mamã Joana uma transferência de maternidade, ao depositar o seu afeto no filho que pode “vingar”. Tal transferência pode ser lida, com base na reflexão de Conceição Evaristo, como uma forma de apagamento da maternidade negra.

Embora ocupando realidades de vida muito diversas, uma burguesa e outra escrava, as figuras dessas duas mulheres se somam para formar a representação do que se esperava de uma mãe na época. É interessante observar um elemento que será comum às duas e que pode servir de metáfora para a condição das mulheres daquele tempo. As duas personagens são marcadas pela falta de movimento das pernas. A mãe biológica é frequentemente descrita sentada, ainda quando realiza as atividades domésticas: “A mãe, sentada na rede, com as pernas cruzadas, escolhia ervas para o jantar” (Almeida, 2021, p.16), “A dona da casa balançava-se aí na rede, consenso ao mesmo tempo” (Almeida, 2021, p.125), “Dentro, na varanda, a mãe balançava-se na rede, peneirando arroz, e uma criada italiana punha a mesa para o jantar” (Almeida, 2021, p.240). Mamã Joana, por sua vez, perdeu, em momento anterior ao início da narrativa, o movimento das pernas: “-Ela devia ter-me procurado ontem mesmo... -Não lhe faltariam desejos; mas a infeliz está parálitica” (Almeida, 2021, p.37-38). Certamente a escolha pela representação dessas duas mulheres impossibilitadas de se movimentar não é aleatória. A mãe biológica, se rende às definições e condutas de sua época, está acomodada e é incapaz de se colocar em movimento para mudar a situação em que vive. A mamã negra, com um corpo escravizado, castigado pelos trabalhos, também não tem forças para sair de onde está. Essas personagens figuram o determinismo da época e a impossibilidade de ambas almejarem uma realidade diferente para elas.

De modo a marcar que as mudanças não se fazem de maneira abrupta e que a desconstrução de um modelo social é algo que acontece lentamente, Júlia Lopes de Almeida dá continuidade à linhagem da figura da mãe biológica em uma de suas filhas, Nicota, a mais velha. Embora conviva com mulheres que apresentam um novo ideal de vida, não manifesta desejo por viver de um modo diferente. Todos os seus passos na obra seguem o esperado para a mulher de então, repetindo a trajetória da mãe. Educa-se para o lar, casa-se e, pouco depois de casada, anuncia uma gravidez, visto que, para a completude do ideal de mulher, “o papel de esposa, muito necessário, não bastará à plena realização de sua feminilidade. Para

que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que seja mãe” (Badinter, 1985, p.177). Entretanto, como a maternidade não anula a necessidade do cuidado com as tarefas domésticas, Nicota também é retratada em constante trabalho para manter a ordem da casa depois de casada: “tinham já tudo em ordem - dera uma boa dona de casa. Previdente e ativa, enquanto a família descansava da viagem, ela ia e vinha da despensa [...]” (Almeida, 2021, p.177). Embora continue a trajetória da boa-mãe, dedicada à casa e à prole, Nicota apresenta uma mudança importante em relação à sua mãe, por possuir maior presença no âmbito familiar e nas decisões relacionadas ao ambiente doméstico. A construção da personagem, antes e após o casamento, é baseada em características de segurança, praticidade e firmeza, possuindo “um todo sisudo como o de uma matrona [...], a quem até os pais pareciam respeitar” (Almeida, 2021, p.16), descrição que se contrapõe a do marido, Trigueirinhos, que, além de ser descrito como mirrado e frequentemente preocupado, sofre um surto psicótico que o deixa “mostrando-se sempre nervoso e fraco” (Almeida, 2021, p.213). Tal diferença de personalidade atribui a Nicota um maior domínio de si e das decisões práticas do ambiente doméstico - e possivelmente, do filho que gesta. A alteração do papel materno na organização familiar, representada por essa personagem, concretiza o dito por Badinter sobre o declínio da importância da figura paterna:

O aumento considerável das responsabilidades maternas, desde o fim do século XVIII, eclipsou progressivamente a imagem do pai. Sua importância e sua autoridade, tão grandes no século XVII, entram em declínio, pois, assumindo a liderança no seio do lar, a mãe se apoderou de muitas de suas funções (Badinter, 1985, p. 203).

Conforme Badinter (1985), o valor instituído à maternidade a partir do final do século XVIII foi fundamental para a associação das mulheres ao discurso de exaltação do amor materno, especialmente as pertencentes à burguesia e à classe média. Tal discurso impactou a identidade feminina, relacionando a mulher ao instinto materno, inclusive quando ela não é mãe. No romance, é perceptível a influência de tal discurso, pois quase todas as personagens femininas estão de algum modo relacionadas à maternidade. Mesmo na que mais se distancia dos imperativos da estrutura patriarcal, Mme. Gruber, preceptora das jovens da Família Medeiros e, portanto, representação de uma outra possibilidade para o feminino, observamos como o chamamento para o cuidado e a criação do vínculo filial parece também se sobrepor. Ao se despedir de Eva, dirige a ela o seu amor de mãe:[...] minha filha (permita-me dar-lhe este nome, que é o que espontaneamente sinto rebentar-me da alma)” (Almeida, 2021, p. 67-68).

A personagem que mais rompe com o modelo social imposto, inclusive em relação à obrigação da maternidade, é Eva. Figura transgressora, representa o desejo de emancipação feminina de modo mais nítido e consciente. A escolha do nome para a personagem, pode ser indicativo dessa condição, em referência direta à Eva bíblica, responsável pela expulsão dos homens do paraíso após ter comido o fruto proibido. A obra reforça essa hipótese, visto que em grande parte da narrativa de *A família Medeiros*, Eva é retratada como uma mulher perigosa, que desvirtua o homem. Interessante observar que na obra a personagem sempre é apresentada através do olhar de outros personagens e, mais do que saber quem é Eva realmente, o leitor vai recebendo fragmentos da compreensão dessa personagem que se mostra mais complexa que as demais. Um dos exemplos mais claros dessas distintas visões sobre Eva, vem de Otávio, após ouvir a opinião de seus familiares sobre a prima:

Não tinha tempo para formar de Eva um juízo definitivo, e via, com estranheza, julgá-la cada qual a seu modo. A sua figura altiva, a sua fronte erguida sempre como a desafiar o perigo, o seu olhar sereno e andar firme demonstravam-lhe uma natureza fria, orgulhosa, inacessível; lembrava-se, porém, da sua voz doce e clara, penetrante e meiga, da sua intervenção pelo miserável escravo, e vacilava entre a candura e a compaixão ou o sentimento calculado e hipócrita. Viera encontrar em casa um problema, um ser com asas para uns, com patas para outros, misterioso e atraente por isso mesmo (Almeida, 2021. p.31 e 32).

Os diferentes olhares contribuem para a construção do suspense sobre os interesses da personagem na família: ou Eva é dissimulada e perigosa, ou é 'o anjo'. Sua figura transita entre as duas representações mais comuns do feminino na literatura, "a mulher maternal e dedicada à família, a chamada "anjo do lar", a personificação da construção do ideal burguês de um feminino e, do outro, as que são instrumentos de ruínas do masculino, opostas ao modelo instituído para o seu gênero [...]" (Almeida, 2021, p.77). Como em uma referência à conquista da voz própria que as mulheres vão ganhando, os sentimentos e convicções da personagem são apresentados muito depois de sua descrição e apresentação, o que contribui para que o leitor não possa definir um ponto de vista definitivo sobre ela até que a narrativa já esteja se dirigindo ao fim.

Quando as reflexões de Eva surgem, temos conhecimento da consciência da personagem sobre a organização social a qual está inserida, e da sua resistência a se conformar com as obrigações ditadas pelo patriarcado para as mulheres. Indesejada na casa do tio, reflete sobre a impossibilidade para uma jovem da classe

burguesa de viver sem o casamento, pois sabe que, na sociedade na qual está inserida, só poderá viver sem o julgamento social sob a tutela de um homem, seja ele o marido ou seu tio:

Para se retirar de Santa Genoveva, deveria, pois, casar-se. O marido seria o seu escudo; ela, inteligente, ativa, honesta, não tinha direito nem podia assumir a responsabilidade dos seus atos!

Era necessário que um homem qualquer, embora de menos escrúpulos, ou de espírito inferior ao seu, a tutelares, lhe desse um nome, talvez menos limpo, menos honrado e menos digno do que ela! Sem o amar, sem lhe poder dar uma felicidade perfeita, ela teria de sujeitar-se à sua vontade, ao seu capricho, ao seu domínio, sacrificando a alma no exercício de mentirosos deveres (Almeida, 2021. p. 121).

Pela consciência e resistência de Eva ao sistema patriarcal e escravagista, a personagem já demonstra uma distinção das demais personagens da obra. Também se difere pelo desejo do aprendizado, pela ausência de desejos maternos, e pela coragem de ir contra o tio, figura máxima de autoridade na narrativa. Entretanto, apesar de apresentar a possibilidade da mudança, Eva não se separa completamente da tradição, pois concilia as atividades tradicionalmente destinadas ao feminino com outros aprendizados, como podemos constatar pela fala da personagem Noêmia, em conversa com seu irmão Otávio:

-Eva fala alemão?

-E francês.

-Imagino... aposto que não sabe coser.

-Costura até muito bem.

-Sim?

-Eva sabe tudo; não conheço pessoa assim! (Almeida, 2021, p. 28).

Como se esperava das mulheres de então, a personagem também se mantém próxima da religião católica, e busca vestir-se com simplicidade, sem destacar seus atributos femininos que poderiam despertar o desejo e a cobiça dos homens. Assim, tamanha é a surpresa de Otávio ao descobri-la mulher:

Era a primeira vez que ele a via assim, na grande humildade das religiosas; era também a primeira vez que ele a via assim decotada, mostrando a carnação aveludada e leitosa do seu formoso colo roliço e dos seus braços bem-feitos. A luz batia-lhe em cheio sobre as rendas e a seda cor de marfim do vestido, onde não brilhava a mais pequena joia; os cabelos negros, presos no alto, sem flor, sem fita, sem plumas ou diadema, davam-lhe, na sua simplicidade, um aspecto de majestade e de graça. Eva rezava, num grande recolhimento (Almeida, 2021, p. 218).

Tal comportamento por parte da jovem é reiterado por Júlia Lopes de Almeida em *O livro das donas e donzelas*, que, ao se dirigir às mulheres burguesas, público-alvo do manual de comportamento, apresenta a possibilidade de conciliar a religiosidade e participação social: “Podemos ser úteis e religiosas sem fugir da sociedade, podemos amar o Senhor, sem desprezar os irmãos, que mais ou menos carecem do nosso amparo, ou da nossa presença” (Almeida, 1906, s/p). Essa aproximação aos costumes tradicionais é importante para a construção da personagem, visto que, em uma sociedade que vai observando a mudança das suas perspectivas e valores, Eva é a utopia da mulher ideal, pois une os avanços da modernidade com os preceitos tradicionais. Não é de se surpreender, portanto, que, embora seja constantemente julgada como uma personagem vil e perigosa, seja redimida e obtenha no final da narrativa o destino esperado para as mulheres de então: o casamento. O grande diferencial de sua situação final é o poder de escolha. Eva, figura dúbia, vilanizada e idealizada, é capaz de rejeitar mais de um pretendente para casar-se por amor com um homem que compartilha de seus valores.

O destino socialmente traçado para a mulher é, portanto, a recompensa dada para a personagem, não somente pela possibilidade de escolha do parceiro, mas pela estabilidade que esse acordo social garantia para a mulher. Eva, constantemente perseguida pela sua personalidade distinta das outras mulheres, marcada pela “rebeldia e independência de caráter” (Almeida, 2021, p. 134), pode enfim, com o casamento, escapar do julgamento social e do domínio do tio, fazendo-se dona de suas posses e sua vida. Embora esta configuração apresente um avanço positivo frente às outras mulheres da narrativa, que não possuem voz em nenhuma esfera além do ambiente doméstico, também apresenta um posicionamento conformista em relação às perspectivas para as mulheres na sociedade, visto que a mais transgressora das personagens performa como é esperado para o seu gênero. Tal desfecho para a narrativa de Eva coincide com o posicionamento da autora nas obras não ficcionais, nas quais reconhece a necessidade de mudanças sociais e da maior participação feminina, mas defende a conservação de determinados valores e regras de comportamento para o bom andamento da sociedade, como apontado em *Maternidade*: “[...] esse desdobramento da alma feminina, em que ela tem adquirido capacidades novas sem perder as virtudes antigas” (Almeida, 1925, p.140), e em *O Livro das Donas e Donzelas*, “o doce preceito antigo de que o que se aprende no berço dura até a morte, fica abalado com esse contínuo fazer e desmanchar de regras com que as civilizações se entretêm” (Almeida, 1906, s/p).

A construção da obra ficcional, juntamente às declarações feitas na obra não ficcional apontam para uma posição conciliatória da autora frente às mudanças sociais, indicando a necessidade de ceder em determinados aspectos como forma de garantir a libertação em outros. Considerando a época que a autora escreve o romance, em um período no qual até mesmo o direito à educação feminina era ameaçado, é esperado que apresente um posicionamento comedido. Entretanto, é importante pontuarmos que os pensamentos apresentados em sua obra, especialmente em relação à maternidade, contribuíram para a manutenção de um ideal de maternidade limitante para as mulheres.

Para além de uma obra que apresenta a defesa da autonomia feminina, *A família Medeiros* lança olhar sobre uma sociedade em transição, na qual os valores patriarcais e escravistas são contestados, contribuindo para a construção de uma sociedade mais igualitária. Não somente as personagens femininas são apresentadas em escala de maior e menor adequação à estrutura patriarcal imposta, o mesmo movimento pode ser observado nas figuras masculinas. Comparados ao Comendador Medeiros e ao fazendeiro Antunes, os jovens apresentados na obra são personagens mais libertárias e transgressoras. Destacamos a construção das personagens femininas na obra, por serem elas figuras fundamentais para explicitar o momento de início da decadência de uma estrutura social baseada na violência e no domínio do patriarcado, visto que tais personagens são as mais afetadas pelos antigos preceitos. A representação de personagens mais e menos ligadas aos valores patriarcais, tanto femininas quanto masculinas, expõe uma estrutura social complexa que se divide entre um comportamento mais progressista e outro mais conservador, mas aponta também a esperança de um futuro distinto. Considerando o conjunto das obras da autora, o romance pode ser lido como uma representação de seu posicionamento frente à mudança social, que reconhece a necessidade do rompimento com a estrutura de dominação do feminino, mas ainda possui limitações advindas do comportamento imperante na época.

Considerações finais

A obra de Júlia Lopes de Almeida é marcada pela dualidade frente às questões sociais de seu tempo. Escritora de importância no meio jornalístico-literário brasileiro durante a segunda metade do século XIX e início do século XX, a autora comporta-se de modo ambivalente em sua obra ficcional e não ficcional, expondo ora um posicionamento mais conservador, ora mais libertário, a depender do gênero. Ao que tange o feminino, a obra ficcional de Júlia Lopes de Almeida representa um avanço nos ideais de emancipação da

mulher, comparada a outros escritores e escritoras do período, indicando uma possível ruptura do destino socialmente definido para as mulheres e o aumento da participação feminina na vida pública. Entretanto, tais ideais de autonomia são limitados, reforçando, ao mesmo tempo, comportamentos condizentes ao ideal de boa mulher e boa mãe, até mesmo nas personagens mais transgressoras.

Em relação à maternidade, observamos tanto em *A família Medeiros* quanto nas obras não ficcionais *Maternidade* e *O livro das donas e donzelas* opiniões que vão ao encontro dos valores patriarcais, fortalecendo o ideal de maternidade de abnegação e sacrifício. Na obra ficcional, entretanto, percebe-se uma maior discussão acerca do estereótipo da mãe submissa e abnegada e do papel dessas personagens na organização familiar, indicando as problemáticas que essa visão promove para a condição da mulher.

Para além da questão feminina, o romance *A Família Medeiros* é uma obra representativa, que expõe e confronta os valores da sociedade brasileira do século XIX, sem, entretanto, assumir teor completamente combativo.

Referências

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *A família Medeiros*. 1 ed. São Paulo: Carambaia, 2021.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Livro das donas e donzelas*. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7554>. Acesso em 21 mai 2024.

ALMEIDA, Júlia Lopes de. *Maternidade*. Rio de Janeiro: Editora Olivia Herdy de Cabral Peixoto, 1925. Disponível em:
<https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/6993/1/45000009352_Output.o.pdf>. Acesso em 21 mai 2024.

CIXOUS, Hélène. *O riso da Medusa*. Trad.: Natália Guerrelus e Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2022.

CUNHA, Washington Dener dos Santos; SILVA, Rosemaria J. Vieira da. A educação feminina do século XIX: Entre a escola e a literatura. *Revista Gênero*, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. sem 2010. Disponível em:
<<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/30936>>. Acesso em 24 mai 2024.

EVARISTO, Conceição. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. *Revista Palmares: Cultura afro-brasileira*, n. 1, v. 1, p. 52-57, ago 2005. Disponível em:

<<https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/revistas/revista01.pdf>>. Acesso em 21 mai 2024.

FARIAS, Ariane Avila Neto de. Nada é natural na natureza: a construção narrativa do sujeito-mãe na Literatura Brasileira Contemporânea escrita por mulheres. 233 f. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.furg.br/handle/1/10400>>. Acesso em 21 mai 2024.

VIVAS, Esther. Maternidade em disputa. in: VIVAS, Esther. Mamãe desobediente: um olhar feminista sobre a maternidade. 1ª ed. São Paulo: Timo, 2021, p. 17-121.

Maternidade, raça e redenção: uma análise do conto “Os porcos”, de Julia Lopes de Almeida

Maternity, Race and Redemption: An Analysis of the Short Story “Os Porcos”, by Julia Lopes de Almeida

Claudia Daniele Blum Santana

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0981-3908>

Resumo: A maternidade e o feminino foram, por muito tempo, termos percebidos como sinônimos, e, na virada do século XIX para o século XX, tal percepção ganhava, ainda, justificativas científicas para embasar essa interdependência. Julia Lopes de Almeida, uma das mais importantes autoras brasileiras nesse período, refletiu e escreveu largamente sobre os temas de forma pessoal, por meio de crônicas, nas quais exprimia suas impressões, opiniões e sugestões. Enquanto ficcionista, criou, por meio de seus vários contos e de seus romances, uma miríade de mães fictícias que nos permitem acessar diversas maternidades e as diversas ânsias que acompanham essa condição. Nesse artigo, pretendemos entender como suas concepções pessoais se relacionam com sua ficcionalização da figura materna no conto “Os porcos” (1903). Além disso, através de uma análise literária do conto, tentaremos demonstrar como o papel materno é trespassado, nessa narrativa, por questões de raça, e em que medida essas questões modificam a maternidade que é permitida à protagonista da história. Por fim, examinaremos como a estética da Literatura Naturalista influencia não apenas o enredo, dada sua premissa determinista, mas também a própria percepção que a voz narrativa constrói sobre a personagem, e como os ideais misóginos e racistas da sociedade do final do século XIX são retratados na história de uma personagem feminina que, desde o início, aparece condenada a um só destino.

Palavras-chave: maternidade, racismo, Naturalismo, Belle-Époque, Julia Lopes de Almeida.

Abstract: Maternity and femininity were for a long time perceived as synonyms and by the turn of the 19th to the 20th century this perception was gaining a lot of scientific arguments to back up the intrinsic correlation. Julia Lopes de Almeida, one of the most important Brazilian authors of the time, pondered and wrote largely about those themes in a personal manner, in essays in which she expressed her impressions, opinions and suggestions. As a writer, she created, in her numerous short stories and novels, a myriad of fictional mothers that allows us access to sundry forms of motherhood and the sundry angsts that come with this condition. In this paper we intend to understand how her personal beliefs correlate with the fictionalization of the mother figure in the short story “Os porcos” (1903). Moreover, through a literary analysis of the short story, we’ll try to demonstrate how the role of the mother is crossed, in this narrative, by a bias of race and how it modifies the maternity that is allowed to the protagonist. Finally, we’ll examine how the literary aesthetic of Naturalism influences not only the plot of the story, according its deterministic premise, but also the framing that the narrator makes of the character and how it evidences the misogynistic and racist ideals of the society at the end of the 19th Century are portrayed in the story of a female character that is, since the start of the narrative, condemned to a single destiny.

Keywords: maternity, racism, Naturalism, Belle-Époque, Julia Lopes de Almeida.

Introdução

Julia Lopes de Almeida foi uma escritora que, na sua época, conquistou apreço de público e de crítica. Defendendo mudanças radicais no tratamento que recebiam as mulheres (Telles, 2017), ao mesmo tempo em que era ela própria dedicada esposa e mãe, conseguiu se manter em um espaço que, poucos anos antes, seria inconcebível às mulheres, a ponto de ser reconhecida por seus pares como um dos mais respeitáveis (gênero marcado no masculino) homens das letras brasileiras (Homenagens literárias, 1912). Mesmo assim, o preconceito de gênero no Brasil da Belle-Époque (1870-1922) a limitou em diversas ocasiões, a exemplo do impedimento de seu ingresso à Academia Brasileira de Letras (Será levantada..., 1925), apesar de ter sido uma das pessoas a idealizá-la, e do esquecimento a que sua obra foi relegada após sua morte (Fanini, 2018).

Dotada de grande projeção social, a autora não se furtava a tecer comentários sobre diversos temas sociais relevantes nas colunas que escrevia para jornais de grande circulação (Telles, 2017), dando voz à sua opinião sobre a potencialidade das contribuições de mulheres para a sociedade brasileira. Tal posicionamento fez com que a autora, mesmo que frequentemente se esquivasse de se afirmar feminista (Rio, 1908?), fosse reconhecida e criticada como defensora desse movimento (Julia Lopes, 1896). Suas opiniões, que, à época, causavam choque e revolta por terem potencial disruptivo, hoje também o causariam, mas por seu teor anacronicamente conformista e sexista. Isso acontece, pois a escritora se valia dos ideais de uma vertente da primeira onda do feminismo, conhecida como *feminismo maternal* (Casagrande, 2018), pelo qual se entende “que a mulher, por causa de seu ‘instinto maternal’, tem uma contribuição única e vital para a sociedade, que os valores da cultura feminina equilibrariam a competitividade e aspetos destrutivos da cultura masculina” (Casagrande, 2018, p. 5).

Assim, ao invés de se preconizar uma igualdade entre homens e mulheres, tal qual ondas feministas mais recentes, sugeria diferenças inerentes ao gênero. O disruptivo para a época, no entanto, é que as feministas adeptas dessa corrente viam nessas diferenças, ao invés de fraqueza e fragilidade, força e contribuição para a sociedade, as quais se daria, justamente, por meio da criação dos filhos. Desse modo, os valores desse movimento correspondiam aos da época, pois, segundo Maria Ângela D’Incao, “O ideal da maternidade dedicada, cultivado pela família burguesa, marca presença em publicações para mulheres, romances e obras de arte do final do século XIX e das primeiras décadas do XX” (D’Incao, 2017, p. 239). Ou seja, um ideal que acompanha a civilização ocidental desde a expansão do cristianismo no século IV

(D'Incao, 2017) continua reforçado na virada do século XIX ao XX. A própria Júlia escreveu extensamente sobre a maternidade, seja nas obras ficcionais, seja nas didáticas; escreveu para crianças, e talvez por isso tenha sido tão bem aceita socialmente em seu tempo - ela era uma escritora que escrevia para crianças, moças, noivas, mães, e ela própria era, acima de tudo, vista como esposa e mãe. Júlia estava inserida em um tempo no qual a maternidade era bem vista, reforçada, propagandeada como ideal, como *salvação*. Sobre isso, Magali Engel afirma que:

A maternidade era vista como a verdadeira *essência* da mulher, inscrita em sua própria natureza. Somente através da maternidade a mulher poderia curar-se e redimir-se dos desvios que, concebidos ao mesmo tempo como causa e efeito da doença, lançavam-na, muitas vezes, nos *lados do pecado* (ENGEL, 1997, p. 331, grifo nosso).

Adepta do feminismo maternal, que conciliava esses valores burgueses com uma maior atuação social da mulher (Tedesque, 2022), desde o começo de sua carreira, Julia defendia que se educassem as mulheres para que, uma vez que se tornassem mães, pudessem desempenhar esse papel da melhor forma possível, melhorando, assim, a realidade social. Foi, no entanto, em 1925 que a autora dedicou uma obra exclusivamente voltada para a potencialidade da mulher na sociedade, intitulada *Maternidade* (Almeida, 1925). Embora o título nos remeta a uma expectativa de um tratado sobre como ser mãe ou sobre como se educar uma criança (e talvez a autora o tenha escolhido justamente para apaziguar um pouco os ânimos da sociedade patriarcal em que vivia), a maternidade em si assume na obra uma posição secundária. Em primeiro plano, há tratados da autora sobre a Primeira Guerra, ora condenando-a, ora tentando entender o conflito, ora lamentando as perdas que ocasionou, ora refletindo sobre a potencialidade do papel social das mulheres, segundo as funções que desempenharam na guerra, seja na linha de frente, como enfermeiras, seja nos bastidores, como na produção de munição ou de uniformes.

Para a autora, no entanto, a Guerra fora lamentável, e a forma de evitar que novos conflitos assim se repetissem seria justamente uma maior participação de mulheres na sociedade, pois, em sua concepção, ser mulher e ser mãe eram sinônimos, e "maternidade e guerra são antíteses. Uma cria, outra destrói¹; uma é vida, outra é

¹ Por se tratarem de textos do final do século XIX e início do século XX, haverá, nas citações diretas, divergências de ortografia em relação à norma corrente da Língua Portuguesa. Optamos por não atualizar a grafia das palavras, para mantermos registro autêntico dos textos.

morte; uma é benção, outra é maldição” (Almeida, 1925, p. 76). Desse modo, percebemos que, para a autora, a maternidade teria um papel ativo na construção de uma nova sociedade pacífica e justa, uma vez que as mulheres pudessem estudar e, ao receber instrução, também se tornassem pacíficas e justas. Nas palavras da autora:

Por acreditar que as mãis têm nas mãos o destino dos homens, foi que o celebre Schreidan concebeu a idéia de fundar na Inglaterra uma Educação Nacional para as mulheres. “As mulheres nos governam, disse ele, procuremos torna-las perfeitas. Quanto mais esclarecidas forem, melhor nos esclarecerão. Da cultura do espirito feminino depende a nossa cultura. É com a mulher que a natureza escreve no coração do homem (Almeida, 1925, p. 62-63).

Para a escritora, homens e mulheres tinham características inatas opostas, mas estaria nas inclinações “naturais” da mulher a solução para os problemas que o mundo enfrentava, especialmente depois do maior conflito armado que acontecera até o momento. Assim, Julia acredita na bondade e na compaixão como características inerentes à mulher, embora reconheça, em um determinado momento:

Seria na verdade querer tapar o Sol com uma peneira, negar a existência de mãis más e de má influência, mas é justo observar que a acção destas é quasi sempre inconsciente e desintencionada. Se a maior parte delas tivesse tido o espirito vasculhado por bons conselhos e uma educação firme e sã, o número das más seria *ainda mais* restricto e méramente constituido por perversidades doentias e irremediaveis! (Almeida, 1925, p. 74, grifo nosso).

Podemos perceber, portanto, que a maldade nas mulheres era vista como um desvio, um caso de exceção, e que, via de regra, a contribuição dos valores atribuídos à feminilidade, tais como amor, compaixão, abnegação, leniência, cuidado, era essencial, segundo a autora, para a sociedade que ela idealizava. Além disso, essa contribuição deveria se dar, principalmente, por meio de seus filhos e da criação que ela lhes desse, uma vez que “a política só póde seduzir as mulheres como um instrumento contra a guerra” (Almeida, 1925, p. 124).

Contudo, é necessário que nos questionemos sobre que mulheres a autora tem em mente quando faz essas afirmações, pois a autora afirma:

Os nossos instintos [dos brasileiros] ainda não estão afinados pelo atavismo de educações seculares. Entre nós, os que não saíram de raças puras, transplantadas, têm nas veias de mistura com o sangue europeu o sangue ainda mal amaciado, das tribus indígenas ou africanas, o que

torna mais complexo o nosso modo de ser e mais difícil o aperfeiçoamento do nosso meio social (Almeida, 1925, p. 116).

Nesse trecho, fica claro que, para a autora, a dificuldade de refinamento pela educação, no Brasil, se daria por motivações biológicas resultante de “raças não puras”, desconsiderando-se as questões sociológicas e historiográficas envolvidas, tais como os quase 400 anos de colonização portuguesa e de sistema escravagista. Essa relação estabelecida entre caráter e raça, e aqui ela marca nomeadamente as etnias indígenas e africanas, reverbera as teorias raciais eugenistas que permeavam as ciências biológicas e antropológicas na virada do século XIX para o XX, como discutiremos mais à frente.

Ao final do livro, Julia Lopes afirma que não há “distinção de raças, de religião, de educação ou de classe. O coração tem em todas [as mulheres] a mesma côr” (Almeida, 1925, p. 201). Não há, porém, como determinar se essa afirmação se refere necessariamente a etnias, pois, ao longo da obra, a autora parece empregar “raça” também como sinônimo de “nacionalidade”, como no trecho: “Foram os dons maternos que o tornaram [Goethe] amado, não só no seu país, como no mundo inteiro [...]. Foi isso o que fez dizer a um outro escritor da sua *raça* e do seu tempo o filósofo Schopenhauer [...]” (Almeida, 1925, p. 71-72, grifo nosso).

Para além desses trechos, a autora não volta a refletir sobre a questão racial nessa obra não ficcional. É necessário, contudo, refletirmos: nesse contexto, qual será o espaço que a maternidade não branca ocupa dentro dessa perspectiva? Teria uma mãe preta ou parda igual missão e igual potencialidade? Com essas perguntas em mente, iniciaremos a análise do conto “Os porcos”, de Julia Lopes de Almeida, tentando entender em que medida o ideal de maternidade está atrelado à mulher branca e se seria possível que esse estado sacralizado permitisse à maternidade não branca igual significado.

Em entrevista a João do Rio, Julia Lopes de Almeida afirmou que, até aquele momento, apenas duas de suas histórias encontravam algum aporte na realidade:

Não ha trabalho meu, com excepção dos *Porcos* e da *Familia Medeiros*, que não seja pura imaginação. O caso dos *Porcos* eu ouvi contar numa fazenda, quando ainda era solteira. Os homens do matto são em geral máos. A narração era feita com indifferença, como se fosse um factu commum. Horrorisou-me (Rio, 1908?, p. 27).

Esse horror fez com que Julia posteriormente escrevesse o conto, que foi premiado em um dos concursos literários promovidos pelo jornal *Gazeta de Notícias* (RJ). Justificando sua classificação, em outubro de 1894, afirma Raul de Norival, juiz do referido concurso:

“Em *Os porcos* vibra uma forte intensidade dramática, mantêm-se o estylo sempre igual, sempre artistico, e palpita uma grande emoção que lembra vagamente uma pagina do extraordinario Maupassant” (Norival, 1894, p. 1). Tal foi a impressão deixada por esse conto que, no ano seguinte, seria mencionado para recomendar outro livro da autora, que sairia em breve, *A viúva Simões*:

é um caso muito interessante, que vai ser narrado aos nossos leitores pela penna delicada da nossa illustre collaboradora D. Julia Lopes de Almeida, a autora de *A família Medeiros* e daquelle maravilhoso conto *Os porcos*, premiado em um dos nossos concursos literários (Livro de epaminondas [O Paiz], 1895, p. 2).

Em 1903, o conto passou a integrar o livro *Ancia eterna*, o qual, segundo Lúcia Miguel-Pereira, constitui-se como a melhor das obras de Julia Lopes de Almeida, na qual “sem nada perder da sua singeleza, ela aproveitou com mais arte os seus recursos de escritora e deixou mais patente a sua sensibilidade” (Miguel-Pereira, 1973, p. 271).

O conto

Em “Os porcos”, Julia narra a história de Umbelina, uma personagem apresentada como “cabocla” ou “roceira”. Por ter engravidado, viu-se rejeitada por seus pais e por seu amante, filho do patrão de sua família. O pai da moça, após agredi-la, determina que, ao nascer, o bebê será jogado aos porcos para ser devorado, do que a protagonista não duvida, pois já vira, tempos antes, “um braço de creança entre as flôres douradas do aboboral” (Almeida, 1903, p. 33). No entanto, a origem dessa outra criança não é revelada.

Essa resolução do pai aparece no parágrafo que abre o conto e paira sobre ele e sobre a protagonista como uma sentença inescapável: durante toda a gravidez, Umbelina pensa em livrar o filho dessa morte apenas para matá-lo de “uma maneira menos degradante e menos cruel” (Almeida, 1903, p. 34). Ou seja, para ela, a sobrevivência da criança não é uma possibilidade, ainda que, em um devaneio rápido, cogite a alternativa: “Guardar a creança... mas como?” (Almeida, 1903, p. 34). Posteriormente, pensa em uma morte que tanto sacie a seu pai (que queria pôr fim a tal “vergonha”), quanto a si própria, em busca de dignidade à criança nos seus primeiros e últimos momentos no mundo, mas, também, de vingança contra o amante que os abandonou.

Chegado o dia do parto, ela sai de sua casa e anda em direção à do patrão, para concretizar o plano que tinha elaborado: “A sua idéa era ir ter o filho na porta do amante, matal-o allia, nos degrãos de pedra, que o pae havia de pisar de manhã” (Almeida, 1903, p.

36). “Deixaria a criança viver alguns minutos, fala-hia mesmo chorar, para que o pae lá dentro [...] lhe ouvisse os vagidos” (Almeida, 1903, p. 37). Uma vez determinado pelo pai de Umbelina o destino da criança (a morte), restava-lhe apenas considerar o modo como aconteceria, optando a personagem, assim, por uma forma que, segundo ela, magoasse também o homem que, com ela, gerou aquela vida.

Contudo, quando ela ainda estava a caminho da casa do amante, o bebê nasce e, por complicações do parto, ela não consegue prosseguir, caindo ao chão. Lança um olhar à casa, outro ao bebê e avista uma porca que se aproxima dos dois, ambos indefesos: o bebê, recém-nascido, e ela, enfraquecida por complicações do parto. Como “ninguém póde fugir ao seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), seu bebê é devorado, tal qual determinado pelo pai, e, mencionando a morte da protagonista após ver seu filho morto, o conto acaba.

A narração é em terceira pessoa, com uma voz narrativa onisciente que, por vezes, confunde suas palavras com as da própria Umbelina, por meio do discurso indireto livre. No entanto, essas duas vozes não são tão indissociáveis, pois o uso de exclamações destaca uma voz *outra*, que se distancia da sobriedade da voz narrativa. Por exemplo, “Ai! iam ver agora quem era a cabocla! Desprezavam-na? Riam-se d’ella? Deixavam-na á toa, como um cão sem dono? Pois que esperassem! E ruminava seu plano, receando esquecer alguma minúcia...” (Almeida, 1903, p. 37).

Embora o conto se estruture em torno do momento do parto, pelo qual ela se tornaria efetivamente mãe, a maternidade lhe é, desde o início, negada, pois o destino da criança está selado pela voz paterna, a voz de uma convenção social incontornável. Assim, nem ao leitor nem à protagonista resta a esperança de que a personagem encontre uma suposta redenção cristã através do “divino” da maternidade. Esta lhe aparece por um único momento, como um suspiro:

À pouco e pouco os nervos distenderam-se, e o quasi bem-estar da extenuação fel-a deixar-se ficar alli, immovel, com o corpo na terra e a cabeça erguida para o céu tranquilo. Uma onda de poesia invadiu-a toda: eram os primeiros enleios da maternidade, a pureza inolvidavel da noite, a transparencia lucida dos astros, os sons quasi imperceptiveis e mysteriosos, que lhe pareciam [sic] vi [sic] de longe, de muito alto, como um écho fugitivo da musica dos anjos, que diziam haver no céu sob o manto azul e flutuante da Virgem Mãe de Deus...

Umbelina sentia uma grande ternura tomar-lhe o coração, subir-lhe aos olhos.

Não a sabia compreender e deixava-se ir naquella vaga sublimemente piedosa e triste... (Almeida, 1903, p. 38-39).

Por um instante, a “poesia” da maternidade a invade; sua própria corporalidade nessa cena denota o duplo que, nesse momento, habita a personagem: sendo mestiça, é um corpo que, segundo as crenças racistas da época, pertence à terra e que se encontra naquele momento fisicamente ao chão; mas, mesmo nessa situação, a cabeça se ergue ao céu, como uma elevação de si mesma obtida em sua lenta transformação de mulher para mãe através da criança que nascia. O amor que tanto Umbelina temia sentir aparece, aproximando-a do divino (Nossa Senhora), talvez pela primeira vez, e contrasta com sua relação previamente estabelecida com a religião: “onde se esconderia o grande Deus, divinamente misericordioso, de quem o padre fallava na missa do arraial em termos que ella não atingia, mas que a faziam estremecer?” (Almeida, 1903, p. 35). O amor de um Deus-Pai lhe era incompreensível, mas a impressionava; já a Virgem Maria se torna quase apreensível pelos sentidos (dada a música de anjos que ela parecia experienciar), a partir do momento em que se aproxima da maternidade. Apesar disso, logo sua condição de cabocla a afasta desse divino, pois, “na sua bestialidade de cabocla” (Almeida, 1903, p. 36), não compreendia a ternura que a invadia e lhe despertava lágrimas.

Apesar de seu caráter redentor e das potencialidades que a maternidade tinha, de acordo com as concepções da escritora, à Umbelina, uma mãe solteira não branca, o estatuto *mãe* está associado a um aspecto de horror e de fatalidade, pois, como consequência dela, “a mãe renegava-a, o pai batia-lhe, o amante fechava-lhe as portas” (Almeida, 1903, p. 37). Nem mesmo a mãe da personagem, cuja única menção é nesse trecho do texto, exerce seu papel materno, não apresentando qualquer influência nos eventos ou no enredo. A única informação que temos dela é o desprezo por Umbelina, o que foge à idealização da imagem compassiva e leniente da Mãe conforme retratado pela autora, como vimos, em *Maternidade*.

Já nessa figura da mãe da personagem, que se constrói apenas no silêncio que lhe é imposto, vemos a negação da maternidade às pessoas racializadas ou de classe social marginalizada, como discutiremos mais adiante, no caso de Umbelina. Embora não saibamos a cor dessa mãe, é possível entendê-la por um viés racializado, pois, sendo sua filha denominada “mestiça”, ou seu pai, ou sua mãe são de descendência indígena e isso basta para “manchar” essa mãe, segundo as concepções racistas, ou por sua etnia, ou por associação, via casamento.

Em Umbelina, habitavam sentimentos contraditórios que a criança lhe trazia: “não queria bem ao filho, odiava nelle o amor enganoso do homem que a seduzira” (Almeida, 1903, p. 36), enquanto ainda estava grávida e, quando nascera a criança e a porca o atacava:

“Quiz erguer-se, apanhal-o, defendel-o, salvá-o...” (Almeida, 1903, p. 41). Nesse sentido, Rodrigues Júnior (2023) aproxima o conto da tradição literária do gótico, pela análise das obras de escritoras como Mary Shelley e Ann Radcliffe. Para o pesquisador,

Se monstruosas ou incorruptíveis, as mães góticas partilham, todas, do estatuto de vítimas. Algumas vítimas de uma estrutura social patriarcal opressiva ou de instituições autoritárias como a religião; outras, de suas próprias vicissitudes morais, de paixões e impulsos que transpassam as divisas da racionalidade (Rodrigues Júnior, 2023, p. 119).

Em “Os porcos”, a pressão patriarcal é força indiscutível e sua palavra, lei incontornável, que se funde no conto com a máxima do *determinismo* de que se serviu a literatura naturalista, como discutiremos na seção seguinte. Além disso, fica claro como o impacto da transgressão à moral sexual que gerou a criança afeta desproporcionalmente o homem e a mulher, uma vez que filho do patrão nem sequer é nomeado, ou seja, não pode ser responsabilizado. A relação que se estabelece entre os amantes é desequilibrada e baseada no subjugo da protagonista: “fal-a hia mesmo chorar, para que o pae lá dentro, *entre o conforto do seu colchão de paina, que ella desfiára cuidadosamente*, lhe ouvisse os vagidos” (Almeida, 1903, p. 37, grifo nosso), “Ela estava perdida [...], o amante fechava-lhe as portas” (Almeida, 1903, p. 37) e, principalmente, em “O amante [...] tinha-a posto de lado... Diziam até que ia casar com outra!” (Almeida, 1903, p. 34). Enquanto Umbelina passaria por uma gravidez da qual o bebê “entraria na vida para entrar no túmulo” (Almeida, 1903, p. 37), o filho do patrão, estaria para dar continuidade à sua vida, sem que aquele episódio fosse julgado socialmente como uma sombra em seu caráter². Não se trata de uma subalternização apenas de classe ou de cor, mas, igualmente, de gênero.

E, embora Umbelina tenha consciência da indiferença dele para consigo, e nutra na maior parte do conto apenas ódio e desejo de vingança por ele, como já expusemos anteriormente, há, ao final do

² Isso, infelizmente, se perpetua até os dias de hoje, pois, segundo Censo Escolar realizado em 2011, mais de 5,5 milhões de crianças não têm sequer o nome do pai registrado na certidão de nascimento (Conselho Nacional de Justiça, 2015). Além disso, nome no registro não é garantia de que o pai assumirá as responsabilidades atinentes à criação de um filho, o que não é visto como tabu pela sociedade brasileira. Ao contrário, se uma mãe opta por não exercer a maternidade, seja por meio do aborto ou do abandono parental, é execrada socialmente, marcada como uma “mãe má”, conforme estudo de Lima (2011), que analisou manchetes em casos de abandonos maternos de crianças entre 2008-2010. Uma mãe que exerça bem seu papel é, simplesmente, “mãe”, enquanto um pai que exerça bem seu papel ganha frequentemente o qualitativo “bom pai”.

conto, um único momento de hesitação, de esperança: “Lá em baixo a mesma chapa de luz alvacentas [casa do patrão] acenava-lhe, chamando-a para a vingança ou para o amor. Julgava agora que se batesse áquellas janellas e chamasse o amante, elle viria comovido e tremulo beijar o seu primeiro filho” (Almeida, 1903, p. 40, grifo nosso).

Por mais que a raiva a dominasse, o desejo de vingança a guiasse através dos campos até quase chegar à casa de seu amante, em seu momento final habitava a esperança de ser recebida por ele e, acima de tudo, de que ele fosse reconhecer a criança como seu filho e fosse beijá-lo, acolhendo-o. Mesmo que as ações dele, de forma indireta, de seduzi-la e, posteriormente, abandoná-la, tenham levado a ela e a seu filho à morte, ainda assim era a figura do filho do patrão o único que poderia, de alguma forma, salvá-la, redimi-la - fossem eles casados, a criança não seria um pecado, mas uma bênção. Contudo, essa salvação que lhe traria esse homem não veio. Isso torna Umbelina uma (anti-)heroína gótica, pois, por mais que em um primeiro momento correspondesse aos desejos do pai e pensasse em formas de matar o próprio filho, percebemos que este não era seu desejo final, mas, sim, tê-lo, vê-lo recebido pelo homem que o gerara e ver-se salva pelo amor dele, o mesmo que a condenara.

Essa suposta salvação, na verdade, nunca foi uma possibilidade para a personagem, pois desde o primeiro parágrafo a sentença está anunciada: os porcos matarão a criança. Além disso, Umbelina é uma mulher mestiça, o que, de acordo com as teorias raciais que se serviam e que reforçavam estereótipos e ideais racistas (Botelho, 2003), que permeavam a Primeira República, a colocava em um entrelugar. Assim, ela não era plenamente humana, como denotam as alusões à sua “bestialidade” e “selvageria”, nem plenamente mulher, tendo vistas ao tratamento que é conferido ao seu corpo. Isso acontece porque, de acordo com Ruby Hamad, autora australiana que pensou a relação gênero-raça a partir do contexto dos Estados Unidos Colônia, o mesmo sistema patriarcal que preconiza o subjugo da mulher pelo homem, preconiza, também, o subjugo de pessoas racializadas por pessoas brancas. Como resultado,

A donzela [original] é uma mulher infantilizada, cujas pureza e inocência são ao mesmo tempo inerentes e santificadas, levando-a a uma suposta dependência do homem e a uma obsessão com a virgindade que persiste mesmo em um mundo ocidental que se diz liberal. A donzela garantiu que as mulheres brancas fossem ao menos consideradas humanas, mesmo que as tivesse relegado a uma posição subalterna. Mas, para isso, excluiu categoricamente mulheres não brancas do construção do imaginário de feminilidade. Não é que as mulheres não brancas tenham sido consideradas inferiores às mulheres brancas; elas

nem sequer eram consideradas mulheres (Hamad, 2019, p. 54, tradução nossa)³.

Percebe-se essa diferença no valor dado à “pureza” de Umbelina, por exemplo, ao compará-la à protagonista de “O caso de Ruth”, que integra o mesmo livro. Nele, Ruth, uma moça branca, é pedida em casamento pelo homem de quem gostava, mas o recusa, pois, em uma cena bastante contundente, revela-lhe que fora repetidamente abusada pelo padrasto, de modo que perdera sua “virtude” e, portanto, não aceitaria desposá-lo, para não desonrá-lo com uma esposa “impura”. Isso acontece, pois, segundo a moral da Primeira República, uma vez que a mulher estivesse “despojada do hímen [...], o casamento lhe ficava vetado” (Soihet, 2017, p. 393), pois o corpo feminino era visto como “uma mercadoria a ser negociada” (Soihet, 2017, p. 393). Seu noivo a “perdoa” por essa “transgressão” e decide mesmo assim manter o casamento, mas a protagonista morre antes de poder levá-lo a cabo.

A revelação da violação do corpo branco de Ruth, que, inclusive, pertencia à elite, é o ponto central da história, e é retratado pela voz narrativa e pela voz da própria personagem como uma grande tragédia. Ao final, a transgressão da personagem à moral sexual de seu tempo (mesmo que a violação tenha acontecido por estupro) é punida tal qual a de Umbelina, e a protagonista morre (não fica claro se por morte natural ou por suicídio), uma vez que revela seu “segredo” ao homem que amava. Contudo, quando se trata da “violação” do corpo de Umbelina, esta fica apenas subentendida; não é tratada como uma tragédia, e sim desimportante, a ponto de nem sequer ser mencionado. Segundo Hamad (2019, p. 54),

Mulheres negras, indígena, nativas - todas as mulheres colonizadas eram vistas como ausentes de inocência, uma vez que seus corpos eram livre, aberta e completamente usurpados por homens brancos. A mulher branca poderia ser aceita se se comportasse de determinadas formas, ou fingisse fazê-lo; já as mulheres racializadas [...] estavam condenadas, independentemente do que dissessem ou fizessem (Hamad, 2019, p. 55, tradução nossa)⁴.

³ No original: “The damsel is an infantilised woman whose purity and innocence is both inherent and sanctified, leading to her perceived reliance on men and to the obsession with virginity that persists even in a Western world that is supposedly sexually liberated. The damsel ensured that white women were at least considered human, even though it came at the cost of relegating them to subordinate status. But it did so by ruthlessly excluding non-white women from the construction of womanhood. It is not that non-white women were considered inferior to white women; it’s that they were not considered to be women at all.

⁴ No original: “Black women, Indigenous women, Native women, all colonised women were similarly regarded as lacking in innocence because their bodies were already freely, openly and liberally transgressed by white

Dessa forma, a tragédia que assola Umbelina não é ter tido relações sexuais fora do casamento (como foi à Ruth, segundo a moral burguesa), nem ter sido renegada pela família ou abandonada por seu amante, mas, sim, a angústia da maternidade ilegítima, a

sentença do pai (que se fez lei) e, por fim, ter tido a maternidade negada a si.

É necessário, ainda, nos atentarmos ao fato de que o filho condenado não é, como ela, mestiço, mas, sim, branco, tornando sua morte ainda mais pungente, segundo os valores raciais da época: “Descobriu então a meio o corpo do filho. Achou-o branco, achou-o bonito, e num impulso de amor beijou-o na boca” (Almeida, 1903, p. 40). O único momento em que se alude a uma possível redenção da personagem é o durante o parto, em que ela se torna mãe e, portanto, sagrada, segundo a moral cristã (D’Incao, 2017). No entanto, ela não é uma mãe branca, tampouco “pura”; logo, sua transgressão é punida: a criança, que a tornou mãe, é devorada antes mesmo de a personagem morrer, tolhendo-lhe da única característica que a aproximaria, enquanto personagem racializada, de uma humanidade plena, que era o estatuto de mãe. Portanto, a maternidade racializada está sujeita a um outro patamar do que estava a maternidade branca que Julia defendia ativamente como a forma pela qual as mulheres mudariam o mundo. A Umbelina, uma mãe mestiça solteira, não existiam potencialidades ou possibilidades; a ela, restava apenas ser interdita não apenas de sua criança, como de sua própria vida, bem como a láninha, personagem do conto “Sob as estrellas”, também de *Ancia eterna*. Ela, neta de avó mestiça, engravidara de seu amante e, enquanto este foi ao seminário tornar-se padre, ela ficou, teve a criança, sofreu o escrutínio da sociedade, apenas para ser interdita também de seu filho, que morreu em circunstâncias não descritas, e, assim como Umbelina, de sua própria vida, ao final do conto.

Os porcos e o naturalismo literário

Ao falarmos no período da Primeira República, não há como nos furtarmos de mencionar o impacto que as teorias raciais eugenistas tiveram não apenas na ciência médica produzida naquela época, como também infiltraram outras áreas do conhecimento. De uma teoria sociológica, passou a uma concepção de mundo largamente difundida que norteou diversas opiniões e manifestações artísticas, cristalizando socialmente, com o peso argumentativo de Ciência, o

men. White women could achieve acceptance by behaving in certain ways—or pretending to. Racialised women, however, [...] were doomed no matter what they said or did.”

racismo que permeava a sociedade brasileira desde sua gênese. Segundo os pressupostos desse movimento, denominado *racismo científico* (Sales; Pereira Júnior, 2022), havia características marcas de caráter intrínsecos às raças humanas, sendo o homem branco o civilizado e o mais evoluído, enquanto pessoas de outras cores, tais como os povos africanos e indígenas, seriam de raças selvagens e, portanto, passíveis de serem “civilizadas” pelo homem branco através da catequização (no caso dos indígenas, em um segundo momento) ou da escravização e do trabalho braçal (no caso dos africanos) (Silveira; Driemeyer, 2021).

Logo após a abolição da escravatura no Brasil, o país se deparou com uma mudança no regime político: de monarquia, passa a aderir ao sistema republicano, no qual não apenas os papéis hierárquicos estão em processo de transformação, como também os raciais (Mendes, 2008). Esse momento de transição política se mostrou terreno fértil para o movimento literário do Naturalismo, cujas “certezas deterministas e afiliações filosóficas com teorias racistas importadas da Europa que [...] exultava na fé no progresso e na arrogância imperialista” (Mendes, 2008, p. 189).

Sendo um movimento literário que se propunha a ter raízes no conhecimento científico (Mendes, 2008), logo se entrelaçou, no Brasil, com os ideais racistas eugênicos que permeavam o ideário nacional do período, fazendo com que o homem-bicho de Zola fosse, na literatura nacional, necessariamente, um homem (ou mulher) racializado. Independentemente se negro, indígena, ou mestiço, o homem branco continuaria sendo, necessariamente, superior às raças ditas inferiores (Silveira; Driemeyer, 2021).

De fato, há um olhar de superioridade na voz narrativa, a qual se refere à Umbelina em quase metade das vezes não pelo nome, que lhe daria estatuto de indivíduo, mas por “cabocla”, reduzindo-a a uma categoria *outra* que não plenamente humana. Essa caracterização culmina no momento do parto, que ocorre em meio à natureza, na terra, com a personagem sozinha, seminua, e, aparentemente, de quatro: “a cabocla cahiu de joelhos, amparando-se para a frente nas mãos espalmadas. O choque foi rápido e as últimas dores do parto vieram tolhel-a” (Almeida, 1903, p. 39-40).

Logo no início, a voz narrativa afirma: “Ah! os porcos eram um bom sumidouro para os vícios do caboclo!” (Almeida, 1903, p. 35), como se o vício fosse inerente a uma cor de pele, tal qual preconizado por um dos pilares do Naturalismo: o determinismo biológico-racial. Como resultado disso, Umbelina tem imposta a si uma suposta falta de consciência e de empatia vinculada à sua raça, o que contribui para seu afastamento do caráter humano pleno, como quando, ao recordar-se da outra criança devorada, a voz narrativa afirma: “E voltava-lhe à mente, num arrepio, aquelle

bracinho solto, que ella tivera entre os dedos *indifferentes*, na sua *bestialidade de cabocla matuta*" (Almeida, 1903, p. 36, grifo nosso). Apesar disso, o que é dito parece contradizer com a ideia de neutralidade - segundo o narrador, ela tocara no braço de criança com indiferença, pois era cabocla e, portanto, bestial; contudo, o simples fato de ela se lembrar desse braço já faz com que não tenha sido totalmente indiferente, além de a memória lhe provocar arrepios. Há que se questionar, no entanto, se essa indiferença não é quebrada justamente por sua própria gravidez, o processo pelo qual, como vimos, ela poderia tornar-se mais "humana" e, por consequência, mais consciente do horror daquele fato. Reforçamos ainda que seria a gravidez que quase teria permitido à personagem transcender sua condição racial, para quase tornar-se mulher, ao tornar-se mãe - de uma criança branca.

Essa negação de humanidade se anuncia já no título do conto e, em uma leitura talvez um pouco excessiva, no próprio nome da personagem principal, pois há nele significados possíveis que a marcam, ou, em termos naturalistas, determinam sua trajetória. O primeiro deles é o significado literal de *Umbelina*, que, de acordo com Pându e Pându (2005, p. 274), deriva do latim e significa "pequena sombra". A imagem de *sombra* remete não apenas à representação física da personagem - de pele mais escura, já que mestiça -, como também abre margem para uma interpretação simbólica de que ela jamais poderia atingir a "luz", a "iluminação", estes frequentemente usados como sinônimo de civilização e conhecimento e que, no conto, aparecem para a personagem na forma da Maternidade. Até porque, na narrativa, a personagem, sob a luz da Lua, foge desta, encontrando refúgio sob a figueira que "extendia os braços sombrios, pondo uma mancha negra em toda aquella extensão de luz" (Almeida, 1903, p. 39). Chamamos a atenção, também, para as palavras *Umbelina* e a palavra *umbilical*, que, embora não estabeleçam relação semântica, têm grande similaridade fonética e pode reforçar a proximidade entre a personagem e seu único momento como humana: quando se torna mãe, no parto.

Ainda, o conto se chamar "Os porcos" lhe confere um foco que extrapola a personagem; em última instância, não se trata da história de Umbelina, mas daqueles que executaram a sentença de seu pai, promulgada no parágrafo inicial. Ao contrário, por exemplo, do que ocorre em "O caso de Ruth", em que a protagonista branca tem nome e destaque já desde o título da narrativa.

Além disso, há uma aproximação física de Umbelina com os porcos, anunciada no início do conto: "Os leitões vinham, por vezes, barulhentos e ás cambalhotas, envolverem-se na sua saia, e ella sacudia-os de jeito, batendo-lhes com os pés [...]. Os porcos não a

temiam, andavam perto” (Almeida, 1903, p. 34). Esses animais, também, são descritos “arrastando no barro os corpos immundos, de pelo ralo e banhas descahidas”, situação que remete ao próprio parto por que passa a personagem: “O luar illuminava a triste caminhada d’aquella mulher *quasi núa* e pesadíssima” (Almeida, 1903, p. 37); “A cabocla benzeu-se [...], esmagando sob a sola dos pés curtos e trigueiros [...]”, ou seja, nu, descalço, semidesprovido da casca de civilização. Essa correlação se comprova mais estreitamente ao final do conto, durante seu parto: ela está sob a luz da lua, mas se esconde no escuro e tem seu bebê no chão: “[...] o quasi bem-estar da extenuação fel-a deixar-se ficar alli, immovel, com o corpo na *terra*” (Almeida, 1903, p. 38, grifo nosso). E, como resposta à dor, pôs-se a “cravar as unhas no chão” (Almeida, 1903, p. 39).

Isso se torna ainda mais significativo, pois há, no conto, duas esferas do espaço físico bastante delimitadas: a primeira é a esfera do Céu, Divino, inatingível e temível: “A cabocla quiz esconder-se [...] com medo [...] dos pensamentos peccaminosos que tumultuavam no seu espirito e que a lua santa e branca parecia penetrar e esclarecer” (Almeida, 1903, p. 39). Nesse conto, o céu está sempre límpido, claro, brilhoso, há estrelas, há o brilho intenso da Lua, que se reflete nas paredes brancas da casa do amante, que é branco, que habita em uma casa (símbolo de civilização) e que dorme em um colchão que a própria personagem lhe fizera.

Em contraponto, há a segunda esfera: a da Terra; esta que, entretanto, não é apenas o mundo terreno, mas literalmente a terra solo, que suja, que mancha e que serve de abrigo para “aqueles porcos malditos” e para a própria Umbelina, no momento de seu parto (Almeida, 1903, p. 34). O abrigo que encontrou foi sob a escuridão que uma figueira proporcionava, árvore esta descrita com forte aproximação visual com a materialidade da placenta, pois dela saíam as “raizes das arvores, muito extendidas e salientes no chão” (Almeida, 1903, p. 39), tais como as veias intumescidas do órgão quando é expelido.

Nesse aspecto, o conto corresponde ao Naturalismo clássico ao deixar clara a correspondência entre os estereótipos raciais das personagens e o ambiente que as cerca. No início, cabocla, grávida fora do casamento, está em ambiente sujo, baixo, de terra; mas, iniciado o parto, há o entrelace entre o sujo (terra, lama) e o idílico: as plantações de milho, as flores de gabirola e de esponjeira, que “punham lençóis de neve na extensa margem do córrego” (Almeida, 1903, p. 35). O choque ocorre quando, sob o céu rosado da aurora, morrem mãe e filho, aumentando o horror proporcionado por essa cena.

Embora a personagem visse com repulsa os animais que executariam a sentença do pai, ao longo do conto eles são o

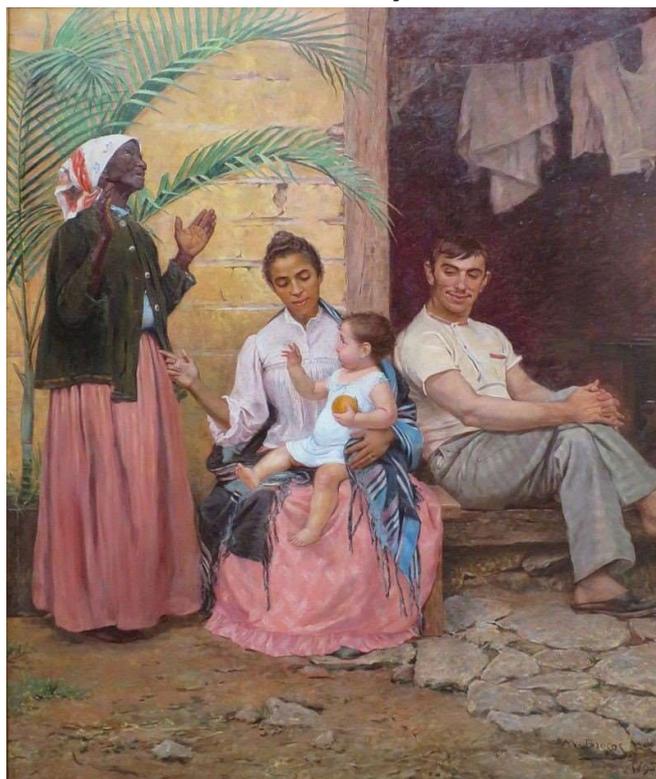
elemento mais próximo de si própria. A casa do amante, único espaço “civilizado” descrito visualmente no conto, se torna visível, ao final, para Umbelina, mas é-lhe inatingível, pois morrem ela e a criança antes de conseguirem se aproximar.

A própria voz narrativa utiliza recorrentemente termos que subalternizam e distanciam Umbelina do leitor: “Uma vingança doida e cruel aquella, que se fixara havia muito no seu coração *selvagem*” (Almeida, 1903, p. 36-37, grifo nosso); “No seu coração de *selvagem* desabrochava [...]” (Almeida, 1903, p. 40, grifo nosso). Para prender o cordão umbilical do filho, ela “arrancou com os dentes o cordão da saia” (Almeida, 1903, p. 40) e, após beijar a boca de seu filho, tenta dar-lhe o peito, mas “não tinha alento” (Almeida, 1903, p. 40), ao contrário da porca que se aproximava “arrastando no chão as mammas pellancosas, com o rabo fino, arquerado, sobre as ancas enormes, o pello hirto, irrompendo raro da pelle escura e rugosa” (Almeida, 1903, p. 41). Tanto as mammas quanto a escuridão da pele aproximam Umbelina e porca, talvez mais do que de seu próprio bebê: “o filho: achou-o branco, achou-o bonito” (Almeida, 1903, p. 40).

Ao longo do conto, a personagem é retratada apenas ao lado de fora da casa, onde “aquelles porcos maldictos [...] rodeavam [...] desde manhã até a noite” (Almeida, 1903, p. 34). O mais próximo que a protagonista chega do ambiente doméstico é a soleira de sua porta, onde “sentava-se horas inteiras [...], alisando com um pente vermelho de celluloido o cabello negro e corredio” (Almeida, 1903, p. 33).

A descrição dessa cena de Umbelina sentadas horas à porta, denotando a suposta preguiça inerente à sua cor, e que, mestiça, torna-se mãe de um filho branco, evoca composição semelhante à pintura *A redenção de Cam* (1895), de Modesto Brocos, símbolo do ideário de branqueamento do Brasil que permeou o Brasil desse período (Lotierzo apud Roncolato, 2018, s. p.), conforme reproduzida na Figura 1.

FIGURA 1 - A redenção de Cam



Fonte: Roncolato (2018).

Cam, segundo o mito bíblico, era filho de Noé e foi por ele amaldiçoado à servidão eterna a seus semelhantes, mito este que foi utilizado pela Igreja Católica para justificar a escravização dos povos indígenas e africanos ainda no século XVI, entendendo-os como as raças descendentes dessa figura mitológica (Reid, 2022). Na pintura, figuram quatro pessoas: uma senhora negra, uma moça parda, um homem branco e, no colo da jovem, uma criança branca. Analisando-a a partir do título, *A redenção de Cam*, percebe-se que o ventre materno mestiço, ao gestar e parir uma criança branca, não apenas se redimiria, como também a toda a sua raça. A mestiçagem, neste caso, é vista por um prisma positivo, tais como defendiam Silvio Romero e Araripe Junior, por exemplo, pois seria um processo capaz de “expurgar” a “selvageria” do brasileiro, esta associada à parcela negra e indígena da população (Silveira; Driemeyer, 2021). A partir dessa concepção, no conto, pensando a criança branca como a redenção da mulher mestiça que a gestou fora do casamento, a morte da criança (e da mãe quase redimida) assume uma conotação trágica; é o futuro (embranquecido) interrompido, é a redenção (através do embranquecimento) interdita.

Há, contudo, outra leitura sobre a mestiçagem largamente difundida durante a Belle-Époque, a exemplo dos escritos de Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, que consideravam a mestiçagem a

forma última de degeneração racial, que poderia levar à barbárie ou à esterilização da população brasileira (Silveira; Driemeyer, 2021), como se pessoas mestiças fossem geneticamente híbridas de espécies diferentes. Por esse viés, tanto a morte de Umbelina (mestiça) quanto a morte de seu bebê (branco, mas com sangue mestiço) adquiriria um significado de justiça, ou, ainda, salvação. Apesar dessa possibilidade, pelo tom trágico presente na história e pelo posicionamento da autora em conceber, em *Maternidade*, que é possível, pela educação, “refinar o sangue” de pessoas racializadas, é provável assumir que esse seja uma interpretação secundária, validada mais pelo posicionamento pessoal do leitor do que por elementos da história.

Há, ainda, a máxima naturalista, “ninguém pode fugir a seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), que não apenas está literalmente escrita no conto, como também rege toda a estrutura narrativa: o destino da personagem está selado na frase que o abre. Embora seja uma determinação vociferada pelo pai da personagem, e não pela natureza, a voz patriarcal assume, aqui, o mesmo caráter determinista e inescapável, tornando possível à voz do homem-pai ditar *ipsis literis* o destino da personagem feminina.

Assim, nos deparamos aqui com uma outra abordagem acerca do determinismo naturalista: não um pautado apenas em raça e classe, denunciando a condição animal do ser humano, de que trataram as obras canônicas do Naturalismo Brasileiro (Mendes, 2008), mas, também, um que se pauta na condição de gênero da personagem. Nesse sentido, é interessante nos questionarmos se Julia, por ser uma mulher que escreve, ao se utilizar da estética naturalista, não nos traz uma outra *ânsia* da sociedade do entresséculos, que a aproximaria, nesse conto, de um estilo gótico-naturalista:

a maternidade gótica está intimamente ligada à monstrosidade, transgrede [sic] as leis naturais e da racionalidade, adentrando ao território divino da criação e subvertendo os consagrados mitos da figura materna pura, graciosa e virginal. Ao promover tamanhas infrações, essa maternidade transgressora cobra um preço alto às personagens mães e faz cair sobre elas os mais terríveis castigos (Rodrigues Júnior, 2023, p. 127).

Ou seja, para além do desassossego de cor e de classe (subalterna ao homem com quem teve relações), há o de ser mulher em uma sociedade patriarcal, uma que preconiza suposta santificação da mulher pela maternidade. Se esta ocorrer, contudo, fora dos padrões estabelecidos pela estrutura patricarcal, é a mesma que condenará a mulher eternamente.

Para a personagem (mestiça, mas ainda mulher), é impossível escapar à sentença patriarcal. Ao final do conto, a sentença do pai se cumpre de forma quase mágica, ou por meio de um

“instrumento de uma justiça sobrenatural ou metafísica, de ordem superior” (Rodrigues Júnior, 2023, p. 126), pois a protagonista percorrera longo caminho para ir até a casa do amante, onde não deveria haver porcos. A imagem do animal surge, primeiro, como um vulto negro contra o céu da aurora idílica, revelando-se uma porca de mamas pelancosas, sem que se saiba de onde ela veio. E, ao aproximar-se de Umbelina, cumpre-se a sentença do pai: o neto virara alimento dos porcos, pouco antes de a protagonista morrer, vendo seu filho, que, depois do ataque do animal, virara apenas um “montão de carne pendurada nos dentes” (Almeida, 1903, p. 41) da porca, que se afastou “naquella imensa vastidão côr de rosa” (Almeida, 1903, p. 41).

Considerações finais

Podemos perceber que Julia, em meio às diversas transformações sociais e políticas que vivenciou no Brasil de sua época, conquistou um espaço e uma importância na cena literária brasileira até então inéditos a uma escritora mulher. Com isso, trouxe opiniões e perspectivas para diversos embates a partir de um olhar feminino, posicionando-se não apenas sobre assuntos considerados “de mulher”, tal qual a maternidade, mas também de interesse e impacto cultural, vide sua participação na idealização da ABL.

Contudo, ao pensar a condição da mulher de sua época, não há como se furtar ao fato de que a mulher sobre quem pensava era, às vezes, restrita à sua própria condição: branca, de família de renome, esposa de um poeta reconhecido, para quem se atribuírem novas funções era não uma questão de sobrevivência (como no caso de mulheres racializadas e/ou pobres), mas de contribuição social.

Assim, não cabe a uma personagem como Umbelina o papel da Mãe Educadora, ou da Mãe Redentora, por ter parido uma criança branca. A ela, cabe apenas a tragédia de mestiça, estar perto o suficiente da civilização para vislumbrá-la, mas não para usufruí-la ou dar-lhe alguma contribuição, pois, como é comum à prosa naturalista, à Umbelina é negado o caráter pleno de humanidade. Ainda, enquanto personagem racializada, é-lhe também negado o estatuto de mulher e toda a performance social que isso suscitaria, já que os ideais de pureza e de inocência do ideário patriarcal não poderá, jamais, pela lógica racista, se aplicar a uma mulher não branca. No conto, ela é aproximada da bestialidade, da selvageria e, em última instância, dos porcos (pois esses são os “personagens” que ocupam os mesmos espaços que ela) do que de seu amante branco, que nem mesmo aparece na narrativa. Essa ausência, além de isentá-lo do abandono que comete com relação à Umbelina e à criança, fortalece a distância moral e social que os separa, fazendo com que a personagem não tenha ninguém a quem recorrer, uma

vez abandonada pelo amante, pelo pai e pela mãe, e condenada socialmente.

Utilizando-se da estética literária do Naturalismo, Julia denuncia a hipocrisia social com relação à gravidez ilegítima ao apontar como ela afeta desproporcionalmente o homem e a mulher envolvidos. Apesar disso, acaba reforçando a desumanização de Umbelina, relegando-a a uma suposta condição de selvagem, incivilizada e inculta, dado o medo que sente dos elementos religiosos, justamente por não entendê-los. A raça da personagem torna-se determinante de seu intelecto, de suas disposições e de sua moral, visto que a “perda” de sua “virtude” nem ao menos é mencionada. A tragédia, em “Os porcos”, é a condição intermediária e imutável de Umbelina enquanto uma mulher mestiça de classe baixa e a interdição da maternidade branca. Essa poderia ser sua salvação enquanto mulher que teve relações fora do matrimônio, e enquanto mestiça, que poderia, com seu corpo, gestar uma criança que colaboraria com a redenção de uma sociedade decadente. Mas, como “ninguém pode fugir a seu destino” (Almeida, 1903, p. 35), essa redenção não ocorre, interdita pela voz patriarcal. Assim, percebe-se que, mesmo que haja um afastamento entre a voz narrativa e a personagem e, por extensão, entre a mulher branca de elite que era Julia e a personagem mulher pobre mestiça de Umbelina, há por parte da escritora o reconhecimento da ânsia que rodearia a ambas: a de ser mulher em uma sociedade patriarcal hipócrita, que redime e interdita, que condena e absolve, que salva e que assassina uma mulher no simples enunciar de uma frase.

Referências

ALMEIDA, Julia Lopes de. *Ancia eterna*. Rio de Janeiro; Paris: Garnier, 1903.

_____. *Maternidade*. Rio de Janeiro: Olivia Herdy de Cabral Peixoto, 1925.

BOTELHO, André. Na contracorrente do Naturalismo: relações sociais na interpretação do Brasil de Manoel Bomfim. *Temáticas*, Campinas, v. 11, n. 21-22, p. 75-100, jan./dez. 2003.

CASAGRANDE, Rafaela Zanotto. *O Sufrágio e a Primeira Onda Feminista*. Trabalho acadêmico (História da Época Contemporânea) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Pai presente e certidões*. 2ª ed. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, s. l., 2015. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp->

content/uploads/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/b550153d316d6948b61dfbf7c07f13ea.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2024.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 223-241.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 322-362.

FANINI, Michele Asmar. Júlia Lopes de Almeida em cena: notas sobre seu arquivo pessoal e seu teatro inédito. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 71, p. 95-114, dez. 2018.

HAMAD, Ruby. *White tears, brown scars*. Melbourne: Melbourne University Press, 2019.

HOMENAGENS LITERÁRIAS: Far-se-á no Rio um monumento a Eça de Queiroz? A Noite,

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1912. Anno II, n. 281, p. 1.
Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=348970_01&pasta=ano%20191&pesq=%22julia%20lopes%20de%20almeida%22. Acesso em 23 mai. 2020.

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. "Mães más": um olhar sobre o abandono. *Revista Gênero*, Niterói, v. 11, n. 2, p. 29-44, jan./jun. 2011.

LIVRO DE EPAMINONDAS. *O Paiz*. Rio de Janeiro. Sexta-feira, 5 de abril de 1895, n. 3838, p. 2.

MENDES, Leonardo. O romance republicano: Naturalismo e alteridade no Brasil 1880-90. *Letras & Letras*, Uberlândia, v. 2, n. 24, p. 189-207, jul.-dez. 2008.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro: J.Olympio; Brasília: INL, 1973.

NORIVAL, Raul de. Concurso da Gazeta. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1894. v. 20, n. 284.

JULIA LOPES. *O Paiz Ilustrado*, Rio de Janeiro, 1896, p. 13.

PÂNDU, Pândiá; PÂNDU, Ana. *Que nome darei ao meu filho?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

REIS, Miguel Lucio dos. A redenção de Cam (1895): um olhar para as histórias dos relacionamentos inter-raciais no Brasil. In: SOUSA, JUNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdán (Orgs.). *Relações étnico-raciais: reflexões, temas de emergência e educação*. Itapiranga: Editora Schreibern, 2022.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro; Paris: H. Garnier, 1908?.

RODRIGUES JÚNIOR, Edson José. A maternidade como motivo gótico em “Os porcos”, de Júlia Lopes de Almeida. *Revista Abusões*, v. 9, n. 20, p. 101-128, 2023.

RONCOLATO, Murilo. A tela “A redenção de Cam” e a tese do branqueamento no Brasil. 14 jun. 2018. Disponível em: <<http://homologa.edusp.usp.br/mais/a-tela-a-redencao-de-cam-e-a-tese-do-branqueamento-no-brasil/>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

SALES, Anselma Garcia de; PEREIRA JÚNIOR, Airton. Racismo científico e democracia racial. In: SOUSA JÚNIOR, Manuel Alves de; RANGEL, Tauã Lima Verdán (Orgs.). *Relações étnico-raciais: reflexões, temas de emergência e educação*. Itapiranga: Schreibern, 2022.

SERÁ LEVANTADA a candidatura de D. Julia Lopes de Almeida para uma das vagas da Academia. *O Estado do Paraná*, Curitiba, 28 nov. 1925, p. 1.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 362-400.

SILVEIRA, Éder; DRIEMEYER, Cândida. Uma eugenia à brasileira. In: SCHWARTSMANN, Leonor Batista; GOLDANI, João Carlos; BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Saúde tem história II: narrativas no centro histórico-cultural Santa Casa de Porto Alegre*. Porto Alegre: ISCMPA, 2021.

TEDESQUE, Érica. *Feminismo liberal e epistemologias feministas*. 2022. 89 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017. p. 401-442.

As tensões críticas da obra teórica e literária de Conceição Evaristo: o caso Aramides Florença

The critical tensions between the theoretical and literary works of Conceição Evaristo: the case of Aramides Florença

Diego Ravarotto da Costa

Universidade Federal do Rio Grande

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2236-6663>

Resumo: Para o artigo em questão, dispomos lado a lado amostras da produção literária e teórico-crítica da escritora - e também doutora em Literatura Comparada - Conceição Evaristo. Isto nos permite traçar similitudes e desavenças entre aquilo que a mesma produz enquanto teoria e aquilo que dispõe no terreno da prática, o que nos leva à intenção final desse artigo: apresentar os desdobramentos do percurso analítico que envolveu o estudo acerca das imagens da maternidade presentes no conto "Aramides Florença", parte integrante de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, publicado, originalmente, em 2011. Na história apresentada por Evaristo, centrada nessa narrativa-mulher cujas lágrimas determinam o tom que perpassa todos os itens desse compêndio, isto é, a resiliência e iminente permanência dessas mulheres frente aos temores e terrores por elas enfrentados, encontramos Aramides em um momento pós-catástrofe, instância na qual ela é sobrevivente dos jogos violentos originados pela competição masculina e agora se permite, enfim, ter algo que chama de seu, o filho Emildes, cujo pai nunca é nomeado. Dos múltiplos emaranhados interpretativos dessa história abre-se, portanto, um leque de discussões que atravessam áreas como da História da Literatura e da Crítica Feminista, expandindo, assim, nossa intervenção no interior desses meios, sendo possível reconhecer suas conquistas, assim como identificar suas falhas, trajeto este que deságua em uma complexa rede de (re)significações acerca da maternidade percebida pelo ponto de vista das mulheres negras.

Palavras-chave: Conceição Evaristo, maternidade, feminismos, corpo feminino negro.

Abstract: For this article, we have laid out side by side samples of the literary and theoretical-critical works of Conceição Evaristo, a writer and also a PhD in Comparative Literature. This motion allows us to point out similitudes and incongruences between what is produced by Evaristo in terms of theory and what she then puts down on paper, which leads us to this article's main objective: to present the developments of the analytical course that serves as backbone to the study we have proposed which focuses on analyzing the images of maternity found in the short story "Aramides Florença", a part of Evaristo's *Insubmissas lágrimas de mulheres*, originally published in 2011. In this short story or, better yet, this narrated-woman, we witness tears that set the tone for the remainder of the stories found in this compendium, that is, the image of resilience and imminent permanence of these women when facing the terrors that confront them. Aramides, for example, is found by our narrator

in a post-catastrophe moment in which she can be seen as the survivor of the violent games of male competition and also is now someone who can freely call something or someone hers which, in this case, is her son Emildes, whose father is never given a name in the story. From the multiple interpretative conundrums that pour out of this story, a myriad of discussions opens up, traversing areas of study such as Literary History and Feminist Studies and letting us in, which makes it easier to understand what are the great triumphs of these areas as much as their specific downfalls, a pathway that gets us to the complex understanding of how maternity may be diversely perceived by black women.

Keywords: Conceição Evaristo, maternity, feminism, black female body.

Cultura da barbárie e esperanças

Ao buscar por um título capaz de recobrir a proposta desse artigo, optamos por ceder nossa atenção ao texto do filósofo alemão Walter Benjamin, que, em ensaio intitulado "Sobre o conceito de história", discorre, em um dado momento, acerca da ideia de *tensão crítica*, uma ideia que tanto pode nos carregar até ao máximo que podemos tencionar algo ou alguém ao ponto de rompimento, como também nos leva a abarcar o entendimento de um tipo de tensão que envolve o pensamento crítico e que, munida do primeiro possível conceito, também se torna situação extrema, dessa vez não somente em um contexto de rompimento, mas também de expansão ou explosão de sentidos. Para que entendamos a fundo essa ideia, pensemos no seguinte cenário que nos pinta Benjamin:

Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. O materialista histórico só se aproxima de um objeto histórico quando o confronta enquanto mônada [...] uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido (Benjamin, 1994, p. 231).

Lidando com a dualidade das produções historicistas e histórico-materialistas, Benjamin percebe a primeira enquanto um jogo de adição, que soma acontecimentos ao seu todo sempre em desenvolvimento, mas não usufrui de pensamento crítico, tampouco busca as fontes daquela informação, permitindo, assim, que a História e, por conseguinte, a História da Literatura, que aqui mais nos interessa, permaneçam dominadas sob o jugo dos *vencedores e/ou opressores*. Quanto ao pensamento marxista ou materialista-histórico, que está por detrás das considerações do filósofo alemão, ele lida com esses espaços *saturados de tensão*, momentos de *tensão crítica* cuja resolução reside em debruçar-se sobre tal acontecimento ou dado histórico, tendo em vista seu contexto e seus antecedentes, para dentro dessa ínfima partícula de energia que ele chama de mônada poder-se, então, construir uma ramificação de novas possibilidades, fugindo de

um discurso único que silencia para um discurso multifacetado que elucida quem são os *silenciados* e *excluídos* dessa história.

Em uma narrativa histórica como a do Brasil, um *país traumatizado* que “jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e a da escravatura” (Ribeiro, 1999, p. 11), torna-se imprescindível exercer esse pensamento crítico enquanto historiador e estudioso das produções jamais criadas no vácuo, mas, sim, no espaço da história nacional, visto que são essas tensões e questionamentos que, enfim, produzem o efeito inverso ao silenciamento que nos trouxe aqui: impele as vozes esquecidas a tomarem o primeiro plano e, em uma cacofonia de libertação, expõem suas dores e as injustiças sofridas, para que assim se desperte “no passado as centelhas da esperança” (Benjamin, 1994, p. 224). Desse *passado oprimido* que agora cintila, surgem as obras artísticas e literárias que se encaixam sob o título de *literaturas de resistência*.

Sabendo, de antemão, que “a arte pode escolher tudo quanto a ideologia dominante esquece, evita ou repele” (Bosi, 1996, p. 16), torna-se imediata a correlação entre as mônadas carregadas de tensão crítica e a arte enquanto o catalisador capaz de incitar a produção de uma explosão dessa partícula de poder em prol de uma reescritura daquelas narrativas contaminadas por uma certa empatia do historicismo pelo discurso dominante. Dentre esse conjunto de artes catalisadoras, encontra-se a *escrivivência* de Conceição Evaristo, autora e estudiosa brasileira cujos escritos repelem o passado dado enquanto reescrevem a história dos negros e negras que povoam a nação brasileira, mas que, ao mesmo tempo, entendem-se enquanto *outsiders*, relegados a rumar pelas margens e nunca em direção ao centro. Por tornarem-se, desse modo, parte de um grupo que, por tanto tempo, foi reinscrito sob uma categoria que o sentencia a um tipo de inexistência social, esquecem-se os dominantes de que esses sujeitos descartados e ditos descartáveis tem ainda em seu âmago um *eu*, uma essência vital que “dispõe de uma unidade, de uma identidade sólida que lhes dá um caráter, aquela mesma situação de marginalidade faz deles seres atípicos, excepcionais, surpreendentes, paradoxais” (Bosi, 1996, p. 25). E é essa centelha de esperança que reluz e queima na obra de Evaristo.

Nascida no ano de 1946 em Belo Horizonte, Conceição Evaristo concilia os espaços muitas vezes díspares da produção enquanto escritora de romances, livros de contos e poemas, e da produção teórico-crítica proveniente de sua formação acadêmica em Letras e do título angariado em 2011 de Doutora em Literatura Comparada. Com o lançamento de obras como *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006) e *Olhos d'água* (2014), que se instituem atualmente enquanto clássicos modernos e/ou leituras imprescindíveis aos estudiosos de Literatura Brasileira, além do recebimento do prêmio Personalidade

Literária do Ano em 2019, Conceição Evaristo pavimentou uma trajetória sólida dentro da produção literária brasileira. Dona de um projeto literário próprio, a anteriormente mencionada *escrevivência*, Evaristo busca enuviar os limites entre o real e o imaginado, criando uma reescritura do eu feminino negro em textos que demonstram de que forma a resistência pode ser um movimento interno, inerente ao “foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (Bosi, 1996, p. 26).

Servindo de *corpus* analítico desse artigo, cujo objetivo principal é demonstrar o trajeto de análise que percorre tanto o contato com o texto literário de Evaristo quanto com sua produção teórico-crítica, ultimamente focada nas questões do feminino e dos feminismos, sempre aliadas a uma proposta de enegrecimento do entendimento de mundo fornecido por essas discussões sociais de base, surge em nosso primeiro plano o conto de abertura do compêndio *Insubmissas lágrimas de mulheres*, publicado por Evaristo, pela primeira vez, em 2011. O conto selecionado se intitula “Aramides Florença” e compõe uma obra que almeja construir um mosaico da vivência feminina negra a partir de treze narrativas-mulheres que sempre carregam o nome delas como título. Como explicitado em um texto introdutivo do livro, ele se desenvolve em segunda pessoa, já que presenciamos a autora Conceição Evaristo transmutar-se em uma peregrina em busca de histórias que visita essas mulheres para sentar-se ao seu lado e ouvir a história de suas *insubmissas lágrimas*, permitindo que nós também as escutemos juntamente dela.

Nesse caleidoscópio de dores e superações que é *Insubmissas*, uma multitude de vozes “a partir de seus corpos mulheres, concebem a sua própria ressurreição e persistem vivendo” (Evaristo, 2020, p. 95), o que permite que as temáticas abordadas por cada conto permeiem as mais variadas possibilidades, desde mulheres que buscam nomear-se novamente após escaparem de um ambiente familiar bastante tóxico até mães que fazem de tudo para protegerem seus filhos frente às violências desse mundo de homens. “Aramides Florença” serve de arranque a nossa jornada e é responsável por uma das mais contundentes amostras das causas que reverberam nessas femininas lágrimas insubmissas. No conto, acompanhamos uma conversa entre a autora/narradora e uma mulher de nome Aramides que, sentada em sua varanda com seu filho Emildes no colo, discorre sobre seu desejo de ser mãe e o caminho trilhado por ela e seu marido até o concebimento e, então, nascimento de Emildes, que resulta numa disputa masculina de egos adultos e infantis cuja vítima final acaba sendo o corpo de Aramides, abusada pelo marido em razão de um ciúme fervoroso.

Por se tratar de um texto que perpassa temáticas como a da maternidade, das imagens do feminino, das imagens e impressões que

afloram do corpo feminino sexualizado e grávido, da competição masculina por controle, dentre outros, achamos pertinente que abordemos e construamos uma base teórica que nos auxilie nessa análise, tendo em mente também que a base a ser construída na sequência servirá também de alvo das tensões críticas produzidas pelo conteúdo desse conto, esquematizado por Conceição Evaristo de modo a florescer de diferentes modos e, assim, produzir variadas interpretações, algumas mais favoráveis ao já discutido em termos de feminino e feminismo, no pensamento clássico, e outras que resistem ao já dito, construindo novos valores representantes de uma produção literária de autoria feminina negra. Sendo assim, passemos as mencionadas contribuições teóricas de base.

Mulheres, literatura e maternidade

Em obra central aos estudos das relações generificadas e racializadas que compõem nossa sociedade, isto é, *O poder do macho*, de Heleieth Saffioti, encontramos a seguinte consideração: “ainda que a supremacia dos ricos e brancos torne mais complexa a percepção da dominação das mulheres pelos homens, não se pode negar que a última colocada na ‘ordem das bicadas’ é a mulher” (Saffioti, 1987, p. 16). Ora tidas enquanto força de trabalho transtornada em guardiã do lar, ora relegadas ao posto de sujeito incompleto cujo objetivo final é ser corpo e nunca gente, as mulheres intentam construir-se social e culturalmente há séculos, sendo barradas por conceituações ditas anteriores a sua existência mas que claramente foram elaboradas na frente de seus olhos e são reforçadas incansavelmente através de diversas mídias, sendo a História e a Literatura somente algumas delas.

Tendo em mente que “nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie” (Benjamin, 1994, p. 225) e que, por conseguinte, a transmissão dessa cultura forjada no fogo de diversas violências também violenta ao ser disseminada, somos levados a considerar a existência de uma categoria de seres castrados e cerceados por essa história de via única que entende esses sujeitos como menores ou escusos. Nessa categoria, estão dispostas aquelas nascidas sob o signo do feminino. Contudo, há em nossa história mundial uma série de insurgências que revolucionaram as posições antes assumidas por esses corpos cerceados. Tratamos, obviamente, do movimento feminista e de suas ondas.

Ganhando o título de *ondas* do feminismo por razão de suas idas e voltas, como um agrupamento revoltoso que, ao desaparecer por algum tempo, retorna ainda mais populoso e desafiante, assim como uma onda que, com cada retorno ao mar, volta com mais força para adentrar a areia da praia e expandir, assim, seu território, é a partir dessas flutuações disruptivas que o feminismo exerceu mudanças ao longo dos séculos. Buscando um recorte brasileiro dessas

movimentações, cedemos atenção ao ensaio de Constância Lima Duarte intitulado “Feminismo e Literatura no Brasil”, no qual elenca as quatro principais ondas do feminismo e seu efeito nas terras brasileiras. Quanto à primeira delas, por exemplo, deixa bastante claro que esta primeira onda, pertencente ao século XIX, “mais que todas as outras, vem de fora, de além mar, não nasce entre nós” (Duarte, 2003, p. 154). Filha de textos como os da inglesa Mary Wollstonecraft e da francesa Olympe de Gouges, conhecidas por serem alguns dos primeiros exemplos de autoras de textos responsáveis por reivindicar direitos ainda não adquiridos pelas mulheres, assim como por apontar o desbalanço social e cultural entre mulheres e homens, é na pena de Nísia Floresta Brasileira Augusta que o estrangeiro se torna familiar. Nesse primeiro momento, porém, as mulheres brasileiras ainda não gritam por uma liberdade total, mas, sim, buscam uma ínfima partícula de respeito. Em outras palavras,

O momento brasileiro impunha não o clamar por revoluções, mas por pequenas e necessárias mudanças no comportamento masculino com relação à mulher [...] Nossas mulheres precisavam, primeiro, ser consideradas seres pensantes, para então, depois, pleitear a emancipação política (Duarte, 2003, p. 154).

Somente com a chegada, mais tarde, de uma segunda e terceira ondas, responsáveis por nos carregarem até o século seguinte, é que se solidifica a presença feminina nas escolas e, mais a frente, nos dias de votação, assim como passam a brilhar pequenas luzes de um fogo desejoso que desaguará na quarta onda, aquela na qual a sexualidade se torna pauta central. Contudo, é importante denotarmos, tendo em vista o enfoque desse artigo, que algo que assombra todas essas ondas revoltosas é o fantasma da maternidade, constante artifício utilizado pelos contestadores para rebater os clamores por liberdade dessas mulheres, ora enaltecendo sua presença no lar e na criação das crianças, ora relembrando as mulheres do prestígio e do valor que o corpo feminino grávido carrega consigo tendo em vista o misticismo de tal ato. Lembremo-nos de que esse feminismo do qual falamos tinha uma face bastante distinta, e ela era branca e de classe média e/ou alta, logo, preocupava profundamente essas mulheres o fato de que

a resistência à profissionalização das mulheres de classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e a família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos (Duarte, 2003, p. 158).

Logo, aqui fica claro um impasse no que diz respeito à visão cedida aos corpos femininos de classes diferentes e, muito provavelmente, raças

diferentes também. A luta se torna desunificada e a ideia universal de *mulher* passa a apresentar rachaduras e novas ramificações possíveis. É a este fator que nos agarramos para conjecturar acerca da produção teórico-crítica de Conceição Evaristo, que enfoca a questão da maternidade e o corpo feminino negro e suas diferentes representações em comparação com o que nos era apresentado em termos arquetípicos, histórica e literariamente, acerca do corpo feminino branco ou *universal*. De acordo com a pensadora e filósofa Lélia González, as concepções do feminismo brasileiro:

padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constitui-se em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral - que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (González 1982, p. 98 *apud* Bairros, 2000, p. 57).

Enquanto as conversas e trocas entre europeias e brasileiras brancas fluem normalmente, ao inserirmos a vivência da mulher negra na roda de discussões, os enfoques tornam-se outros. Enquanto a mulher branca lutava pela sua libertação trabalhista, a mulher negra já era parte de um passado como força de trabalho escravo que fora substituído, muitas das vezes, por um trabalho análogo à escravidão e no qual estavam sob o jugo e a vigília de um homem ou mulher brancos. Enquanto a mulher branca enunciava sua luta em nome de uma pluralidade da qual não dava conta de reconhecer em seus pormenores, a mulher negra já entendia há muito tempo o que era lutar, de formas muitas vezes não tão diplomáticas quanto estas atuais, para ter o que era seu de direito. E, além disso, nessa história de lutas e reivindicações, a maternidade toma posto central, sendo renegada pelas primeiras em prol de um espaço no mercado de trabalho em detrimento da visão feminina negra desse fator humano e cultural cuja interpretação por essa parcela da sociedade é muito mais emblemática e complexa.

Em uma primeira leitura do texto selecionado como *corpus* analítico desse artigo, a crítica a obrigatoriedade da maternidade é instantânea tendo como arcabouço teórico a crítica feminista em sua parcela dita *universal*. Desde o primeiro retrato apresentado pela narradora de nossa protagonista Aramides, a mesma nem mesmo lhe dá seu nome,

mas sim ergue o menino que tem no colo, enunciando: “Esta é a minha criança [...] o meu bem amado” (Evaristo, 2020, p. 9). Sendo assim, o que temos certeza desde esse primeiro momento é que, antes de qualquer coisa, Aramides é mãe, um arquétipo propriamente erguido e mantido pela cultura, pela história e pela literatura. É impossível não questionar o que se posiciona por detrás dos pensamentos de Aramides quando nos é revelado que “ter um filho havia sido uma escolha que ela fizera desde mocinha, mas que vinha adiando sempre” (Evaristo, 2020, p. 11). Nos questionamos se essa decisão dita *dela* não seria, na realidade, fruto da influência desse espaço social e cultural que reforça a necessidade da mulher de encaixar-se em uma das duas grandes categorias femininas apresentadas por Rita Terezinha Schmidt no ensaio “Mulher e literatura”: a *mulher deusa* e a *mulher demônio*. Explica a estudiosa que

a representação da mulher oscila [...] entre dois polos. De um lado está a mulher deusa [...] a materialização do espírito feminino, o catalisador das forças da natureza que irradia o poder dos grandes mitos femininos [...] mãe terna e sensível ou esposa assexuada e submissa [...] natural é aquela que cumpre seu destino na domesticidade, procriando filhos e atendendo as necessidades do homem [...] ‘eterno feminino’ como antídoto às imperfeições do homem. De outro lado, está a mulher-demônio, a encarnação do sexo e da paixão por excelência e, portanto, a origem dos males que afligem o corpo dos homens e assolam seus espíritos (Schmidt, 1988, p. 121).

Logo, se nos é dada a chance de compreender o que Evaristo nos apresenta com esse conto de abertura de *Insubmissas lágrimas de mulheres*, a possibilidade de uma criação que almeja subverter a visão da maternidade enquanto calvário obrigatório ou dádiva feminina impossível de negar é o que nos surge a mente de imediato, e essa leitura se mostra possível quando, adentrando mais a fundo na narrativa, percebemos que ambos, marido e filho, exercem controle sobre o corpo de Aramides, “um bebê recém-nascido e um adulto disputando a supremacia dentro de casa, ambos querendo mamar da mesma mãe” (Silva, 1985, p. 9). Contudo, após uma segunda, terceira, talvez quarta leitura, esse imediatismo analítico, ainda que embasado, passa a se tornar instável e é a partir dessa constatação que retomamos outra vez a crítica feminista, mas, dessa vez, temos como objetivo ceder ouvidos ao que a produção feminista negra nos tem a dizer e o que, ultimamente, acaba por contestar acerca das *verdades* do feminismo branco e de classe média.

Sedimentando o terreno inicial desse novo percurso teórico está a estudiosa e professora universitária americana Patricia Hill Collins, que discorre sobre o fato de que

Trabalhos feministas dos anos 1970 e 1980 sobre a maternidade produziram uma crítica limitada dessa visão. Refletindo ângulos de visão de mulheres brancas de classe média, as análises feministas geralmente deixavam de lado os recortes de raça e classe. Dedicadas a desmistificar o ideal tradicional de família, as obras desse período questionavam as análises prevaletentes acerca das experiências vivenciadas por mães brancas de classe média. Essas críticas não foram capazes de questionar as imagens de controle das afro-americanas, muito menos as práticas que essas imagens pressupõem (Collins, 2019, p. 329).

Tendo esse cenário como plano de fundo, os estudos feministas passam, então, a adquirir olhar mais crítico sobre seu próprio conteúdo combativo, o que não impede que, mesmo atualmente, ainda tenhamos discursos que generalizam o signo do feminino ao ponto de ignorar as singularidades de certos grupos específicos de mulheres, sejam elas negras, indígenas, trans, dentre outras variáveis que afligem o caráter universal do feminismo clássico. Aprende-se, portanto, que os corpos femininos apresentam passados distintos e são entendidos e regulados de maneiras diferenciadas. Por exemplo, “enquanto as brancas discutiam sexualidade, as negras queriam tirar de si o peso de séculos de sexualização” (Fernandes, 2016, p. 705), visto que o corpo negro desde sempre se encaixou automaticamente na categoria de *mulher-demônio* e era carregado de luxúria enquanto o corpo da mulher branca era procriativo e um corpo sagrado de quem é mãe e produz a próxima linhagem; ambos usados, é claro, mas os requintes de crueldade diferenciam-se. Outra amostra dessa incapacidade das primeiras discussões feministas em incluírem o caráter interseccional ao que propunham pode ser visto no fato de que “a entrada da mulher branca no mercado de trabalho formal se deu às custas da exploração do trabalho doméstico da mulher negra” (Fernandes, 2016, p. 706). Os espaços ocupados são bastante distintos, isso agora se torna claro, contudo, de que forma a maternidade é entendida pela mulher feminista negra? Recorramos a um dos textos teórico-críticos de Conceição Evaristo.

Em “Chica que manda ou a mulher que inventou o mar?” de 2013 e “Literatura negra: uma poética de nossa afrobrasilidade”, de 2009, Evaristo elabora considerações acerca de como o passado escravo ainda assola a representação do corpo feminino na arte e, por conseguinte, as representações imagéticas que essas mulheres fazem de si, replicando a barbárie da cultura que lhes é transmitida. Quanto ao primeiro tópico, da representação artística, Evaristo sentencia:

A ficção ainda se ancora nas imagens de um passado escravo, em que a mulher negra era considerada só como um corpo que cumpria as funções de força de trabalho, de um corpo-procriação de novos corpos para serem escravizados e/ou de um corpo-objeto de prazer do macho senhor. Percebe-

se que a personagem feminina negra não aparece como musa, heroína romântica ou mãe. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra, não lhe conferindo nenhum papel no qual ela se afirme como centro de uma descendência. À personagem negra feminina é negada a imagem de mulher-mãe, perfil que aparece tantas vezes desenhado para as mulheres brancas em geral. E quando se tem uma representação em que ela aparece como figura materna, está presa ao imaginário da mãe-preta, aquela que cuida dos filhos dos brancos em detrimento dos seus (Evaristo, 2009, p. 23-24).

Aqui se pinta em cores fortes tudo aquilo que enuviava-se quando encaramos Aramides Florença pela primeira vez, com um arcabouço teórico superficial e generalizado em mente, que entendia, assim como sentenciado pelas feministas brancas do movimento, que a maternidade era a grande armadilha da qual o ser feminino deveria escapar, sem pensar que para algumas dessas mulheres há, em primeiro lugar, grilhões muito mais pesados que esses, visto que se tratam de sujeitas cujo corpo não é visto enquanto item sagrado de procriação, mas sim como objeto de uso sexual e procriativo de um senhor, e que, em segundo lugar, a maternidade pode ter nuances diferenciadas quando se atravessa décadas e mais décadas cuidando e amamentando e alimentando e mimando os filhos de outras linhagens, outras famílias, enquanto os seus crescem estranhos ao seio materno. Além disso, o papel da mulher-mãe, ainda que refutado como um arquétipo generificado que impediu, por muito tempo, e até hoje ainda surge em discursos fundamentalistas, que a mulher tivesse sua liberdade, é, apesar de todos os pesares desse cerceamento, uma posição centralizada, uma potente posição narrativa e “se na História do Brasil há pouquíssimos registros sobre a mulher branca como agente da nacionalidade brasileira, para as mulheres negras, todo e qualquer protagonismo [...] sofreu um apagamento histórico” (Evaristo, 2013, p. 138). Nos permitindo regular nosso olhar a partir desse novo trajeto teórico iniciado por Collins, sedimentado por González e delimitado por Evaristo, retornemos ao conto que almejamos analisar.

Tensões críticas em “Aramides Florença”

Retomando a passagem referente ao primeiro encontro entre narradora e protagonista, há pouco analisada, percebemos que nossa visão já se modifica, deixando de lado a percepção que reduz Aramides a um prêmio disputado entre pai e filho para, enfim, tornar-se também parte dessa disputa por posses, visto que, desde esse primeiro momento, começam a ser elencadas todas as repetidas vezes em que se utiliza do pronome possessivo *meu* para se referir a Emildes e, além disso, notamos que o nome do pai de Emildes, seja pela violência que resultou da competição masculina ou não, é omitido pela protagonista, sendo, assim, o filho torna-se cria sua e somente sua, uma linhagem de fonte feminina. E se ter esse filho era uma escolha que Aramides tinha

tomado desde pequena, pode ser que a influência, enfim, não seja tão somente negativa quanto imaginávamos, respondendo a um tipo de visão sagrada da maternidade, mas, sim, também tendo essa escolha raízes na ancestralidade e no poder de dar continuidade a essa família, de prolongar os galhos dessa árvore genealógica.

Por consequência disso, observa-se que Aramides toma espaço central na narrativa enquanto a *mulher-mãe*, espaço comumente cedido ao corpo feminino branco, e Emildes surge como esse bebê que não é mais necessariamente corpo de trabalho, mas se permite, ao invés disso, ser mimado e reverenciado por uma mãe que, sob o poder do pequeno, se deixa controlar:

Aramides Florença buscava ser o alimento do filho. E, literalmente, era. O menino só se nutria do leite materno. A sopinha que o pediatra havia recomendado, e que a mãe preparava cuidadosamente, o bebê mal provava, recusando sempre. Ela, pacientemente, insistia, cantava, dançava, sorria [...] Mas quanto ao aceite da comidinha, nada. O pediatra insistia para que ela deixasse a criança padecer um pouco de fome [...] cumpriu o conselho. Passou quase um dia sem amamentar a criança. No final da tarde, seus seios jorravam uma láctea aflição que lhe empapava toda a veste, enquanto o pequeno faminto jazia triste, sem um choro sequer, quieto no bercinho. Subversivamente, a mãe descumpriu a ciência médica e ofereceu os seios ao bebê [...] uma peleja, a única, ameaçava o cotidiano dos dois. [...] Preferia o jogo da sedução, a dança e a música, mas a esperteza infantil era também grande. E o jogo que o filho fazia, emparelhado ao dela, era mais sedutor. A vitória sempre pertencia ao pequeno (Evaristo, 2020, p. 10).

Polêmica em seu repertório de adjetivações e dúvida na montagem das cenas, Evaristo nos presenteia com uma cena que tanto reverbera o que fora citado acima, esse ato de doação da mãe ao seu bebê e que, posto em oposição com o passado escravizado, em que as mulheres negras eram postas como cuidadoras dos filhos daqueles da casa branca enquanto os seus eram deixados sem essa figura frequente da mãe que amamenta, que cuida, que é, em suma, um *corpo-extensivo* e/ou um *corpo-alimento*, carrega potencial subversivo, quanto também é possível perceber uma segunda interpretação ainda mais disruptiva. Demonizando o serzinho masculino que invade, expande, distorce e, então, força seu caminho para fora desse corpo feminino, o filho, ainda que em sua inocência infantil, também já parece carregar consigo o poder do macho representado por seu pai, mas enquanto este último exerce controle com força e terror, o primeiro tem uma lábia mais sedutora, um choro que causa reações automáticas nesse *corpo-mãe* que está refém dos caprichos de seu filho e, dessa forma, constrói-se outro possível tópico de análise: nas mãos de quem resta o poder de posse, nas daquela que produz ou nas daquele que é produto?

Partindo desse ponto levantado acerca de quem tem o poder, para que discutamos mais algumas imagens referentes à maternidade presente no conto, referimos um conceito de Pierre Bourdieu, isto é, a mulher enquanto um *corpo-para-o-outro*, “incessantemente exposto à objetivação operada pelo olhar e pelo discurso dos outros” (Bourdieu, 2017, p. 93). Algo que aqui possa talvez ser generalizado, essa visão sobre o corpo feminino, em medidas e modos diferentes, assola todos eles, visto que este corpo pode ser *celebrado*, *violentado*, *habitado*, *exposto*, *juogado*, todos esses *status* dependentes de olhares outros, olhares que, como no panóptico de Michel Foucault, mantém esse corpo feminino ciente de suas limitações e de seus cerceamentos, tanto que, em determinado ponto, o olhar próprio se torna um olhar outro, e, assim sendo, a posse de si mesmo ou de qualquer outro ser se torna risível e impossível. Em “Aramides Florença”, nota-se a presença de ao menos três *status* do corpo feminino: o *extensivo*, acima discutido, e, além desse, o *celebrado*, ligado com a maternidade em seus estágios iniciais, e o *corpo-desejado*, objeto da disputa entre pai e filho em virtude do *contrato sexual* (Pateman, 2020).

Ainda que carregue poder subversivo em permitir a mulher negra essa posição central enquanto *mulher-mãe*, Evaristo também questiona um pouco dessa serenidade encontrada no cenário idílico que encontra ao chegar na casa de Aramides, visto que a encontramos em um momento pós-tormenta, já que a violência do pai de Emildes é passado e Aramides e aquele que a completa estão juntos. Contudo, há uma certa duplicidade em tudo que é narrado, como nessas passagens: “Por uns momentos me esqueci da mãe e me perdi na contemplação da criança” (Evaristo, 2020, p. 9) e, a seguir, em “Teria a criança, tão novinha [...] se rejubilado também com a partida do pai? Só a mãe, só a mulher sozinha, lhe bastava?” (Evaristo, 2020, p. 9). Tais dizeres carregam um peso que pende para os dois lados da balança ao mesmo tempo, ora reverenciando a presença materna negra enquanto *suficiente* e fazendo brilhar essa linhagem feminina e negra dificilmente encontrada em outras obras sobre maternidade, mas, por outro lado, há um tipo de perversidade na caracterização desse menino, que desconcerta e hipnotiza a narradora e que regozija no fato de ter a mãe toda para si. Evaristo consegue, com seu texto, forçar-nos por um caminho teórico diferente e que remonta a um passado singular e pertinente a representação de personagens negras enquanto mães, mas, ao mesmo tempo, se mantém justamente de mãos dadas com as críticas feministas, levando em consideração tanto a relevância desse ato feminino assim como as possíveis amarras que ele traz consigo. Além disso, entrando agora de vez na categoria do *corpo-celebrado* ainda que não tenhamos, obviamente, coberto todas as nuances referentes ao controle desse *corpo-extensivo*, vejamos de que forma o arquétipo da trindade familiar se vê personificado na obra de Evaristo, já que,

durante a gestação, Aramides se torna o centro das atenções, sendo adorada pelas capacidades praticamente místicas de seu corpo, que permitem jogos entre os familiares para adivinharem o sexo do bebê por vir e a tornam merecedora dos cuidados e felicitações de parentes e amigos. Esse é um período de contínua felicidade pois a trindade está assegurada e até mesmo o pai, “embevecido e encabulado com o milagre que ele também fazia acontecer, repartia os seus mil sorrisos ao lado da mãe” (Evaristo, 2020, p. 12).

Contudo, esse *corpo-celebrado* deve funcionar em confluência com os propósitos antes mencionados do corpo feminino enquanto um *corpo-para-o-outro* e, por consequência disso, a cena a seguir torna-se sacrilégio aos olhos da trindade agora maculada:

no último mês de gestação, quando meio sonolenta, já de camisola, mas ainda de pé, narcisicamente se contemplava no espelho do banheiro. Estava inebriada com a mudança do próprio corpo. Tudo nela aumentara. O volume de cabelos, a sobrancelha e até uma pequena verruga debaixo do braço (Evaristo, 2020, p. 14).

Esse ato, que Evaristo opta por incrementar com o advérbio *narcisicamente*, vai de encontro ao pensamento de que, enquanto *mulher-demônio/corpo-desejado*, a mulher aflige e assombra os homens e, enquanto *mulher-deusa/corpo-celebrado*, ela serve de objeto do amor e da admiração dos homens, logo, vislumbrar-se narcisicamente é inverter os polos dessa relação e não olhar mais para o próprio corpo como território de outro e sim como um espaço seu ou, ainda mais subversivamente, como um espaço habitado por outro *homem*, um menino que a expande e engrandece de dentro para fora sem o consentimento daquele que acredita ser seu dono, provável causa dos ataques que o pai de Emildes premeditadamente realiza, desde uma navalha descuidadamente esquecida entre os lençóis até o cigarro aceso que, nessa noite de olhares narcísicos femininos, esquenta a pele do ventre de Aramides até produzir uma segunda bolha que explode em águas em seu corpo. Evidenciadas nessas passagens do texto de Evaristo estão as considerações de Patricia Hill Collins, que explica como

a maternidade pode ser um espaço no qual as mulheres negras se expressam e descobrem o poder da autodefinição, a importância de valorizar e respeitar a si mesmas, a necessidade de autonomia e independência, assim como a crença no empoderamento da mulher negra. Essas tensões fomentam um espectro de respostas. Algumas mulheres veem a maternidade como um fardo que sufoca sua criatividade, explora seu trabalho e as torna cúmplices de sua própria opressão. Para outras, a maternidade promove o crescimento pessoal, eleva o status nas comunidades negras e serve de catalisador para o ativismo social. Essas aparentes contradições coexistem tanto nas

comunidades e nas famílias afro-americanas quanto nas mulheres individualmente (Collins, 2019, p. 333).

Contudo, antes que a serenidade desse momento de descobertas dessa *sujeita* feminina negra possa se concretizar, há violências a serem recordadas, frutos de um passado de sexualização que não escapa tanto ao corpo feminino imerso no contrato sexual do matrimônio, “no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens ao corpo das mulheres” (Pateman, 2020, p. 16-17), quanto ao corpo negro entendido enquanto receptáculo do desejo e da lascívia, pois, enquanto o menino que habita o corpo de Aramides é símbolo de uma linhagem masculina, da continuidade do macho, ele e ela são adorados, mas quando esse bebê invade o mundo e começa, instintivamente, a tomar posse do corpo de Aramides e dele se alimentar, a competição masculina rouba o espaço central nesse jogo materno, transformando a *mulher-mãe* protagonista em presa a ser conquistada pela mordida mais forte.

Encerrando a história sem qualquer alarde sequencial, sem um desfecho que remonte a calmaria inicial, sem prenúncio de revolta feminina, Evaristo apresenta o lado mais horrendo do controle exercido pelo imaginário cultural bárbaro que dita e esquematiza o cerceamento do corpo feminino: a ideia de que ele está sempre aberto a invasões.

Estava eu amamentando o meu filho [...] quando o pai de Emildes chegou. De chofre arrancou o menino de meus braços, colocando-o no bercinho sem nenhum cuidado [...] No mesmo instante, eu já estava de pé, agarrando-o pelas costas e gritando desamparadamente. Ninguém por perto para socorrer o meu filho e a mim. Numa sucessão de gestos violentos, ele me jogou sobre nossa cama, rasgando minhas roupas e tocando violentamente com a boca um dos meus seios que já estava descoberto, no ato de amamentação de meu filho. E, dessa forma, o pai de Emildes me violentou. E, em mim, o que ainda doía um pouco pela passagem de meu filho, de dor aprofundada sofri, sentindo o sangue jorrar. Do outro seio, o que ele não havia tocado, pois defensivamente eu conseguira cobrir com parte do lençol, eu sentia o leite irromper. Nunca a boca de um homem, como todo o seu corpo, me causara tanta dor e tanto asco, até então [...] Esse homem estava me fazendo coisa dele [...] E quando ele se levantou com o seu membro murcho e satisfeito, a escorrer o sangue que jorrava de mim, ainda murmurou entre os dentes que não me queria mais, pois eu não havia sido dele, como sempre fora nos outros momentos de prazer (Evaristo, 2020, p. 17-18).

É notável que, nessa cena que, com a subtração de algumas linhas, encerra a narrativa de Aramides Florença, há uma retomada dos possessivos antes provenientes da fala da protagonista e que, desde o início de sua história, estavam atados ao fato de que aquele que carregou no ventre e agora trazia aos braços era o seu filho, uma posse que reverbera esse desejo transgressor da felicidade da mulher negra

em poder ocupar tal papel, de poder ter algo primariamente seu. Contudo, é nesse jogo de posses que a violência descrita acima se estrutura, já que observamos a construção de um ciclo, iniciado pela idealizada imagem da mãe com seu sagrado filho no colo - a *Madonna col bambino* - aqui retomada, num primeiro momento, pelo ato de amamentação que antecede o ataque e, depois, deturpada pela recriação desse cenário pelo pai de Emildes, que a penetra e, ao mesmo tempo, suga o seio que há pouco vertia leite para alimentar seu filho.

De *alimento* a *objeto sexual*, a violência desse ato descabido e última tentativa frustrada do macho para controlar a mulher que ele acredita estar escapando de sua vigília somente reforça a ideia de que os homens, enquanto indivíduos detentores de poder, são encorajados a considerarem seus corpos "como uma ferramenta, uma máquina e até mesmo uma arma, utilizada para bater no adversário 'reduzido ao estado de objeto'" (Badinter, 1993, p. 95) e que, dentro desse mesmo espaço semântico, os corpos femininos se tornam reféns de um ato sexual que, quando não é oferecido de bom grado, é, mesmo assim, forçosamente iniciado pois o ato de dominar "significa também enganar, abusar ou, como nós dizemos, possuir" (Bourdieu, 2017, p. 35). Logo, a maternidade se desenvolve em um universo de dominações e possessões que impele o corpo feminino a jamais estabelecer-se enquanto *ser* mas sempre enquanto *item* ou *artefato social* que é celebrado, desejado e objetificado em prol de ondulações sociais em cujo cerne está o progresso do âmbito familiar enquanto propagação do *homem*.

Por fim, é claro o poder que a *escrevivência* de Conceição Evaristo exerce sobre a evidenciação do protagonismo feminino negro, que não só são personagem central de suas próprias histórias como são responsáveis por contá-las a seu modo, escovando "a história a contrapelo" (Benjamin, 1994, p. 225) e se assenhorando da pena escritural, continuamente relegada a um grupo exclusivo da sociedade, ultimamente branco e macho, responsável por instituir as verdades, criando gênero, raças e classes. Em "Aramides Florença", somos convidados e até mesmo forçados a testemunhar o modo pelo qual esse corpo feminino, antes cheio de possibilidades, objetivos e felicidades, engrandecido e ovacionado por seu misticismo, é também controlado e vigiado diariamente, já que ao primeiro alarde narcísico, ele é forçosamente levado a reconhecer sua posição dentro do grande esquema social, e assim a posse da linhagem cuja centelha esperançosa brilhava no ventre de Aramides agora pende entre espaços de *ilusão* e possível *subversão*, sem qualquer certeza acerca de qual pesará mais na balança.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. XY: sobre a identidade masculina. Trad. Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia González. In: WERNECK, Jurema et al. *O livro da saúde das mulheres negras - nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 222-232.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *Itinerário*, Araraquara, n. 10, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/viewFile/2577/2207>. Acesso em: 22 dez. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Marina Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, 17(49), p. 151-172. 2003.
- EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afrobrasilidade. *Scripta*, v. 13, n. 25, p. 17-31, jul./dez. 2009.
- _____. Chica que manda ou a mulher que inventou o mar? *Anuário de Literatura*, v. 18, n. 1, p. 137-160, jan./jun. 2013.
- _____. *Insubmissas lágrimas de mulheres*. Rio de Janeiro: Malê, 2020.
- FERNANDES, Danubia de Andrade. O gênero negro: apontamento sobre feminismo, feminismo e negritude. *Estudos feministas*, n. 24(3), p. 691-713, set/dez. 2016.
- PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Trad. Marta Avancini. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- RIBEIRO, Renato Janine. A dor e a injustiça. In: COSTA, Jurandir Freire. *Razões públicas, emoções privadas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Mulher e Literatura. In: SCHÜLER, Donaldo et al. *Mulher em prosa e verso*. Porto Alegre: Movimento, 1988. p. 117-145.

SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Maternidade nas Antilhas: a recusa e a idealização da figura materna na sociedade e na literatura

Maternity in the Antilles: refusal and idealization of the maternal figure in society and literature

Consuelo Gouvêa de Faria

Universidade Federal Fluminense

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2826-8708>

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar as diferentes experiências maternas e a recusa à maternidade sobre uma ótica ocidental com enfoque na cultura antilhana. Propõe-se uma breve análise da manifestação da (não) maternidade durante o período bíblico até a sociedade contemporânea a fim de exibir a complexidade e a grandiosidade do tema. Busca-se apresentar uma definição de certos conceitos que englobam a temática da maternidade, como a “maternidade compulsória”, a diferença entre “maternidade” e “maternagem” e a construção da imagem de mulher “poteau-mitan”. Tais definições auxiliam na compreensão de suas expressões e representações em algumas narrativas clássicas da literatura das Antilhas. Em todos os textos aqui analisados, contempla-se a presença vital da figura materna dos personagens principais ou presencia-se a história de uma mãe como elemento central da narrativa. Através das diferentes histórias dos romancistas antilhanos, nota-se a divergência no que diz respeito à conduta esperada da mulher e às diversas manifestações da maternidade em cada personagem feminina. Acolhe-se como fundamentação teórica central as reflexões de mulheres intelectuais como Julia Kristeva, Fatima Py, Françoise Vergès, Stéphanie Mulot, bell hooks, Elisabeth Badinter e Nubia Hanciau. Valoriza-se as interfaces literárias acerca da maternidade entre a escritora guadalupense Maryse Condé e os romancistas caribenhos Joseph Zobel, Simone Schwarz-Bart, André Schwarz-Bart, Patrick Chamoiseau e Gisèle Pineau.

Palavras-chave: mulher, maternidade, maternagem, adoção.

Abstract: This article aims to analyze the different maternal experiences and the rejection of motherhood from a western perspective focusing on Antillean culture. It is proposed a brief analysis of the manifestation of the (non) motherhood during the biblical period to the contemporary society in order to exhibit the complexity and grandeur of the theme. It seeks to present a definition of certain concepts that encompass the theme of motherhood, such as the “compulsory motherhood”, the difference between “motherhood” and “mothering” and the construction of the

image of women “poteau-mitan”. Such definitions assist in understanding their expressions and representations in some classic narratives of Antillean literature. In all the texts analyzed here, the vital presence of the maternal figure of the main characters is contemplated or the story of a mother is witnessed as a central element of the narrative. Through the different stories of the Antillean novelists, there is divergence regarding the expected conduct of women and the various manifestations of motherhood in each female character. The reflections of intellectual women such as Julia Kristeva, Fatima Py, Françoise Vergès, Stéphanie Mulot, Bell Hooks, Elisabeth Badinter and Nubia Hanciau are welcomed as central theoretical foundations. The literary interfaces between the Guadelupean writer Maryse Condé and the Caribbean novelists Joseph Zobel, Simone Schwarz-Bart, André Schwarz-Bart, Patrick Chamoiseau and Gisèle Pineau are valued.

Keywords: woman, motherhood, mothering adoption.

De acordo com o *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, a palavra “mãe” deriva do latim vulgar “mater”, que está associada também a “mamma” (seio) e “mammare” (mamar). A palavra latina dá origem também às palavras “materno”, “maternar” e “maternidade”. No entanto, diversas línguas não latinas possuem uma expressão similar à “mãe”, como “mutter”, em alemão, e “mother”, em inglês. A letra “m” no início da palavra possui origem cultural e diz respeito à facilidade dos bebês em emitir sons com as letras “m”, “p” e “b”, facilidade que decorre do fato de não precisarem utilizar a língua ou os dentes. Assim, o fonema /m/ nas palavras “mãe” em diferentes línguas está relacionado ao som feito pelo bebê enquanto mamava. No dicionário da língua portuguesa, “mãe” tem como definição: “Mulher ou qualquer fêmea que deu à luz a um ou mais filhos. Fonte, origem.” (Aurélio, 2014, p. 479). No dicionário online de língua inglesa, a palavra possui definição similar: “A mãe de um ser humano; uma mulher em relação a uma criança ou filhos a quem ela deu à luz; (também, em uso prolongado) uma mulher que assume as responsabilidades de um pai para com uma criança.¹” (mother in Oxford, 2023). Em ambos os casos, a fim de ser considerada mãe, a mulher precisa de um filho concebido, gestado e parido. Já no dicionário on-line de língua francesa, “mère” aparece com uma definição adicional:

¹ The female parent of a human being; a woman in relation to a child or children to whom she has given birth; (also, in extended use) a woman who undertakes the responsibilities of a parent towards a child.

É de nossa autoria a tradução livre para o português de verbetes, textos literários, entrevistas e fortuna teórica referenciados em inglês e em francês.

“Mulher que deu à luz ou que adotou uma ou várias crianças.²” (mère *in* Larousse, 2023). Nessa última definição, nos é apresentada a possibilidade de maternidade a partir da adoção, sem que o ato de dar à luz à criança seja necessário.

As diferentes definições de “mãe” observadas nos dicionários induzem uma reflexão sobre a concepção de maternidade na sociedade e sua diferença em relação à maternagem. No dicionário Priberam, o termo “maternagem” possui o seguinte significado: “Técnica psicoterapêutica que visa estabelecer entre o terapeuta e o paciente uma relação semelhante a uma relação entre mãe e filho.” (maternagem *in* Priberam). O termo aparece em francês como *maternage* com significados para além da área da psicanálise: “1. Conjunto dos cuidados frequentes prestados por uma mãe ao seu bebê. 2. Ação de tomar conta de alguém, atitude de quem protege excessivamente outra pessoa.³” (maternage *in* Larousse). Maternagem é, então, o ato que segue após o parto, podendo ser realizado pela mãe biológica da criança ou não. Assim, percebemos a diferença entre a maternidade e a maternagem presentes no dicionário e no imaginário da sociedade que julga a necessidade do primeiro estar ligado a laços consanguíneos e ao ato de dar à luz. A distinção entre os dois termos se faz necessária para a compreensão do papel de mãe desempenhado por mulheres e esperado delas ao longo dos anos na sociedade e no *corpus* analisado.

No livro de Timóteo presente na Bíblia, a maternidade aparece como salvação da mulher, como se somente assim ela fosse digna e livre dos pecados causados por Eva: “Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, pecou. Entretanto, ela será salva pela sua maternidade, desde que permaneça com modéstia na fé, no amor e na santidade” (Timóteo, 2:13-15). Segundo a escritora e psicanalista Julia Kristeva,

[...] a fertilidade feminina e o período da gravidez constituem, ainda hoje, não só um pólo de fascínio pelo imaginário, mas também um refúgio do sagrado. Para a religiosidade moderna, o “além” já não estaria acima das nossas cabeças, mas no ventre materno. Ser mãe hoje nos confrontaria assim com a sobrevivência do sentimento religioso⁴ (Kristeva, 2011, p.

² Femme qui a mis au monde ou qui a adopté un ou plusieurs enfants.

³ 1. Ensemble des soins courants prodigués par une mère à son nourrisson.
2. Action de mater quelqu'un, attitude de celui qui protège excessivement quelqu'un d'autre.

⁴ [...] la fertilité féminine et la période de la grossesse constituent, aujourd'hui encore, non seulement un pôle de fascination pour l'imaginaire mais aussi un refuge du sacré. Pour la religiosité moderne, l'« au-delà » ne serait plus au-dessus de nos têtes mais dans le ventre maternel. Être mère aujourd'hui nous confronterait ainsi aux survivances du sentiment religieux.

43).

O versículo bíblico e a fala da intelectual mostram a visão da sociedade sobre a maternidade como algo divino e milagroso, necessário para a perpetuação da espécie humana. Nesse sentido, a maternidade deve ser algo almejado por todas as mulheres e deve estar relacionado sempre aos sentimentos de amor, de felicidade e de realização. No entanto, em relação às funções maternas esperadas de mulheres, as pesquisadoras Marli Marlene Moraes da Costa e Etyane Goulart Soares chamam a atenção para a maneira com que mulheres foram (e são) forçadas a desempenharem o papel de mãe sem que exista um desejo propriamente dito para a prática da maternidade:

Ao longo de muito tempo, ao menos no mundo ocidental, a incumbência pelo cuidado com as crianças foi, sobretudo, das mulheres, que ficaram por séculos detidas ao ideal do necessário e do bom desempenho desta tarefa. A maternidade, exercida como forma de controle do feminino, alienou as mulheres de seus próprios corpos ao mantê-las neles encarceradas, principalmente ao não lhe garantir a escolha entre exercer ou não a árdua tarefa de ser mãe e cuidadora. Instituiu-se uma identidade forçada e não uma experiência voluntária, vivida pelo desejo da mulher, ou eventualmente, do casal. (Costa; Soares, 2022, p. 371).

Percebemos que a maternidade imposta à mulher funciona como um meio de controlar seu corpo e sua vida, de maneira que ela fique presa à “árdua tarefa de ser mãe e cuidadora” e desaposse de sua identidade única como ser humano. A citação acima se apresenta de maneira contrária ao versículo visto e à ideia analisada por Kristeva. De um lado, a maternidade e a vontade de maternar são eventos intrínsecos da mulher e necessários para a felicidade e a salvação do sexo feminino. Por outro lado, a sociedade, com seus costumes e expectativas, impõe a maternidade às mulheres como forma de perpetuar uma ideia arcaica sobre a responsabilidade única da mulher como cuidadora. Assim, diferentemente do que acontece com o sexo masculino, a mulher permanece sempre ligada a outro ser, seu filho, e às responsabilidades advindas desta relação compulsória.

Juntamente com os deveres femininos em relação a seu filho, existe a concepção de que a mulher necessita obrigatoriamente desempenhar papéis de cuidadora com todos à sua volta. Ao falar sobre a greve de 2018 de mulheres racializadas contra a empresa de limpeza Onet, a cientista política francesa Françoise Vergès

discorre sobre a importância da visibilidade dos trabalhos considerados “invisíveis”, como o da limpeza pública. Permitimo-nos estender a aceção da invisibilidade atrelada ao trabalho feminino para caracterizar a maternagem:

Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos – o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis (Vergès, 2020, p, 24-25).

Vergès utiliza o exemplo da greve para retratar o trabalho invisível realizado diariamente por diferentes mulheres ao redor do mundo. A discussão, muito atual, foi tema da redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) em 2023, apresentado como: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. A redação de 2023 e o exemplo utilizado por Vergès trazem uma reflexão sobre a não remuneração das atividades desempenhadas por mulheres. Como aponta a cientista política, a sociedade, de maneira geral, espera (ou obriga), há séculos, que as práticas de limpar e cuidar sejam executadas por pessoas do sexo feminino sem reclamações. As rotinas de trabalho invisível das mulheres estão relacionadas ao trabalho remunerado, como mostra Vergès, mas, também, ao trabalho caseiro com a família. Por séculos, coube à mulher cozinhar e cuidar de sua casa sem receber salário enquanto seu marido fazia parte do mundo corporativo e tinha seu trabalho recompensado. Apesar das mudanças da sociedade em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho, ainda hoje, muitas mulheres precisam realizar trabalhos invisíveis para a manutenção de suas vidas pessoais. Atualmente, muitos desses trabalhos são direcionados a seus filhos e suas demandas, como cozinhar, levar à escola, levar ao médico, lavar a roupa, dentre outros.

A partir das citações acima, podemos compreender melhor o conceito de maternidade compulsória. O termo faz referência ao desejo das mulheres em se tornarem mães devido às práticas sociais e políticas da sociedade. O desejo em questão da mulher em se tornar mãe não é necessariamente inerente ou pleno, mas vem acompanhado da vontade de cumprir um papel que dela é esperado desde seu nascimento. Neste cenário, a maternidade vem sempre acompanhada da maternagem, pois, além de parir a criança, é necessário que a mulher satisfaça as expectativas da sociedade e seja considerada uma boa mãe para seu filho ou filha. Evidentemente, chamamos a atenção para o fato de que a maternidade não possui a mesma conotação para todas as mulheres, existindo inclusive uma diferença em relação a essa

experiência devido à raça da mãe. Ressaltamos que a decisão feminina pela maternidade se dá muitas vezes de forma complexa, interseccional, aparentemente contraditória, o que dificulta a tarefa do pesquisador em delimitar as experiências analisadas no *corpus*. Isto quer dizer que podem coabitar maternidade e maternidade compulsória, por exemplo.

Propomos neste momento realizar um recorte geográfico no que diz respeito à experiência materna e analisar a concepção da maternidade nas Antilhas e como ela é representada de maneira diversa pelos escritores crioulos. Em 1979, Maryse Condé, escritora guadalupense, lança seu livro *La parole des femmes: Essai sur des romancières des Antilles de langue française*, com o qual busca analisar as obras de romancistas caribenhas e o olhar que elas possuem sobre a sociedade e sobre si mesmas. A princípio, o livro nasce como uma forma de ensaio para que a autora pudesse trabalhar com seus alunos na universidade em que lecionava. Dividido em duas partes e com dez capítulos, o livro expõe temas como a natureza, o olhar sobre o homem e sobre o amor, a morte, os conflitos sociais, entre outros. O capítulo quatro, intitulado *La maternité* [a maternidade], se divide em duas partes, sendo elas “avoir une mère” [ter uma mãe] e “être une mère” [ser uma mãe]. Condé examina a concepção da maternidade nas Antilhas e analisa a visão do tema de acordo com romancistas caribenhas, em especial Simone Schwarz-Bart e Françoise Ega. Por se tratar de um ensaio idealizado para ser trabalhado em uma sala de aula sobre estudos caribenhos, ele ressalta a importância da maternidade para Condé, que decide dedicar um capítulo inteiro de seu livro ao tema. Assim, acreditamos que, para compreender a sociedade caribenha através dos olhos das escritoras crioulas, é imprescindível que exista um estudo sobre as vivências da maternidade.

O livro ensaístico de Condé marca a presença e a importância da maternidade nas obras de autoria feminina. No entanto, o tema é também explorado por grandes autores caribenhos, como Patrick Chamoiseau. O autor possui uma trilogia intitulada *Une enfance créole*, dividida em três tomos: *Antan d'enfance* (1990), *Chemin-d'école* (1994), e *À bout d'enfance* (2005), na qual sua mãe, Man Ninotte, ganha grande relevância. Através dos livros sobre sua infância, podemos perceber que “A mãe de Chamoiseau era a figura central de sua infância devido a sua capacidade de lutar contra a pobreza e de manter a língua crioula no seio da família.”⁵

⁵ La mère de Chamoiseau était la figure centrale de son enfance en raison de sa capacité de lutter contre la pauvreté et de maintenir la langue créole au sein de la famille.

(Coon, 2013, p. 15). Dezesete anos após a morte de sua mãe, o autor escreve *La matière de l'absence* (2016), no qual ele busca explorar a partir de um diálogo com sua irmã, apelidada de “la Baronne”, as repercussões da morte de sua genitora. Trata-se de um livro catalogado como um *récit*, redigido em primeira pessoa, no qual Chamoiseau mescla uma autobiografia com uma espécie de ensaio sobre temas sensíveis da história caribenha. Segundo o personagem-narrador, a língua crioula utiliza a expressão “sem mamãe⁶” (Chamoiseau, 2016, p. 91) para descrever algo cruel e impiedoso e, ao retratar sua experiência pessoal com a maternidade, Chamoiseau mostra sua relação com sua mãe como algo único e insubstituível, de maneira que a sua falta fosse comparada a “paisagens do invisível⁷” (Chamoiseau, 2016, p. 210). A comparação do autor nos faz pensar na beleza daquilo que não existe mais. Assim, as obras chamoiseanas mencionadas nos concedem a presença de uma mãe tradicional nos padrões ocidentais, apresentada como batalhadora e carinhosa com seus filhos.

Em *La matière de l'absence*, Chamoiseau descreve com saudosismo as situações corriqueiras realizadas por sua mãe em prol de sua família:

Com a mesma energia que as vendedoras ambulantes empregavam nas ilhas, Man Ninotte realizava as atividades em casa desde às quatro horas da manhã. A luz acendia na sala, a louça era lavada, ouviam-se sons de panelas, uma vassoura limpava a cozinha, os cheiros do leite e do café entravam por todo o lado. A porta se abria, se fechava, se percebia o rangido do corredor, e o rangido mais distante da escada; as galinhas e os porcos enjaulados no pátio manifestavam contentamento enquanto ela cuidava deles, resolvia um desastre causado por gatos ou ratos, acabava um balde de roupa suja, cuidava do lençol... Este concerto intangível, em vez de nos acordar, nos levava à serenidade. Ele nos dizia que Man Ninotte estava no fronte: então tudo estava em ordem! Quando saímos da cama, não permanecia nada da desordem da noite, tudo estava pronto para os afazeres do dia⁸ (Chamoiseau, 2016, p. 324-325).

⁶ sans mamman

⁷ les paysages d'un invisible.

⁸ Cette énergie que les pacotilleuses déployaient dans les îles, Man Ninotte la déclenchait dans la maison dès quatre heures du matin. La lumière s'allumait dans la salle, la vaisselle se faisait, des bruits de casseroles s'entendaient, un balai nettoyait la cuisine, les odeurs du lait et du café se faufilaient partout. La porte s'ouvrait, se refermait, on percevait le grincement du couloir, et celui plus lointain de l'escalier ; les poules et les cochons encagés dans la cour poussaient leurs criaillements de plaisir tandis qu'elle s'occupait d'eux, réglait une catastrophe causée par les chats ou les rats, finissait une bassine de linge sale, ramenait un drap à l'embellie... Ce concert intangible, plutôt que de nous réveiller, nous

A fala do narrador expõe a rotina exaustiva de Man Ninotte e a preocupação que ela tinha para que, no momento em que todos acordassem, a casa estivesse ordenada e as tarefas domésticas estivessem encaminhadas. Percebemos a necessidade da mãe do personagem em acordar às quatro horas da manhã para realizar atividades que lhe foram, de certa maneira, impostas. Sem a disposição de Man Ninotte em acordar antes de todos, acreditamos improvável que outro membro da família substituísse o posto desta mãe, fazendo com que a casa não tivesse a mesma ordem. As práticas desempenhadas pela personagem marcam uma exaustão no que concerne à sua vida, sendo ela a responsável pela casa, pelo companheiro, por si mesma e pelos filhos. Man Ninotte tem a obrigação de acordar antes de todos para trabalhar e, muito provavelmente, precisa dormir após colocar seus filhos na cama, sendo a última a descansar. Assim, o orgulho com que o personagem descreve sua mãe nos mostra na realidade a vida árdua e cansativa de uma mãe que precisa colocar as necessidades de sua família a frente de seu próprio descanso e conforto. O narrador se recorda também do momento em que percebeu que Man Ninotte não poderia ser reduzida apenas à figura da mãe:

Estes desconhecidos nos lembravam que ela não tinha sido somente nossa mãe, que a sua vida não se resumia a nós, que tinha tido uma juventude, segredos, alegrias, esperanças, sonhos, amizades, outras histórias que nunca nos preocuparam, e que se concentravam lá, em presenças sem nome, à beira do seu último rastro⁹ (Chamoiseau, 2016, p. 248-249).

Na passagem acima, que se desenvolveu no velório de Man Ninotte, observamos o equívoco cometido pela maioria dos filhos em acreditar que sua mãe não possuía uma vida antes de seu nascimento. A sociedade, juntamente com os filhos, reduz as mulheres ao único papel de mãe a partir do momento em que elas dão à luz ou desempenham a maternagem. Chamoiseau recorda perceber apenas após sua morte que Man Ninotte, assim como todas as outras mulheres, havia amigos e uma vida antes de virar

renfonçait dans la sérénité. Il nous disait que Man Ninotte était sur les remparts : tout était donc en ordre ! Quand nous sortions des oreillers, rien du désordre du soir ne subsistait nulle part, tout était prêt pour les affaires du jour.

⁹ Ces inconnus nous rappelaient qu'elle n'avait pas été que notre manman, que sa vie ne s'était pas résumée à nous, qu'elle avait eu des jeunesses, des secrets, des joies, des espoirs, des rêves, des amitiés, d'autres histoires qui ne nous avaient jamais concernés, et qui se concentraient là, en des présences sans nom, au bord de son ultime sillage.

mãe. A realização do autor é um dos exemplos que mostram a vontade da genitora em priorizar a felicidade e as necessidades de seus filhos em comparação a sua.

É importante assinalar que a relevância do tema da maternidade na tessitura literária caribenha francófona remonta pelo menos ao século anterior. A título de ilustração, mencionamos uma obra canônica publicada seis décadas antes do *récit* de Chamoiseau: o romance *La Rue Cases-Nègres* (1950) do escritor martinicano Joseph Zobel. A história narra a vida de José, menino criado pela avó, M'man Tine, enquanto sua mãe, Délia, se muda para a capital da Martinica para trabalhar como doméstica. No romance de Zobel,

A ausência física da mãe se justifica pela contribuição financeira mensal indispensável para refrear a miserabilidade dos personagens rurais, desprovidos de quase tudo. Assim, as distâncias tanto de M'man Tine e Delia quanto de Delia e José denunciam um dado fundamental nos imaginários da (não-)maternagem, o fato de as mais vulneráveis economicamente precisarem muitas vezes abdicar dos filhos para vê-los em melhores condições. Algumas chegam a doar os filhos, outras trabalham em jornadas exaustivas e, quando retornam para casa, encontram os filhos já adormecidos. Em outras palavras, trata-se das renúncias que mulheres negras periféricas colocam diariamente em prática pela sobrevivência e o bem-estar dos pupilos e isto em detrimento das próprias satisfações pessoais. Mais do que um exercício de descentramento, a maternidade nestas condições pode ganhar contornos de experiência de autoflagelo (Rocha, 2020, p. 48).

Diferentemente da representação da mãe observada no livro de Chamoiseau, a personagem da mãe no romance de Zobel não esteve presente fisicamente em sua infância. A presença de Délia se manifesta através de sua contribuição financeira visando um futuro no qual seu filho tivesse condições de ser escolarizado e pudesse construir uma vida mais confortável: “Minha mãe com certeza tinha enviado dinheiro, pois eu tinha uma roupa nova e iria retornar à escola.¹⁰” (Zobel, 1974, p. 138). Como mencionado por Rocha, a personagem feminina representa várias outras mulheres negras que precisaram, de certa forma, renunciar à maternagem visando ao bem-estar de seus descendentes. Na terceira parte do romance, quando Délia e José estão finalmente juntos fisicamente, a luta de Délia para conseguir dinheiro a fim de garantir uma boa educação para seu filho permanece quando a escola oferece apenas ¼ de bolsa para José:

Mas o que eu não entendia era que minha mãe não mostrava sinais de

¹⁰ Ma mère avait certainement envoyé l'argent, car j'avais un costume neuf, et j'étais retourné à l'école.

desânimo ou de abandono. Sentia nela uma angústia ainda mais forte do que a minha, e ainda assim a via a caminhar pela cidade, a pular de escritório em escritório [...] Como entrar no ensino médio onde minha mãe teria que pagar oitenta e sete francos e cinquenta a cada três meses, e por vários anos - cerca de sete anos, disseram? Eu também não entendia por que minha mãe não queria simplesmente desistir da ideia, já que, em suma, havia os Tribunais Superiores e os Cursos Complementares gratuitos. Mas toda hora ela dizia: - Eles são muito maus! Só porque somos pretos, pobres e estamos sozinhos, não te deram uma bolsa inteira. Eles sabem que sou infelizmente uma mulher e que não te posso pagar o liceu. Eles sabem muito bem que te dar um quarto de bolsa de estudos não é nada. *Mas eles não sabem o tipo de mulher de combate que eu sou.* Bem! Não vou desistir deste quarto de bolsa. Você vai para a escola deles!¹¹ (Zobel, 1974, p. 215-216, grifo nosso).

Percebemos a mesma índole da figura materna descrita por Chamoiseau no romance de Zobel. Délia também prioriza a felicidade do filho e se mostra forte o suficiente para enfrentar os empecilhos que aparecem em suas vidas. Para ela, a felicidade de José está diretamente ligada ao fato do menino precisar possuir uma boa educação para, no futuro, usufruir de uma vida com menos sofrimentos. A partir dos dois escritores, contemplamos uma representação da figura materna capaz de realizar tudo e qualquer coisa pelos filhos. Ambas as mães descritas por Chamoiseau e por Zobel refletem a mãe que prioriza a felicidade dos filhos a sua própria, seja trabalhando incansavelmente para que o filho tenha um maior conforto, seja precisando se distanciar fisicamente para que ele tenha uma melhor condição no futuro. Por se tratar de um tema amplamente contemplado, a maternidade pode aparecer de formas diferentes daquelas vistas em Chamoiseau e em Zobel. Diversas romancistas caribenhas

¹¹ Mais ce que je ne comprenais pas, c'était que ma mère ne manifestât aucun signe de découragement ni d'abandon. Je sentais en elle une angoisse plus âpre encore que la mienne, et pourtant je la voyais s'acharner à marcher par la ville, à ricocher de bureau en bureau [...] Comment entrer dans le lycée où il fallait que ma mère payât quatre-vingt-sept francs cinquante tous les trois mois, et pendant plusieurs années - environ sept ans, avait-on dit ? Je ne comprenais pas pourquoi, non plus, ma mère ne voulait pas tout simplement abandonner la partie, puisque, somme toute, il y avait les Cours Supérieurs et les Cours Complémentaires gratuits. Mais à tout instant, elle proférait : - Ils sont trop méchants ! C'est parce que nous sommes des petits nègres, pauvres et seuls, qu'ils t'ont pas donné une bourse entière. Ils savent bien que je suis une malheureuse femme et que je ne pourrais pas te payer le lycée. Ils savent très bien que te donner un quart de bourse d'études, c'est rien te donner du tout. *Mais ils savent pas quelle femme de combat je suis.* Eh bé ! j'abandonnerai pas ce quart de bourse. Tu iras dans leur lycée !

discorrem sobre representações da mãe que fogem às dimensões mais socialmente reconhecidas na sociedade crioula, nos apresentando personagens femininas que negam ou evitam a maternidade. Tais personagens atuam muitas vezes como reflexo de uma determinada cultura, o que nos ajuda a compreender o papel atrelado à mulher dentro do imaginário antilhano. Em *La parole des femmes* (1993), Condé diz que “Nas Antilhas, como na África ou na Europa, até pouco tempo, a mulher se valoriza quase exclusivamente pela função materna.”¹² (Condé, 1993, p. 40). Com essa citação, Condé busca analisar a complexidade da maternidade para a sociedade antilhana, na qual o valor de uma mulher é medido segundo sua capacidade de gerar e de criar outro indivíduo: “[...] o casamento e a maternidade constituem os critérios sobre os quais se mede o valor da mulher e sobre os quais se sabe se ela corresponde à expectativa da sociedade.”¹³ (Lyons, 2011, p. 102). Quando uma mulher não possui um casamento ou um filho, ela é, então, aos olhos da sociedade, inferior, incapaz de cumprir com sua maior obrigação enquanto mulher. Além da sociedade possuir sentimentos negativos em relação a mulher “não-mãe”, ela comumente se torna digna de piedade por precisar viver sua vida sozinha, sem a companhia de um companheiro ou, principalmente, de seus filhos. A imagem negativa da mulher que recusa a maternidade ou é incapaz de exercê-la é representada em diversos romances antilhanos. Dentre eles, destacamos a narrativa de Simone Schwarz-Bart *Du fond des casseroles*, presente no livro *Nouvelles de Guadeloupe*¹⁴ (2009), no qual a gastronomia aparece como um fator significativo para a cultura antilhana: “a cozinha era antes de tudo uma cozinha de partilha. Consideramos que o ato de comer sozinho é uma punição” (Schwarz-Bart, 2009, p. 80). Além da relevância da culinária para a sociedade antilhana, a citação da autora evidencia também a importância de ter alguém com quem compartilhar suas refeições, de maneira que uma mulher sem filhos e sem marido, ao se alimentar sozinha, está fadada à solidão e à tristeza. Para a sociedade antilhana, como retrata Schwarz-Bart, o ato de estar sozinha é interpretado como punição. A punição neste caso está ligada à escolha de não ter se casado nem ter tido filhos. Percebemos o julgamento de valor sobre as mulheres no que diz

¹² Aux Antilles comme en Afrique ou en Europe jusqu'à une date récente, la femme se valorise presque exclusivement par la fonction maternelle.

¹³ le mariage et la maternité constituent les critères selon lesquels on mesure la valeur de la femme et selon lesquels on sait si elle répond à l'attente de la société.

¹⁴ Publicada originalmente em 1989, na edição 41 da revista *Autrement Revue*, esta narrativa nasce do discurso proferido por Simone Schwarz-Bart quando da visita oficial de cozinheiras guadalupenses em Paris em 1986.

respeito à maternidade. O suposto castigo representa um dentre tantos elementos que impõem às mulheres antilhanas a necessidade de se tornarem mães.

Além da maternidade como alternativa para uma vida sozinha, obras da literatura antilhana oferecem a perspectiva da maternidade como salvação. Em *Senhores do Orvalho* (2020), segunda tradução para o português do romance *Gouverneurs de la rosée* (1944) do escritor haitiano Jacques Roumain, o protagonista Manuel morre ao buscar a paz de seu vilarejo: “– Oh Manuel, Manuel, por que você morreu? gemeu Délira. – Não - disse Annaïse, e ela sorriu através das lágrimas -, ele não morreu. Tomou a mão da velha e apertou-a de leve contra seu ventre, onde se agitava a nova vida” (Roumain, 2020, p. 220). As últimas linhas do romance, nas quais a personagem Annaïse expõe que está grávida de Manuel, ilustram a maternidade como forma de continuação da vida. Mesmo após a morte de seu companheiro, assassinado violentamente, o filho que a personagem está carregando faz com que a possibilidade de uma vida melhor, vida buscada por Manuel, seja possível. Apesar da morte do personagem principal, o romance se encerra indicando um final feliz devido à gravidez de Annaïse, exposta nas últimas linhas. Ademais, graças à criança ainda não nascida, Manuel permanecerá vivo em sua linhagem. Para que isso aconteça, é necessário que as mulheres, suas descendentes, continuem exercendo a maternidade.

A importância da mulher cercada de filhos, netos, e sua necessidade em ser o centro da família e a responsável em perpetuar sua linhagem é representada pelo conceito *poteau-mitan* na sociedade antilhana. O conceito faz referência ao poste central nos templos vudus e, ao ser associado à maternidade, representa a presença indispensável da mulher na construção da sociedade. Assim como o poste, a mulher aparece como figura central na configuração da família antilhana:

A Martinica é uma sociedade patriarcal, mas matrifocal, no sentido de que muitas mulheres criam seus filhos sozinhas. Às vezes, são filhos de pais diferentes, muitas vezes ausentes. [...] O *poteau-mitan* é isso: uma mulher que assume tudo; o pai dos filhos pode ir embora, ela vai se virar sozinha, vai lutar, criar os filhos. E amá-los (Octavia *apud* Aidara, 2017).

Em um primeiro momento, a imagem da mulher *poteau-mitan* pode parecer um elogio às mulheres caribenhas e às mães por seus trabalhos e sua dedicação. Ao serem descritas como o pilar da família, a base sem a qual a sobrevivência seria impossível, compreendemos que as mulheres são escutadas, possuem todas as

decisões em relação aos filhos e são responsáveis por tudo. Na realidade, o símbolo de feminilidade que marca a cultura antilhana acontece pela falta de escolha. Durante a escravização, a possibilidade de construção familiar como acontece atualmente no mundo ocidental era inexistente. Muitas vezes, grávida de um senhor branco, a mulher negra se encontrava sozinha na criação de seu futuro filho. Ainda que engravidasse de um outro escravizado, as condições da escravização não concediam espaço para o pai da criança exercer suas funções paternas. Dessa forma, a mulher, mãe da criança ou não, representava não só a figura central no nascimento de seu filho, mas também a única figura presente em sua criação, até o momento em que seu filho será negociado e os vínculos familiares quebrados: “Podemos sempre constatar que a família caribenha se distingue da família europeia pela importância da matrifocalidade, em parte resultado das práticas da escravização: privilegia a relação com a mãe, enquanto o homem, o pai, está em grande parte ausente.¹⁵” (Prosper-Chartier, 2008, p. 20). Assim como foi na época da escravização, muitas mulheres são obrigadas a exercerem o papel de figura pilar na família, pois é a única forma de garantir a vida de seus filhos, como aponta a antropóloga Stéphanie Mulot: “A estrutura nos parece mais uma consequência eventual do que uma condição *sine qua non* da matrifocalidade¹⁶” (Mulot, 2000, p. 13). Ademais, a estrutura matrifocal possui um recorte de classes e tende a acontecer em famílias mais humildes, “[...] uma vez que ela é apresentada sobretudo como resultado de problemas econômicos devidos à precariedade financeira dos pais¹⁷” (Mulot, 2000, p. 13).

Percebemos que a maternidade na cultura antilhana não condiz apenas com o desejo das mulheres em se tornarem mães. Na realidade, a concepção materna está diretamente ligada à obrigação das mulheres em se colocarem na posição central familiar devido a inexistência de um parceiro. Um estudo realizado em 1970 na Martinica, divulgado no livro *Mon anthologie de littérature antillaise: De ses origines à 1975* (2005), revela que no momento do casamento 45% das mulheres já possuem filhos com um homem diferente do futuro marido. Ademais, 20% das mulheres se casam

¹⁵ On peut en effet toujours constater que la famille antillaise se distingue de la famille européenne par l'importance du fait matrifocal issu en partie des pratiques esclavagistes: elle privilégie la relation à la mère, alors que l'homme, le père, est en grande mesure absent.” (PROSPER-CHARTIER, 2008, p. 20)

¹⁶ La structure nous semble en effet plus une conséquence éventuelle qu'une condition *sine qua non* de la matrifocalité.

¹⁷ [...] puisqu'elle est présentée comme étant avant tout le résultat de problèmes économiques dus à la précarité financière des pères.

enquanto estão grávidas e 60% delas já possuem um filho pelo menos uma vez antes do casamento (Nicolas, 2005, p. 106). Em 1964, um estudo diferente mostra que 4880 crianças nasceram de forma ilegítima, sem a presença do pai (Nicolas, 2005, p. 112). No mesmo ano, 5932 reconhecimentos de crianças aconteceram, dentre os quais a maioria se realizou com a criança já tendo completado um ano de vida ou mais (Nicolas, 2005, p. 112). Os dados mostram os resquícios da escravização na construção familiar da sociedade antilhana, na qual o pai permanece ausente e a mãe é forçada a ocupar posição central na vida de seu filho:

[...] na sociedade ocidental, a apropriação masculina da genealogia excluiu as mulheres do discurso dominante, predeterminando a sua identidade (os homens conferindo o seu nome e os seus bens às mulheres). Em contrapartida, é concedido às mulheres um acesso simbólico à sua herança materna e, conseqüentemente, à sua identidade própria. No entanto, no contexto caribenho francófono, as configurações de poder distinguem-se a tal ponto que a mãe ocupa uma posição central nas interações culturais, enquanto o pai é muitas vezes marginalizado ou ausente¹⁸ (Hardwick, 2011, p. 59-60).

Concluimos que a sociedade crioula estimula as mulheres a terem filhos, seja para a realização pessoal, seja para a manutenção dos costumes, como vemos na narrativa de Simone Schwarz-Bart. Como figura única na vida de seu filho, a mãe antilhana aparece como exemplo para a criança e para a sociedade. Ela representa a força da mulher, a dedicação de uma mãe com seu filho e todos os sacrifícios que ela está disposta a fazer visando à felicidade de seu descendente:

A dedicação da mãe martinicana é ilimitada. A sua paciência é infinita e a sua renúncia absoluta ao serviço da criança. Ela faz milagres. Ela tem sucesso onde a equipe especializada falha. [...] Esta mãe tem todas as qualidades. Ela é homem e mulher. É ao mesmo tempo autoridade e segurança. É presença constante junto da criança.¹⁹ (Nicolas, 2005, p.

¹⁸ [...] dans la société occidentale, l'appropriation masculine de la généalogie a exclu les femmes du discours dominant, en prédéterminant leur identité (les hommes conférant leur nom et leurs biens aux femmes). En revanche, on doit accorder aux femmes un accès symbolique à leur héritage maternel, et de ce fait, à leur identité propre. Toutefois, dans le contexte caribéen francophone, les configurations de pouvoir se distinguent au point que c'est la mère qui occupe une position centrale dans les interactions culturelles, alors que le père est souvent marginalisé, voire absent.

¹⁹ le dévouement de la mère martiniquaise est sans borne. Sa patience est infinie et son renoncement absolu au service de l'enfant. Elle fait des miracles. Elle réussit là où l'équipe spécialisée échoue. [...] Cette mère a

109).

Na realidade, “Se as mulheres são fortes, é por necessidade e não por adesão a uma imagem fetichista da mulher, e isso encadeia rupturas físicas.²⁰” (Hardwick, 2011, p. 61). Com a falta de opção em exercer ou não a sua maternidade, existe uma dificuldade em muitas mulheres antilhanas no que diz respeito à criação de seus filhos: “Não se trata apenas de fazer um filho, é necessário construir um homem. Não é uma responsabilidade fácil. Você não tem um bebê para si mesmo, para agradar a si mesmo, mas para ele. Ao se tornar pai ou mãe, você deixa de ser uma criança²¹” (Nicolas, 2005, p. 127). Devido à colonização, existe uma grande diferença entre as expectativas das mulheres brancas em relação à maternidade e as expectativas das mulheres negras, o que faz com que a maternidade das mulheres negras seja “uma instituição fundamentalmente contraditória” ainda hoje (Collins *apud* Rocha, 2020, p. 47). Enquanto a maternidade branca nos é apresentada como algo divino e necessário, a mulher negra teve durante muito tempo sua possibilidade em exercer a maternidade rejeitada: “Ao adotar o termo “mãe”, tais mulheres repõem no discurso público essa palavra às vezes considerada retrógrada: “mãe” indica aqui uma postura de proteção e a reapropriação de uma função historicamente negada às mulheres racializadas - a maternidade” (Vergès, 2021, p. 49). Ao mesmo modo em que obras da literatura antilhana reverberam as concepções da sociedade sobre a maternidade como salvação da linhagem e de uma vida de humilhação e punição, elas também buscam desmistificar o conceito de mulher-mãe forte e invejável e de maternidade como escolha para as mulheres negras:

Condé confirma que, nos romances caribenhos, a maternidade está ligada à resistência das mulheres contra esse papel limitado que lhes é atribuído pelo poder patriarcal. Segundo Condé, embora a maternidade se manifeste como um valor tradicional importante, ela é muitas vezes recusada pelos personagens dos romances caribenhos²² (Lyons, 2011, p. 103).

toutes les qualités. Elle est homme et femme. Elle est à la fois autorité et sécurité. Elle est présence constante auprès de l'enfant.

²⁰ Si les femmes sont fortes, c'est par besoin et non pas par adhésion à une image fétichiste de la femme, et cela enchaîne des ruptures psychiques.

²¹ Il ne s'agit pas seulement de faire un enfant, il faudra construire un homme. Ce n'est pas une responsabilité à la légère. On n'a pas un bébé pour soi, pour se faire plaisir en le cajolant, mais pour lui. En devenant parent, on cesse soi-même d'être un enfant.

²² Condé confirme que, dans les romans antillais, la maternité est liée à la résistance des femmes contre ce rôle limité qui leur est assigné par le pouvoir patriarcal. Selon Condé, même si la maternité se manifeste comme

A fala de Condé sobre a recusa da reprodução do papel de mulher-mãe nas Antilhas está presente na obra da escritora guadalupense Michèle Lacrosil. Em seus romances *Sapotille et le serin d'argile* (1960) e *Cajou* (1961), a autora nos apresenta duas personagens femininas que recusam a maternidade por diferentes motivos. No primeiro romance, Sapotille rejeita a maternidade como rejeita a sociedade em que vive, na qual as meninas são submetidas a um "mundo compartilhado [um mundo de] raças, castas submissas!²³" (Lacrosil *apud* Prosper-Chartier, 2008, p. 41). A heroína se conforma com a perda de seu filho que teria "Nascido em uma sociedade que não tem nada para lhe oferecer a não ser sofrimento - o que recorda os atos de desespero das mulheres escravizadas. É também a recusa de uma sociedade que não lhe deu nada, nenhuma identidade, a ela e à mulher de cor em geral²⁴" (Prosper-Chartier, 2008, p. 41). Cajou, personagem de um romance diferente, é apresentada com a mesma recusa à maternidade, "Mas essa rejeição acontece mais fortemente por uma rejeição de si mesma, um nojo de si mesma, enquanto Sapotille não se rejeita tanto a si mesma quanto rejeita a sociedade que não lhe permite desenvolver uma identidade²⁵" (Prosper-Chartier, 2008, p. 41). O romance *Cent vies et des poussières* (2012), da autora guadalupense Gisèle Pineau, apresenta uma terceira versão de uma maternidade atípica no imaginário antilhano. Gina Bovoïr, personagem principal no livro de Pineau, é uma mulher solteira que possui o desejo constante de estar grávida. Diferente das mulheres previamente analisadas, Bovoïr busca a maternidade, já começando o romance grávida do sétimo filho. Entretanto, a personagem parece se interessar apenas pelos nove meses gestacionais e pelos filhos ainda recém-nascidos, o que faz com que Sharon, uma de suas filhas, deseje a morte da mãe a fim de evitar que ela lhe conceda mais irmãos: "E enquanto Sharon sentia as unhas da mãe escorrerem em seu braço, ela sonhava em vê-la morta. Sim, ela queria que Gina morresse para finalmente parar de

une valeur traditionnelle importante, elle est souvent refusée par les personnages des romans antillais.

²³ monde partagé [un monde de] races, castes soumises!

²⁴ né dans une société qui n'a rien à lui offrir que des souffrances - ce qui rappelle les actes de désespoir des femmes esclaves. C'est aussi le refus d'une société qui ne lui a rien donné, aucune identité, à elle et à la femme de couleur en général.

²⁵ Mais ce rejet passe plus fortement par un rejet d'elle-même, un dégoût d'elle-même alors que Sapotille ne se rejette pas tant elle-même qu'elle rejette la société qui ne lui permet pas de développer une identité.

ter filhos²⁶” (Pineau, 2012, p. 12). O próprio título do romance possui um jogo de palavras sobre a história que será contada. A utilização da palavra “cent” seguida de “vies” faz alusão à quantidade de crianças que Bovoit deu à luz, mas sua pronúncia pode ser facilmente confundida com a palavra “sans”, sem, em francês. O “sem vida” em questão pode atuar como uma provocação para os filhos de Bovoit que cresceram sem a presença e o amor de sua mãe. A indiferença materna, dentre outros fatores, faz com que seus filhos possuam destinos infelizes, como a entrada ao mundo do tráfico e a prostituição. O título mostra então que as crianças, numerosas, nunca tiveram a sorte de usufruir de uma boa vida, fugindo da dor e do sofrimento. Ao observarmos a capa do romance, realizada por José Luiz Pellaez, podemos perceber que a mão da mulher acaricia seu ventre, referenciando o ato realizado pela maioria das mulheres grávidas ao demonstrarem contentamento e orgulho com sua gravidez e amor à criança ainda não nascida. A posição das mãos na capa nos mostra uma mulher acarinhando seu filho. Ademais, por se tratar de um livro no qual a mulher apresenta uma relação incomum com os filhos, Pineau concebe a ideia de uma maternidade não mais compulsória. Para Bovoit, a maternidade aconteceu sete vezes por vontade própria, por amor à gravidez e ao desejo de ser constantemente responsável por uma gestação.

Através dos romances, podemos conhecer e observar mães diferentes e suas relações com a maternagem. Enquanto Chamoiseau nos apresenta uma mãe presente e afetuosa, Zobel escreve sobre uma mãe que se vê na necessidade de se afastar de seu filho visando ao bem-estar da criança. As três personagens das romancistas femininas expostas aqui divergem em diversos aspectos e manifestam concepções distintas da maternidade sacrificial amplamente presente na sociedade antilhana. Através da análise aqui apresentada, percebemos a presença da mãe *poteau-mitan* no imaginário antilhano através de grandes nomes da literatura e os resquícios da cultura colonial que obriga as mulheres a desempenharem funções solo no que concerne à criação dos filhos. Observamos também a importância da manutenção familiar para a mulher antilhana, que, até hoje, se vê na necessidade de construir uma família para evitar passar a vida sozinha e isolada da sociedade como um todo. Dessa forma, concebemos a

²⁶ Et tandis que Sharon sentait les ongles de sa mère s’enfoncer dans son bras, elle rêvait de la voir morte. Oui, elle aurait voulu que Gina soit morte pour cesser enfin de faire des enfants. »

complexidade do tema e sua presença, há muito tempo, frequente na literatura e nas discussões acerca da sociedade.

Referências

BÍBLIA. Português. Edição Pastoral. Rio de Janeiro: Paulus, 1990.

COSTA, Marli Marlene da; SOARES, Etyane Goulart. Biopolítica e controle dos corpos femininos: um debate sobre maternidade compulsória e aborto: Revista Húmus, Porto Alegre, v. 12, n. 35, p. 369-386, 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2236-4358v12n35.2022.17>.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. Coord. Marina Baird Ferreira. Curitiba: Positivo, 8. ed. rev. atual., 2010.

HARDWICK, Louise. La question de l'enfance. In: CARRUGGI, Noëlle. Maryse Condé: Rébellion et transgression. Paris: Karthala, 2015, p.43-65.

KRISTEVA, Julia. Être mère aujourd'hui. Revue française de psychosomatique, 2011/2 (n° 40), p. 43-51. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-psychosomatique-2011-2-page-43.htm>. Acesso em: 03 jan 2023.

LYONS, Leah Tolbert. Paroles de femmes, paroles de transgression. In: CARRUGGI, Noëlle. Maryse Condé: Rébellion et transgression. Paris: Karthala, 2015, p. 99-115.

MATERNAGEM. In: PRIBERAM. Dicionário on-line de língua portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/maternagem>. Acesso em: 09 jan 2024.

MÈRE. In: LAROUSSE, Dicionário on-line de língua francesa, 2023. Disponível em: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/m%C3%A8re/50611>. Acesso em: 09 jan 2024.

MOTHER. In: OXFORD. Dicionário on-line de língua inglesa. Outubro, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/OED/1525741166>. Acesso em: 09 jan 2024.

MULOT, Stéphanie. "Je suis la mère, je suis le père!" : l'énigme matrifocale. Relations familiales et rapports de sexe en Guadeloupe. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação, Doutorado em Antropologia social e etnológica, na Ecole des Hautes Etudes en

Sciences Sociales (EHESS), 2000. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-00266923v2>. Acesso em: 18 dez 2022.

NICOLAS, Mireille. Mon anthologie de littérature antillaise: de ses origines à 1975. Tome IV. La femme antillaise, de l'humiliation à la libération. Paris: L'Harmattan, 2005.

PROSPER-CHARTIER, Marie-France R. Les Figures Maternelles dans l'Oeuvre de Gisele Pineau: Maternite et Identite. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Estadual de Flórida. 2008. Disponível em: <https://diginole.lib.fsu.edu/islandora/object/fsu:183593/datastream/PDF/view>. Acesso em: 07 jan 2023.

ROCHA, Vanessa Massoni da. Imaginários da (Não-)Maternidade no Caribe Francófono. *Rev. Rascunhos Culturais*, v. 11, p. 43-68, 2020.

VERGÈS, Françoise. Uma teoria feminista da violência. Tradução de Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2021.

Estereótipos da ausência materna no filme *Que horas ela volta?*

*Stereotypes of maternal absence in the film *The Second Mother**

Natielle Oliveira Sousa

Universidade do Estado da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0106-5428>

Victor Pereira Sousa

Universidade do Estado da Bahia

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-4879-8140>

Resumo: Como os estereótipos em torno da ausência materna são construídos e atualizados no filme *Que horas ela volta?* Este é o questionamento que mobilizou esta pesquisa. O objetivo do estudo se filia em investigar, numa perspectiva discursiva, como esses estereótipos no filme em questão se consolidam de forma cristalizada no coletivo, tanto em suas vertentes positivas quanto negativas. Para tanto, o desenho metodológico desse estudo seguiu os seguintes caminhos: a princípio, fez-se necessária a escolha do filme, bem como um estudo acerca do estereótipo diante das reflexões das pensadoras francesas Amossy e Pierrot (2022); na sequência foi feita uma seleção de autores que abordam sobre a maternidade, com o intuito de traçar uma linha de tempo sobre a mulher-mãe; em seguida buscamos entender ponderações sobre o enunciado e sua função enunciativa diante das pontuações do filósofo francês Michel Foucault (2008) e demais autores que embasam a pesquisa, acerca de concepções discursivas. Em um segundo momento, foi feita a seleção de enunciados e situações presentes no filme para estudo e análise quanto aos estereótipos observados. Os resultados apontam que os discursos e as práticas estereotipadas no filme, juntamente com enunciados proferidos, demarcam situações de busca de verdade e construção de uma identidade perante a ausência materna legitimada.

Palavras-chave: estereótipo, discurso, ausência materna, *Que horas ela volta?*

Abstract: How stereotypes surrounding maternal absence are constructed and updated in the film *The Second Mother*. This is the question that motivated this research. The objective of the study is to investigate, from a discursive perspective, how these

stereotypes in the film in question are consolidated in a crystallized way in the collective, both in their positive and negative aspects. To this end, the methodological design of this study followed the following paths: at first it was necessary to choose a Brazilian film, this being, *Que hora ela volta?*, as well as a study about the stereotype in the light of the reflections of the French thinkers Amossy and Pierrot (2022); Subsequently, a selection of authors exploring motherhood was made, with the aim of drawing a timeline of women as mothers; Next, we seek to understand considerations about the statement and its enunciative function in light of the scores of the French philosopher Michel Foucault (2008) and other authors who support the research, regarding discursive conceptions. Secondly, statements and situations present in the film were selected for study and analysis regarding the stereotypes observed. The results indicate that the stereotyped speeches and actions in the film, together with statements made, demarcate situations of searching for truth and building an identity in the face of legitimized maternal absence.

Key words: stereotype, speech, maternal absence, *The Second Mother*.

Introdução

Tendo em vista os desafios no que concerne à maternidade, sabemos que, em várias culturas, a figura materna é um grande referencial para o desenvolvimento dos filhos. Por diversos motivos e circunstâncias, muitas vezes, esse apoio incondicional é interrompido por tomadas de decisões, podendo ser uma opção, ou mesmo, a falta dela. É válido destacar que o mercado de trabalho é um dos fatores que desencadeia esse afastamento de mães e filhos, e a busca por qualificação profissional por meio do ensino superior, também, soma-se a esse distanciamento, lembrando que existem mães pobres que validam essa ausência por necessidade e aquelas que, mesmo abastadas, podem se distanciar por outras razões.

Essa é uma realidade social que ganha forma no audiovisual para que se problematize a atualidade, assim como outras temáticas, também, adentram esses espaços cinematográficos em prol de desmistificar estereótipos ou validá-los. O filme *Que horas ela volta?*, escrito e dirigido por Anna Muylaert (2015), traz, em seu fio narrativo, três figuras maternas em forma de representação social validando, por meio da tela, estes estereótipos e proporcionando

ao público visões distintas no que dizem respeito ao sujeito materno.

Frente ao exposto, este trabalho objetiva estudar, numa perspectiva discursiva, como os estereótipos em torno da ausência materna são construídos e atualizados no filme *Que horas ela volta?* Esse objetivo se desdobra em discutir a noção de estereótipo, como representação coletiva cristalizada, a sua historicidade, bem como a sua teorização nas Ciências Sociais e nas Ciências da Linguagem; descrever as estratégias de produção do quadro do audiovisual que compõem o filme em questão, a fim de se construir séries enunciativas para análise; analisar como os estereótipos, em suas vertentes negativa (preconceito) e positiva (construção de identidade) se inscrevem na materialidade audiovisual do filme em questão.

Para tanto, o desenvolvimento deste trabalho se consolidou através de estudos discursivos de Michel Foucault (2008) no que tange aos procedimentos de controle da exclusão do discurso, uma vez que os apontamentos foucaultianos perpassam a interdição, estabelecendo a relação entre o discurso e o poder. As ponderações acerca da noção de estereótipo foram mobilizadas dos estudos de Amossy e Pierrot (2022) que a tratam como um objeto transversal da reflexão contemporânea. Autores como Sousa (2014) clarearam a abordagem do discurso atrelado ao audiovisual e Fernandes (2012) somou embasamento para as nossas reflexões acerca do discurso. Ademais, Àvila e Vieira (2018), Fonseca (2002), Chodorow (1990), Moura e Araújo (2004) e Venâncio (2002) deram suporte ao entendimento sobre a mulher e o exercício de sua maternidade.

Este trabalho se organiza em quatro seções, sendo a segunda uma apresentação teórica pautada nos estudos sobre a noção de estereótipo, tomando como base os argumentos das pensadoras francesas Amossy e Pierrot (2022). Na terceira seção, foi feito um recorte no que tange à história da maternidade. A nossa intenção foi traçar uma linha de tempo contemplando a historicidade dessa figura materna, que ressignificou ao longo dos anos o termo mãe para além de dona do lar. Logo em seguida, buscando subsídios em concepções foucaultianas, bebemos da fonte de seu trabalho arqueológico para esclarecermos o conceito de enunciado e sua função. Na quarta seção, traçamos uma análise sobre o filme *Que horas ela volta?*, estabelecendo discussões no que concerne ao estereótipo da ausência materna observada.

A noção de estereótipo em tópicos

A expressão estereótipo tem origem nas palavras gregas *stereos* e *typos*, que formam o termo "impressão sólida", significado este que se tem acesso ao fazer uma rápida pesquisa no Google. É sabido que esse vocábulo surgiu no contexto da impressão gráfica e foi criado pelo francês Firmin Didot, em 1794, contudo é importante destacar que o estereótipo está presente na sociedade desde os primeiros agrupamentos humanos, seja de forma indireta ou direta.

Seguindo a linha tênue dessa perspectiva, as pensadoras francesas Amossy e Pierrot (2022) em seu livro *Estereótipos e clichês* apresentam o estereótipo como um objeto transversal, uma vez que atravessa a reflexão contemporânea, a partir de um lugar comum ou ideias precedidas, estabelecendo interações sociais que se movem no procedimento de clichagem. Amossy e Pierrot (2022) salientam que, antes mesmo de se denominar como estereótipo, a história da noção perpassa por lugares-comuns não sendo pejorativo em sua origem e caracterizado por sentenças repetidas, frequentemente, podendo ser algo seguro e reconhecido, como também estabelece sentido de títulos de capítulos, que designam suas próprias complicações, além de lugar dos argumentos sendo conduzido posteriormente no século XVI para a classificação que constitui um repertório, tomando sentido de ideias batidas (repetitivas), ou seja ideias já gastas. Contudo, a partir do século XVIII atribui-se um valor pejorativo aos lugares-comuns que, segundo concepções de Amossy e Pierrot (2022), estão relacionados à conversação, que se transforma, conseqüentemente, no campo de exercício do opinável. Logo, os lugares-comuns se tornam independentes do seu papel argumentativo, passam a ser objeto de suspeita, sendo ideias que contam com a aprovação de uma grande maioria. Ainda no século XVIII, fala-se de ideias preconcebidas, no entanto tal expressão ainda não tinha sido cristalizada na sociedade, atribui-se, então, ao termo ideias adotadas sem pensar, fazendo referência a opiniões que podem se transformar em credulidade, associadas aos preconceitos e crenças que se baseiam em um raciocínio para além da ciência. Desse modo, as ideias preconcebidas se definem através da relação com a opinião que constitui as evidências básicas de uma sociedade, fazendo jus tanto à linguagem quanto ao comportamento, uma vez que são frases prontas para dizer, para pensar, para fazer e são prescritas pelo discurso social.

Segundo Amossy e Pierrot (2022), "o estereótipo, no sentido de esquema ou de forma cristalizada, só aparece no século XX e se transforma em um centro de interesse para as ciências sociais desde os anos de 1920" (p. 34). Mesmo havendo opiniões, socialmente, precedidas e generalizadas sobre algo, a arte de estereotipar ganha forma partindo de um conceito que se materializa uma ideia, ou seja, "trata-se de representações cristalizadas, de esquemas culturais preexistentes através dos quais cada um filtra a realidade do entorno" (p. 34). Nesse sentido, o estereótipo tem um conceito bem definido que permite analisar a relação do indivíduo com o outro e consigo mesmo. Caracterizado com uma essência que não se altera e nem evolui, parte de uma realidade existente que possibilita uma representação simplificada, resistente a mudanças.

Vale ressaltar que "o estereótipo é cristalizado e rígido" (Amossy e Pierrot, 2022, p. 36). Se interpretarmos a característica cristalizada do estereótipo, em suas entrelinhas destaca-se o sólido da palavra que se molda mesmo sendo rígido, ganha forma se adaptando a realidades impostas ao mesmo tempo em que se configura como algo concreto e padronizado. Presente no inconsciente coletivo, ideias estereotipadas se consolidam socialmente sendo associadas ao clichê quando de forma banal se configuram com expressões repetitivas. Outro fato importante de se destacar é que temos a necessidade de relacionar aquilo que vemos a modelos preexistentes para poder compreender o mundo, ocorrendo, assim, uma generalização que faz do estereótipo algo esquematizado e categorizado, incorporado no senso comum que perpassa gerações. Atrelado a esses vieses, seja no sentido pejorativo ou neutro, é inegável o conceito bem definido do estereótipo que, nos termos de Amossy e Pierrot (2022), permite analisar a relação do indivíduo com o outro e consigo mesmo, ou a relação com grupos e seus membros individualmente, indo além da amplitude dos meios sociais e da comunicação.

Amossy e Pierrot (2022) defendem que seria equivocado falarmos somente da versão negativa do estereótipo, uma vez que é um fator que abarca elementos construtivos na relação do ser humano consigo mesmo e com o outro na sociedade. Assim, o estereótipo cumpre funções que designam uma identidade social das pessoas, podendo ser tanto representações coletivas cristalizadas em grupos, como consolidação de uma unidade. Para as autoras, o indivíduo, frequentemente, adere a uma opinião

estabelecida, identifica-se com uma coletividade, apropria-se de seus modelos estereotipados e, conseqüentemente, tem-se um reconhecimento de seu pertencimento. Nesse viés, é notável que a interação social parte da adesão de membros a determinados grupos ao qual se identificam, uma vez que essa aderência se consolida, frequentemente, a estereótipos dominantes que intervêm na construção da identidade social. Desse modo, “cada um de nós possui tanto identidades sociais quanto pertencimentos: podendo fazer parte simultaneamente de uma classe social, de um grupo socioprofissional, de uma etnia majoritária ou minoritária, de uma noção e, claro, de um sexo” (Amossy e Pierrot, 2022, p. 57).

Dessa forma, as representações estereotipadas antes de tudo são tidas como um instrumento de categorização que distingue um “nós” de um “eles”, uma vez que a função identitária segue modelos, partindo de concepções que um povo faz de um outro e de si mesmo, sendo o pertencimento a um grupo motivo suficiente para suscitar imagens desfavoráveis de outra equipe. Segundo Amossy e Pierrot (2022), a psicologia social mostra como o estereótipo sustenta mais de uma identidade coletiva, sendo elas a autoestima definida e a avaliação que o sujeito efetua de sua própria pessoa.

Essas funções estereotipadas apresentam uma homogeneidade linguística, cultural e histórica na constituição da personalidade humana, seja ela na etnopsicologia ou psicologia dos grupos. Nessa perspectiva, a estereotipagem estabelece uma cognição que se constitui outra função do estereótipo na sociedade, ao mesmo tempo em que, atrelado a relação construtiva da identidade do sujeito, compreende-se toda a interação social que parte de uma personalidade singular se estendendo para a adequação plural.

Conforme Amossy e Pierrot (2022, p. 36),

o estereótipo esquematiza e categoriza, mas esses procedimentos são indispensáveis para a cognição mesmo quando conduzem a uma simplificação e generalização às vezes, excessivas. Temos necessidade de relacionar aquilo que vemos a modelos preexistentes para poder compreender o mundo, realizar previsões e regular nossas condutas.

Partindo desse pressuposto, é comum relacionarmos, historicamente, o que vemos de um conceito, esquematizá-lo e categorizá-lo a um rótulo no intuito de defini-lo. Amossy e Pierrot

(2022) validam ainda que o estereótipo se constitui de vertentes positivas na perspectiva de se construir uma identidade e, em sua vertente negativa, aborda um contexto nocivo relacionado ao preconceito, demarcando um procedimento pejorativo.

Na cognição, considera-se os estereótipos como um procedimento normal e não uma generalização moralmente condenável, uma vez que essa cognição exerce papel decisivo nas representações coletivas cristalizadas, cumprindo funções importantes que modelam as interações sociais. Deste modo, o procedimento de esquematização e de categorização autoriza a estereotipagem, na medida em que há um processamento de informação partindo de fatores motivacionais, sendo as imagens preestabelecidas (expectativas) responsáveis na assimilação de informações novas com concepções estereotipadas existentes, confirmando perspectivas criadas. Entretanto, o estereótipo, de acordo com Amossy e Pierrot (2022), pode ser percebido como uma conceitualização produtiva, estabelecendo função importante na constituição de impressões que se relacionam entre pessoas e grupos, porém, mesmo não sendo objeto de condenação moral, está à mercê de atribuir conceito pejorativo no contexto social.

Na esteira dessa discussão, Amossy e Pierrot (2022) apontam que a estereotipação é moldada pelo contexto social, tendo seu lugar ou função, atribuindo constelação de crenças e formas de pensar a determinados grupos a que o sujeito se insere, uma vez que aborda a vertente positiva do estereótipo que intervém na construção da identidade social e na cognição como um pertencimento. Segundo as autoras, a identidade de um indivíduo não se limita à definição de sujeito singular, mas em conceitos que possibilitam a noção de contato do ser com o outro pertencendo, assim, a um grupo e estabelecendo uma relação constitutiva. Dessa forma, a estereotipagem é um processo que sustenta mais do que uma similitude, é um instrumento não só de pertencimento a uma determinada cultura, identificação ou desejo, mas autoriza e demarca esses princípios.

O levantamento das funções construtivas do estereótipo faz-se necessário em nossa investida teórica, pois antes do estereótipo ser colocado socialmente, sob uma visão pejorativa que adota atitudes preconceituosas a um determinado grupo em questão, legitimando uma antipatia preexistente, pensava-se o estereótipo em sua vertente positiva, que é um fator de coesão social que ajuda no entendimento do conceito de imagens preconcebidas.

Logo, é válido ressaltar que, consoante Amossy e Pierrot (2022), os estereótipos se propagam em qualquer base objetiva, podendo se destacar em característica de poder e dominação, não devendo ser considerados como corretos ou incorretos, mas como úteis ou nocivos. Conforme os apontamentos destacados, percebemos que, quando atrelada à identidade, os estereótipos se solidificam como úteis, ademais é caracterizado como nocivo quando sobressai socialmente rótulos que propagam uma inferioridade nata dos membros de determinados grupos étnicos e raciais.

Breve história da maternidade

A maternidade transcende palavras e faz com que a mulher explore territórios desconhecidos embarcando em uma aventura de descobertas, desafios e emoções. Para além da significância de ser humano, a dádiva de ser mãe propicia momentos de renúncias ao mesmo tempo em que pode ser uma jornada extraordinária de força, resiliência e amor. Nesta seção, mergulhamos nas profundezas da maternidade, na tentativa de traçarmos uma linha de tempo a respeito dessa figura materna ao longo dos séculos, destacando, assim, as diferentes abordagens culturais e pessoais. Esse parêntese se faz necessário para compreendermos a figura materna em temporalidades diferentes e para entendermos como é dada a ver no cinema.

Em *Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem*, Ávila e Vieira (2018) trazem que “em uma sociedade onde a ordem vigente ainda é a construção da família nuclear burguesa, conseqüentemente heteronormativa e patriarcal, a maternidade é, por vezes, apresentada como a representação máxima da feminilidade e realização da mulher”(p. 26-27). Em outros termos, tornar-se mãe configura-se como um estereótipo relacionado ao ser mulher. Assim, sempre se construiu no imaginário do ser humano a imagem de uma pessoa que protege e oferece carinho ao filho para ser considerada mãe. Essa figura feminina, depois de dar à luz, encontra-se com uma gama de responsabilidades que a definem como mãe, sendo necessário salientar que a maternidade é tida como algo divino perante algumas culturas e religiões, uma vez que a criação da vida, a capacidade de dar à luz e nutrir uma criança é vista como um dom concebido a mulher. Nesse sentido, essa realização feminina se configura como uma visão estereotipada de familiaridade e representação social.

A Bíblia (Pr 31:25-26) destaca que “ela é revestida de força e dignidade; sorri diante do futuro. Fala com sabedoria e ensina com amor.” As qualidades listadas de uma mãe reforçam a responsabilidade da dona do lar de estar presente na vida do seu filho e oferecer o ato do cuidado como gesto de amor. Desse modo, essa natureza destinada à mãe é de extrema importância para se dar uma estrutura familiar para a criança, uma vez que a família é considerada uma instituição fundamental para a sociedade.

Em contrapartida, Moura e Araújo (2004, p. 45), em *A maternidade na história e a história dos cuidados maternos*, destacam que

[...] historicamente, o valor dado ao relacionamento mãe-criança nem sempre foi o mesmo, sendo que as variações que as concepções e práticas relacionadas à maternagem apresentam são produzidas por uma série de agenciamentos sociais, dentre os quais os discursos e práticas científicas assumem um importante papel.

Assim, com a propagação de uma visão romantizada da figura materna, constantemente, tem-se uma autocobrança para exercer tal função. Quando há uma falha, ou quebra de expectativa, do que já se construiu ser o ofício da mãe, difunde-se um julgamento com a atitude materna considerada incorreta.

Nessa perspectiva, é viável dizer que a maternidade sempre foi desafiadora, cansativa e complexa. Vários fatores contribuem para definir a maternidade, sendo um deles histórico, já que dar à luz e criar os filhos eram incumbências intrínsecas à natureza da mulher e essa visão tem sido perpetuada por normas culturais e sociais. Essa função que a sociedade atribuiu, historicamente, a mulher limita a identidade feminina e faz com que perpetue uma percepção da maternagem como uma demanda exclusiva da mãe, não podendo se ausentar dessa responsabilidade, ou até contar com a ajuda de uma rede de apoio. Tal pensamento é sintetizado por Chodorow (1990, p. 247) quando escreve que

durante um longo período, a maternagem foi pensada como intrinsecamente relacionada à maternidade, como função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher, embora alguns autores apontem para o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deve-se muito mais ‘a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar’.

Desde a Pré-história, segundo concepções de Beauvoir (1970) em seu livro *O segundo sexo: fatos e mitos*, as práticas de cuidado infantil, mesmo sendo rudimentares, dependiam de uma mãe para que a espécie humana desse continuidade a sua linhagem, porém era tida como uma deficiência já que não havia uma forma de controlar a natalidade, impedindo assim, que as mulheres desenvolvessem suas atividades normais de luta e caça nos períodos em que engravidavam, ou amamentavam. Embora não se tenha registros escritos dessa época, uma vez que as palavras ainda eram suspiros e gestos, os arqueólogos e antropólogos sugerem que as mães desempenharam um papel crucial no cuidado e na proteção de seus filhos.

Na Antiguidade, a maternidade era moldada por situações culturais e sociais. As civilizações antigas definiam a fertilidade da mulher como uma vitória divina, dando ênfase na importância da família e na descendência, sendo a genitora responsável pela criação e educação da sua prole, a exemplo da Roma Antiga, onde a maternidade era vista como um dever cívico. Logo, as civilizações antigas das Américas, maias e astecas, tinham suas próprias práticas relacionadas à maternidade, assim como asseveram Moura e Araújo (2004). Na Idade Média, mesmo a mortalidade materna e infantil sendo alta diante da falta de conhecimentos médicos, as mulheres enfrentaram desafios significativos, incluindo os riscos à saúde e expectativas de vida restritivas em prol de valorizar a maternidade como uma questão, predominantemente, feminina.

Outrossim, no Renascimento e na Idade Moderna, “a ampliação das responsabilidades maternas fez-se acompanhar, portanto, de uma crescente valorização da mulher-mãe, a ‘rainha do lar’, dotada de poder e respeitabilidade desde que não transcendesse o domínio doméstico” (Moura e Araújo, 2004, p. 47). É destacável as limitações da mulher fora do seu papel tradicional de esposa e mãe, uma vez que é perceptível “o amor materno como um valor ao mesmo tempo natural e social, favorável à espécie e à sociedade, incentivando a mulher a assumir diretamente os cuidados com a prole” (Moura e Araújo, 2004, p. 46). Se comparada aos períodos anteriores, a referida época se caracterizava por mudanças sociais, culturais e médicas que marcavam um avanço significativo na história da maternidade. No século XIX, os cuidados maternos ainda se diferenciavam dos atuais no que diz respeito à compreensão da saúde que era

limitada, sendo viável destacar a falta de redes de apoio que não se tinha como algumas mulheres conseguem ter na atualidade. Ao tratarmos da maternidade no século XX, faz-se necessário abriremos um parêntese a respeito do movimento feminista que desempenhou um papel importante na luta pelos direitos das mulheres, incluindo o controle de natalidade e o direito ao parto seguro e informado. Sendo assim, mudanças sociais, culturais, tecnológicas e econômicas se fazem notáveis nesse período. Com o desenvolvimento de métodos contraceptivos e a assunção do empoderamento feminino, mulheres conseguem mais oportunidade de acesso à educação e possibilidades de carreira, tendo um controle sobre sua vida reprodutiva e não vivendo, necessariamente, em função de se tornar mãe. Moura e Araújo (2004, p. 47) evidenciam que

À medida, porém, que as responsabilidades aumentaram, cresceu também a valorização do devotamento e do sacrifício feminino em prol dos filhos e da família, que novamente surgiram no discurso médico e filosófico como inerentes à natureza da mulher. Assim, se por um lado as novas responsabilidades da mulher conferiam-lhe um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas trazia enorme culpa, além de um novo sentimento de 'anormalidade', visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia.

Sendo assim, as mulheres, mães, donas do lar e donas de sua carreira com o aumento das suas participações no mercado de trabalho buscam o equilíbrio entre sua vida pessoal e profissional. Como escreveu Probst (2003) em seu artigo *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*, a figura feminina se tornara parte integrante da força de trabalho com o desencadeamento da Primeira e Segunda Guerras Mundiais, uma vez que ingressaram no mercado de trabalho em números crescentes para substituir os homens convocados para o serviço militar. Com isso, é perceptível uma mudança significativa nas dinâmicas de gênero e integração feminina na sociedade. Essa participação da mulher no setor profissional cresceu constantemente e, quando associada a maternidade ao trabalho, a progenitora busca a flexibilidade adaptando sua carreira às necessidades de sua família. Entretanto, nem sempre o desempenho de várias funções acabam sendo executadas da melhor forma possível e, como qualquer outro ser humano, a mãe não fica isenta de ser julgada por contrariar a natureza, a qual foi destinada, desde os primórdios, com uma ausência que transcende uma licença maternidade.

Em pleno século XXI, segundo Lanzetta (2016) em seu artigo "Apoios comprados: formas contemporâneas de suporte à maternagem", ser mãe é estar sujeita a navegar em um mundo de incertezas e inseguranças, sendo um ofício desafiador perante a evolução constante da sociedade. Continua-se a busca pelo equilíbrio entre trabalho, vida pessoal e social, agregada a gama de informações e tecnologias disponíveis que somam uma diversidade de experiências positivas e negativas. Nessa perspectiva, a maternidade exercida em um estilo de vida com diferentes mudanças sociais traz consequências emocionais em uma geração considerada sensível perante várias situações vividas. O custo de vida, por sua vez, é um dos fatores que muda os parâmetros da função materna, a necessidade e as diferentes constituições familiares exigem a busca pela sobrevivência, principalmente, quando se trata de mãe solo, que pode ter sido uma escolha, ou não.

Conforme Moura e Araújo (2004, p. 53),

a mulher, depois de conquistar a liberdade de exercer sua sexualidade desvinculada do matrimônio, de planejar e decidir a maternidade, de adiá-la até o momento que considera propício às circunstâncias de sua vida, de interromper uma gestação por meios seguros (embora ilegais no Brasil), pode também optar por viver a maternidade sozinha, sem que isso signifique uma condenação social.

Dessa forma, em um âmbito social que julga a mulher em todas as instâncias, a mulher mãe solteira não fica isenta de ser criticada, sendo um fator histórico ainda presente, é necessário ressaltar que "com os altos índices de abandonos de crianças no Brasil Colonial, a mãe solteira acaba sendo um personagem aceito na sociedade" (Venâncio, 2000, p. 199). Logo, comparando com décadas passadas, é perceptível que cada era traz novas complexidades e mudanças no que diz respeito ao ofício materno, assim como não viver somente em função dos filhos e de rótulos domésticos, adentrando outros espaços e sendo dona de suas decisões. A maternidade diante de representações idealizadas de vida pelas mídias amplia pressões sociais, cobranças e discursos do que é certo, ou errado, na criação de um filho, uma vez que o apresentável que distingue a realidade de uma mãe da outra gera comparações que demarcam ideologias comuns a de séculos atrás.

Fonseca (2000, p. 517) afirma em *Ser mulher, mãe e pobre* que a

mulher devia ser resguardada em casa se ocupando dos afazeres domésticos, enquanto os homens asseguravam o sustento da família trabalhando no espaço da rua. Longe de retratar a realidade, tratava-se de um estereótipo calcado nos valores da elite colonial, como instrumento ideológico para marcar a distinção entre as burguesas e as pobres.

Na esteira dessa discussão, percebe-se que visões estereotipadas, que refletem, necessariamente, a realidade das experiências de mulheres, ou qualquer outro fator, justificam desigualdades de gênero e de classe que são perpetuadas na sociedade, seja ela contemporânea ou colonial. Portanto, a evolução das expectativas em relação à maternidade é influenciada por fatores culturais, sociais e econômicos específicos de cada região e época, uma vez que as experiências individuais de mães podem variar amplamente, mesmo dentro de um período específico. Além disso, a história que perpassa a maternidade é complexa e multifacetada, evolui-se à medida que as sociedades e as culturas transformam-se e se adaptam a novas realidades e valores, refletindo assim não apenas as mudanças nas sociedades ao longo do tempo, mas também as lutas, as conquistas e os desafios enfrentados pelas mulheres em sua jornada como mães.

O enunciado e a função enunciativa

Neste momento se faz necessário apresentarmos discussões acerca do enunciado e sua função enunciativa, tecendo instância que, posteriormente, contribuirão com as análises das cenas do filme *Que horas ela volta?* Posto isso, buscaremos subsídios em concepções foucaultianas, bebendo da fonte de seu trabalho arqueológico para esclarecermos o conceito de enunciado e, posteriormente, entender a manifestação concreta de uma mensagem que se materializa através da linguagem por meio de palavras, frases ou expressões.

Michel Foucault (2008), filósofo francês que se dedicou à reflexão entre poder e conhecimento, em seu livro *Arqueologia do saber* aponta, claramente, que o enunciado não tem forma fixa, não é uma frase, não é uma proposição e muito menos um ato de fala. De acordo com suas perspectivas, na análise do discurso, o enunciado não é atemporal, visto que se situa, historicamente, adaptando-se a contextos, épocas e culturas; não é neutro, pois, constantemente, sofre influência de ideologias e interesses moldados por estruturas de controle e poder; não é independente uma vez que estabelece laços com redes de

conhecimentos que perpassam dizeres já ditos; não está desvinculado do poder, já que a circulação de enunciados está rotulada a um indivíduo permitido falar e, conseqüentemente, tem-se uma fala autorizada.

Frente a isso, "o enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente" (Foucault, 2008, p. 31). Sendo assim, exerce uma função de existência e, a partir dela, dá condição de dizer se algo faz ou não sentido, se é uma proposição, uma frase, ou um ato de fala. Logo, o enunciado é uma unidade discursiva que por meio da linguagem estabelece relações de poder, é associado a contextos históricos e sociais, é organizado através de um campo de conhecimento e estabelece uma construção de significados que perpassa as linhas da escrita e da interação verbal. Desse modo,

a análise do campo discursivo é orientada de forma inteiramente diferente; trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (Foucault, 2008, p. 31).

Observamos, então, que o sujeito do enunciado valida o discurso como uma ferramenta de poder e controle social, fazendo com que a função enunciativa se materialize interligando a construção da realidade e da verdade. No capítulo "Os fluidos do discurso: sobre o acontecimento, o enunciado e a função enunciativa" da dissertação de Sousa (2014), que também se embasa em Foucault, o autor destaca que "o enunciado não se constitui como uma unidade da mesma forma que um objeto material pode ser, tendo seus próprios limites e sua própria independência"(p.27). Partindo dessa negação, entende-se que o enunciado é um elemento fundamental que envolve fatores linguísticos, contextuais e interativos, sendo uma unidade de comunicação entre enunciadores que ganha significado e relevância, não de forma isolada, mas de forma fluída e dinâmica.

Posto isso, o enunciado não tem limites rígidos e independentes como um objeto material, do mesmo modo que não é algo físico e tangível. Essa comparação do material com o imaterial, tendo o enunciado como referência, é elemento-chave nesse processo de compreensão da interação comunicativa, exemplificando, assim, a complexidade da linguagem e da comunicação, sendo flexíveis de acordo com o contexto em que estão inseridas. Ademais,

entendemos a dinâmica dos discursos e dos enunciados como contribuintes na construção de conhecimento e na formação de identidade social. Foucault (2008, p. 95-96) salienta que

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizam como frase, ou, ainda, à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act*? Que lugar ocupa entre todas as unidades já descobertas pela investigação da linguagem, mas cuja teoria, muito frequentemente, está longe de ser acabada, tão difíceis os problemas que colocam, tão penoso, em muitos casos, delimitá-las de forma rigorosa?

Nessa análise da linguagem que é o enunciado, Foucault (2008) questiona o que forma a unidade básica do discurso, preocupando-se com a abrangência desse enunciado, quais são suas características e o que o define. Sendo assim, essa premissa pode se relacionar com outras unidades, ocupando lugares, sendo difícil de definir e entender o seu conceito. O enunciado, portanto, propõe uma reflexão sobre a natureza do significado da comunicação linguística, uma vez que suas proposições, frases ou atos de falas o torna diferente de outras unidades comunicativas. Partindo desse contexto, depois que uma mensagem é anunciada, transmitida e interpretada, o enunciador alcança seus objetivos no que concerne a dinâmica da função enunciativa, função essa que desempenha um papel fundamental na análise do discurso.

Nessa linha de apontamentos, “para a Análise do Discurso, dada a natureza heterogênea de seus objetos de estudo, o discurso, o sujeito e a identidade devem ser observados a partir de ocorrências linguístico-discursivas, uma vez que os enunciados apontam para posições-sujeito” (Fernandes, 2005, p. 31). Nos contextos sociais e culturais diversos, o discurso, o sujeito e a identidade são representados na linguagem, uma vez que são os enunciados que irão indicar o posicionamento das pessoas com relação a determinados temas discursivos. É na análise do discurso que observamos os enunciados como complexos e diversificados, não se limitando apenas ao que é dito, ou escrito, como também, relacionando seu significado a espaços contextuais.

Logo, “um enunciado, enquanto estrutura linguística, implodirá sob o olhar do analista, pois, de opaco, torna-se cheio; de tão coletivo, torna-se particular; de agente, pode tornar-se objeto e vice-versa. Assim, todo enunciado pode tornar-se outro(s)” (Fernandes, 2005, p. 39). Em outros termos, o enunciado revela sua fluidez e sua capacidade de se transformar. Em um primeiro momento, pode ser considerado difícil de se compreender, mas, posteriormente, quando é digno de uma análise, torna-se rico em significados, contendo nuances e detalhes que representam uma ideia coletiva, ou particular. No que concerne a sua mutabilidade, “[...] um enunciado evoca outros, com os quais dialoga, e transcende a inscrição em uma formação discursiva determinada” (*Ibidem*, p. 65), fazendo parte de um diálogo contínuo com outros dizeres, à medida que são analisados em diferentes perspectivas. Destarte, esses apontamentos somam embasamento nas reflexões traçadas acerca do discurso. Tomando como base os estudos foucaultianos e demais teóricos, é possível conceituar os enunciados que antecedem e sucedem integrantes de outros dizeres, sendo uma ação social de um contexto situacional ideologicamente marcado. Logo, a formação discursiva não é homogênea, e sim heterogênea, perante uma unidade de discursivização que se apoia na materialidade histórica, constituindo uma dispersão de acontecimentos em um constante jogo das relações sociais. Dessa forma, de acordo com Foucault (2008), o enunciado é constituído por quatro elementos que o tornam uma função, sendo eles o referencial, sujeito, domínio associado e suporte material.

O primeiro componente é o referencial, ou seja, é o aspecto semântico da mensagem, referindo-se ao conteúdo, ou informação, que está sendo comunicada, sendo um elemento crucial para a compreensão da pragmática da linguagem. Em outros termos, o ponto de referência é quem delimita o espaço ao qual a mensagem se aplica e ganha significação. Portanto,

o referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (Foucault, 2008, p. 103).

O segundo elemento, o sujeito, é aquele que emite o enunciado de forma individual ou coletiva, através de uma pessoa, grupos

sociais, ou instituições. Para tanto, conforme concepções de Foucault (2008), o enunciador não pode ser reduzido a elementos gramaticais, uma vez que o indivíduo, ou entidade, que está se comunicando tem a intenção de passar uma mensagem de acordo com o seu lugar de fala. Todavia, uma vez que o referencial forma o lugar, definindo condições para que o enunciado se torne relevante, o sujeito enfatiza a natureza variável desse lugar, sendo crucial para se entender a função enunciativa da linguagem, que se adapta a diferentes situações e contextos de uso. A seguir, Foucault (2008) destaca como o enunciado se modifica, sendo complexo e maleável, ocupando uma posição específica dentro do contexto do discurso. Sendo assim, o sujeito desse enunciado constitui

[...] um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia - ou melhor, é variável o bastante para poder continuar, idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma. Esse lugar é uma dimensão que caracteriza toda formulação enquanto enunciado, constituindo um dos traços que pertencem exclusivamente à função enunciativa e permitem descrevê-la (Foucault, 2008, p. 109).

É importante frisar que a função enunciativa não pode “exercer sem a existência de um domínio associado” (*Ibidem*, p. 108). Logo, esse elemento se refere ao contexto e ambiente em que está inserido, sendo este um local, um momento, uma situação e um público-alvo. “Isso faz do enunciado algo diferente e mais que um simples agregado de signos que precisaria, para existir, apenas de um suporte material - superfície de inscrição, substância sonora, matéria moldável, incisão vazia de um traço” (*Ibidem*, p. 108). Em suma, a ideia de domínio associado enfatiza que a linguagem não é apenas um conjunto de signo, e sim uma conexão com situações e ambientes específicos.

O quarto elemento a ser observado no exercício da função enunciativa é o suporte material. Essa materialidade configura-se como o veículo pelo qual o enunciado é transmitido, seja por uma mensagem eletrônica, texto escrito, ou conversa verbal. Desse modo, os enunciados são estruturados e organizados enquanto função, “não sendo constituído pelo espaço ocupado e nem mesmo pela data da formulação, o enunciado tem a sua identidade variada a partir de um regime complexo de instituições

materiais” (Sousa, 2014, p. 27). Essa abordagem ressalta que o enunciado é um produto de um contexto completo e multifacetado, uma vez que, para que ele exista e funcione, é necessário dar ênfase às regras e aos princípios sociais que permitem sua transparência e adaptações a diferentes espaços ocupados.

Frente a discussão feita, “a evidência primeira de um enunciado é a sua forma material, materialidade linguística verbal e/ou não-verbal, uma vez que o enunciado pode ser também uma imagem, ou o uso de cores, bandeiras [...]” (Fernandes, 2005, p. 64). Partindo desse pressuposto, ao analisar um enunciado é necessário observar sua aparência e manifestação concreta, para que, em seguida, considere suas diferentes formas de expressões. Sabe-se que podemos passar uma mensagem de várias maneiras, e como no filme *Que horas ela volta?*, o espaço cinematográfico dá significado a um contexto por meio de enunciados e imagens, fazendo uso de uma materialidade linguística e não-verbal. Ao utilizar esse veículo de comunicação (suporte material), denominado linguagem cinematográfica, que se constitui de elementos visuais e verbais, temos o propósito de interpretar e problematizar enunciados materializados no filme.

A (re)produção de estereótipos no filme *Que horas ela volta?*

O filme brasileiro intitulado *Que horas ela volta?* teve sua estreia mundial em 2015 nos Estados Unidos e, logo em seguida, em sete países europeus. O lançamento no Brasil aconteceu, posteriormente, no mesmo ano. A trama se desencadeia com a protagonista nordestina Val, que residia em Pernambuco, mas vai para São Paulo e deixa sua filha Jéssica sobre os cuidados de terceiros. A busca por um trabalho fora do seu estado é movida pela garantia do sustento de sua filha. A protagonista, mesmo de longe, tenta se fazer presente suprindo as necessidades de Jéssica.

Na casa em que trabalha, Val é empregada e babá de Fabinho, filho do casal Carlos e Bárbara. Considerada “praticamente da família”, é perceptível o cuidado que a empregada tem com Fabinho, e o papel de mãe que desempenha, para além de babá, suprindo a carência da própria mãe biológica do menino. A narrativa se costura na ausência materna de ambas as mães e transcende o questionamento do filme *Que horas ela volta?*, tanto no início, como no fim, da trama com a terceira mãe, Jéssica, que também se ausenta de sua maternidade. Jéssica sai de Recife e vai

para São Paulo com o intuito de prestar vestibular e se surpreende com a vida que a mãe levava na cidade grande. Morando na casa dos patrões de Val por um tempo, Jéssica observa, estuda e o filme é construído.

As discussões aqui traçadas compuseram o aporte teórico necessário para a análise das posições ocupadas por Val e Jéssica, como mãe e filha, objeto de estudo deste trabalho. Diante do destaque que as duas têm na narrativa, sendo Val um sujeito discursivo que se ausenta de sua maternidade e, conseqüentemente, tenta construir uma verdade que não é ausente, ou que não pode dizer que seja, na busca de se formular uma identidade. Ao analisar o filme na íntegra, fazem-se notórias passagens em que o estereótipo da ausência materna é perceptível, como no cuidado invisibilizado de Val, a empregada não cuida apenas das tarefas domésticas mas, também, do filho dos patrões, Fabinho. Logo, sua dedicação e afeto não são reconhecidos como equivalentes ao cuidado materno que ela dedica à filha que está longe. Tais atitudes, provocam a resistência de Jéssica em aceitar Val como sua mãe. A dificuldade de comunicação e relação tensa em alguns momentos e o fato de Jéssica não aceitar o papel da mãe como empregada são alguns fatores que validam essa ausência materna estereotipada em sua vertente negativa.

Outro momento que é digno de se observar é a cena em que a colega de trabalho de Val, Edna, verbaliza: "Difícil é criar filho sozinha". O clima fica desagradável, pois Val não gosta da fala da colega, considerando-a equivocada, subentendendo que não é porque ela não cria sua filha que não seja difícil para ela, também, a distância. Desse modo, na fala de Edna é possível enxergar a sociedade que julga a postura de uma mãe que decide criar sua filha com os meios que consegue, mesmo que esta ação custe a presença física.

No entanto, ao mesmo tempo em que Val não se sente bem por ser estereotipada com relação à ausência de sua maternidade, ela não se acha digna de ter reconhecimento de sua função como mãe, quando seu patrão, Dr. Carlos, a parabeniza pela criação da filha. Isso lhe causa surpresa, já que a criação de Jéssica não foi de sua inteira responsabilidade. Em outra cena, após Jéssica ir dormir no quartinho com a mãe, pois a patroa não a queria mais na casa, os ânimos de mãe e filha se exaltam, sendo perceptível no enunciado "mãe é quem cria". A filha deixa claro que quem a criou que é a sua mãe e não Val, na seguinte formulação: "Não é minha

mãe, não é nada, Sandra que me criou, não tenho nada a ver com isso”.

Por conseguinte, Gutman (2013) em seu livro *O Poder do Discurso Materno: introdução à metodologia de construção da biografia humana*, enfatiza a necessidade de saber o nível de maternagem que cada indivíduo recebeu, para que possa refletir sobre sua postura adulta que se constitui de um reflexo de uma infância com a presença, ou ausência de uma mãe. No filme *Que horas ela volta?*, especificamente, na passagem mencionada, é notório que a ausência materna reflete na vida adulta de Jéssica como sinônimo de revolta. A rejeição desse episódio em sua trajetória faz com que o filtro do interdito não seja utilizado nesse momento. Sendo assim, “É sempre possível dizer o verdadeiro em um espaço de uma exterioridade selvagem, mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos” (Foucault. 2004, p. 35).

Jéssica rasga a sua verdade selvagem, porém Val, também, tem a sua verdade a construir. Indignada, ela afirma: “Sandra que é tua mãe! A conta de Sandra sabe quem é que mandava dinheiro todo mês.” Desse modo, é perceptível que o suporte prestado a filha é invalidado como uma forma de cuidado materno, ficando explícito que a presença física que não foi prestada, impactou na relação entre as duas. Sendo assim, Jéssica e Val perpassam por esse caminho do interdito, o qual é fundamentado nas perspectivas de Foucault (2004) em seu inciso *A Ordem do Discurso*. Após ser segregada pela filha frente à sua postura, ao longo da trama, a personagem Val se apresenta como um ser segregado, buscando, através da vontade de verdade, ressignificar sua função como mãe. Alternativas são pensadas para que Jéssica a veja como uma figura materna, tentando estabelecer laços mais próximos em uma relação que foi abalada por sua ausência e por dizeres não ditos ou, talvez, ditos de forma equivocada.

Ao longo da trama, é perceptível a tentativa dessa reconciliação, por exemplo, quando Jéssica fala sobre as visitas da mãe que chegava toda rica, toda cheia de coisas, toda cheia de presentes na mão em Recife e a deixava perguntando: “Que horas que mainha volta?”. Nessa afirmação, percebemos uma tentativa do sujeito mãe de provar sua maternidade não só para a filha, mas também para as pessoas de sua cidade natal. Em outro momento, quando Val liga para a filha para dizer que está orgulhosa por sua

aprovação no vestibular, fica evidente a busca de verdade após uma segregação estabelecida. A construção de uma imagem de mãe presente é constantemente almejada por Val. Nessa perspectiva, segundo concepções de Foucault (2004), esse ser é segregado após não seguir a linha tênue de determinadas regras proferidas, atravessa esse interdito e, conseqüentemente, sofre uma exclusão. Com essa rejeição do que é dito, rotula-se aquele que não deve ser ouvido perante a relação de poder estabelecida. A partir desses dois sistemas, busca-se uma vontade de verdade na intenção de construir um discurso possível de ser aceito, redimindo-se com situações inoportunas criadas e, talvez, sustentadas por um período.

Há passagens no filme em que Val não pode, ou não quer, assumir a ausência legitimada, não consegue justificar, com clareza, por que é uma mãe ausente, ou não consegue verbalizar essa ausência. Quando Jéssica questiona por que em dez anos Val não voltou para vê-la, ela responde: "Pergunte seu pai", ou seja, são motivos que não podem ser ditos, ou exige uma explicação dada por outra pessoa. Val ainda verbaliza: "Quanto mais eu não voltava, mais eu queria voltar, aí passava o tempo eu não voltei". E finaliza: "Um dia você vai entender direitinho sua mãe." Nessas formulações proferidas, é perceptível que as decisões tomadas pelo sujeito não são explicadas e, quando questionada, a mãe não consegue dar uma justificativa plausível. Posto que esses interditos deixam evidentes situações que demarcam uma ausência materna de Val, porém, ao final do filme, é revelado que Jéssica, também, se ausenta de sua função como mãe. Logo, quando Val questiona quem é o menino da foto que ela encontrou, Jéssica diz ser Jorge, seu filho. Ao ser indagada por que não havia trazido o menino para São Paulo, Jéssica fala que não tinha como, pois ela tinha que estudar e prestar vestibular.

Assim, o enunciado se atualiza, ou seja, mais uma mãe tenta encontrar melhorias de vida para o filho, validando, assim, sua ausência física. No entanto, Val não desiste de construir uma verdade perante sua imagem para a filha. Na sequência, após pedir demissão do trabalho, fala para a filha buscar seu neto. Jéssica verbaliza: "Você vai cuidar dele, mãe?". Aqui se constrói uma verdade, o termo mãe que não era proferido antes, soa aos ouvidos de Val e rompe os parâmetros de uma exclusão, temos uma vertente positiva do estereótipo. Logo, assim como a maternidade é diversa e moldada por uma série de fatores interligados, o discurso e as ações inscritas no filme registram

experiências de mulheres em um mundo no qual vivenciam a maternidade buscando um equilíbrio.

Considerações finais

Pretendeu-se, neste trabalho, traçar argumentos no que tange à noção de estereótipos associado a elementos discursivos e sua função enunciativa na sociedade, com o intuito de se construir, teoricamente, uma linha tênue que fundamenta essa pesquisa. Posteriormente, a análise sobre a (re)produção de estereótipos no filme *Que horas ela volta?* foi construída, observando as nuances das relações interpessoais, evidenciando esses estereótipos no que refere-se à ausência materna que se perpetua na trama cinematográfica.

Dessa forma, a primeira seção buscou trazer apontamentos sobre a noção construtiva, bem como a noção negativa, que caracteriza o estereótipo. Logo esse termo é associado a representações coletivas cristalizadas, cumprindo funções importantes que modelam as interações sociais. Em seguida, foi abordado, de forma breve, a história da maternidade, de maneira que fosse plausível compreender a mulher-mãe em temporalidades diferentes, desde o seu conceito bíblico, que considera a maternidade como algo divino, até os tempos atuais como um desafio que perpassa experiências e realidades distintas. Na terceira seção, para que fosse possível entender a manifestação concreta de uma mensagem que se materializa através da linguagem por meio de palavras, frases ou expressões, foram traçadas concepções discursivas acerca do enunciado e sua função enunciativa, validando, assim, um aporte que abarca sobre o referencial, sujeito, domínio associado e suporte material, o qual se consolida, por fim, na análise.

Em suma, os resultados esperados da pesquisa foram alcançados, tendo em vista o objetivo de estudar, numa perspectiva discursiva, como os estereótipos em torno da ausência materna são construídos e atualizados no filme *Que horas ela volta?* Assim sendo, foi possível observar nas análises que os discursos e as ações estereotipadas no filme, juntamente com enunciados proferidos, demarcam situações de busca de verdade perante uma exclusão estabelecida, na medida em que o sujeito segregado, subjetivado pela personagem Val, almeja construir uma identidade perante a ausência materna legitimada. Logo, um distanciamento físico perpassa por uma rejeição que, posteriormente, é rompida, validando uma vertente positiva.

Mediante os resultados, é impossível pensar a trajetória das mulheres- mães contemporâneas sem marcas de estereótipos, os quais não refletem, necessariamente, a realidade, e sim situações e experiências diferentes. Sendo assim, com a ausência materna analisada no filme *Que horas ela volta?* percebemos resquícios de estereótipos que se justificam perante desigualdade de classe que são perpetuadas na sociedade.

Referências

AMOSSY, Ruth; PIERROT, Anne. Estereótipos e Clichês. São Paulo: Contexto, 2022. p. 11- 65.

ÁVILA e VIEIRA, Camilla, Alana. Um olhar sobre o fenômeno da maternidade naturalista: Refletindo sobre o processo de maternagem. Niterói: Gênero, 2018.

BÍBLIA, Provérbios. In: Bíblia Sagrada. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica e Internacional e Paulus, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo – Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CHODOROW, Nancy. Psicanálise da Maternidade: uma Crítica a Freud a Partir da Mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

GUTMAM, Laura. O Poder do Discurso Materno: introdução à metodologia de construção da biografia humana. Tradução Lizandra Magon de Almeida. São Paulo: Ágora, 2013.

FERNANDES, Cleudemar. Análise do Discurso: reflexões introdutórias. Trilhas Urbanas, 2005.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, Mãe e Pobre. In: PRIORE, M.D. (Org.). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 15, p. 510.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

LANZETTA, Roberta Corrêa. Apoios Comprados: Formas Contemporâneas de Suporte à Maternagem. *Polêm!ca*, v. 16, n.1, p. 01-13, janeiro, fevereiro e março, 2016.

MOURA, ARAÚJO, Solange Maria, Maria de Fátima. *A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. Psicologia Ciência e Profissão*, 2004.

MUYLAERT, Anna. *Que horas ela volta?* Rio de Janeiro, RJ. Globo Filmes, 2015. 1 DVD (114 min).

PROBST, Elisiana Renata. *A Evolução da Mulher no Mercado de Trabalho*. Instituto Catarinense de Pós-Graduação - ICPG. Santa Catarina, 2003.

SOUSA, Victor Pereira. *Sujeito, corpo, telenovela: movimentos discursivos da materialidade audiovisual em O astro*. Orientador Nilton Milanez. Vitória da Conquista, 2014.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *A maternidade negada*. In: PRIORE, M.D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2002. Cap. 6, p. 195.

Mães Universitárias: um ensaio visual sobre as múltiplas possibilidades de ser mãe-estudante

Madres Universitarias: un ensayo visual sobre las múltiples posibilidades de ser madre-estudiante

Luz Mariana Blet

Universidade Federal de Santa Catarina

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3216-5550>

Resumo: A maternidade é uma categoria bastante invisibilizada no contexto universitário. Os desafios de ser mãe e conciliar a rotina acadêmica com os cuidados com a criança são múltiplos e são atravessados por questões de raça, classe, composição familiar, redes de apoio, entre tantos outros fatores, que tornam as maternidades plurais e diversas. Apesar das diferentes experiências, há questões recorrentes na vida das mães universitárias, seja desde a falta políticas públicas e espaços físicos nas universidades para acolher as mães e seus filhos, a olhares e às vezes palavras repreensivas e discriminatórias de colegas ou professores, ou a questões relacionadas à produtividade acadêmica, que não contemplam a realidade destas estudantes. Como estudante do programa de Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) e de graduação em Cinema na mesma instituição, mãe e fotógrafa, este ensaio visual busca dar visibilidade às mães universitárias. Diversas mães estudantes de diferentes cursos de graduação e pós-graduação da UFSC aceitaram a proposta de me receber em seus locais de moradia e representar os seus momentos de estudos, com base na realidade do cotidiano. Por vezes, a realidade também tomou o lugar da representação.

Palavras-chave: maternidade, universidade, fotografia.

Resumen: La maternidad es una categoría muchas veces invisible en el contexto universitario. Los desafíos de ser madre y conciliar la rutina académica con el cuidado infantil son múltiples y están atravesados por cuestiones de raza, clase, composición familiar, redes de apoyo, entre muchos otros factores, que hacen que las maternidades sean plurales y diversas. A pesar de las diferentes experiencias, existen temas recurrentes en la vida de las madres universitarias, ya sea desde la falta de políticas públicas y espacios físicos en las universidades para acoger a las madres y sus hijos, hasta las miradas y en ocasiones palabras de discriminatórias por parte de colegas o docentes, o hasta cuestiones relacionadas con la productividad académica, que no toman en cuenta la realidad de estas estudiantes. Como estudiante del programa de Antropología Social de la Universidad Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) y estudiante de grado en Cine en la misma institución, madre y fotógrafa, este ensayo visual busca dar visibilidad a las madres universitarias. Varias madres que estudian diferentes carreras de grado y posgrado en la UFSC aceptaron la propuesta de recibirme en sus lugares de residencia y representar sus momentos de estudio, a partir de la realidad de lo cotidiano. A veces la realidad también ocupó el lugar de la representación.

Palabras Clave: maternidad, universidad fotografía.

Introdução

A minha trajetória como estudante é longa, com poucas pausas e sempre foi atravessada por alguns fatores de opressão, como o fato de eu ser uma pessoa imigrante e pobre. Mas não que isso tenha impossibilitado alguma coisa. Do ensino fundamental e médio, fui direto para a graduação em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda, como bolsista na Faculdade Estácio de Sá, em Santa Catarina. Desde o início da graduação trabalhei, por vezes, em mais de um local ao mesmo tempo.

Após me formar, em 2011, trabalhei durante um ano fazendo apenas alguns cursos livres. Em 2013 mudei de cidade para cursar uma Especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, ingressei também no Curso de Propaganda Afirmativa Audiovisual, oferecido pela Escola Popular de Comunicação Crítica - ESPOCC, do Observatório de Favelas na Maré e, junto a outros integrantes deste curso, formamos o Crua - Coletivo Criativo de Rua, com o objetivo de trabalhar com audiovisual, fotografia e outras linguagens artísticas nas periferias.

Em 2014 ingressei no Mestrado em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, o qual concluí em 2016. Em 2019 cursei uma formação Pedagógica em Letras português e tive minha primeira experiência de trabalho como professora da educação básica, enquanto gestava o Miguel, que chegou em 2020, um pouco antes da pandemia. Durante o isolamento social, na pandemia, ingressei no curso de Letras Espanhol, como retorno de graduado, na Universidade Federal de Santa Catarina, mas, antes de retornar ao ensino presencial, fiz vestibular para Cinema e, em 2022 retornei à graduação, com 32 anos e, agora também mãe. Em 2023, ingressei no doutorado em Antropologia Social, na mesma instituição.

A maternidade não é a minha temática de pesquisa. Mas desde o meu retorno, passou a exercer grande influência na minha vida (não apenas) acadêmica. Desde o primeiro semestre da graduação procurei buscar redes de apoio dentro da Universidade, e neste momento conheci o Coletivo de MãEstudantes da UFSC. E mesmo este não sendo o meu foco de debate na academia, a invisibilidade e a falta de políticas de apoio e permanência para as mães, tanto na graduação como na pós-graduação, ou nos eventos científicos, faz com que eu não possa ficar alheia a esta discussão.

O objetivo de iniciar com este relato sobre o meu percurso como estudante é o de enfatizar que este marcador social de ser mãe, e estudante, faz a diferença, independente da trajetória. Mas, quando somado a outros fatores como raça, classe social ou geração, podem inviabilizar o acesso e ou permanência das mães ao ensino superior.

Neste sentido, a minha contribuição como fotógrafa, através deste ensaio, é a partir de uma mesma questão, dar visibilidade à multiplicidade de experiências que envolvem ser mãe e estudante universitária.

Processo

Para desenvolver o ensaio fotográfico, visando contemplar uma diversidade de mães universitárias, foi criado um formulário de inscrição, divulgado em alguns grupos da universidade, nos quais pudesse alcançar o público desejado. A proposta não se restringiu à UFSC, porém, devido a minha rede de contatos, foi onde consegui maior divulgação.

O Formulário contou com 20 inscrições, de mães entre 24 e 48 anos. Destas, 19 se identificaram como mulheres cisgênero 1 como não-binária. Em relação a raça, 10 se identificam como brancas, 6 como negras, 3 como indígenas, 1 como latina.

Inicialmente, o ensaio foi pensado como proposta para a Mostra Fotográfica do Seminário Internacional do Fazendo Gênero 13, com realização prevista para o período de 29 de julho a 2 de agosto, no campus da UFSC em Florianópolis. Para esta mostra, cada participante deveria inscrever até 10 fotografias. Neste sentido, a escolha de 10 mães para compor este ensaio foi com base no número de fotos da mostra. Os critérios de seleção das pessoas fotografadas, visaram contemplar a diversidade racial, etária e de gênero. Os ensaios foram realizados nos locais de moradia dessas mães, exceto um, que por impossibilidade de encontrar um horário compatível para ambas, foi realizado durante uma reunião de estudos na universidade. Das 10 mães selecionadas, um ensaio não foi possível de ser realizado, também por incompatibilidade de horários, sendo este o da mãe não-binária. Esta pessoa não foi substituída por outra da lista pois, até o último dia do prazo para realização do ensaio tentamos buscar possibilidades de realizar o mesmo.

A proposta do ensaio nunca foi de caráter documental, com a pretensão de registrar um evento ou situação real, mas de fabular, criativa e criticamente, com base nas situações do cotidiano, como é o momento de estudos destas mães com seus filhos presentes. Apesar de conter um caráter

testemunhal, o retrato fotográfico não documenta o outro, mas sim, uma interação que se desenrola em um contexto específico, entre o fotógrafo e o fotografado (Rechenberg, 2014).

Ao chegar nos locais de residência destas mães, primeiramente me apresentei e contei um pouco do porquê da realização deste ensaio. Após isso, fiz uma breve entrevista com as mães para conhecer um pouco melhor a história de cada uma, como se deu a chegada dos filhos na vida delas e como costuma ser o dia-a-dia de estudos e cuidados com as crianças.

A realização das fotos ocorreu a partir da seguinte colocação: "E se você tivesse que estudar agora, como seria?". Neste sentido, como propõe Rechenberg (2014), mais do que uma documentação do cotidiano destas mães, este ensaio permite, através de imagens ficcionais, refletir sobre o seu caráter etnográfico e ampliar as *camadas de significados* (Edwards, 2016). Na sequência, apresentarei um pouco sobre essas mães e os resultados de cada ensaio.

Ana Cláudia

[IMAGEM 1]



Legenda: Ana Cláudia e Angelo

Ana Cláudia Romano de Lima, tem 36 anos e é estudante de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em 2023 ela se formou no curso de Licenciatura e atualmente cursa bacharelado.

Mãe de Angelo Zuliani, de 13 anos, ingressou na universidade em 2017, logo após a separação. Ana Cláudia e o pai de Angelo dividiram a guarda do filho durante algum tempo, de modo a que ele ficava com o pai nos dias que ela precisava estudar.

Durante esse período, além dos estudos e da criação de seu filho, Ana Cláudia trabalhou de forma autônoma em diversas áreas, entre elas, como professora de inglês. Atualmente, com o filho um pouco mais velho, e após enfrentar diversas questões de violência com seu ex-marido, ela tenta organizar sua rotina de estudos conciliando com a rotina do filho. “Agora a gente está se reorganizando nessa nova rotina. Então, ele vai para a escola de manhã. Eu estou trabalhando dois dias de manhã e de segunda a quinta à tarde, como professora ACT em duas escolas de São José. E ele já tem um pouco mais de autonomia, tem algumas responsabilidades em casa e tal”, relata Ana Cláudia.

Desde 2018, integra o Coletivo de Mães Estudantes da UFSC, buscando lutar por melhores condições para as mães universitárias. Na licenciatura, desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Maternidades e Trabalhos: o trabalho materno como fator de exclusão social”, no qual traz propostas para pensar políticas públicas para as mães dentro da universidade.

Como eu entrei para o coletivo e para o curso de Ciências Sociais, já sendo mãe, sempre tive esse olhar durante os meus estudos. Então, quando eu estudei sobre as estruturas sociais e as questões políticas eu ia vendo como isso não abarcava o lugar das mulheres mães, e das mães solo. Então, fui direcionando minha pesquisa para esse lado. No TCC, então, eu peguei esse recorte de tentar trazer todos esses marcadores que excluem as mães, não só da universidade, como também do mercado de trabalho, do espaço político, do espaço social, público, de uma forma geral. Essa construção da maternidade como um trabalho invisível, não remunerado, de dedicação exclusiva é idealizado sobre o corpo das mulheres, e acaba nos excluindo (Ana Cláudia).

[IMAGEM 2]



Legenda: “Agora que ele está maior, buscamos conciliar nossos momentos de leitura”.

...

Conciliar um dia para realização das fotos foi uma das tarefas mais difíceis deste ensaio, já que tanto eu quanto as mulheres fotografadas somos estudantes, mães e com inúmeras demandas no dia a dia. Com Ana não foi diferente, já que, além de estudar e cuidar do seu filho, ela também trabalha como professora. Mas eu queria muito fotografar Ana, pois ela é uma das mulheres representantes do Coletivo de Mães Estudantes da UFSC.

A única data que conseguimos conciliar que ela e seu filho estivessem em casa e que eu pudesse ir fotografar foi um dia que Angelo estava com febre e não foi para a escola, e por isso, ela não pôde ir trabalhar. Como a proposta não levaria muito tempo, e ele poderia realizar enquanto repousava, fizemos as fotos nessas condições.

De início, Ana se sentou na sua mesa de estudos, enquanto Angelo lia no sofá, como uma representação do que seria um momento de estudos. E na sequência, a mãe foi até o sofá ver como estava a temperatura do filho e deixou o computador de lado para fazer um cafuné no filho febril.

Beatriz

[IMAGEM 3]



Legenda: Beatriz e Bruno

Beatriz J. de Mattos, 48 anos, é estudante de Fonoaudiologia da UFSC e mãe de Bruno, de 9 anos. Ela ingressou na universidade em 2011, mas em 2013, quando descobriu que estava grávida, trancou o curso. Ao retornar para a universidade acabou jubilandando e, em 2020, fez vestibular novamente.

Com quase três anos, eu me separei do pai dele. E hoje é tudo comigo. Toda a dinâmica do dia, das tarefas, dos estudos e saídas

[...] Inúmeras vezes eu tive que levar ele pra universidade. Na universidade, teve uma época que não tinha nem trocador. Quando ele era bebezinho, não tinha trocador nos centros. E eu trocava no banco. Algumas vezes, no NDI, eles deixavam entrar, dar um banhinho, porque às vezes acontecia de sujar mais, né? Aí entrava, mas aí depois mudou a direção. E passaram a não deixar mais, até por segurança, e eu entendo (Beatriz).

Beatriz conta que seu filho sempre foi muito bem-recebido na universidade e, que agora, com ele maior, consegue cursar as disciplinas pela manhã, enquanto ele está na escola e quando tem que ir à tarde leva o filho com ela. Apesar disso, relata que já ocorreram situações de colegas não aceitarem a criança na sala de aula, ou olharem pra ela com um olhar discriminatório devido à idade. Da mesma forma, relata aflição pela falta de uma orientação mais atenta por parte dos professores, em relação aos desafios de aprendizagem que possa enfrentar.

Esse etarismo é muito, muito forte...Esse semestre que passou, a quarta fase, que eu fiz aula ouvinte, foi um pessoal assim que eu tenho...Nossa, muito orgulho de falar que eles me acolheram. Muito orgulho, porque nos outros semestres foi difícil. Foram bem...Não queriam fazer trabalho, não queriam dividir o espaço comigo [...] esse etarismo foi bem decepcionante, porque são pessoas que vão trabalhar na área da saúde. Como vão agir lá na frente? (Beatriz).

[IMAGEM 4]



Legenda: "Ele é meu companheiro em todas as horas."

...

Beatriz foi super atenciosa comigo. Me recebeu com flores, café e bolo. Conversamos bastante sobre as nossas vidas e realidades de mães universitárias. Em cada canto de sua casa é possível perceber detalhes de como ela é atenciosa, também, com o seu filho, com a educação e suas tarefas escolares. E Bruno parece ter aprendido com ela. Comprou rápido a ideia de criar uma imagem de como costumam ser os seus momentos de estudo. Contou de suas experiências na

UFSC com a mãe, enquanto nos mostrava o que estava aprendendo na escola.

Thais

[IMAGEM 5]



Legenda: Thais e Sofia

Flávia Thais Michel, 41 anos, mãe da Sofia, uma menina de 11 anos. Thais, como prefere ser chamada, se formou em 2012, quando estava grávida. Foi uma gravidez planejada, e apenas em 2020 ela tentou reingresso à universidade, através do mestrado em sociologia, ao qual ingressou em 2023, com pesquisa na sociologia econômica, discutindo sobre o acesso das mulheres negras ao dinheiro e às políticas de ações afirmativas para mães e estudantes da UFSC.

Ingressei com outro projeto no mestrado, mas durante a participação nas aulas e a participação acadêmica, entendi a necessidade de mudar essa perspectiva da sociologia econômica para um objeto mais voltado para o meu gênero, raça e cultura. Sou uma mulher negra, que formou numa graduação no nível superior no ano em que foi criada a Lei de Cotas no Brasil (Thais).

Por ter se formado grávida, relata que levou um tempo para voltar à universidade. Além disso, divorciou-se do pai de Sofia, tornando-se mãe solo, responsável por todos os cuidados, tanto financeiros, culturais ou administrativos.

Eu estar estudando sobre mulheres na universidade foi algo que me ocorreu, logo depois que a minha matrícula efetiva saiu. Eu fui ao restaurante universitário com a minha filha, no qual eu passei por um assédio, e nesse assédio eu me dei conta do quão é escondido. É escondido o acesso das mulheres na universidade, as mulheres mães na universidade, o quão é difícil é pra gente adentrar a universidade com eles, com os filhos. Um ambiente onde se estuda

educação, cultura, economia, sociedade, história e a gente não pode ter crianças nesses ambientes (Thais).

[IMAGEM 6]



Legenda: “Hoje eu sou mãe de uma pré-adolescente, e é tudo comigo”

...

Enquanto Thais olhava os seus e-mails, eu preparava a câmera e ia explicando sobre a ideia das fotos e Sofia se movimentava ao nosso redor. Conversávamos sobre sua experiência como mãe de uma pré-adolescente e sobre as diferenças ou semelhanças com outros momentos da infância, enquanto Sofia se pendurava na escada. Gostei da imagem e fiz a foto. Depois brincamos em outros ambientes da casa, Sofia mostrou o livro que estava lendo e suas experiências com giz de cera.

Iadira

[IMAGEM 7]



Legenda: Iadira e Helton

Iadira Antonio Impanta tem 30 anos, é natural de Guiné-Bissau, mãe de Helton Dililani Impanta Saldanha, de 2 anos e mora em Florianópolis desde 2021.

Feminista africana, doutoranda em Antropologia Social (UFSC), Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2020), licenciada em

Sociologia (2018) e bacharela em Humanidades (2016) ambas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, membro fundadora do Coletivo para emancipação das mulheres guineenses CEMGUI - As Okinkas, em 2023 exerceu o cargo de coordenação do coletivo, atualmente atua como uma das responsáveis pela parte acadêmica do mesmo.

Na academia tem interesse em temáticas como relações de gênero, mulheres, política e migração. Depois da chegada do seu filho em 2022, tem compartilhado a rotina do cuidado com o seu marido, e recentemente também com sua mãe. Helton frequenta a creche em período integral e, segundo ela, “o programa e a minha orientadora têm sido compreensíveis com essa fase e até momento não passei por nenhuma situação ruim”, mas mesmo assim, ladira afirma que não tem sido fácil conciliar a maternidade e o doutorado, principalmente nessa fase de escrita, “mas estou seguindo na medida do possível”.

[IMAGEM 8]



Legenda: O integrante mais novo do grupo de pesquisa.

...

Eu e ladira cursamos o mesmo programa de Doutorado e integramos o mesmo grupo de pesquisa. Mas ambas, com filhos pequenos, não conseguimos coordenar um horário para realizar as fotos em sua casa. Em uma das reuniões do grupo eu havia levado a câmera, pois estava tentando agendar um horário com outra mãe no mesmo dia. ladira levou o pequeno Helton para a reunião, então aproveitei para registrar o momento. O ensaio dela foi o único de documentação de uma situação real.

Laura Parintintin

[IMAGEM 9]



Legenda: Laura e suas filhas Fernanda e Suzani, segurando o pequeno José, junto com a amiga Hadyja

Laura é estudante indígena do povo Parintintin, do estado do Amazonas, e cursa Ciências Sociais na UFSC. Mães de três filhas, de 24, 20 e 12 anos e avó do José, de 2 meses. Nestas fotos, além de suas filhas e neto está presente Hadyja Amedo Pripra Patté, filha de Thaira Pripra, estudante indígena do curso de Psicologia da UFSC, que não pode estar presente no dia do ensaio, mas encontra-se na imagem ao fundo, com a amiga Laura.

Laura mora na Maloca, ocupação indígena da UFSC, há 4 anos, com duas de suas filhas e seu neto. Mas participa do movimento da ocupação desde o início.

[IMAGEM 10]



Legenda: Ocupação Indígena Maloca

Em 2016, né, quando se deu a ocupação. E eu, junto com essa daqui. Pequeninha, né, a gente, a gente que ocupou no primeiro momento, nós duas, né. [...] Enquanto mãe, foi bem difícil. Antes, [da ocupação] era difícil morar fora, porque ninguém queria alugar

pra mim nenhum espaço, por conta da Fernanda, que era bebê. E política de pais e mães, na época, quando eu entrei, não tinha (Laura).

Laura entrou na UFSC em 2011 para 2012 e, com sua filha Fernanda ainda bebê e conta que se juntou a outros pais e mães da universidade, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, fundando um coletivo de pais e mães, que começou a lutar por políticas públicas pra mães e pais, entre elas, o acesso ao restaurante universitário com os filhos, que antes não era permitido, auxílio creche, fraldários, entre outros. A gente começou a brigar por acessibilidade. Você vê que a UFSC, até hoje, não tem acessibilidade, né. Você tá com o carrinho, meu Deus. Aí, não tem acessibilidade. Mas a gente trazia essa demanda... E no restaurante universitário que tivesse lugar pra gente sentar com nossos filhos, que é bem difícil: tu chega, tá tudo ocupado, a gente queria que sinalizasse. Pra gente ter acesso à biblioteca, que na época, quando eu entrei, não podia. Crianças não podiam entrar na biblioteca. [...] Os próprios estudantes, nossos colegas, reclamavam quando a gente ia no café do CFH com as nossas crianças e a gente pedia pra eles não fumarem. Daí, eles falavam, assim: que aquele lugar não era lugar de criança. Então, a gente passava por todos os tipos de preconceito. Em relação aos movimentos que lutam por direitos para as mães na universidade, Laura destaca um ponto fundamental, que diferencia a luta de estudantes mães não-indígenas e faz com que estes movimentos não contemplem a realidade indígena, que é a da participação dos homens.

E para nós, mulheres e mães estudantes indígenas, a participação dos homens indígenas é fundamental. A gente percebe que as não-indígenas, a participação dos homens é quase que inexistente nesse processo do cuidado com a criança. Então, como a gente, culturalmente, os povos indígenas no Brasil, eles são uma cultura da coletividade, então eu percebo bastante a diferença, né? Em relação ao cuidado da criança, porque aqui, embora a gente esteja numa situação precária na ocupação...é precário, é estressante, é adoecedor... Tantas e tantas coisas negativas que tem, mas ainda assim, uma coisa que eu vejo que é positiva é a presença dos homens indígenas junto com nós, né? Os homens, eles ajudam a gente no cuidado com as crianças. E isso independente de ser pai ou não (Laura).

Ao mesmo tempo que lutava para sobreviver na universidade, Laura conta que passou a lutar também pelos parentes que estavam chegando e a participar de comissões de

implementação e regulamentação de políticas específicas, para o acesso de estudantes indígenas e quilombolas. Mas, quando esses estudantes ingressavam na universidade não tinham onde morar e assim surgiu a ocupação indígena da Maloca.

Nós, enquanto indígenas, nem sequer podíamos, por exemplo, fazer o cadastro socioeconômico da PRAE, que já era uma realidade pro estudante não indígena aqui. Mas nós não podíamos. Nós só conseguimos acessar o cadastro no ano de 2021, porque nós lutamos pra ter um programa específico e foi criado um programa chamado Bolsa PAIC. Aí foi que a gente conseguiu acessar o cadastro. Antes, a gente não tinha direito nem à isenção do RU. A gente não tinha direito nem a isso. Então, a gente começou a lutar pela isenção do restaurante universitário, pelo auxílio moradia, pela bolsa PAIC, e também pela moradia, né? [...] Foram anos de luta, de desgaste, de batalha, sabe? E durante esse tempo a gente era totalmente desassistido. Era nós por nós.

[IMAGEM 11]



Legenda: ser mãe, estudar e viver em um espaço coletivo.

...

Na Maloca só é permitida a entrada dos estudantes indígenas que nela residem, porém, quando conversei com Laura sobre a proposta das fotos ela achou importante fazer os registros dentro da ocupação indígena. Em março de 2024, mês no qual realizei os ensaios, a UFSC estava por inaugurar o Alojamento Estudantil Indígena e Laura e sua família deixariam a Maloca para morar no novo alojamento, que conta com uma estrutura muito melhor, mas só foi conquistado após longa luta dos estudantes indígenas.

Neste sentido, fotografar dentro da Maloca serviu, não apenas para mostrar um pouco das condições que ela e sua família viviam até o momento, mas também, para lembrar que o novo Alojamento não é uma solução definitiva, que seria a Moradia Indígena, já que este não comporta todos os estudantes

indígenas da universidade e muitos ainda permanecerão na Maloca.

Laura me levou para conhecer os diversos ambientes da Maloca, que apesar de estar dentro da Universidade, é uma realidade totalmente desconhecida para os estudantes não-indígenas. Me apresentou o seu quarto, onde vive com sua filha Fernanda, os espaços coletivos, como a cozinha, a lavanderia e uma pequena sala de estudos, os corredores e paredes improvisadas e o quarto de sua filha Suzani, onde ela vive com o marido e o filho.

Quando conversamos sobre os momentos de estudo, Laura falou muito sobre as dificuldades de acessar os diversos locais que a universidade disponibiliza, por morar em uma residência coletiva e não ter a mesma liberdade que outras pessoas têm para fazer as tarefas domésticas. Conforme ela, apesar de morar dentro da universidade e estar próxima da biblioteca ou da sala de informática, ao ir para esses locais ela acaba perdendo o horário de cozinhar, ou a vez na fila da lavanderia. Por isso, além de fotos no seu quarto ou em ambientes coletivos da Maloca, Laura escolheu fazer as fotos na lavanderia. Uma fabulação de sua realidade cotidiana, onde ela se desdobra entre as tarefas domésticas como cozinhar ou lavar a roupa em espaços coletivos, os cuidados com a educação de suas filhas, as suas demandas como estudante e como liderança indígena da universidade.

Suzani Parintintin

[IMAGEM 12]



Legenda: Suzani e José

Suzani tem 25 anos e é estudante indígena do povo Parintintin, do Amazonas e cursa Cinema na UFSC. Suzani é a filha mais velha de Laura e é mãe do pequeno José.

Sobre ser mãe, eu sou nova nisso, estou só um mês sendo mãe, então eu não posso dizer muita coisa. Eu saberia mais sobre como é ser filha, porque quando a minha mãe entrou na universidade eu tinha 12 anos, a minha irmãzinha tinha acabado de nascer, então eu vi como foi difícil para ela ser mãe e estudante aqui dentro (Suzani).

Suzani lembra das dificuldades que a mãe enfrentava na sua infância e afirma que se hoje a realidade das mães universitárias é ruim, antes era ainda pior, mas que já houve bastante avanço. “Eu estou conseguindo usufruir de uma luta que ela lutou no passado, né? Ainda, para mim está sendo um pouco melhor do que foi para ela. Mas ainda assim, né? Tem preconceitos já pelo fato de ser mulher, indígena e ser mãe”. Ela conta que seus colegas e a coordenação do seu curso foram receptivos, mas que, em outros cursos ou locais da mesma universidade não acontece o mesmo. “A gente sabe que a universidade é bem elitizada ainda e só pelo fato da gente estar aqui dentro dela. É uma afronta aos outros, né?”.

...

Quando eu retornei para a graduação, sendo mãe de um menino de 2 anos, e tinha que levá-lo comigo para a aula, me sentia afrontando constantemente. Assim como Suzani, também curso Cinema na UFSC e, apesar de ser um ambiente com pessoas bastante receptivas, é um curso majoritariamente branco e elitizado. Eu era a única mãe do curso, talvez a mais velha e uma das poucas pessoas periféricas. Apesar de existirem as ações afirmativas, ainda é muito pequeno o número de pessoas negras e indígenas e a evasão é muito grande, pois é muito difícil se manter em um curso integral se você não faz parte de um grupo privilegiado.

Suzani é filha de Laura e, no dia que realizamos as fotos na Maloca, fizemos de toda a família. Suzani me apresentou o seu quarto e me mostrou a sua antiga mesa de estudos, que desde a chegada de José, virou um espaço para trocador. Porém, pensando no seu comentário, sobre a afronta que é certos corpos ocuparem a universidade e sobre a importância da afirmação das pessoas indígenas neste contexto, escolhi outras fotos, que havia realizado no dia que as conheci e contei sobre a proposta do ensaio, em meio à universidade.

Paola

[IMAGEM 13]



Legenda: Paola e família

Paola Pereira, é estudante de Letras Francês, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem 42 anos, é natural de Joinville e reside em Florianópolis desde 2000.

Paola e Carlos, 44 anos, formado em Geologia pela UFSC, são pais de Eloah, de 3 anos e Leon, de 1 ano. Ambos compartilham os cuidados com os filhos e as demandas de conciliar esses cuidados com os estudos. Tanto Eloah como Leon já frequentaram a universidade com os pais inúmeras vezes, mesmo que esta tenha pouquíssima estrutura para atender estudantes com filhos.

Atualmente, a rotina de Paola se divide entre os estudos, o cuidado com os filhos e o trabalho em massoterapia. Na graduação Paola tem interesse nas áreas de licenciatura com foco em fonética.

Para ela, a vida acadêmica que começou em 2019 sem filhos, se tornou um verdadeiro malabarismo. Entre conciliar aulas a distância (com a pandemia em 2020/2021), aulas presenciais, disponibilidade e atenção aos bebês, estudar fora da sala de aula com pouca disponibilidade de tempo pra isso. Tiveram momentos de precisar levar as crianças junto para sala de aula, e na maioria das vezes ter que sair logo da aula, pois com eles tão pequenos não foi possível administrar a situação de forma positiva para todos. Para frequentar as aulas presenciais, Carlos ficava com as crianças, muitas vezes na própria UFSC, o que fez com que visualizassem por diversas vezes as necessidades de estruturas que viabilizem mais a presença de pais estudando com os filhos próximos e /ou juntos, como parquinhos e trocadores nos banheiros, por exemplo.

Uma opção foi trancar alguns semestres para poder focar nas crianças, tendo em vista a importância da primeira infância e

como os pais podem proporcionar um melhor desenvolvimento emocional para os pequenos. E para que, num momento seguinte, com as crianças um pouco maiores e já frequentando uma creche, possa se dedicar de forma mais focada ao curso e as suas demandas extra sala de aula.

[IMAGEM 14]



Legenda: Paola e Carlos, com seus filhos Eloah e Leon

...

Das mães que fotografei, Paola não é a única que vive com o pai de seus filhos, mas, no caso deles, optei em fotografá-los como família pois ambos relataram as suas vivências como estudantes com filhos.

Entre as generalizações que costumamos ver quando falamos sobre mães universitárias está a de que só as mães cuidam dos filhos. Mas também é preciso lembrar que existem pais que estudam e que têm filhos. E se o cuidado for compartilhado, é preciso também que a universidade conte com espaços para que estes pais possam estar e cuidar dos seus filhos. No caso da família de Paola, um dos relatos deles foi sobre as diversas vezes que Carlos teve que levar a filha para a aula, enquanto o filho menor estava com Paola e a ausência de lugares para trocar a filha em banheiros masculinos.

Sobre os momentos de estudos, ambos relatam que costumam estudar depois dos filhos dormirem, mas, quando têm que estudar com eles, costumam dividir: Paola cuida de Leon, que ainda mama, e Carlos de Eloah. Nas fotos, Paola começou a ligar o computador, com Leon ao lado, enquanto Carlos lia para Eloah. Em poucos minutos todos estavam desenhando juntos no chão do escritório.

Priscila

[IMAGEM 15]



Legenda: "Ele me deixa recadinhos de amor"

Priscila Rosa Martins, 35 anos, é estudante de doutorado em Ciências da Informação, na UFSC e mãe do Vicente, de 6 anos. Formada em Letras Português, realizou o mestrado em Londrina, e cursou também Arquivologia. Ela conta que a decisão de ingressar no doutorado não teve apoio do pai do seu filho e logo vieram a se divorciar e que foi muito diferente iniciar uma outra graduação e doutorado, sendo mãe.

Embora a gente esteja inserida e procure estar dentro de coletivos, procure conhecer as outras mães, ainda somos subrepresentadas na universidade [...] Poderia dizer que são pouquíssimos casos e iniciativas que promovem, essa inserção (Priscila).

Para realizar o doutorado com alguma rede de apoio, Priscila retornou para Florianópolis, para estar mais próxima de seus pais. Atualmente ela conta também com a participação do seu atual companheiro, Daniel. "Então, é sempre estar dando um jeito, né. A gente está aqui hoje tirando foto no meio da tarde, mas o meu horário de estudo costuma ser o horário da noite, que é o horário que todas as outras atividades já foram realizadas".

No doutorado ela pesquisa arquivos de mulheres e afirma que tem que realizar também trabalhos esporádicos, já que é muito difícil se manter e manter o seu filho apenas com o valor da bolsa de doutorado.

[IMAGEM 16]



Legenda: Priscila e Vicente

...

Priscila costuma estudar quando Vicente está dormindo, mas em seu escritório, há uma mesinha de desenho para o filho. Vicente é muito tranquilo, enquanto conversávamos e tirávamos fotos ele brincava de lego e a mãe conta também que ele gosta de desenhar. Vicente desenha corações e recadinhos de amor, que Priscila cola na sua mesa de estudos.

Wanessa

[IMAGEM 17]



Legenda: Os preparativos para as fotos, brincando de Boi de Mamão

Wanessa Bruna Santos Brito Gomes tem 36 anos, é natural de Natal, Rio Grande do Norte, mãe do José Antônio Gomes, de 3 anos e mora em Florianópolis desde 1995.

Doutoranda em educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, Mestra em Educação e graduada em Pedagogia, também pela UFSC. Possui especialização em Educação Especial pela Universidade Municipal de São José. Atualmente é professora efetiva de educação infantil da rede municipal de Florianópolis. Participa do coletivo MãEstudantes UFSC.

Na academia tem interesse em temáticas como formação de professores, docência compartilhada, composição docente e

infância. Atualmente vem desenvolvendo a pesquisa intitulada: A composição das relações educativo-pedagógicas na educação infantil: desafios e possibilidades para uma docência compartilhada.

Com o nascimento do seu filho em 2020, tem compartilhado a rotina e cuidados com o seu marido. Também conta com a rede de apoio de familiares quando necessita. José Antônio frequenta a creche em período integral e, segundo ela, tem sido um grande desafio conciliar a vida de mãe e pesquisadora.

[IMAGEM 18]



Legenda: Wanessa e José Antônio

...

Wanessa foi a primeira a ser fotografada. Nos conhecemos pelo Coletivo de Mães e já havíamos nos aproximado em diferentes ocasiões na Universidade. Ela me recebeu com um belo café da tarde e José Antônio com seus bonecos de Boi de Mamão.

José parece gostar muito de Boi de Mamão, uma manifestação folclórica aqui de Santa Catarina. Ele desfilou com o Boi, o Macaco, a Cabrita e a Bernunça. Quando terminou o desfile do Boi, fomos até o escritório de Wanessa e ela preparou um cantinho para o filho desenhar. Ele começou a pintar um boizinho, mas logo preferiu olhar o que a mãe fazia no computador. Ao final, José tomou conta do computador e Wanessa percebeu que havia desenhado o boizinho em um documento da universidade.

Considerações finais

Ao discorrer sobre a relação da fotografia no processo etnográfico, o antropólogo David MacDougall, (2009), afirma que as fotografias refletem o momento de criação, de encontro entre o fotógrafo e o fotografado e que o significado é produzido por nossos corpos neste encontro. "Vemos com o

corpo e qualquer imagem que façamos carrega a marca dele, do nosso ser, bem como do significado que pretendemos comunicar” (Macdougall, 2009, p.63).

Neste sentido, a fotografia não deve ser vista como predatória, ela não retira algo do sujeito retratado, mas sim, “cria um exercício de desvendamento das possibilidades existentes dentro de nós” (Rechenberg, 2014, p.10).

A realização deste ensaio fotográfico sobre mães universitárias, por uma mãe universitária, possibilitou enxergar, neste encontro de corpos, tanto as experiências compartilhadas entre diferentes pessoas, como a diversidade de experiências de ser mãe e estudante universitária.

Mesmo se tratando de mães da mesma universidade, ao retratar essas mães e adentrar nos seus locais de moradia, é possível se deparar com questões como a heterogeneidade racial e social e as diferentes formas de composição familiar. Neste sentido, aquela frase clássica “mãe é tudo igual, só muda de endereço”, carece de uma revisão, já que a diversidade de marcadores sociais, contextos ou *endereços*, podem tornar essas experiências completamente diferentes.

Ser mãe imigrante, negra, indígena, periférica, campesina, trans, lésbica, casada, solo de 20 ou 40 anos, com casa própria ou da moradia estudantil não é tudo igual, mas é preciso que todas estas possibilidades de maternidades, possam existir e ser acolhidas, com as suas diferentes demandas, no contexto universitário.

Referências

EDWARDS, Elizabeth. Rastreado a fotografia. In: Barbosa.A.; Cauybi, S.; Hikiji, R.; Cunha, E. (Orgs.). A Experiência da Imagem na Etnografia. São Paulo, terceiro Nome, Pp. 153-190. 2016.

MACDOUGALL, David. “Significado e ser.” In: Barbosa, A. et. al. (orgs.), Imagem-Conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos. São Paulo: Papirus Editora, 2009.

MOURA, I. de O. E. de S.; SILVA, J. M. S. MATERNIDADE COMO MARCADOR DA DIFERENÇA NAS RELAÇÕES SOCIAIS. Revista Mosaico - Revista de História, Goiânia, Brasil, v. 16, n. 4, p. 54-64, 2024.

RECHENBERG, Fernanda. Notas etnográficas sobre o retrato: repensando as práticas de documentação fotográfica em uma experiência de produção compartilhada das imagens. Cadernos de Arte e Antropologia. Vol. 3, no. 2, 2014.

O corpo sem embrião de Paula Bonet, a mãe que não pôde ser

El cuerpo sin embrión de Paula Bonet, la madre que no pudo ser

Leticia Pilger da Silva

Universidade Federal do Paraná

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1999-7336>

Em 2018, a pintora e escritora espanhola Paula Bonet (1980) publicou *Roedores. Cuerpo de embarazada sin embrión*, o qual é formado por dois livros que compõem uma espécie de autorretrato das suas perdas gestacionais e revelam a impossibilidade da maternidade desejada. Conhecendo o percurso e a obra bonetiana – entre livros ilustrados, romance e exposições –, a leitura, entre imagens e palavras, transforma-se em uma experiência estética de um livro de artista.

Enquanto no contexto francês, e de forma expandida pela abrangência do Nobel a ponto de já ter tradução ao português brasileiro, o livro de Annie Ernaux (2022), *O acontecimento*, tem sido leitura incontornável sobre o aborto voluntário, no contexto espanhol, a partir dessa obra – assim como de uma conferência realizada com o mesmo nome na Universidade de Valencia, bem como de sua exposição *La anguila* e do romance homônimo –, Bonet se consolidou como forte voz na visibilização sobre a temática, ainda bastante invisibilizada, dos abortos espontâneos. Bonet, que joga com a autobiografia visual e verbal em todos os seus livros, decidiu compartilhar seu sofrimento e sua dor não em busca de consolo, mas para quebrar o silêncio sobre o tema, que segue sendo um tabu. Segundo ela, é preciso nomear para fazer existir e, mais, para conseguir transformar a realidade. Nas palavras dela, em uma publicação, na sua conta do Instagram, de uma *selfie* com a barriga de grávida com o feto morto (Figura 1), no período da publicação da obra, o que revela como a temática transborda o livro:

Fala-se pouco de enfermidades como a endometriose (e do pouco orçamento destinado a investigá-la), do fato de parir e rejeitar o filho, de pari-lo e perdê-lo em poucos dias, de quão caro são os tampões e os absorventes (que têm o mesmo imposto do caviar, embora sejam produtos de primeira necessidade), das asquerosas e dolorosas náuseas e vertigens do primeiro trimestre de gravidez, tampouco se fala de que apenas existe literatura sobre a maternidade (ir à guerra é mais heroico e parece que interessa mais à indústria editorial e à grande massa), nem de que é 20% mais provável que perca isso que

tem no ventre antes que se transforme em um feto formado e direito. Eu carrego duas perdas em um ano. E é amedrontador que ninguém conte os casos que existem: quando se trata de nossos corpos, tudo é tabu. Não temos por que falar baixinho ou ocultarmos informação, temos que saber o que enfrentamos para podermos estar preparadas. Para terminar, quero deixar claro que faço esse post porque sim, não com o objetivo de receber consolo, sabia que isso poderia voltar a acontecer, também sei que tenho o amor de todos aqueles que amo. Falemos dessas coisas, comecemos a normalizá-las (tradução livre).

Figura 1 - Publicação no Instagram.



Fonte: Bonet (2018).

Na época da publicação do livro, Bonet pintou um mural na antiga prisão La Model de Barcelona, tematizando - a partir da pesquisa de Neus Roig sobre a maternidade na ditadura de Franco - mais uma forma de maternidade negada: o tráfico de bebês durante o franquismo e a separação da mãe e seus filhos como forma de tortura:

A maternidade como sinônimo de feminilidade e tudo o que implica tem sido um dos instrumentos do patriarcado para submeter as mulheres. Durante a ditadura se usava como tortura para as presas republicanas: as deixavam nas celas com os bebês recém-nascidos sem nenhum tipo de ajuda e viam seus filhos se aproximarem da morte, ou lhes roubavam o filho para que uma família a favor do regime o criasse. Foi nas prisões onde começaram a traficar bebês (tradução minha).¹

¹ No texto de partida: "La maternidad como sinónimo de feminidad y todo lo que ello conlleva ha sido uno de los instrumentos del patriarcado para someter a las mujeres. Durante la dictadura se usaba como tortura para las presas republicanas: se les dejaba en la

Ainda sem tradução para o português brasileiro, o primeiro livro da publicação de Bonet, que é dedicado para sua filha (não nascida), é um pedaço pequeno do diário do período entre os dois abortos espontâneos que a pintora sofreu. Sem páginas numeradas - o que dificulta a referência nesta resenha -, temos acesso a pouquíssimos textos, que se apresentam com letras de tamanhos diferentes e disposições assimétricas ao longo das páginas e nos quais ela apresenta fatos, e-mail que escreveu para a ginecologista e cartas para os dois filhos que não nasceram, escritas durante a gravidez.

Não é possível ignorar a quantidade de página em branco entre os textos. Em uma espécie de estratégia mallarmeana no jogo de dados do poema clássico, Bonet significa o vazio do papel de modo a significá-lo: o silêncio em torno dos corpos das mulheres, principalmente daquelas que passaram pela mesma experiência traumática que ela. A vastidão da página em branco com, bem no centro, a frase "tiveram que tirá-la de mim (tradução minha) /tuvieron que sacármela" (Bonet, 2018) exemplifica a dor da necessidade de usar poucas palavras. Em um texto sobre a obra posterior, *La anguila*, a editora Patricia Escalona afirma que, neste livro, a escritora quebra a quarta parede, além de faltarem a ela palavras diante do sofrimento por que passa, uma segunda leitura para o vazio das páginas:

Em *Cuerpo de embarazada sin embrión*, começa a surgir uma mulher que destrói a quarta parede, uma mulher a quem parece, em momento, faltar as palavras, porque o que está passando é demais para digerir e por isso, em determinados momentos, escolhe o discurso de outras para serem muletas e a ajudem a caminhar. Uma mulher que te interpela. (Escalona, 2021, p. 174, tradução minha)².

No entanto, Bonet transpassa esse sofrimento por meio da palavra e da pintura, de modo a mostrar a ausência de

celda con el niño recién nacido sin ningún tipo de ayuda y veían a su bebé acercarse a la muerte, o se les robaba al hijo para que lo criara una familia afín al régimen. Fue en las cárceles donde se empezó a traficar con bebés." Disponível em: <https://www.paulabonet.com/portfolio/carcel-la-modelo-de-barcelona/> Acesso em: 10 jan. 2019.

²No texto de partida: "En *Cuerpo de embarazada sin embrión*, empieza a asomar una mujer que destruye la cuarta pared, una mujer a quien parece, a ratos, que le falten las palabras, porque lo que le está pasando es demasiado para digerir y por ello, a ratos, escoge el discurso de otras para que actúen de muleta y la ayuden a caminar. Una mujer que te interpela." (Escalona, 2021, p. 174).

tratamento adequado da temática da impossibilidade de ocupar, ao menos biologicamente, o espaço da maternidade. Ela não só escreve, como também pinta um feto, única página colorida - vermelho sangue - do livro, como que criando com sua mão o bebê que seu corpo não foi capaz de gestar ou, ainda, a fase na qual ela foi, de fato, mãe (Figura 2). Além dessa imagem, ela faz uma sequência de diversos embriões na posterior exposição *La anguila* (Figura 3), realizada na Universidade de Valência³, em uma fixação por embriões, possivelmente pelos bebês que poderiam ter sido e que não foram.

Figura 2 - Feto do diário



Figura 3 - *La anguila*



Fonte: Bonet (2018, s./p.) Fonte: Bonet (2021, p. 52)

³A exposição pode ser conferida no seguinte link: <https://www.uv.es/uvweb/cultura/es/lista-actividad/anguila-div-esto-es-cuadro-no-opinion-paula-bonet-div-1285871673078/Activitat.html?id=1286081806470> Acesso em: 10 mai. 2024.

Algumas páginas-duplas, totalmente verdes, apresentam, com letras garrafais, apenas o nome de cada mês do luto da sua perda, marcando a passagem do tempo como fazem ao longo dos nove meses da espera do nascimento, só que, para ela, é a contagem da morte. Embora seja anunciado como diário, de modo que esperamos uma sequência diária de eventos, ela conta apenas um acontecimento de cada mês, como que o resumo em um episódio representativo. O relato começa com “Maio”, quando Bonet relata ter ido ao banco, onde o funcionário propõe a ela a compra de um seguro de vida. A pintora conta que a menina na foto em cima da mesa daquele homem quase ficou órfã, porque ela queria esganá-lo, mas, em seguida, anuncia que, na verdade, ela que era “huérfana de hija (órfã de filha)”; ou seja, o diário já começa pela perda. No próximo mês, junho, ela recupera o enterro de seu avô, quando foi necessário retirar a ossada de sua avó, então ela pede para o funcionário do cemitério para tocar nos restos da avó. Nesse momento, ela comenta que viu os ossos do quadril da avó, parte importante no momento do parto, e do fato de ela ter ficado anos sem poder engravidar depois da experiência de ter sido forçado o fórceps no parto de sua tia, até que teve a mãe de Bonet, marcando que até mesmo a mulher da família que pôde ser mãe passou por uma situação de dificuldade biológica da maternidade. Descobrimos, ao longo do texto, como ela sempre quis ser mãe, porque compartilha ter organizado uma biblioteca de livros infantis ao longo de 15 anos para sua filha.

Bonet compartilha a ansiedade entre a perda do primeiro embrião, com nove semanas, e a tentativa de novamente engravidar, em um processo de parar de prestar atenção no seu ciclo menstrual e de sentir dores:

A obsessão pela ideia de voltar a ficar grávida me imobiliza. Leio livros e artigos sobre a maternidade tardia. Quase todos são escritos por mulheres que passam dos quarenta, que se sentem enganadas pela forma como os acontecimentos fizeram com que organizassem seu tempo e que lutam em mil batalhas para conseguir ser mães. A mim ainda restam quatro anos para alcançar a idade, mas quando as leio sinto que meu corpo é como o delas, que também meus óvulos são como passas murchas, que meus medos são os mesmos, que minha vida é a sua. E enquanto analiso minhas menstruações e calculo meus dias férteis, nasce meu sobrinho e morre meu último avô (bonet, 2018, tradução minha).⁴

⁴No texto de partida: “La obsesión por la idea de volver a quedarme preñada me inmoviliza. Leo libros y artículos sobre la maternidad

Duas referências literárias marcam essa transição em uma gravidez e outra: ela escolhe um livro de Anne Sexton para ler aleatoriamente um poema, mas acaba abrindo no “Bogat” (Engendrada, na tradução mencionada em espanhol), sobre a procriação e entristece; e menciona Dewarren, a personagem do romance *O conto da aia*, de Margaret Atwood, cuja única função era procriar, para falar que havia uma possibilidade entre milhares de dar certo a segunda gravidez.

Na sequência, temos contato com a sua esperança do parto: “Si todo sale bien, sentiré por fin como va formándose un nuevo ser humano en mis tripas. Experimentaré lo animal del parto. La sangre, el sudor y la fuerza” (Bonet, 2018), trecho seguido da imagem do embrião. No entanto, o livro termina com as duas cartas que ela escreveu para os bebês que não nasceram. Se os bebês não puderem ler, nós a lemos, transformados em interlocutores da mãe que perdeu seus filhos antes do nascimento:

Querida filha,

Hoje te escrevi e pinteí um conto.

Um novo para a estante de caroba.

Um cheio de ratas e ratos.

O leremos juntas dentro de um ano.

Hoje li que nesses dias três camadas distintas de células estão te construindo. Teus sistemas nervoso e digestivo e teu fígado, teus pulmões. Coração e músculos, teus rins, órgãos reprodutores e ossos, cabelo e pele, e teus olhos.

Imagino você como um pedaço de barro esboçado, como a primeira forma que se cria ao apertá-lo como as mãos, ao apertá-lo e tirar pedaços com o dedo molhado. Uma massa perfeita sobre a que depois começarei a buscar o detalhe. Mas com você o processo é mais mágico, porque a massa criada nesse primeiro gesto cresce em volume à medida que se aperfeiçoa a peça.

E a peça, dentro de nada, respirará, e se colocará arroxeadada se chorar muito.

Ou rosada quando vestida em excesso.

Lhe crescerá o cabelo e lhe cairão os dentes.

tardía. Casi todos los escriben mujeres que pasan de los cuarenta, que se sienten timadas por cómo los acontecimientos han hecho que gestionaran sus tiempos y que luchan en mil batallas para conseguir ser madres. A mí todavía me quedan cuatro años para alcanzar la cifra, pero cuando las leo siento que mi cuerpo es como el de ellas, que también mis óvulos son como pasas marchitas, que mis temores son los mismos, que mi vida es la suya. Y mientras analizo mis reglas y calculo mis días fértiles, me nace un sobrino y se me muere el último abuelo.” (Bonet, 2018).

Aos meus olhos será o ser humano mais belo e perfeito (Bonet, 2018, tradução minha).⁵

Já o segundo é um livro ilustrado sanfonado (Figura 4) que pretendia ser infantil sobre espécies de animais roedores, o qual ela pintou enquanto grávida de sua segunda criança, como anuncia na segunda carta, para que ela lesse quando crescesse – mas, infelizmente, nunca o lerá. Com uma capa feita de linho, o livro consiste em um bestiário de roedores e apresenta imagens, nome científico e características de animais como a chinchila, lontra (que está grávida), rato, rato do brejo (nútria), ratão do banhado, esquilo e castor.

Figura 4 - Roedores



Fonte: Bonet (2018).

Assim como, na posição de leitores do livro, somos transformados nos interlocutores das cartas escritas por Bonet

⁵ No texto de partida: "Querida hija, Hoy te he escrito y te he pintado un cuento. Uno nuevo para la estantería de caoba. Uno lleno de ratas y ratones. Lo leeremos juntas dentro de un año. Hoy he leído que en estos días tres capas distintas de células te están construyendo. Tus sistemas nervioso y digestivo y tu hígado, tus pulmones, corazón y músculos, tus riñones, órganos reproductores y huesos, pelo y piel, y tus ojos. Te imagino como un trozo de barro esbozado, como la primera forma que se crea al sujetarlo con las manos, al apretarlo y desplazar fragmentos de materia con el dedo mojado. Una masa perfecta sobre la que después se empezará a buscar el detalle. Pero contigo el proceso es más mágico, porque la masa creada en ese primer gesto crece en volumen a medida que se perfecciona la pieza. Y la pieza, dentro de nada, respirará, y se pondrá morada si llora mucho. O rosada cuando esté abrigada en exceso. Le crecerá el pelo y se le caerán los dientes. A mis ojos serás el ser humano más bello y perfecto" (Bonet, 2018).

aos filhos que não teve. Ao ser colocado ao lado de seu diário, ele se torna o resquício da gravidez malsucedida. Não há, em momento algum, a explicação do motivo de serem roedores os animais desenhados, mas não podemos ignorar que, ao longo do diário, ela chama o embrião de “ratona”, animal que aparece ilustrado no livro ilustrado, de modo que a imagem pode ser a metáfora da filha em forma de tinta.

Ao compartilhar sua história, Bonet permitiu que mais mulheres que tenham passado por essa experiência falem da sua dor, e assim construiu *corpos-entre-outros*⁶, repensando a maternidade e a experiência dolorida da perda. No dia 5 de maio de 2024, em sua conta do Instagram, Bonet fez uma publicação de uma sequência de fotos de si diante de suas pinturas de embriões, assim como de sua exposição *La Anguila*. A legenda propõe sua retomada da temática e aqui a recupero como fim desta breve resenha:

Depois de um aborto desejado aos vinte anos, de duas perdas gestacionais aos trinta e oito, de muitas leituras, de pintar, gravar e escrever mais, depois de sofrer uma dor, de decidir não passar pela experiência do parto e do bebê, de acompanhar amigas e familiares nas suas, de tentar acompanhar outras mulheres e não ter conseguido, de entender que há mil maneiras de ser mãe, de estar atravessando a experiência da “madrastidade” e de ter transformado de maneiras inimagináveis a relação com minha mãe, apenas tenho clara uma coisa: que complexa é a palavra “maternidades” e que bem nos faz a todas nós que sigamos falando delas (Bonet, 2024, tradução minha)⁷.

Referências

BONET, Paula. *Roedores. Cuerpo de embarazada sin embrión: diario de dos abortos*. Barcelona: Literatura Random House, 2018.

⁶ Proponho este conceito em minha dissertação de mestrado sobre a obra *La sed*, de 2016, na qual Bonet amarra vozes de diversas escritoras e artistas mulheres na sua personagem.

⁷No texto de partida: “Después de un aborto deseado a los veinte años, de dos pérdidas gestacionales a los treinta y ocho, de muchas lecturas, de pintar, grabar y escribir más, después de pasar un duelo, de decidir no pasar por la experiencia del parto y de la crianza, de acompañar a amigas y familiares en las suyas, de intentar acompañar a otras mujeres y no haberlo conseguido, de entender que hay miles de maneras de ser madre, de estar atravesando la experiencia de la 'madrastidad' y de haber transformado de maneras inimaginables la relación con mi madre, solo tengo clara una cosa: qué compleja es la palabra "maternidades" y qué bien nos hace a todas y a todos que sigáis hablando de ellas” (Bonet, 2024).

ERNAUX, Annie. *O acontecimento*. Trad. Isadora de Araújo Pontes. São Paulo: Fósforo Editora, 2022.

ESCALONA, Patricia. "Conversaciones abiertas". In: BONET, Paula. *La anguila*. Esto es un cuadro, no una opinión. Valencia: Universitat de València, 2021, p. 174-178. Disponível em:

<https://www.uv.es/infoexpo/PAULA%20BONET/CAT%20cast.pdf> Acesso em: 10 mai. 2024.

Expediente

Editora: Livia Santos de Souza.

Editorxs de textos: Violeta Vaal Rodríguez e Livia Santos de Souza.

Arte da capa e apoio técnico: Violeta Vaal Rodríguez.

Organizadorxs do dossiê: Profa. Dra. Brenda Morales Muñoz (UNAM), Profa. Dra. Nylcéa Thereza de Siqueira Pedra (UFPR) e Profa. Dra. Olga Albarrán Caselles (UBC).

Pareceristas:

Andre Benatti

Daniele Castanho Birk

Debora Cota

Dionisio Márquez

Felipe Bettiol

Gabriela González Ortuño

Gabriele Maria Pereira Fenerick

Iuri Muller

Janderson Coswosk

José Veranildo Lopes da Costa Jr

José Ignacio Monteagudo Robledo

Laura Emilia Araujo

Nylcéa Pedra

Pâmela Nogarotto

Patricia Librenz

Raquel Marina Nascimento

Regina Coeli Machado e Silva

Suéilton Oliveira

Tábata Cruz da Silva

Violeta Vaal Rodríguez

A Frontería é a revista do Programa de Pós-Graduação em Literatura Comparada da Universidade Federal da Integração Latino-americana.